

## **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

### **REITOR**

Prof. Dr. Paulo Milton Barbosa Landim

### **VICE-REITOR**

Prof. Artur Roquete de Macedo

## **FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA UNESP**

*Presidente do Conselho Curador:* Prof. Dr. Paulo Milton Barbosa Landim

### **DIRETORIA:**

*Presidente:*

Prof. Dr. Jorge Nagle

*Diretora de Fomento à Pesquisa:*

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carminda da Cruz-Landim

*Diretor de Publicações:*

Prof. Dr. Marco Aurélio Nogueira

*Diretor de Projetos Especiais:*

Prof. Dr. Amilton Ferreira

### **Editora UNESP**

*Diretor:* Marco Aurélio Nogueira, *Editor Executivo:* José Castilho Marques Neto, *Editores Assistentes:* Evaldo Sintoni e José Aluysio Reis de Andrade.

*Equipe técnica:* *Copydesk:* Maria Cristina Miranda Bekesas, *Revisão:* Kelli Cristine Gonçalves, Celina Rosa Martins, *Composição:* Joselito Ramos de Oliveira, *Fotolitos:* Binhos, *Impressão e Acabamento:* Rumo Gráfica Editora Ltda., *Produção Gráfica:* Valdecir de Mello.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

ISSN-0002-5216  
ALFAD5

ALFA	São Paulo	v. 33	p. 1-185	1989
------	-----------	-------	----------	------

A correspondência e os artigos para publicação deverão ser encaminhados a:  
*Correspondence and articles for publication should be addressed to:*

**ALFA: Revista de Lingüística**

Faculdade de Ciências e Letras  
Estrada Araraquara-Jaú, Km 1 - C.P. 174  
14800 - Araraquara - SP - Brasil

**Comissão de Redação**

Ana Rosa Gomes Cabello  
Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento  
Nildemir Ferreira de Carvalho  
Roberto Gomes Camacho  
Rony Farto Pereira  
Telmo Correia Arrais

**Diretor de Revista**

Telmo Correia Arrais

Publicação anual / *Annual publication*  
Solicita-se permuta / *Exchange desired*

ALFA: Revista de Lingüística. (Fundação para o Desenvolvimento da UNESP) São Paulo, SP-Brasil, 1962-1977; 1980 -

Suplemento em: 1984, 28  
1962-1977, 1-23  
publicação interrompida de 1978-1979  
1980-1985, 24,29  
1986/1987, 30/31  
1988-1989, 32-33

ISSN-0002-5216  
ALFAD5

Os artigos publicados na ALFA - Revista de Lingüística são indexados por:  
*The articles published in ALFA - Revista de Lingüística are indexed by:*

Bibliographie Latinoamericaine D'Articles; Clase-Cich-Unam; Índice de Revista. Seccion de Humanidades y Ciencias Sociales; MLA - International Bibliography of Books and Articles on Modern Languages and Literature; Nichtkonventionelle Literatur Linguistik; Sociological Abstracts; Sumários Correntes Brasileiros: Ciências Sociais e Humanas; Sumários de Educação.

## SUMÁRIO / CONTENTS

### ARTIGOS ORIGINAIS / ORIGINAL ARTICLES

A LINGÜÍSTICA SAUSSURIANA: UMA TEORIA CONTEXTUAL E NAO REPRESENTATIVA DA SIGNIFICAÇÃO. Saussurean Linguistics: a contextual and non-representative meaning theory. E. Lopes .....	1
COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAL EM COMPOSIÇÕES INFANTIS. Textual cohesion and coherence in children's compositions. C. M. Ghiraldelo .....	9
FÓRMULAS METALINGÜÍSTICAS DA FÁBULA ESÓPICA Metalinguistic formulae of aesopic fable. M. C. C. Dezotti .....	23
O VALOR DAS FRASES ATIVAS NA OBRA DE GRACILIANO RAMOS. The value of active sentences in Graciliano Ramos. S. E. Ignácio .....	29
ELEMENTOS PARA O ESTUDO DAS RELAÇÕES ESPACIAIS, ASPECTUAIS E TEMPORAIS. Éléments pour l'étude des relations spatiales, aspectuelles et temporelles. R. M. Batista .....	47
A NATUREZA DO GÊNERO EM PORTUGUÊS. The nature of the gender in Portuguese. N. F. de Carvalho .....	55
ESTRUTURAS FRÁSICAS COM PREDICAÇÃO RECESSIVA EM PORTUGUÊS. Sentence structures with recessive predication in Portuguese. T. C. Arrais .....	89
A GRAMÁTICA DA DERIVAÇÃO SUFIXAL: TRÊS CASOS EXEMPLARES. The Grammar of suffixal derivation: three exemplary cases. E. G. Pezatti .....	103
ACERTOS E DESACERTOS EM DICIONÁRIOS BILÍNGÜES PORTUGUÊS-ESPANHOL/ESPANHOL-PORTUGUÊS. Adjustments and misadjustments in bilingual Portuguese-Spanish/Spanish-Portuguese dictionaries. V. L. do Amaral .....	115

<b>LA DELIMITACIÓN DE LENGUAS: ¿CUESTIÓN LINGÜÍSTICA O IDIOMÁTICA?</b>	
<b>A delimitação de línguas: questão lingüística ou idiomática?</b>	
J. J. Montes .....	129
<b>LÍNGUA NATURAL: ENFOQUE SOCIOLINGÜÍSTICO.</b>	
<b>Langue naturelle: approche sociolinguistique.</b>	
D. J. Zambonim .....	137
<b>O FALAR DA COMUNIDADE NEGRA DE JOÃO RAMALHO.</b>	
<b>The speech of the black community of João Ramalho.</b>	
J. M. S. A. Spera e J. R. I. Ribeiro .....	147
<b>É O PORTUGUÊS UMA LÍNGUA EM “A”?</b>	
<b>Is Portuguese a language in wich <i>a</i> is the predominant vowel?</b>	
R. Chociay .....	155
<b>AS VOGAIS ÁTONAS FINAIS E O PORTUGUÊS DO BRASIL.</b>	
<b>Les voyelles atones finales et le Portugais du Brésil.</b>	
P. Caruso .....	163
<b>O CATALÃO, PROBLEMA ROMANÍSTICO.</b>	
<b>Catalan, a romanistic problem.</b>	
M. D. Martins .....	171
<b>RESENHA .....</b>	179
<b>ÍNDICE DE ASSUNTOS .....</b>	181
<b>SUBJECT INDEX .....</b>	183
<b>ÍNDICE DE AUTORES .....</b>	185

## A LINGÜÍSTICA SAUSSURIANA: UMA TEORIA CONTEXTUAL E NÃO-REPRESENTACIONAL DA SIGNIFICAÇÃO

Edward LOPES\*

*Die Sprache spricht.*  
(Heidegger)

---

*RESUMO: Estuda-se aqui a teoria da Lingüística Geral, fundada por Ferdinand de Saussure (FS) como uma teoria não-representacional do signo e da significação, contrária, portanto, à Semântica da palavra isolada e do referente-coisa, que lhe tem sido indevidamente atribuída por causa da introdução, no CLG, do célebre diagrama do "signo-árvore", que não é dele, mas dos editores do livro, Ch. Bally e A. Sechéhayé. Mostra-se que FS é um pioneiro das teorias contextuais da significação, uma das quais é esboçada no CLG.*

*UNITERMOS: Teorias da significação; contexto; representação.*

---

Poucos anos antes que Saussure se encarregasse do primeiro Curso de Lingüística Geral, já dado na Universidade de Genebra, em 1906-1907, Edmund Husserl (1859-1938) expunha nas suas *Logische Untersuchungen* (1900) uma concepção tri-cotômica do signo, formulada à base da idéia da *intencionalidade excêntrica* do homem – pela qual ele aludia ao movimento da consciência enquanto “consciência de alguma coisa” colocada fora dela – e segundo a qual a significação surge da articulação de uma “expressão” (*Ausdruck*), mais um “conceito” ou “idéia” (*Bedeutung*, substância do conteúdo, por oposição a *Sinn*, forma do conteúdo, o “como” se exprime o conceito), e “a coisa referida” (*Gegenstand*).

A despeito da pequena repercussão do livro de Husserl à época da sua publicação, às *Investigações Lógicas*, particularmente ao seu volume II, estava reservada a sorte de ser, andando o tempo, uma das maiores fontes de influência para boa parte dos melhores lingüistas do século XX: para Hjelmslev, Trubetzkoi, Jakobson, e o próprio Saussure. O que nos interessa ressaltar aqui, contudo, é que o entendimento do

---

\* Departamento de Literatura – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800 – Araraquara – SP.

filósofo para a descrição do signo foi o ponto de partida para as modernas *teorias representacionais da significação*, graças, notadamente, à intermediação do *The Meaning of Meaning*, de Ogden e Richards (4), cujo famoso *triângulo básico* veio relembrar as convicções de Husserl, um quarto de século depois de publicadas, repondo-as em circulação já sob uma forma adaptada: no ápice do triângulo, voltado para cima, a *Referência* (= o pensamento) e na base dele, separadas por uma linha descontínua, à esquerda, o *Símbolo* e, à direita, o *Referente* (i.é, a “coisa” mentada pelo pensamento e expressa pelo símbolo).

Como Ullmann particulariza,

“Nada há de fundamentalmente novo nesta análise do significado; os escolásticos medievais já sabiam que “*vox significat mediantibus conceptibus*”;

(Ullmann, 1967, 115)

mas, se nesse triângulo “a palavra simboliza um pensamento ou ‘referência’ que, por sua vez, se ‘refere’ ao aspecto ou acontecimento de que estamos a falar” (id., ib.), então embutem-se nessa análise, que instrui a constituição de apreciável número de Semânticas “realistas” respaldadas numa teoria representacional do signo, quatro pressuposições que Saussure já havia demonstrado serem equivocadas, a saber:

- a) a hipótese da “primeiridade” do pensamento relativamente ao fenômeno da sua enunciação pela *parole*; o engano está em supor que a comunicação lingüística concretizaria-se por intermédio do ato de conferir unicamente uma expressão a um conjunto de pensamentos de antemão constituídos;
- b) na esteira dos humboldtianos e dos adeptos da Gramática *Générale et Raisonnée* de Port Royal – *générale* no sentido de “universal” e *raisonnée* no sentido de “lógica” –, a crença no postulado de que a fala (ato segundo) não seria mais do que uma *imitação* do pensamento (ato primeiro);
- c) a premissa de que o pensamento faria referência a um referente-coisa, que seria o objeto da realidade rotulada pelo símbolo; e, finalmente,
- d) a idéia de que, no esquema triádico de Ogden e Richards, a linha pontilhada da base estaria a demonstrar a existência de uma *relação imputada verdadeira*<sup>6</sup> (p. 114) entre o símbolo e o referente-coisa, condição que faria a significação depender de um valor de verdade.

Começando pelo fim, (d), lembremos, sem mais, que o problema da verdade/falsidade das relações proposicionais entre o signo e o “referente externo”, ainda que possa receber uma formalização semiótica – como ocorre, de fato, na Semiótica da Verificação greimasiana –, não é da competência da Semântica Lingüística (do signo verbal), e sim da jurisdição da Semântica Lógica e da Teoria da Ideologia, fundadora, em última análise, dos *garantes* de todo e qualquer valor de verdade (lembre-se, a propósito, de que já foi “verdade” científica, um dia, que a Terra achava-se imóvel no centro do Universo).

Que o problema da verdade/falsidade, como o de todas as demais modalizações aléticas, produzidas pelas diferentes articulações dos modos de existência epistêmica do ser/parecer (e, também, é claro, do não-ser e do não-parecer), não constitua um problema do âmbito lingüístico, prova-o o fato de que, para compreender o sentido do enunciado

O atual rei do Brasil é calvo

ninguém precisa indagar se o Brasil possui, ou não, atualmente, um rei; para compreender o que significa esse enunciado da *parole* basta conhecer a *langue* portuguesa; ou, nos termos de Saussure:

“Pode-se, deve-se considerar a *langue* fazendo abstração da *parole*, mas não a *parole* fazendo abstração da *langue*.”  
(Saussure, *apud* Godel, 1957, p. 151)

No que tange às questões levantadas pelas três outras suposições, é extremamente discutível, também, a hipótese de que haja primeiramente um pensamento completo mas informulado na mente de alguém, precedendo à sua expressão pelo ato de enunciação incumbido de lhe dar uma representação exterior. Em decorrência disso, contrariamente ao sentir dos Iluministas da gramática “raisonnée” de Port Royal, mais correto é supor que, longe de o pensamento construir o enunciado da língua em que ele se exprime, seja o enunciado o construtor do pensamento que deve expressar. No CLG escreviam Bally e Séchéhaye, ouvido de Saussure:

“Sem o recurso aos signos, seríamos incapazes de distinguir duas idéias de modo claro e constante. Tomado em si mesmo, o pensamento é como uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado. Não há idéias pré-estabelecidas, e *nada é distinto antes da aparição da langue*.”  
(Saussure, 5, p. 155)

O que é outro modo de dizer o mesmo que disse Heidegger na epígrafe que encima estas linhas, a saber, que *a fala fala o que a língua pensa*, impondo sua própria ordem ao caos informe daquilo que seria o cenário vazio da nossa subjetividade se nele não viesse se apresentar uma língua para dizer o que é, de um lado, o mundo das palavras, e, de outro, o mundo das coisas. E isso também está de acordo com o que dizia Saussure a seu aluno Gautier, em 6 de maio de 1911:

“Em seguida, sim, o que é essencial é o problema das unidades. Com efeito, a língua é necessariamente comparável a uma linha cujos elementos são recortados a golpes de tesoura (“*coupés aux ciseaux*”), pan, pan, pan, e não segmentados cada qual com uma forma.”  
(Saussure, *apud* Gadet, 1987, p. 17)

Trata-se, a todas luzes, aqui, da concepção atualíssima da *parole* como *discurso em construção*. E é por executar esse trabalho, precisamente por isso, que as línguas naturais funcionam como *metassemióticas*: em definitivo, *não é o mundo que diz o*

*que uma língua é, é, ao contrário, a língua que diz o que o mundo é, recortando-o à sua imagem e semelhança; é assim que ela funciona como sistema modelizante primário.*

Deve-se a Saussure, assim, a prioridade de ter visto que, assim como não existe *parole* sem *langue* (exatamente como não existe indivíduo sem sociedade, já que esta define a sua condição de existência), e tendo em vista que a função da *langue* (e não da *parole*) é interpretar, de um lado, *o discurso*, e, de outro lado, *o mundo*, operando a conexão que faz a imputação de um ao outro – “essa fala fala de X” – pode-se afirmar que, em um sentido puramente cognitivo, não-ontológico, evidentemente, *não há mundo sem langue* que o defina.

É o Saussure semiólogo quem primeiro vê, na língua natural, uma *metasemiótica* *dotada da função modelizante* (que nem Tinianov, nem Bühler, nem Mukařovski, nem Jakobson viram nem incluem em seus modelos de *funções da linguagem*), que consiste em recortar à sua imagem e semelhança o mundo natural, instalando-o, na *figura* de seus simulacros, em nossa competência, feito os dispositivos da *Semiótica do mundo natural*. É graças ao poder que a língua tem de poder funcionar como “um princípio de classificação” –

“A língua (...) é um todo em si mesma e um princípio de classificação.” (Saussure, 5, p. 25)

que o mundo natural se “culturaliza”, vale dizer, *vira uma semiótica do mundo natural*, em nossa mente, capaz de manifestar-se no código figurativo próprio a cada comunidade de falantes como indutora do efeito de sentido “realidade”.

E é, também, precisamente por isso que será sempre uma imprudência, para dizer o mínimo, introduzir no seio de um fenômeno cultural, puramente semiótico, como o discurso enunciado, um objeto da realidade fenomênica, extrasemiótico, como a noção do referente-coisa. Semelhante visada é inaceitável não só porque, como já apontou Lévi-Strauss nos *Tristes Tropiques*, ela postula uma continuidade (não-mediada) entre a experiência e a realidade, mas também porque não se poderia nunca apontar que referente corresponde, como coisa-do-mundo, aos conceitos abstratos (palavras como “justiça”, “amor”, “cristianismo”...), matemáticos (o que quer dizer “raiz quadrada de menos um”?, onde existe “um sextilhão” de quaisquer “coisas-do-mundo”?), aos dêiticos (qual é o sentido de “eu”, “aqui”, “agora”?), aos anafóricos (que quer dizer “isto”, “ele”, “lá”, “então”?), aos operadores profrasais (substitutos de um turno conversacional inteiro, como “não”, “sim”, “é verdade” “que beleza!”, ditos em resposta a uma pergunta), aos relatores juntivos (conjunções, preposições...), aos limites entre séries de processos escalares (quando um “bebê” vira um “menino” e um “menino” vira um “moço”...?; em que ponto exato do espectro cromático uma cor deixa de ser “amarela” e passa a “alaranjada” ou um “verde claro” passa a “verde escuro”?) etc.

Como deixamos escrito em outro lugar, é insustentável a hipótese realista que de-seja colocar o objeto extralingüístico nos quadros da significação. O papel da língua é outro; é funcionar como uma instância de mediação entre o homem e os outros

homens da sua comunidade, tornando possível que eles troquem suas experiências entre si; mas, assim como o signo não é o objeto ou coisa que ele designa – o que o signo designa é *um designatum*, ou seja; o *signo-type* existente no código, em relação ao qual ele não é mais do que um *signo ocorrencial* (um *signo-token*), o discurso não é o mundo; é, apenas, *um saber sobre o mundo*, capaz de fazer-se intersubjetivo, integrando um código, e, portanto, de relacionar consciências.

Os atos de comunicação envolvem trocas de saberes, e a única condição para que se realizem plenamente consiste na posse pelos interlocutores de um prévio saber implícito – uma competência – sobre o saber explicitado em transmissão no processo performativo da *parole*. Só compreende um enunciado realizado em Português quem tem competência para compreender o Português; assim, se se entende uma mensagem como

Perseu matou o Minotauro,

essa compreensão não é devida à existência (ou à inexistência) extralingüística de coisas tais como as designadas por *Perseu e Minotauro*, no mundo, já que eles são seres mitológicos, personagens de ficção, mas é devida à competência dos interlocutores, que são capazes de definir, por conhecer a língua em que se dizem tais coisas, o que sejam “Perseu”, “Minotauro” e “matar”. Em outros termos, se se compreende o enunciado

Perseu matou o Minotauro,

significa que é possível manipular tais signos e relações de um modo coerente dentro do código da língua portuguesa, traduzindo, por exemplo, “Perseu” e “Minotauro” como “seres mitológicos, personagens de ficção” etc., como acabamos de fazer.

Assim, o processo da significação, como o mestre do CLG não cansou de advertir, não relaciona um signo e um referente-coisa-do-mundo –

“O que o signo lingüístico une não é uma coisa e um nome, mas um conceito e uma imagem acústica”

(Saussure, 5, p. 98),

relaciona signos entre si. Nas mesmas palavras do professor de Genebra, renegando de modo mais claro ainda a teoria representacional do signo e da significação, para afirmar que o sentido de uma palavra é uma outra palavra com a qual a primeira pode ser trocada, e que a traduz mais explicitamente:

“(uma) palavra pode ser trocada contra alguma coisa de dessemelhante: uma idéia; além disso, ela pode ser comparada com alguma coisa da mesma natureza: um outro nome */=* outra palavra/.”

(Saussure, 5, p. 160)

Semelhante posicionamento implica que o significado do termo *árvore* pode ser traduzido no conjunto de marcadores de *traços distintivos* (outra expressão criada por Saussure no CLG)

(/vegetal/ + /lenhoso/ + /de grande porte.../)

etc., que descreveria o semema da *palavra* “árvore” sem se pronunciar sobre a coisa-em-si, a planta, enquanto elemento de uma realidade física que o mero ato de falar, precisamente, vem colocar entre parênteses. Ora, o malsinado diagrama do signo-árvore (*arbor*), que surge na página 99 do CLG, parece dizer exatamente o oposto, remetendo-nos a uma teoria representacional da língua que Saussure expressamente rechaçara páginas antes; ocorre, porém, que *tal diagrama nunca foi de autoria de Saussure*, cf. o depoimento de Godel, De Mauro e Amacker; de fato, escreve esse último:

“Em uma ou duas ocasiões pelo menos, há motivos para lamentar uma intervenção canhestra dos editores, que modifica a própria letra das fontes de que eles se serviam. Primeiramente, a terceira figura da página 99 do CLG /i.e, o gráfico do signo-árvore/ é uma invenção de Bally e Séchéhayé (cf. Godel, S M, 115; De Mauro, CLG, nota 132); pois bem, essa figura reintroduz, ou pelo menos convida a reintroduzir, a concepção nomenclaturista da língua, rejeitada duas páginas atrás.”

(Amacker, 1, p. 85)

Renegando a concepção do referente-coisa, não restava a Saussure mais do que dar uma definição intratextual do *referente*, concebendo-o como *informação contextual*, o que ele fará explicitamente na comunicação que apresentou à Sociedade de Linguística de Paris, acerca do nominativo lituano, onde estabelece claramente o princípio da imanência intratextual da significação, particularizando que

“Antes de tudo, não devemos nos apartar do princípio segundo o qual *o valor de uma forma está inteiramente no texto de onde a tomamos*, quer dizer, no conjunto das circunstâncias morfológicas, fonéticas, ortográficas, que a rodeiam e esclarecem.”

(Saussure, 5, p. 342)

Aí se formula pela primeira vez na história da Semiologia Geral a negação taxativa do recurso a qualquer referente externo, fundando uma nítida distinção entre *o ambiente não-lingüístico em que está ancorado o ato de comunicação* – o que chamamos, hoje, de *situação* – e *o ambiente lingüístico em que está instalado o termo-objeto em questão* – o que chamamos de *contexto*. Reconhece-se, pois, que o sentido de um elemento lingüístico está no contexto do discurso em que o situamos – e isso, que para muitos pragmaticistas positivistas parece constituir novidade ainda hoje, era afirmado em 1880.

---

LOPES, E. – Saussurean Linguistics: a Contextual and Non-Representative Meaning Theory. *Alfa*, São Paulo, 33: 1-7, 1989.

*ABSTRACT: Study of the General Linguistics theory established by Ferdinand de Saussure as a non-representative theory of sign and meaning, so opposite to semantics – which has been mistakenly imputed to him from the introduction, in the C.L.G. of the famous “tree-sign” diagram, which is not his, but the editors’ of the book, Ch. Bally and Séchéhaye – of the non-contextualized word and the referent-thing. The author shows that Saussure is, in fact, a pioneer of a contextual theory of meaning, in spite of the fact that it is merely sketched in the C.L.G.*

*KEY-WORDS: Meaning theories; context; representation.*

---

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMACKER, R. – *Linguistique Saussurienne*. Genebra, Droz, 1975.
2. GADET, F. – *Saussure: une Science de la Langue*. Paris, PUF, 1987.
3. GODEL, R. – *Les Sources Manuscrites du “Cours de Linguistique Générale” de Ferdinand de Saussure*. Genebra/Paris, Droz/Minard, 1957.
4. OGDEN, C. K. & RICHARDS, I. A. – *The Meaning of Meaning*. 4. ed., Londres, 1936.
5. SAUSSURE, F. de – *Cours de Linguistique Générale*. Paris, Payot, 1972.
6. ULLMANN, S. – *Semântica. Uma Introdução à Ciência do Significado*. Lisboa, Fund. C. Gulbenkian, 1967.

## COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAL EM COMPOSIÇÕES INFANTIS\*

C. M. GHIRALDELO\*\*

---

*RESUMO: Partindo da hipótese de que a criança possui uma gramática internalizada, uma vez que ela é falante da língua, este trabalho procura detectar os parâmetros desta gramática. Para isso, analisamos os mecanismos de coesão/coerência textual utilizados por alunos de 3ª série do 1º grau para a produção de textos.*

*UNITERMOS: Lingüística Aplicada; ensino de Língua Portuguesa.*

---

### O ENSINO DA ESCRITA

A escrita, na nossa sociedade, ocupa um papel relevante como veículo de transmissão de bens culturais. Por isso, é de suma importância que os indivíduos desta sociedade saibam manejar a norma padrão da língua, na sua modalidade escrita, para se adaptarem a esta sociedade, e, o que é mais importante, transformá-la.

Cabe à escola, enquanto instituição responsável pelo processo de alfabetização, levar o aluno ao domínio da língua escrita. No entanto, não tem conseguido realizar eficazmente esta tarefa.

Devido a esse insucesso, muitos estudiosos brasileiros da Lingüística Moderna passaram a discutir os métodos e as estratégias utilizadas no ensino de língua portuguesa. A partir destas investigações, é possível extrair alguns fatores responsáveis pelo fracasso do aprendizado da escrita.

Um deles consiste em ensinar a língua, desde os primeiros anos escolares, por meio de uma metalinguagem, utilizando-se para isto a Gramática Tradicional. Esta, no entanto, analisa a língua através de orações soltas, desconsiderando o contexto em que estão inseridas, bem como os interlocutores: apresenta conceitos e descrições contraditórios; mistura de critérios, ora com base sintática, ora com base semântica etc.

---

\* Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa desenvolvida com o financiamento de bolsa de Iniciação Científica à autora pelo CNPq.

\*\* Aluna de pós-graduação em Lingüística e Língua Portuguesa do Departamento de Lingüística, FCL - UNESP - 14800 - Araraquara - SP.

Outro fator também responsável é o desrespeito, por parte da escola, para com a linguagem do aluno e as suas intuições lingüísticas. A escola tende a só aceitar um certo modelo de língua e um certo conceito de texto. O modelo de língua baseia-se na Gramática Tradicional, e o de texto, em modelos oferecidos nos livros didáticos. Assim, despreza-se a experiência lingüística do aluno, bem como as suas hipóteses sobre o funcionamento da língua. Não se considera que a criança, antes mesmo de ingressar na escola, já se comunicava oralmente dentro do seu grupo social, e que, portanto, possui uma gramática internalizada.

Assim, o ensino da língua escrita (suas normas e convenções) deve ser conduzido como o aprendizado da língua oral, ou seja, expor a criança aos fatos da língua para que ela desenvolva hipóteses sobre seu funcionamento.

A aquisição da linguagem oral, por sua vez, ocorre em uma sucessão temporal e se inicia com estruturas simples, caminhando para as mais complexas. Isto fica claro, por exemplo, com a insistência das crianças em usar a seqüência canônica da língua: agente – ação – objeto (N + V + N).

No entanto, o ensino de Língua Portuguesa divide-se em duas partes *distintas*: a análise de frases da língua através dos postulados da Gramática Normativa e a produção de textos (redações), sendo o texto, desta maneira, entendido simplesmente como uma soma de frases. É sabido que o conceito de *texto* possui um âmbito muito mais amplo que este.

*Texto* deve ser entendido como uma unidade de sentido, escrita ou falada, portadora de significado, que se estrutura internamente por processos de coesão e coerência, não importando a sua extensão, mas sim sua realização. (Fávero & Koch, 5)

Segundo Beaugrande-Dressler, além da coesão e coerência que estão centradas no texto, existem ainda mais cinco padrões de textualidade, que estão centrados no usuário: a) informatividade – informações expostas pelo texto; b) intencionalidade – intenção do falante ao produzir um texto; c) aceitabilidade – atitude do ouvinte em aceitar o texto como coeso e coerente; d) situacionalidade – interferência do contexto na formação do texto; e) intertextualidade – elementos de um texto que remetem a outro(s). (Fávero, 4; Koch, 10)

Assim, o texto por si só não constitui unidade de sentido: é apenas o ponto de partida para sua interpretação. Quando há a interação leitor/texto, este adquire sentido. Desta maneira, a leitura, a interpretação e a produção de textos dependem de fatores lingüísticos e extralingüísticos que envolvem elaborações sintáticas, semânticas, pragmáticas, lógicas, culturais etc. (Marcuschi, 16)

## TRABALHANDO COM TEXTOS

A partir de experiências de leitura, interpretação e produção de textos com alunos de uma classe de 3ª série do 1º grau, analisamos quais os mecanismos utilizados pelas crianças para construir a continuidade e a seqüencialidade do texto. Partimos da

hipótese de que elas têm uma gramática internalizada e que possuem intuição de como um texto se estrutura quanto à coesão e coerência, bem como sua contextualização dentro de uma dada situação lingüística.

A continuidade (coesão referencial), ligada ao *dado*, diz respeito à manutenção temática e tem como mecanismos a *substituição* pro-formas (que podem ser pronominal, verbal, adverbial, quantitativa) ou por zero-elipse; e a *reiteração*, que pode ser por sinônimo, hiperônimo, nomes genéricos, expressões nominais definidas ou repetição do mesmo item lexical.

A seqüencialidade (coesão seqüencial), ligada ao *novo*, é responsável pela progressão temática do texto. Tem como mecanismos a *recorrência* de aspectos e tempos verbais, de recursos fonológicos segmentais e suprasegmentais, de termos, de estruturas, de conteúdo semântico; e a *progressão* de contigüidade semântica ou “colocação”, de encadeamento por justaposição ou conexidade. (Koch, 11)

Como *corpus* para este trabalho, selecionamos 48 redações, que foram produzidas a partir de dois textos de literatura infantil.

O primeiro texto foi *História meio ao contrário*, de Ana Maria Machado (15). Este texto inicia-se com o final clássico dos contos de fadas (“...e eles se casaram e viveram felizes para sempre”) e termina com a fórmula cristalizada, não menos clássica, do começo dos contos de fadas (“Era uma vez...”). A história não é “meio ao contrário” só porque o seu começo e o seu fim são invertidos formalmente, mas também pela inversão dos valores que são narrados. O príncipe, por exemplo, não mata o dragão negro (responsável pela transformação dia/noite); não realiza, portanto, a vontade do rei, mas a do povo que, sem o dragão negro, ficaria sem a noite para descansar. O príncipe deixa de se casar com a princesa para casar-se com uma pastora. A princesa vai viajar para conhecer novos lugares e participar de outras histórias. Assim, a característica principal deste conto é a quebra do esquema narrativo tradicional dos contos de fadas.

Após a leitura, em voz alta, e interpretação do texto, feita oralmente, distribuímos às crianças uma folha de papel com o desenho de quatro personagens – um rei, uma princesa, uma pastora e um príncipe – e solicitamos que criassem uma história em que aparecessem estas personagens.

O segundo exercício consistiu na criação de uma história, a partir da leitura e interpretação – feitas tais como no primeiro exercício – do poema *O vestido de Laura*, de Cecília Meireles (17). As crianças receberam uma folha contendo a poesia e sua representação através de um desenho (uma menina com um vestido de três babados).

Para a análise dos resultados, bem como para a exemplificação neste trabalho, não consideramos os problemas ortográficos dos alunos, uma vez que não são relevantes para os nossos propósitos. Desta maneira, os vocábulos dos exemplos foram transcritos da forma como estão dicionarizados.

## A CONCEPÇÃO TEXTUAL INFANTIL

### A – Coesão Referencial

#### 1. SUBSTITUIÇÃO

##### 1.1. *pro-forma pronominal*

Para manutenção da referência de um item, as crianças substituem por pronomes, especialmente os do caso reto (3ª pessoa). Este recurso é muito utilizado pelas crianças para evitar a repetição do mesmo item:

- (1) “Era uma vez um *rei* muito guloso e só *ele* que comia *ele* não dava pra ninguém.”

Nos exemplos (2), (3) e (4), apenas os artigos indefinidos foram substituídos por pro-formas demonstrativas, aparecendo em seguida a repetição do item lexical:

- (2) “Aurora tinha *um vestido* todo estrelado.  
*Esse vestido* era todo babado.”
- (3) “Era uma vez uma princesa que vivia *num palácio* muito bonito. Ela gostava de viver *naquele palácio*.  
(...) Um dia ela viu *um príncipe* muito bonito.  
Ela começou a gostar dele. Ela ficou apaixonada por *aquele príncipe*.”
- (4) “Era uma vez um rei. Que tinha *uma filha*. *Essa filha* era uma princesa que se chamava-se Claudete.  
Um dia *um príncipe* quis casar com ela. Mas o pai não aceitou. *Esse príncipe* viu um dia uma pastora.”

No exemplo seguinte, temos a pro-forma com função de pro-sentença:

- (5) “Então Laura percebeu que *quem era bonita não era ela, era o vestido* então ela ficou zangada com *isto* e foi para casa muito triste.”

O pronome demonstrativo “isto” substitui anaforicamente a sentença: “quem era bonita não era ela, era o vestido.”

##### 1.2. *pro-forma adverbial*

- (6) “(...) Laura pôs o vestido novo e se pintou arrumou o cabelo e foi para a festa. Chegando *lá* (...)”
- (7) “Quando Laura abriu *sua gaveta* seu vestido estava *lá*.”

Nos dois exemplos, o “lá” é uma pro-forma adverbial com função de pro-sintagma: “a festa”; “sua gaveta”.

### 1.3. *pro-forma quantitativa*

- (8) “Era uma vez *um príncipe*.  
Era uma vez *uma princesa* muito bonita.  
Os *dois* moravam numa fazenda (...)”

O numeral “dois” é uma *pro-forma quantitativa* com função de *pro-sintagma*: “um príncipe” e “uma princesa”.

### 1.4. *elipse: pro-forma substituída por zero*

Quando a substituição por pronomes ou item lexical torna-se redundante, ocorrem as *elipses*, que muitas vezes contribuem para tornar o texto ambíguo, como em (9):

- (9) “Era uma vez um rei<sup>1</sup> muito alegre ele<sup>1</sup> não gostava que ficava noite<sup>2</sup> ele<sup>1</sup> não sabia que o<sup>2</sup> era um dragão negro<sup>3</sup> ele<sup>1</sup> mandou um príncipe matar o dragão negro<sup>3</sup>.”

Segundo Koch (11, p. 4): “Bastante comum é também, em português, a substituição por zero – *elipse* –, mesmo em se tratando de componentes que exercem a função sintática de sujeito.”

Essa ocorrência, porém, não é comum na linguagem infantil. A criança, constantemente, expressa o sujeito em suas construções lingüísticas:

- (10) “Era uma vez uma princesa muito bonita.  
*Ela* gostava muito do príncipe.  
*O rei* era muito bom para ela e *ela* gostava muito do rei (...)”
- (11) “*Laura* tinha um vestido bonito  
*ele* era vermelho e meio amarelo, (...)  
*O vestido* tinha três cores: (...)”

## 2. REITERAÇÃO

### 2.1. *nomes genéricos*

No exemplo (12), temos a reiteração de “vestido” pelo vocábulo “coisa” (nome genérico):

- (12) “Laura gostou muito do seu *vestido*. O *vestido* era todo estrelado (...)  
ela [Laura] chamou os caçadores para procurar o seu *vestido* e eles viram uma *coisa* colorida e estrelada (...)”

## 2.2. repetição do mesmo item lexical

A repetição de estruturas, recurso utilizado com muita frequência, demonstra o esforço da criança para desfazer ambigüidades:

(13) “*Laura* é uma mocinha muito bonita. *Laura* fica muito bonita com este vestido. *Laura* gosta muito do vestido dela.”

(14) “*Laura* gostou muito do seu *vestido*. O *vestido* era todo estrelado e cheio de borboletas que dava inveja do *vestido* de *Laura* (...)”

É interessante observar ainda que nos exemplos (15) e (16) o mesmo item lexical é repetido através da substituição por pro-forma pronominal:

(15) “O vestido<sup>1</sup> ele<sup>1</sup> era todo rendado dos lados.”

(16) “Ela [a princesa] estava adormecida porque uma bruxa malvada<sup>2</sup> ela<sup>2</sup> tinha lançado um feitiço sobre a princesa (...)”

## B – Coesão Seqüencial

### 1. Recorrência

#### 1.1. de tempos verbais

Weinrich (21) divide os tempos verbais em dois grandes grupos, de acordo com o uso nas situações comunicativas\*: os do *mundo comentado* e os do *mundo narrado*.

O primeiro grupo compreende os tempos verbais utilizados em diálogos, comentários. O falante, ao utilizar os tempos deste grupo, está comprometido com o enunciado. O tempo verbal principal é o presente.

O segundo grupo comporta os tempos que são usados em narrações, relatos. O *perfeito* e o *imperfeito* são os tempos principais. O uso destes tempos expressa o não comprometimento do falante com o enunciado.

O presente é o tempo zero do mundo comentado e o pretérito perfeito e o imperfeito são os tempos zero do mundo narrado. “Os demais tempos de cada grupo são, por sua vez, tempos de prospecção ou de retrospecção em relação ao tempo zero. Designam a perspectiva comunicativa relativamente ao ponto zero dos grupos temporais correspondentes.” (Koch, 12, p. 40)

---

\* Weinrich denomina situações comunicativas: o pedido de uma informação e a própria informação; um monólogo; o relato de uma história; a descrição de um objeto ou de uma cena; a leitura e a escrita de uma carta; um comentário; uma conferência científica; um diálogo dramático etc. (p. 62)

Para Weinrich, não há aspecto verbal propriamente dito. Ele diferencia o pretérito perfeito do imperfeito fundamentando-se na noção de *relevo narrativo*: o primeiro (perfeito) é o tempo do 1º plano, que é usado para narrar ações; o segundo (imperfeito) é o do 2º plano, que é empregado como pano de fundo. O imperfeito é também muito usado para introduzir ou concluir a narração.

Nos contos infantis é comum a introdução com o imperfeito expresso na fórmula “era uma vez”. Confirma Weinrich:

“El mundo de los cuentos infantiles es el mundo narrado por excelencia. En ningún relato somos tan distanciados de la situación cotidiana como en el cuento infantil. En el cuento infantil todo es distinto del mundo cotidiano; por ello, el cuento infantil traza con más firmeza que cualquier otro relato la frontera entre el mundo narrado y el mundo cotidiano.” (p. 81)

Vejamos alguns trechos das redações do *corpus* deste trabalho, que exemplificam o que foi até agora exposto quanto ao uso dos tempos verbais.

(17) “Era uma vez um príncipe e uma princesa que viviam numa montanha.”

O uso do imperfeito nesta introdução deixa transparecer um distanciamento da vida cotidiana, que, além de ser marcado pela própria fórmula “Era uma vez”, também é marcado por elementos de um mundo distante, de fantasia, como: morar em montanhas; existência de príncipes, reis, bruxas etc.

À medida que começam a narrar as ações, as crianças deixam de usar o imperfeito e passam a empregar o perfeito:

(18) “E um dia o dragão negro apareceu e roubou as luzes do palácio.”

Essa conversão do pretérito imperfeito para o perfeito indica-nos que as crianças têm noção de relevo e operam a passagem do 2º plano (imperfeito) para o 1º plano (perfeito).

Outra conversão que executam com eficiência é a da narrativa para o comentário, isto é, a passagem do discurso do narrador para o discurso direto. Apesar de não dominarem as convenções gráficas do discurso direto (dois pontos, travessão), os tempos verbais são usados corretamente, indicando o narrador com o pretérito e reproduzindo a fala das personagens com o presente.

(19) “Laura chegou em casa chorando. Sua mãe lhe disse:  
– Viu minha filha, nunca se desobedece sua mãe.  
Deus castiga.”

A passagem do imperfeito para o perfeito (mundo narrado) e do perfeito para o presente (mundo comentado), mostra-nos que os tempos verbais são utilizados como procedimentos de recorrência para expressar a coesão seqüencial. (Koch, 11)

- (20) “*Era* uma vez uma princesa muito triste porque queria se casar. *Chegou* um príncipe e falou:  
– Eu *quero* me casar com a princesa.”

As descrições presentes nas narrativas foram apresentadas de duas formas:

a) com os verbos no imperfeito:

- (21) “Aurora *tinha* um vestido todo estrelado.  
Em volta *era* tudo borboletado.”

b) com os verbos no presente:

- (22) “Um dia Laura *saiu*  
(...) o vestido *é* de três babados”

Ocorrência como (22), em que “se introduz um ou mais tempos do mundo narrado no mundo comentado (ou vice-versa)” (Koch, 12, pp. 40-1), é denominada por Weinrich de *metáfora temporal*. Neste exemplo, houve o uso do presente (tempo do mundo comentado) no lugar do imperfeito (tempo do mundo narrado). Ocorre o contrário no exemplo seguinte (23), em que há o uso do imperfeito (“*vivia*”) no lugar do presente (“*viver*”), na fala do rei:

- (23) “Mas o rei falou para o príncipe:  
– Se você quiser casar com minha filha você tem que matar o dragão negro que *vivia* na floresta.”

Weinrich considera os modos subjuntivo e imperativo, e as formas nominais (infinitivo, gerúndio e particípio) como semitempos, isto é, não são formas verbais plenas, uma vez que não pertencem nem ao mundo comentado nem ao narrado. No entanto, podem indicar perspectiva e relevo quando ligadas a um tempo do mundo narrado ou comentado (tempo pleno).

- (24) “Mas o povo não *queria* que *matassem* o dragão negro (...)”

As crianças possuem intuição sobre a perspectiva comunicativa, utilizando tempos que indicam prospecção e retrospecção. Em (24) há o emprego do imperfeito (tempo zero: “*queria*”) e a prospecção expressa no imperfeito do subjuntivo (“*matassem*”).

No exemplo (25), a forma infinitiva (“*lavar*”) está ligada à forma do pretérito mais-que-perfeito composto do indicativo (“*tinha acabado*”), que é um tempo pleno do mundo narrado, dando-nos a perspectiva de retrospecção.

- (25) “E o vestido *estava* no varal que sua mãe *tinha acabado* de lavar.”

### 1.2. de termos

Uma recorrência bastante freqüente foi a reiteração de um mesmo verbo para intensificar a ação representada e ao mesmo tempo expressar a durabilidade do processo verbal.

- (26) “Era uma vez uma princesa. Ela estava adormecida e o seu pai *chorava, chorava* (...)”
- (27) “(...) Com todas essas cores o vestido *brilhava, brilhava, brilhava.*”
- (28) “(...) Ela ficou *trabalhando, trabalhando* até conseguir o dinheiro (...)”

### 1.3. de estruturas

A repetição de estruturas, como podemos ver nos exemplos a seguir, é muito comum na linguagem infantil:

- (29) “*Laura viu* um vestido (...) *Laura viu* os cantinhos dos babados do vestido”
- (30) “*Era uma vez* um príncipe. *Era uma vez* uma princesa.”

Também é comum a repetição de qualificações com o advérbio de intensidade “muito”:

- (31) “Certa vez um Rei muito encantador tinha um castelo.  
O castelo era *muito bonito* mas não só o castelo porque a Rainha era a dona do castelo ela era *muito encantadora*.  
Certo dia apareceu um príncipe *muito encantador.*”

Neste exemplo (31), “muito encantador” e “muito bonito” são usados para referir-se a elementos semelhantes: rei, rainha, príncipe, castelo. Estes elementos estão codificados no mundo imaginário da criança em um mesmo nível de valor, daí a repetição da qualificação positiva.

No trecho (32) o advérbio “muito” antes do adjetivo expressa a relação de semelhança entre as duas qualidades, ou seja, a mesma quantidade que o vestido tem de rendas tem também de cores. Em (33), ocorre idêntica relação, isto é, Laura é tão bonita quanto o vestido.

- (32) “O vestido de Laura era todo colorido e *muito rendado*. (...) Tem três babados enfeitado de linha preta, de linha vermelha e *muito colorido.*”

- (33) “Laura tem um vestido  *muito bonito* ele é bordado todinho cheio de flores e borboletas voando num fino bando.  
Laura é uma mocinha  *muito bonita*.”

## 2. PROGRESSÃO

### 2.1. contigüidade semântica ou colocação

Nos dois exemplos a seguir, a progressão textual realiza-se pela proximidade semântica dos itens lexicais.

- (34) “Era uma vez uma  *princesa* que vivia num  *castelo* e gostava de um  *príncipe*.  
Mas o  *rei* falou (...)”
- (35) “Ela [Laura] vai casar domingo às 19:50 e não via a hora passar mas seu  *noivo* atrasou e ela começou a chorar, e sua mãe dizia: filha seu noivo já vai chegar quando sua mãe falou ele vai chegar ele bateu a porta do carro ela ficou toda contente e acabou o  *casamento*.  
E eles foram para Santos e se queimaram bastante e ficaram na  *lua-de-mel* para sempre.”

No exemplo (34), ao utilizar elementos característicos dos contos de fadas, como “princesa”, “castelo”, “príncipe” e “rei”, o aluno recorre às inferências analógico-semânticas por associações. No exemplo (35), o texto baseia-se em inferências cognitivo-culturais do aluno, onde o  *frame* “casamento” desencadeia os itens lexicais “noivo” e “lua-de-mel”. (Marcuschi, 16)

### 2.2. encadeamento por conexão

Nos trechos seguintes, o encadeamento por conexão é expresso pela partícula sequenciadora temporal “depois”, que se refere à linearidade do tempo cronológico, do “mundo real”:

- (36) “(...) Laura queria comprar o vestido  
ela ficou trabalhando, trabalhando até conseguir o dinheiro  *depois* ela foi comprar o vestido (...)”
- (37) “Laura foi ao supermercado comprar algumas coisas para comer como maçã, babana, arroz, feijão, pera no almoço.  
E  *depois* Laura voltou para casa e deitou na cama tranquilamente.”

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Como pudemos observar pela análise do *corpus*, as crianças utilizaram eficientemente vários mecanismos de coesão e coerência para a construção textual.

Nas redações, as palavras foram associadas entre si formando as sentenças e estas se inter-relacionaram, compondo unidades de sentido mais amplo – os textos. Estes se apresentaram contextualizados, pois foram criados dentro de situações comunicativas: o primeiro, a partir de uma narrativa e o segundo, de um poema. Isto demonstra que as crianças têm percepção do que é um texto e como este se estrutura, devido à sua experiência enquanto falantes da língua.

Alguns empregos, tais como o uso excessivo de pronomes e repetições, tanto do léxico quanto de estruturas, são características peculiares da linguagem oral, que são transferidas para a linguagem escrita. Nessa fase da vida escolar (3ª série), ela domina muitas construções lingüísticas em situações coloquiais, ao mesmo tempo em que está se apropriando do sistema da escrita. O que não compreende ainda é a distinção entre língua oral, que pode recorrer às retomadas, redundâncias etc., e língua escrita, que exige recursos mais sistemáticos e é regulamentada por convenções e normas. Assim, é comum aparecerem, nos textos, formas típicas da linguagem oral mescladas com formas mais elaboradas, próprias da escrita. Estes fatos são bastante compreensíveis, uma vez que a criança é obrigada, logo nos primeiros anos escolares, a decorar listas de conjugações de verbos, pronomes, coletivos etc. (muitos dos quais ela possivelmente nunca fará uso), sem conhecer sua aplicação dentro de um texto. A escola não prevê um período inicial em que a criança possa expressar sua própria linguagem na modalidade escrita, conduzindo-a, paulatinamente, para o domínio da escrita na norma padrão.

O aprendizado da língua materna seria mais eficaz se fosse levada em conta a gramática da criança. Assim, o ensino, inicialmente, teria como base o léxico e as estruturas do universo lingüístico da criança, sendo que, posteriormente, direcionar-se-ia para a posse de estruturas mais complexas.

## AGRADECIMENTOS

A autora agradece a orientação da Profa. Dra. Maria do Rosário F. Valenciso Gregolin, do Depto. de Lingüística da FCL/UNESP – Araraquara.

---

GHIRALDELO, C. M. – Textual cohesion and coherence in children's compositions. *Alfa*, São Paulo, 33: 9-21, 1989.

*ABSTRACT: Starting from the hypothesis that children own an internalized grammar, since they are language speakers, this work aims at detecting the patterns of this grammar. For that purpose, we have analysed the textual cohesion/coherence mechanism employed by primary school third year\* students for text production.*

*KEY-WORDS: Applied Linguistics; Portuguese language teaching.*

---

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BECHARA, E. – *Moderna gramática portuguesa*. 28ª ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1983.
2. CASTILHO, A. T. de – Problemas de análise gramatical. *In: Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa*. São Paulo, SEESP/CENP, 1978, P. 3-44.
3. CUNHA, C. F. – *Gramática da Língua Portuguesa*. 9ª ed. Rio de Janeiro, FAE, 1983.
4. FÁVERO, L. L. – Intencionalidade e aceitabilidade como critérios de textualidade. *In: —, & PASCHOAL, M. S. Z. (orgs.) Lingüística textual: texto e leitura*. São Paulo, EDUC, 1985. p. 31-7. (Série Cadernos PUC, 22).
5. FÁVERO, L. L. & KOCH, I. G. V. – *Lingüística textual: introdução*. São Paulo, Cortez, 1983. p. 11-25.
6. GERALDI, J. W. (org.). *O texto na sala de aula: leitura & produção*. 2ª ed. Cascavel, ASSOESTE, 1984.
7. IGNÁCIO, S. E. – Considerações sobre o ensino da metalinguagem na escola de 1º grau. *In: XIII Anais de Seminários do GEL*. Araraquara, UNESP-ILCSE, 1986. p. 197-206.
8. ILARI, R. – *A lingüística e o ensino da língua portuguesa*. São Paulo, Martins Fontes, 1985.
9. KATO, M. – *No mundo da escrita*. São Paulo, Ática, 1986.
10. KOCH, I. G. V. – A intertextualidade como fator da textualidade. *In: FÁVERO, L. L. & PASCHOAL, M. S. Z. (orgs.) Lingüística textual: texto e leitura*. São Paulo, EDUC, 1985, p. 39-46. (Série Cadernos PUC, 22)
11. KOCH, I. G. V. – *Principais mecanismos de coesão textual em português*. 1988. (mimeo.)
12. KOCH, I. G. V. – Os tempos verbais no discurso. *In: —. Argumentação e linguagem*. São Paulo, Cortez, 1984. p. 36-48.
13. LEMOS, C. T. G. de – A sintaxe no espelho. *In: Cadernos de estudos lingüísticos*, UNICAMP/IEL, (10): 05-15, 1986.
14. LIMA, R. – *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 25ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1985.
15. MACHADO, A. M. – *História meio ao contrário*. Ilustr. Humberto Guimarães. 3ª ed. São Paulo, Ática, 1981.

---

\* Equivalent to the fifth and sixth grades in American/British schools.

16. MARCUSCHI, L. A. – *Leitura como processo inferencial num universo cultural-cognitivo*. In: *Leitura: teoria e prática*. Porto Alegre, 4, (5): 03-16, 1985.
17. MEIRELES, C. – *O vestido de Laura*. In: *Ou isto ou aquilo*. Ilustr. Eleonora Affonso. 4ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
18. PERINI, M. A. – *Para uma nova gramática do português*. São Paulo, Ática, 1979.
19. SILVA, E. T. – *Leitura & realidade brasileira*. 3ª ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986.
20. WEINRICH, H. – *Estructura y función de los tiempos en el lenguaje*. Versión española de Federico Latorre. Madrid, Gredos, 1964.
21. ZILBERMAN, R. (org.) *et alii* – *Leitura em crise na escola: as alternativas do professor*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986.

## FÓRMULAS METALINGÜÍSTICAS DA FÁBULA ESÓPICA

Maria Celeste Consolin DEZOTTI\*

---

**RESUMO:** A articulação da "história" e da "moral" da fábula se faz por meio de operações metalingüísticas. Na fábula esópica anônima, tais operações cabem a verdadeiras construções formulares, cujo funcionamento faz pressupor a existência, na cultura grega, de um paradigma estocado na competência discursiva do falante grego.

**UNITERMOS:** Fábula esópica; epimítio; fórmula; metalinguagem.

---

Em seu artigo "A Forma da Fábula", A. D. Lima (4) chama a atenção para o fato de que preocupações com o conteúdo levaram a ver, na fábula, só a "história" e a "moral". Centrando sua análise na forma da fábula, ele pretende recuperar a idéia de "procedimento discursivo", latente em *fala*, significado presente na raiz latina sobre a qual se assenta a denominação *fábula*. Considera, então, que a fábula é um *discurso* e descobre que ela não se compõe de dois enunciados apenas, a "história" e a "moral", mas de três, estando o enunciado da história e o enunciado moral articulados por um terceiro enunciado, que ele denomina *discurso metalingüístico*. Este enunciado expressa-se nas fábulas pelos mais variados expedientes: (i) por frases do tipo "ho mýthos deloi", "testatur haec fabella", "a fábula ensina" etc.; (ii) pela própria palavra *moral* que, disposta no fim da fábula, traria implícita a frase "a moral desta fábula é..."; ou (iii) pela simples mudança de tom (para mais baixo) que se opera na enunciação do enunciado moral. Essa mudança de entonação caracteriza o discurso metalingüístico como um discurso de natureza suprasegmental.

Através do discurso metalingüístico recuperam-se tanto a instância de enunciação do discurso que a fábula é, como a existência do seu enunciador. Esse discurso adquire, pois, o estatuto de marca, presente no enunciado, da enunciação da fábula. "Não ler esse discurso, diz A. D. Lima (4, p. 64), é, no mínimo, deixar incompleta a tarefa lingüística de análise do discurso pelo qual o texto da fábula se atualiza."

---

\* Departamento de Lingüística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800 – Araraquara – SP.

Tomando-se por base essa tripartição do texto da fábula, é interessante observar como se manifesta, na fábula esópica anônima, esse discurso metalingüístico – o mais importante dos três –, pois é ele que funda o ato de fala que a fábula, em última instância, constitui.

Tomou-se para exame o *corpus* de fábulas esópicas anônimas coligidas por Émile Chambry (3) em sua Edição *Minor*. Trata-se de uma coletânea que abriga 358 fábulas esópicas extraídas das três mais importantes coleções de fábulas anônimas legadas pela Antigüidade: a Augustana, a Acursiana e a Casinense ou Vindobonense. Aceita-se que, dentre as três, a primeira é a mais antiga. Adrados (1, p. 5) considera-a uma reelaboração, feita no século V d.C., de uma coleção mais antiga, provavelmente do século I d.C., que, por sua vez, remontaria à primeira coleção de fábulas de que se tem notícia, a coleção de Demétrio de Falero (século IV a.C), dando origem, assim, diretamente ou por contaminação, a quase todas as fábulas posteriores, incluindo-se entre elas mesmo a fábula moderna (2, p. 113). Aí está, pois, uma boa justificativa para o estudo da fábula esópica anônima como forma de se conhecer melhor as etapas de estruturação de um gênero literário que parece ter sofrido, até a atualidade, pouca ou nenhuma alteração.

De acordo com a descrição de A. D. Lima (4), o discurso metalingüístico explicita-se no promítio ou no epimítio da fábula. No caso das fábulas esópicas anônimas, interessa a descrição do *epimítio*, isto é, daquela porção de texto que segue a “história” e que se conhece, tradicionalmente, como a “moralidade” da fábula.

Do conjunto de fábulas coligidas por Chambry (3), 10 destacam-se por apresentar apenas o texto narrativo, isto é, a “história”. É o caso da fábula “Diógenes e o careca” (3, 45), citada, a seguir, em tradução:

“Diógenes, o filósofo cínico, ao ser insultado por um careca, disse-lhe: ‘Eu, de minha parte, não te insulto. Longe de mim tal coisa! Mas eu elogio os teus cabelos, porque foram embora de uma cabeça terrível.’”

As 348 fábulas restantes apresentam, todas elas, texto narrativo seguido de epimítio.

Examinaram-se, então, todos os epimítios dessas fábulas, a fim de se observar qual é a freqüência, neles, de enunciado metalingüístico, e de que expedientes lingüísticos as fábulas se servem para expressá-lo.

A fim de se isolar o enunciado metalingüístico, procedeu-se à decomposição do epimítio em dois enunciados, o metalingüístico e o moral. Considerou-se como *enunciado moral* a porção de texto constitutiva do epimítio que pode ser destacada do contexto sem que se torne, por isso, “sem sentido”, pressupondo-se, pois, que o enunciado moral seja um enunciado que conserva uma certa autonomia, algo como um provérbio ou uma máxima. Para ilustrar esse procedimento, tome-se, como exemplo, o epimítio da fábula “Os carvalhos e Zeus” (3, 46), apresentada a seguir:

“Os carvalhos puseram-se a recriminar Zeus, dizendo: ‘À toa fomos trazidos à vida; pois, mais que todas as plantas, suportamos o golpe violento.’ E Zeus: ‘Vocês mesmos é que acabaram arranjando para si tal desgraça. É que, se vocês não produzissem os cabos de machados e não fossem úteis para marceneiros e lavradores, machado algum iria cortá-los.’

Certas pessoas que são responsáveis pelos próprios males direcionam tolamente a censura à divindade.”

O epimítio dessa fábula constitui um caso raro na coletânea: ele explicita, lingüisticamente, apenas o discurso moral. Este, por sua vez, compõe-se de uma asserção que, retirada do contexto, poderia ser enunciada isoladamente como se fosse uma máxima, sem prejuízo algum de seu significado. Se retirarmos dessa fábula o enunciado moral, ela passará a apresentar apenas o texto narrativo.

Essa fábula, cabe observar, constitui, dentre as fábulas esópicas anônimas, o único exemplo em que o discurso metalingüístico constrói-se por meio de elementos suprasegmentais. Contrastando, porém, com essa ocorrência única, encontra-se a grande maioria dos epimítios, cuja estrutura discursiva permite que se isole o enunciado moral de uma outra porção de texto que não compõe o seu significado. Enquanto o enunciado moral isolado mantém sua autonomia significativa, a porção de texto restante fica “pendente”. É o que se verifica em epimítios como os enumerados a seguir, de (1) a (6), cujas traduções trazem grifados os itens que não compõem o enunciado moral, correspondendo, assim, ao chamado discurso metalingüístico.

- (1) “*Assim*, a competição com os superiores, além de não levar a nada, ainda faz rir das infelicidades.” (3, 5-6)
- (2) “*Assim, também* certos homens que não conseguem realizar seus negócios por incapacidade culpam as circunstâncias.” (3, 17-18)
- (3) “*O discurso mostra que* muitos, por interesse particular, não hesitam de modo algum em dar falso testemunho de coisas impossíveis.” (5, 7-8)
- (4) “*Que* com bens ninguém depara rápido, mas pelos males cada pessoa é a cada passo atingida.” (3, 3)
- (5) “*Pois bem. Portanto, também* nós devemos evitar a amizade daqueles cuja postura é ambígua.” (3, 29-30)
- (6) “*Você está vendo* quanta força tem o mosquito, a ponto de amedrontar até um elefante.” (3, 93)

Vê-se que em (1) é possível destacar-se, como enunciado metalingüístico, o item “assim”, que corresponde, no texto grego, ao advérbio οὕτως. Em (2) destaca-se, além de “assim”, o item “também”, tradução da partícula καί. Em (3) destacam-se

uma oração e a conjunção integrante que marca a condição sintática de subordinação do enunciado moral à oração que o antecede; elas correspondem, no texto grego, a ὁ λόγος δηλοῖ e a ὅτι, respectivamente. Por outro lado, em (4) o texto grego deixa explícito, por meio da conjunção ὅτι, traduzida pela conjunção “que”, que o enunciado moral que ela introduz constitui, do ponto de vista sintático, uma oração subordinada a uma oração principal que está elíptica. Por isso, fez-se questão de manter o “que” na tradução do epimítio para se dar uma imagem exata do modo como o texto grego está elaborado. Caso se excluísse da tradução a conjunção, o epimítio seria apresentado como se fosse composto unicamente de enunciado moral.

Os epimítios (5) e (6) documentam tipos de estruturação de discurso metalingüístico pouco frequentes na coletânea. Em (5), o discurso metalingüístico expressa-se por meio das partículas ἀταρ, οὖν e καί, traduzidas por “pois bem”, “portanto” e “também”, respectivamente. Já em (6), ele se expressa pela forma verbal ὀρας, traduzida por “você está vendo”.

Observa-se, pois, que esses seis tipos de epimítios apresentam uma estrutura discursiva constituída de dois enunciados: um enunciado metalingüístico e um enunciado moral, estando este, na maior parte dos casos, subordinado, sintaticamente, ao primeiro.

Estrutura discursiva bem diversa da encontrada nos epimítios anteriores apresentam os epimítios numerados a seguir, de (7) a (11).

- (7) “*O discurso é oportuno para um homem libertino que se perdeu por causa da luxúria.*” (3, 69)
- (8) “*A um homem presunçoso que não goza de nenhuma consideração junto dos outros, o discurso se aplica.*” (3, 50)
- (9) “*O discurso está dito para aqueles que fornecem contra si próprios razões para sofrerem injustiça.*” (3, 131)
- (10) “*Para homem perverso que empreende tarefas penosas.*” (3, 52-53)
- (11) “*Esta fábula recrimina os ambiciosos que passam a vida no fingimento e na presunção.*” (3, 31)
- (12) “*Esta fábula qualquer um pode usar em relação a um homem ladrão.*” (3, 50-51)

Em todos esses epimítios não há como se delimitar um enunciado moral, potencialmente autônomo. Em vez de explicitarem um enunciado moral, tais epimítios explicitam um *destinatário* específico para a fábula, identificado como o portador de algum tipo de “defeito” moral. Em relação a esse destinatário, fazem-se diferentes *predicações* ao texto narrativo, a que o epimítio se refere ora por meio do termo “discurso” (= λόγος), ora por meio do termo “fábula” (= μῦθος).

Em (7) e (8), atribui-se ao “discurso” um predicado de estado, expresso por adjetivo+verbo de ligação, como em (7), ou por verbo de estado, como em (8). Em (9) explicita-se, por meio da forma verbal εἰρηται, traduzida pela passiva de estado “está dito”, a condição de enunciado do texto narrativo, que visa um determinado destinatário. Por outro lado, (10) concede destaque absoluto ao destinatário, deixando elípticos o sujeito e a predicação.

Já o destinatário de (11) apresenta-se como *meta* da ação (= “censurar”) predicada à fábula. E o epimítio (12), por sua vez, particulariza-se por explicitar dois destinatários que desempenham diferentes papéis semânticos: o primeiro é posto como *beneficiário*, a quem se recomenda que se aproprie do texto narrativo e faça uso dele para agir sobre o segundo destinatário, posto como *meta* da ação potencial do primeiro.

Vê-se, pois, que as fábulas anônimas apresentam uma riqueza muito grande de padrões de estruturação discursiva de epimítios, podendo-se constatar também que, se o enunciado moral pode não estar explícito, o mesmo não acontece com o enunciado metalingüístico: ele se encontra explícito lingüisticamente em praticamente todos os epimítios, constituindo exceção única o epimítio da fábula “Os carvalhos e Zeus”, comentado antes, cujo discurso metalingüístico é de natureza suprasegmental.

Uma outra constatação que merece registro é a seguinte: dos 347 epimítios que trazem explícito segmentalmente o discurso metalingüístico, 67 se constituem unicamente de enunciado que expressa esse discurso, e os 280 restantes explicitam, subordinado ao enunciado metalingüístico, o enunciado moral. Conclui-se, então, que são absolutamente predominantes, na coletânea de fábulas anônimas, aquelas que realizam o esquema discursivo proposto por A. D. Lima, que prevê a articulação de três discursos: um discurso narrativo, um discurso metalingüístico e um discurso moral.

Há que se considerar, ainda, que o isolamento do discurso metalingüístico permitiu o levantamento de um conjunto de frases e de sintagmas que, dada a freqüência com que se reiteram nos epimítios, podem ser considerados como verdadeiras construções formulares, ocupando, todas elas, no todo ou em parte, a posição inicial do epimítio. Pode-se, portanto, denominá-las “fórmulas metalingüísticas”.

É necessário diferenciar-se, nesse conjunto de fórmulas, as construções de natureza gramatical, como “assim”, “assim também”, “pois bem, portanto, também”, que relacionam o texto narrativo com o texto moral tomados como *eventos lingüísticos*. Já as fórmulas que se compõem dos sintagmas “a fábula” ou “o discurso” são de natureza lexical: elas têm por função estabelecer a coesão entre o texto narrativo e o texto moral por meio da referência ao primeiro enquanto *entidade lingüística*.

O caráter formular de tais construções faz pressupor a existência, na cultura grega, de um paradigma de fórmulas metalingüísticas apropriadas para a elaboração de epimítios. Tal fato pode ser comprovado pela ocorrência de marcas de elipses formulares em epimítios como (4) e (10), citados anteriormente.

Epimítios introduzidos pela conjunção “que”. (= οτι) ou pela preposição “para” (= προς) obrigam a que nós, leitores modernos, busquemos em algumas das estruturas formulares completas de outros epimítios da coletânea os possíveis itens ausentes

da construção elíptica. Assim, a conjunção “que” admite que se recupere, para completar sua condição de fórmula, uma estrutura do tipo “a fábula mostra” ou “o discurso ensina”, por exemplo. A preposição “para”, por outro lado, obriga a recuperação de uma das estruturas que apresentam destinatário explícito, seja “a fábula é oportuna”, seja “esta fábula qualquer um pode usar”.

Vista, porém, da perspectiva do leitor grego, a recuperação dessas estruturas elípticas deve ser colocada de outro modo: esse leitor não precisava recorrer às outras fábulas da coletânea para preencher as elípses. Ele, com certeza, recuperava os itens elípticos em sua própria memória, onde deviam estar estocados, entre os procedimentos discursivos que constituíam sua *competência discursiva fabular*, paradigmas de construção de epimítios, entre os quais estavam as fórmulas metalingüísticas.

Essa constatação sugere que se examine a fábula anônima como documento de um estágio da história da fábula esópica em que esta já se encontrava fixada como tipo discursivo composto de texto narrativo e de epimítio. Afinal, o estilo formular e as construções elípticas constituem provas decisivas de que o epimítio esteve, necessariamente, sempre presente no processo de fixação do gênero discursivo, como parte integrante da fábula esópica.

---

DEZOTTI, M. C. C. – Metalinguistic formulae of aesopic fable. *Alfa*, São Paulo, 33: 23-28, 1989.

*ABSTRACT: The articulation of the “story” with the “moral” of fable is given by means of metalinguistical operations. In the Aesopic fables such operations are realized by formulaic constructions. This fact makes it possible to presuppose the existence, in Greek culture, of a stocked paradigm in the linguistic competence of the Greek speaker.*

*KEY-WORDS: Aesopic fable; epimythium; formula; metalanguage.*

---

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ADRADOS, F. R. – Prolegomenos al studio de la fabula en epoca helenistica. *Emerita* (XLVI): 1-81, 1978.
2. ADRADOS, F. R. – Problemas de la crítica textual en la transmisión de la fábula greco-latina. In: *La Crítica textual y los textos clásicos*. Universidad de Murcia, 1986. p. 131-144.
3. CHAMBRY, E. – *Esopé. Fables*. Troisième tirage, Paris, “Les Belles Lettres”, 1967.
4. LIMA, A. D. – A Forma da Fábula. *Significação* (4): 60-69, 1984.

## O VALOR DAS FRASES ATIVAS NA OBRA DE GRACILIANO RAMOS

Sebastião Expedito IGNÁCIO\*

---

*RESUMO: Trata o presente artigo de uma análise qualitativa e quantitativa das frases ativas produzidas na fala dos protagonistas de quatro obras de ficção de Graciliano Ramos (Caetés, São Bernardo, Angústia e Vidas Secas). Através dessa análise procura-se demonstrar a função daquelas estruturas lingüísticas na caracterização das personagens que as produzem.*

*UNITERMOS: Frases ativas, processivas, estativas; sujeito agente, paciente, experimentador, inativo; frases ativas marcadas e não marcadas.*

---

### 1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E CONCEITOS OPERACIONAIS BÁSICOS

#### 1.1. As relações entre a língua e a realidade do mundo biofísico

Sendo a linguagem uma representação simbólica da realidade, não deve, evidentemente, ser ela confundida com o objeto que representa. Todavia, não há como dissociar certas categorias lógico-semânticas, componentes da estrutura lingüística, dos fatos correlatos (*referentes*) pertencentes ao mundo biofísico que, afinal, constituem o universo-suporte do sistema de símbolos que é a língua.

Se retomarmos algumas das categorias definidas pelos filósofos gregos, tais como OBJETOS e PROCESSOS, poderemos verificar que a existência e a dinâmica do Universo em que vivemos fundamentam-se num dos *fenômenos* ou **Processos: Ser/Acontecer/Fazer**, em relação aos OBJETOS. E tomando-se o homem como o OBJETO fundamental na organização deste Universo, bem como levando-se em conta que a linguagem é uma criação humana, verificamos que o sistema lingüístico procura reproduzir a realidade com base nessas relações fundamentais. Assim, o homem ou é o **agente** de um **fazer**, ou o **paciente** de um **acontecer**, ou o **ponto de**

---

\* Departamento de Lingüística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800 – Araraquara – SP.

referência de um *ser\**. Essas relações são, naturalmente, extensivas aos demais seres, animados ou não, que compõem o nosso Universo, mas que se distinguem, dentro do sistema lingüístico, pelos seus *papéis semânticos* característicos.

Na representação simbólica da realidade, a língua organiza-se com base em duas categorias fundamentais: **verbos** e **nomes**, que, de modo geral, representam o que acima chamamos *fenômenos* (correspondentes a PROCESSOS, segundo a lógica filosófica) e os **objetos**, respectivamente. E fazendo-se abstração de todas as implicações e questionamentos que tal concepção possa suscitar, pois a reconhecemos bastante simplista, podemos dizer que a língua, na sua realização concreta, processa-se através de unidades construídas com base nas relações acima. A tais unidades chamamos **frase**, e se resumem no seguinte esquema: **verbo**  $\rightleftharpoons$  **nome(s)**, onde o sentido das setas orienta a natureza *dinâmica* ( $\rightarrow$ ) ou *estática* ( $\leftarrow$ ) do **verbo**.

A partir dessas noções preliminares, podemos estabelecer, no plano lingüístico, uma tipologia das **frases** com base nas relações até aqui sugeridas.

## 1.2. Tipologia frasal

A natureza da relação entre o **verbo** e o **nome** (ou **nomes**), elementos que compõem as FRASES, depende da natureza do VERBO, isto é, segundo ele represente um **ser**, **acontecer** ou **fazer** em relação a um NOME. Ao **nome** ou aos **nomes** que estejam numa relação necessária de complementaridade com o **verbo**, ou seja, que constituam elementos obrigatórios quando da estruturação da **frase**, dá-se o nome de **participantes** ou **argumentos**. Àquele que se coloca no primeiro plano nas relações com o VERBO, em termos de hierarquia sintático-semântica, dá-se o nome de SUJEITO. Com base, pois, nas relações **verbo-sujeito**, as **frases** se classificariam, em princípios, em dois grandes grupos: (i) **frases dinâmicas**, em que a relação existente é de um **fazer** ou **acontecer**, e (ii) **frases estáticas**, em que a relação é de um **ser**. As **frases dinâmicas**, por sua vez, subdividem-se em **ativas**, se a relação é de um **fazer**, e **processivas**, se a relação é de um **acontecer**. Em consequência dessa classificação, o **sujeito** das **frases ativas** caracteriza-se como **agente** e o **verbo** como **verbo de ação**. Nas **frases processivas**, o **sujeito** caracteriza-se como **paciente** ou como **experimentador**, e o **verbo** como **verbo DE PROCESSO**. Nas **frases estáticas**, o **sujeito** caracteriza-se como **inativo** (em alguns casos como **experimentador**), e o **verbo** será de **estado**.

Pode ocorrer, ainda, que determinado VERBO estabeleça, além da relação **ativa** com o **sujeito**, uma relação de PROCESSO com o complemento à sua direita (tradicionalmente chamado *objeto*), que se torna *afetado* pela ação verbal. Neste caso, temos um **verbo de ação-processo**; a **frase** será **ativa-processiva**, e o **sujeito** será um **agente**, um **causativo** ou um **instrumental**.

O quadro a seguir resume o que dissemos:

---

\* Os fenômenos arrolados sob o rótulo de SER englobam *estar*, *existir*, *pertencer*, enfim, tudo o que, em oposição a uma dinâmica do *fazer/acontecer*, indique um *estado*.

Tipos de FRASES	Tipos de VERBOS	Tipos de SUJEITOS	Exemplificação
ATIVA	AÇÃO	AGENTE	Uma hora antes <i>caminhava</i> com animação. (A)*
PROCESSIVA	PROCESSO	PACIENTE	O sol <i>descambava</i> . (VS)*
		EXPERIMENTADOR	Fabiano <i>enterneceu-se</i> . (VS)*
ATIVA- PROCESSIVA		AGENTE	<i>Acendi</i> o cachimbo. (SB)*
		CAUSATIVO	Aquilo me <i>irritava</i> . (SB)*
		INSTRUMENTAL	Uma colcha <i>cobria</i> o piano. (C)*
ESTATIVA	ESTADO	INATIVO	Na planície avermelhada, os juazeiros <i>alargavam</i> duas manchas verdes. (VS)*
		EXPERIMENTADOR	<i>Gosto</i> de café. (A)*

\* (A) = *Angústia*; (VS) = *Vidas Secas*; (SB) = *São Bernardo*; (C) = *Caetés*

### 1.3. Frases ativas POSITIVAS

Ao limitarmos o nosso trabalho à análise das estruturas frasais ativas na obra de Graciliano Ramos (incluindo-se aí as ativas-processivas), com a intenção de demonstrar o valor de tais estruturas na caracterização dos protagonistas (agentes dessas unidades de fala), tivemos de estabelecer uma distinção que se afigura fundamental, tendo em vista a natureza do trabalho, entre frases ativas que expressam ações *espontâneas, normais, comuns* na vida do indivíduo, e que se mostram como que necessárias à vida quotidiana, e aquelas ações que indicam uma atitude *marcada* pelo desejo ou intenção de *agir sobre o mundo*, no sentido de *modificar uma realidade, um estado de coisas*. Ao primeiro tipo chamamos frases ativas NÃO MARCADAS, e ao segundo chamamos frases ativas MARCADAS ou POSITIVAS.

A característica da ação POSITIVA só se define em face de uma dimensão pragmática, isto é, em face de uma situação ou de um contexto que permita a *voluntariedade* do agente e as conseqüências *positivas*, no sentido em que aqui se concebe este termo, das ações praticadas. Como trabalhamos com as personagens de um romance, temos que levar em conta, evidentemente, toda a dimensão contextual, não só em vista das situações momentâneas em que se inserem as falas, mas também em relação à função da personagem dentro da história que compõe o universo da obra.

Esta distinção entre frase ativa *não marcada* e *marcada* ou *positiva* torna-se, conseqüentemente, *decisiva*, pois será em virtude dela que tentaremos caracterizar os protagonistas de cada obra analisada. Assim, quando afirmamos que Paulo Honório caracteriza-se como um indivíduo ATIVO, capaz de tomar decisões, alcançar objetivos, enfim, capaz de *agir sobre o mundo em que vive e modificar a realidade que o cerca*, ao passo que João Valério é incapaz de fazer o mesmo, e procuramos demonstrar isso através das estruturas frasais de seus discursos, é porque no discurso do primeiro predominam significativamente as frases POSITIVAS, enquanto no discurso do segundo esse tipo de frase se torna insignificante tanto qualitativa quanto quantitativamente\*.

Eis alguns exemplos:

a) Ações NÃO MARCADAS:

“Aproximei-me do sofá, onde Isidoro e Nazaré conversavam em voz baixa, sentei-me ao lado deles. (...) Saí. Ao atravessar o salão, encostei-me a uma parede porque os móveis em torno começavam a girar. (...) Como uma criança, acompanhei Isidoro. E como uma criança, comecei a dar pancadas na testa com a mão fechada.” (C., p. 211-14)

b) Ações POSITIVAS:

“Efetuei transações arriscadas, endividei-me, importei maquinismos e não prestei atenção aos que me criticavam. (...) Iniciei a pomicultura e a avicultura. Para levar os meus produtos ao mercado, comecei uma estrada de rodagem.” (SB., p. 99)

---

\* A *qualidade* das frases ativas avalia-se à medida que essas frases tenham uma função decisiva no interior da narrativa, no sentido em que consideramos as ações positivas da personagem.

Por fim, é preciso dizer que um mesmo verbo pode compor tanto uma frase de ação POSITIVA quanto uma de ação NÃO MARCADA. Assim, uma frase como “comecei uma estrada de rodagem” não terá o mesmo estatuto que “comecei a dar pancadas na testa com a mão fechada”. É esta a razão de nossa insistência no fato de que a caracterização das frases, neste trabalho, se faz em face da dimensão pragmática que envolve as ações ou atos das personagens enquanto participantes da história do romance, e não meramente pela natureza ou valor semântico dos verbos isolados do contexto. Fato, aliás, que deverá orientar toda e qualquer análise da frase lingüística, principalmente quando se trata de analisar a fala de personagens.

#### 1.4. Uma nota sobre o homem em Graciliano Ramos

Em princípio, poderíamos dizer que o homem na obra de Graciliano Ramos não se realiza plenamente porque está sempre condicionado ao meio em que vive. Há sempre um obstáculo que se lhe impõe não só pela sociedade como também pela própria natureza (v.g. *Vidas Secas*). Um dos grandes dramas do homem de Graciliano é a *dúvida* que lhe assola, provinda justamente do condicionamento a que está sujeito e que se fundamenta em questões diversas, tais como: morais, religiosas, sociais, econômicas, políticas, filosóficas e, como dissemos, as ditadas pela própria natureza. De modo geral, pode-se dizer que o homem de Graciliano Ramos se vê angustiado e *impedido de agir*.

Há, no entanto, um de seus protagonistas que se configura como exceção. Trata-se de Paulo Honório, protagonista de *São Bernardo*. É o único que vence obstáculos, que progride materialmente e que se pode caracterizar como um agente POSITIVO, no sentido em que é capaz de modificar o mundo que o oprime. Todavia, mesmo Paulo Honório, homem forte que é, cai em profunda depressão após a morte da esposa, como se todos os seus atos tivessem sido em vão. Por outro lado, conserva a altivez e a impassividade diante da tragédia, não demonstrando nenhum remorso ostensivamente.

Essa perda de interesse, e essa queda acentuada na dinâmica das ações mais *positivas*, constitui uma característica marcante e digna de nota no comportamento de João Valério (*Caetés*), Paulo Honório (*São Bernardo*) e Lúfs da Silva (*Angústia*). Uma vez satisfeitos os anseios mais imediatos, estes parecem perder a razão de ser. Daí o arrefecer das ações de João Valério, após a morte de Adrião e a conseqüente viuvez (“liberação”) de Lúfsa; de Paulo Honório, após a morte de Madalena (a esposa era um obstáculo à sua ânsia desenfreada de poder); e de Lúfs da Silva, após a morte do rival, Julião Tavares.

Fabiano (*Vidas Secas*) talvez seja o único a quem não se possa atribuir esta característica, uma vez que os seus anseios eram muito mais práticos e instintivos: vencer obstáculos para sobreviver, fato que lhe exigia uma luta *constante* contra o meio. Por outro lado, essa luta limitava-se ao que era essencialmente necessário à sobrevivência, isto é, plantar, colher, alimentar-se do que a natureza lhe oferecesse. Ele não

tinha como *agir* sobre o meio e modificar a realidade, embora isso o angustiasse profundamente pois, no íntimo, não se conformava com tal realidade. O fato é que não possuía condições intelectuais ou grau de instrução suficiente para agir *positivamente*, ainda que tivesse a intuição de que as relações entre dominantes e dominados não eram justas nem corretas.

Essa angústia, que está sempre presente nos heróis de Graciliano Ramos, demonstra que eles não são meros produtos e instrumentos do meio; por isso não são, intimamente, conformistas, nem aceitam de modo passivo as imposições, ainda que, na prática, apenas Paulo Honório *age* no sentido de *procurar vencer*. Como afirma Antonio Candido (1), o drama íntimo e a força espiritual do homem de Graciliano Ramos não são meros frutos do meio. O meio pode ser o desencadeador do conflito, não porém o modelador do espírito.

Resumindo, assim poderíamos descrever as características dos quatro heróis cujas ações analisamos:

João Valério: apenas *convive* com o mundo que o cerca. Adapta-se perfeitamente ao marasmo da vida pacata da cidade em que vive. Passa todo o tempo tentando escrever a sua novela sobre os índios caetés. Não é capaz de levar às últimas consequências o seu anseio maior – o amor por Luísa, uma mulher casada. E quando esta se enfiava, ocorre o que já sabemos: ele perde o interesse.

Luís da Silva: Antonio Candido (1) sintetiza muito bem algumas das características do herói de *Angústia*: nojo, inércia e desespero. Na verdade, todo o seu drama é vivido intimamente e o único ato externo *positivo* que pratica é o assassinato do rival. E este ato lhe custa enorme sacrifício, pois trava uma luta renhida com o seu próprio instinto. Talvez o que o leve a praticar o crime seja um fato de natureza psicológica, conforme afirma Helmut Feldmann (2), para “libertar-se da humilhação e da fraqueza.”

Paulo Honório: o mais *ativo* de todos eles. O único que se destaca por ser capaz de agir *positivamente*. Ainda que simbolize todo o mal do capitalismo selvagem, do arrivismo e dos métodos mais escusos na busca do poder, ele se configura como um indivíduo que desconhece obstáculos. O meio não é capaz de sufocar as suas aspirações. Nem o meio nem a condição de homem bruto, iletrado.

Fabiano: a mais pura das criaturas de Graciliano Ramos. Ainda é Antonio Candido quem afirma: “Parece que, fatigado da brutalidade esterilizante de Paulo Honório e do niilismo de Luís da Silva, Graciliano quis oferecer da sua vida uma visão, sombria é verdade, mas não obstante limpa e humana.” (1, p. 17). Por isso, criou Fabiano.

Em síntese: João Valério – frouxo, medíocre; Paulo Honório – possessivo, violento, impiedoso; Luís da Silva – um furioso contra a própria vida, impiedoso consigo mesmo, sujo; Fabiano – puro.

O nosso trabalho consiste, assim, em demonstrar que o caráter de cada protagonista revela-se pela análise lingüística à medida que produzam frases de ação MARCADA ou POSITIVA: VS frases de ação NÃO MARCADA.

## 2. O VALOR DAS FRASES ATIVAS NAS QUATRO OBRAS DE GRACILIANO RAMOS: *CAETÉS*, *SÃO BERNARDO*, *ANGÚSTIA E VIDAS SECAS*

Na explanação que se segue não comentaremos, evidentemente, frase por frase, mas tão-somente os modelos representativos. No final, apresentamos um quadro e um gráfico que retratam os resultados a que chegamos após uma exaustiva análise qualitativa e quantitativa de todas as frases ativas constantes das quatro obras.

### 2.1. *Caetés*

Nesta obra, o primeiro dado relevante é a quantidade de frases ativas indicadoras de ações *positivas*, no sentido em que as definimos. Menos de 19% das frases ativas constantes do discurso de João Valério revelam iniciativas do personagem no sentido de modificar o estado de coisas que se estabelece à sua volta, de tentar alcançar um objetivo, enfim, de *agir sobre o mundo* visando transformá-lo. O restante das frases, mais de 81%, expressa ações naturais, próprias de todo ser humano na sua vida normal em sociedade ou nos hábitos individuais mais comuns. E mesmo dentre as frases que se podem dizer de ações *positivas*, grande parte afigura-se como atos inevitáveis diante das circunstâncias em que o personagem se encontra, ou até como atos constringedores, ou seja, de cuja prática o autor (ator) arrepende-se ou se lamenta. Veja-se por exemplo:

“(...) *retirei-me* aniquilado. Na rua *considere* com assombro a grandeza do meu atrevimento. Como *fiz* aquilo? Deus do céu! *Lançar* em tamanha perturbação uma criaturinha delicada e sensível!” (p. 25-6)

É interessante observar que João Valério só age com impetuosidade e de maneira decisiva em duas ocasiões. Uma, quando decide levar seu amor por Luísa às últimas conseqüências:

“*Soltei-lhe* as mãos, *agarrei-lhe* a cabeça, *beijei-a* na boca, devagar e com voracidade. *Apertei-a*, *machucando-lhe* os peitos, *morden-do-lhe* os beijos e a língua.” (p. 160)

No entanto, a sua impetuosidade aqui é ditada pelo instinto sexual...

Outra vez em que toma uma atitude *positiva* é quando tenta agredir o Dr. Castro, no bar, durante um jogo de bilhar. Mas ainda não chega às vias de fato, pois o amigo Isidoro intervém:

“E *afastei* o Silvério, (...) *Empurrei* brutalmente o Pascoal, (...) *desprendi-me* das mãos do italiano e *agarrei* um taco, *resolvido a quebrá-lo* na cabeça do promotor (...) *Não acabei* o insulto. Isidoro segurou o braço do bacharel e cochichou: – Não repita, Doutor, não repita.” (p. 194-5)

Outras ações, que se poderiam classificar como *positivas*, ora são hipotéticas, ora inconseqüentes, ora preventivas ou cautelares, ora são negativas:

- a) “(...) *construí* uma cerca de troncos, *enterrei* aqui e ali camucins com esqueletos, *espetei* em estacas um número razoável de caveiras e, prudentemente, *dei* a descrição por terminada.” (p. 59)
- b) “(...) à noite *fazia-lhe* sozinho confidências apaixonadas e *passava* uma hora, antes de adormecer, a *acariciá-la* mentalmente.” (p. 26)
- c) “(...) *escondi-me* na multidão para *evitar* Marta, Dona Engrácia e a Teixeira.” (p. 131)
- d) “(...) *não ousava* encarar Nazaré. (...) Eu *não posso casar* com uma mulher casada.” (p. 186-7)

E, assim, a grande maioria das frases ativas exprimem ações que se caracterizam como *normais*, absolutamente necessárias no dia-a-dia de qualquer indivíduo:

- “*Fui colocar* a xícara na bandeja.” (p. 25)  
 “*Percorri* à toa as ruas desertas (...)” (p. 30)  
 “*Puxei* de novo o relógio.(...) *Levantei-me*(...) *agradei* e *recolhi-me*. *Deitei-me* vestido, às escuras (...) *Ergui-me*, *procurei* pelo tato o comutador, *sentei-me* à banca, *tirei* da gaveta o romance. *Li* a última tira.” (p. 38)

Como se vê, são ações quase que automáticas, onde predominam os verbos de movimento em ações comuns do cotidiano. E a falta total de iniciativa de João Valério e o seu desinteresse por Luísa, a partir do momento em que ela fica viúva – talvez pelo medo de assumir uma responsabilidade mais séria –, são fatos que se atestam no último parágrafo do capítulo 29:

- “*Fui* até a porta da saleta, *voltei-me* ainda uma vez. Luísa soluçava, caída por cima do piano. *Vacilei* um instante, depois *saí*.” (p. 233)

## 2.2. São Bernardo

Aqui as frases ativas têm um significado digno de nota. Cerca de 80% delas se caracterizam como ações *positivas*, retratando fielmente a personalidade do protagonista. Paulo Honório, ao contrário de João Valério, destaca-se pela impetuosidade, pela capacidade de tomar decisões, pelos métodos eficientes e eficazes de que se utiliza para a consecução de seus objetivos. Enfim, trata-se de um personagem que age sobre o mundo em que vive com a intenção de modificá-lo e de adaptá-lo às suas conveniências. Pode-se dizer que enquanto em *Caetés* as ações do protagonista são banais, automáticas, quase instintivas, em *São Bernardo* são mínimas as ações desse tipo. Diríamos até que Paulo Honório não *desperdiça* os seus atos. As atitudes mais banais, mais corriqueiras, sempre se revelam úteis à consecução de objetivos maiores e mais significativos.

Paulo Honório, como João Valério, também escreve uma obra dentro da história do romance. Com a diferença de que o protagonista de *São Bernardo* tem objetivos imediatos e definidos, além de agir racionalmente no sentido de facilitar o trabalho e obter benefícios próprios:

“Antes de *iniciar* este livro, imaginei *construí-lo* pela divisão do trabalho. (...) Padre Silvestre ficaria com a parte moral e as citações latinas; João Nogueira aceitou a pontuação, a ortografia e a sintaxe; *prometi* ao Arquimedes a composição tipográfica; para a composição literária, *convidei* o Lúcio Gomes de Azevedo Gondim, redator e diretor do Cruzeiro. Eu *traçaria* o plano, *introduziria* na história rudimentos de agricultura e pecuária, *faria* as despesas e *poria* o meu nome na capa.” (p. 61)

Note-se que seria uma obra a várias mãos, todavia Paulo Honório tivera o cuidado (e a acuidade) de escolher as pessoas certas e sobre as quais ele teria ascendência, e, o mais importante, a obra sairia *com o seu nome na capa*.

Logo no segundo capítulo, o narrador-protagonista faz uma síntese dos seus objetivos, que nos são revelados por meio de uma série de orações ativas:

“O meu fito na vida foi *apossar-me* das terras de S. Bernardo, *construir* esta casa, *plantar* algodão, *plantar* mamona, *levantar* a serraria e o descaroador, *introduzir* nestas brenhas a pomicultura e a avicultura, *adquirir* um rebanho regular.” (p. 65)

Como exemplo de suas atitudes decididas e decisivas, citemos algumas passagens relevantes do romance.

a) ao narrar a sua vida pregressa:

“Até os dezoito anos *gastei* muita enxada *ganhando* cinco tostões por doze horas de serviço. Ali *pratiquei* o meu primeiro ato digno de referência. (...) *abreequei* a Germana (...), *arrochei-lhe* um beliscão retorcido na popa da bunda. (...) O resultado foi *arrumar* uns cocorotes na Germana e *esfaquear* João Fagundes.” (p. 68)

“(...) *esperneei* nas unhas do Pereira. (...) Depois *vinguei-me*; (...) *tomei-lhe* tudo, *deixei-o* de tanga. (...) *briguei* com gente que fala aos berros e *efetuei* transações comerciais de armas engatilhadas. (...) *cal-lhe* em cima, de supetão. *Amarrei-o*, *meti-me* com ele na caçoeira, *estraguei-lhe* os couros nos espinhos (...).” (p. 69)

b) ao contar como se apossou de S. Bernardo, propriedade que pertencia a Luís Padilha, filho de seu antigo patrão:

“*Travei* amizade com ele e em dois meses *emprestei-lhe* dois contos de réis (...), *afrouxei* mais quinhentos mil réis.” (p. 69)

“*Sentei-me* num banco e *apresentei-lhe* as letras. (...) *Deduzi* a dívida, os juros, o preço da casa, e *entreguei-lhe* sete contos e quinhentos e cinquenta mil réis. Não tive remorso.” (p. 78-81)

c) ao falar de suas diligências político-financeiras:

“(...) *escrevi* algumas cartas aos bancos da capital e ao governador do Estado. Aos bancos *solicitei* empréstimos, ao governador *comuniquei* a instalação próxima de numerosas indústrias e *pedi* dispensa de imposto sobre maquinismos que importasse.” (p. 89)

“No outro dia, sábado, *matei* carneiro para os eleitores.” (p. 90)

d) de seus métodos escusos para ampliar a propriedade:

“Depois da morte do Mendonça, *derrubei* a cerca, naturalmente, e levei-a para além do ponto em que estava (...).” (p. 96)

e) de seu caráter violento:

“(...) *arrei-me* de um rebenque, *desci* à cidade.” (p. 125)

“(...) *passei-lhe* os gadanhos no cachaço, *dei-lhe* um bando de chicotadas.” (p. 128)

“*Mandei-lhe* o braço ao pé do ouvido e *derrubei-o*.” (p. 166)

É de notar-se que somente a partir da morte da mulher as suas ações se despojam daquele caráter *positivo*, e ele passa a agir um tanto maquinalmente, retomando a idéia de escrever o seu livro:

“*Levanto-me, procuro* uma vela, que a luz vai apagar-se. (...) *Deitar-me, rolar* no colchão até a madrugada, é uma tortura. *Prefiro ficar sentado, concluindo* isto. Amanhã não terei com que *me entreter*. (...) De longe em longe *sentto-me fatigado e escrevo* uma linha.” (p. 246)

Finalmente é preciso observar, com relação ao comportamento de Paulo Honório, que ele próprio tem consciência da inutilidade dessas ações a que chamamos *não marcadas*. Basta considerarmos os trechos acima para constatarmos a sua angústia por não estar agindo de modo *positivo*. Era-lhe altamente constrangedor saber que no dia seguinte não teria nada “com que se entreter”. Por outro lado, era-lhe até humilhante não ter o que fazer:

“Cinqüenta anos! Quantas horas inúteis! *Comer e dormir* como um porco! Como um porco! *Levantar-me cedo* todas as manhãs e *sair correndo, procurando comida!*” (p. 246)

### 2.3 Angústia

Se João Valério (*Caetés*) não consegue realizar nenhum feito digno de nota, isto é, não *age positivamente* (não casa com a mulher amada nem conclui o seu livro), Paulo Honório (*São Bernardo*) e Luís da Silva (*Angústia*) apresentam, ao final do romance, alguns feitos a que chamamos *positivos*. A diferença, no entanto, entre os dois últimos protagonistas é bastante grande. O grande feito de Paulo Honório é a

conquista (posse) da fazenda São Bernardo, mas a sua atuação é marcada por atos decisivos: ele luta, coage, pressiona, chantageia, mata (ou manda matar), enfim, é um personagem extraordinariamente *ativo*. É um indivíduo que *age* muito mais do que *pensa* (em termos de discurso da narrativa), como atesta o alto índice de frases ativas *positivas*. Luís da Silva, por sua vez, também realiza o seu “grande feito”: assassina o rival (Julião Tavares). Todavia, esta é a sua única ação *positiva*, pois, de resto, ele apenas *curte a sua angústia* (tanto antes quanto depois da morte do rival), agindo sempre como um autômato. Não sendo capaz de conquistar a mulher amada (Marina), ele remói a derrota e o ciúme durante todo o tempo. E, após haver matado Julião Tavares, cai numa depressão tremenda e adoece.

A pequena porcentagem de frases ativas *positivas*, em face das ações *não marcadas*, evidencia a atuação frouxa do protagonista de *Angústia*: menos de 17% das frases ativas caracterizam-se como *positivas*. Esse número mostra a grande semelhança, em termos de ação, entre Luís da Silva e João Valério, com a diferença de que o primeiro, além de ser um personagem muito mais denso, e psicologicamente mais complexo, chega a praticar um ato extremo: um assassinato. Mas, de resto, os atos de ambos se assemelham: são atos biofísico-emocionais ou ações normais do cotidiano. Luís da Silva pensa muito mais do que age.

Mesmo as ações que se poderiam considerar *positivas* semanticamente são, muitas vezes, inconseqüentes, pois se caracterizam como meras *tentativas* ou *ações frustradas*:

“*Procuro afastar* de mim essa criatura. (...) *Enxoto* as imagens lúgubres. (...) *Esforço-me* por *desviar* o pensamento dessas coisas. (...) *Tento distrair-me* olhando a rua.” (p. 21)

“E *meti-me* no primeiro bonde que passou. Mas *não consegui desembaraçar-me* do homem.” (p. 57)

“Desejei *atirar* todos aqueles paralelepípedos em cima de Julião Tavares. (...) *Esforçava-me* por *conversar*.” (p. 89-90)

Outras vezes são ações que visam remediar um fracasso, ou fugir de situações incômodas:

“(...) *consegui enganar-me* e *evitei* remorsos.” (p. 30)

“*Entro* no quarto e *procuro* refúgio no passado.” (p. 31)

“*Resolvi desertar* para uma dessas terras distantes. *Abandonei* a vila, (...)” (p. 35)

“(...) *fingi não vê-lo*, *entrei* numa loja para *não falar* com ele.” (p. 83)

Embora passe todo o tempo remoendo um ódio terrível, raramente chega a externar a sua cólera ou a ter atitudes violentas. Mesmo nessas ocasiões os seus atos não têm maiores conseqüências:

“*Empurrei* a porta brutalmente, o coração estalando de raiva, e *fiquei em pé* diante de Julião Tavares, sentindo um desejo enorme de *apertar-lhe* as goelas.” (p. 87)

“Avancei dois metros, fiz meia volta e achei-me em frente de Marina. (...) Examinei-lhe brutalmente a barriga (...) E atirei-lhe à cara com raiva: Puta!” (p. 184)

Nos encontros com Marina toma iniciativas, naturalmente movido pelo desejo sexual:

“Levantei-me, tomei-lhe os dedos. (...) Apertei-lhe a mão, mordi-a, mordi o pulso e o braço. (...) Desloquei as estacas podres, puxei Marina para junto de mim, abracei-a, beijei-lhe a boca, o colo. Enquanto fazia isto, as minhas mãos percorriam-lhe o corpo.”

Mas as ações mais decisivas, o seu grande ato, estariam nos preparativos e na execução do assassinato de Julião Tavares. Impressionam a habilidade e a presteza com que se atira sobre o rival, passa-lhe a corda pelo pescoço e o pendura numa árvore:

“Retirei a corda do bolso e em alguns saltos, silenciosos como os das onças de José Bafa, estava ao pé de Julião Tavares.(...) A corda enlaçou o pescoço do homem, e as minhas mãos apertadas afastaram-se.” (p. 201)

“Desembaracei a mão direita e numa das extremidades da corda fiz um laço.” (p. 204)

“Curvei-me procurando a cabeça de Julião Tavares. (...) Prendi nos dentes a outra ponta da corda, subi a cerca, trepei-me num galho de árvore. E comecei o trabalho de guindar o morto.(...) Segurei a corda com o intuito de amarrá-la.” (p. 205). “Passei rápido a corda pelo galho.” (p. 209)

Após a morte de Julião Tavares, Luís da Silva passa a uma fase de depressão e delírio, agindo automaticamente. De imediato, a sua grande preocupação foi destruir as marcas do crime, tal como lavar-se, destruir a roupa que usava na ocasião etc.:

“(...) esfreguei cuidadosamente as mãos e os cabelos. (...) Banhava-me devagar para não fazer barulho.” (p. 217)

“A gravata estava enrolada como uma corda (...) senti a necessidade de destruí-la. Cortei-a em pedacinhos (...). Cortaria depois a calça e o paletó.” (p. 219-20)

As demais ações são normais ou não marcadas como:

“Enrolei-me na toalha e voltei à sala (...). Acendi um cigarro e bebi mais aguardente. (...) Olhei a parede (...) aproximei-me, estirei o pescoço (...) fiquei nas pontas dos pés. (...) Enchi o copo e continuei a beber.” (p. 217)

E assim essas ações vão se repetindo até a exaustão. Luís da Silva mergulha-se nas lembranças:

“*Pensei em Cirilo de Engrácia (...).*” (p. 216)

“*Volto a ser criança, revejo a figura de meu avô (...).*” (p. 23)

“*Penso nas minhas misérias passadas, (...) Lembro-me de vultos bisinhos (...).*” (p. 157)

Reiteramos, afinal, que a grande maioria das ações do protagonista de *Angústia*, como bem demonstram os números (q.v. quadro no final), são aquelas que expressam as necessidades vitais: “ir”, “vir”, “andar”, “comer”, “beber”, “sentar-se”, “levantar-se”, “deitar-se” etc. etc.

## 2.4 Vidas Secas

Já dissemos que Fabiano é o personagem mais *puro* que Graciliano Ramos conseguiu criar. Sendo um indivíduo rude, quase primitivo, não havendo sofrido os efeitos corruptores da civilização, mantém as suas ações em nível das necessidades imediatas, daquilo que o meio lhe exige para a sobrevivência. Assim, as ações *positivas* em *Vidas Secas* são numericamente insignificantes. Elas se equivalem, em quantidade, às de *Angústia* e *Caetés*; todavia, seria ingênuo comparar Fabiano a Luís da Silva ou a João Valério, pois o protagonista de *Vidas Secas* deixa de agir não propriamente pela falta de iniciativa, por covardia, medo ou preconceito, mas tão-somente por causa de duas forças que o oprimem: a sua condição de analfabeto, homem rude, “quase um bicho”, e a grande adversidade do meio físico em que vive.

Sendo Fabiano um indivíduo condicionado a obedecer, que vê nas autoridades e nos padrões algo mítico, inatacável, deixa de praticar a ação que seria o seu “grande ato”: assassinar o soldado amarelo. Não o faz porque, para ele, o soldado representa o governo, e “governo é governo”. Por isso, dos 17,8% de ações que se podem considerar como *positivas*, umas caracterizam iniciativas no sentido de *modificar o meio-ambiente para permitir ou facilitar a sobrevivência*; outras caracterizam atitudes em relação à família, aos animais domésticos (v.g. a cachorra Baleia, um quase membro da família) e em relação às poucas pessoas estranhas com quem mantém contato; outras, ainda, dizem respeito às suas atitudes em relação às autoridades. Vejamos:

a) em relação à família e à cachorra Baleia:

“O menino mais velho pôs-se a chorar, sentou-se no chão.

– Anda, condenado do diabo, *gritou-lhe* o pai. Não obtendo resposta, *fustigou-lhe* com a bainha da faca de ponta. (...) Fabiano ainda lhe *deu algumas pancadas* e *esperou* que ele se levantasse. (...) O pirralho não se mexeu, e Fabiano *desejou matá-lo.*” (p. 43-4)

“Fabiano a princípio *concordara* com ela [= Sinha Vitória], *mastigara cálculos*, tudo errado. (...) Fabiano *condenara* os sapatos de verniz que ela usava nas festas.” (p. 77)

“Fabiano resolveu *matá*-la [= a cachorra Baleia]. *Foi buscar* a espingarda de pederneira, *lixou-a, limpou-a (...)* fez *tenção* de *carregá*-la bem para a cachorra não sofrer muito. (...) *adiantou-se* mais uns passos. (...) *modificou* a pontaria e *puxou* o gatilho.” (p. 127-30)

b) em relação ao meio e aos recursos naturais de sobrevivência:

“Fabiano *procurou em vão perceber* um toque de cocalho. *Avizinhou-se* da casa, bateu, *tentou forçar* a porta. (...) *penetrou* num cercadinho cheio de plantas mortas, *rodeou* a tapera, *alcançou* o terreiro do fundo. (...) *Trepou-se* no mourão do canto, *examinou* a caatinga. *Desceu, empurrou* a porta da cozinha. (...) *Foi apanhar gravetos*, (...) *arrancou* touceiras de capim, (...) *arrumou* tudo para a fogueira.” (p. 47)

“(...) *Não poderia vencer* três léguas que o separavam da cidade. *Descalçou-se, meteu* as meias no bolso, *tirou* o paletó, a gravata e o colarinho, *roncou aliviado*.” (p. 112)

c) em relação às pessoas estranhas e aos donos do poder – a condição de pessoa rude, primitiva, que tinha mais contato com os bichos do que com os seres humanos, faz de Fabiano um indivíduo desconfiado de tudo que cheirasse a civilização. Todavia era humilde e submisso. Há sempre uma justificativa para os atos mais agressivos:

“*Apossara-se* da casa porque não tinha onde cair morto.” (p. 54)

“O outro continuou a pisar com força. Fabiano impacientou-se e *xingou* a mãe dele.” (p. 66)

O seu grande drama era não poder agir contra a autoridade:

“*Mexeu-se* para *sacudir* o chapéu de couro nas ventas do agressor. (...) *Olhou* as coisas e as pessoas em roda e *moderou* a indignação. Na caatinga às vezes *cantava de galo*, na rua *encolhia-se*.” (p. 65)

“(...) *voltou-se* e deu de cara com o soldado amarelo (...). Tinha vontade de *levantar* o facão de novo. Tinha vontade, mas os músculos afrouxaram. Realmente *não quisera matar* um cristão.” (p. 114)

Fabiano reconhecia que a sua ignorância prejudicava a comunicação com outras pessoas que não fossem da família:

“Às vezes *dizia* uma coisa sem intenção de ofender, entendiam outra, e lá vinham questões. Perigoso *entrar* em bodega.” (p. 141)

Mas, no fundo, ele sentia que deveria agir, e chega a levantar hipóteses sobre ações mais *positivas* e “dignas”. O empecilho era a família:

“Se não fossem eles... (...), *sairia* dali como onça e *faria* uma asneira. *Carregaria* a espingarda e *daria um tiro* de pé de pau no soldado

amarelo. (...) *Mataria* os donos dele. *Entraria* num bando de canga-ceiros e *faria estrago* nos homens que dirigiam o soldado amarelo.” (p. 75)

Todavia essas possíveis ações *positivas* jamais se realizariam. Ele tinha consciência de que sua condição sócio-econômica não lhe permitia nem agir nem progredir: “(...) quem é do chão *não se trepa*.” (p. 135)

E assim, em *Vidas Secas* a grande maioria das ações resume-se às atitudes naturais, comuns, estritamente necessárias à sobrevivência:

“*Chegou*. *Pôs* a cuia no chão, *escorou-a* com pedras, *matou a sede* da família. Em seguida *acocorou-se*, *remexeu* o aió, *tirou* o fuzil, *acendeu* as raízes de macambira *soprou* as labaredas, (...)” (p. 50)

“*Pisou* com firmeza o chão gretado, *puçou* a faca de ponta, *esgaravato* as unhas sujas. *Tirou* do aió um pedaço de fumo, *picou-o*, *fez um cigarro* com palha de milho, *acendeu-o* ao binga, *pôs-se a fumar* regalado.” (p. 53)

E assim por diante.

## 2.5. Apresentação numérica das frases ativas nas quatro obras analisadas

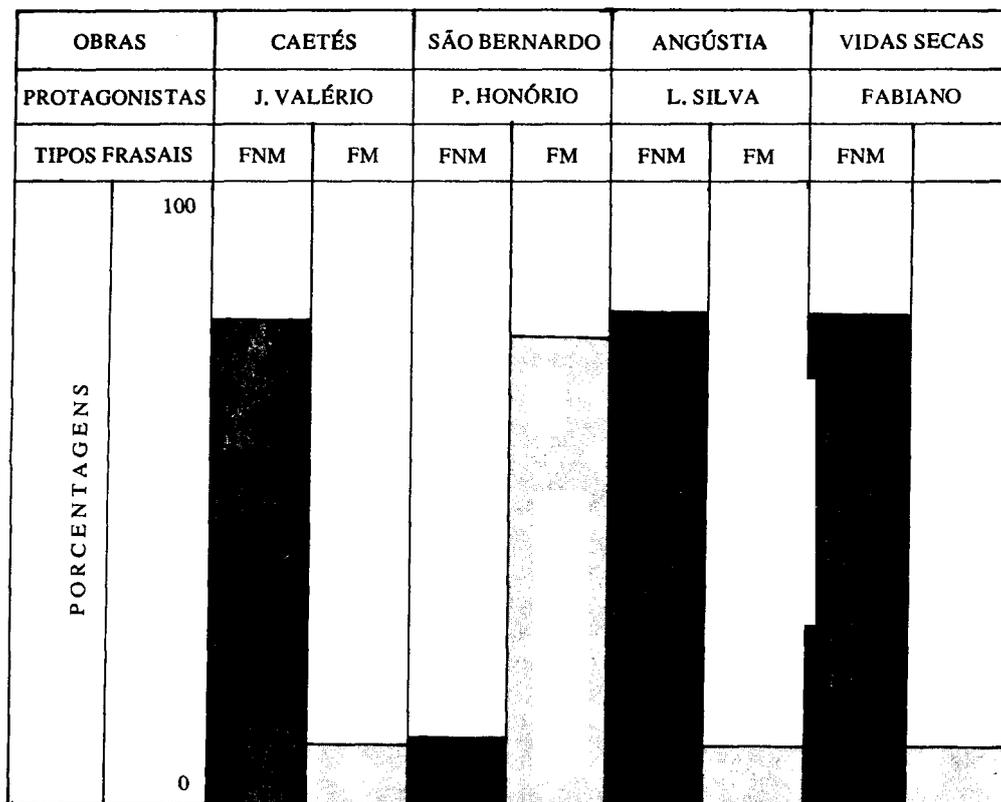
O quadro abaixo indica as ocorrências das frases ativas, *marcadas* e *não marcadas*, nas quatro obras: *Caetés*, *São Bernardo*, *Angústia* e *Vidas Secas*.\*

OBRAS	Nº Total de Frases Ativas	Nº de Frases Não Marcadas (FNM)	%	Nº de Frases Marcadas (FM)	%
CAETÉS	1.002	814	81,3	188	18,7
SÃO BERNARDO	863	181	21,0	682	79,0
ANGÚSTIA	2.060	1.712	83,1	350	16,9
VIDAS SECAS	1.021	839	82,2	182	17,8

### 2.5.1. Gráfico correspondente ao quadro acima

O gráfico que se segue permite uma visualização do comportamento dos protagonistas, segundo a *atividade* detectada pela análise de seus discursos.

\* A ordem em que aparecem as obras coincide com as datas de suas primeiras publicações, todavia há uma outra razão de ser: em trabalho por nós realizado, demonstra-se que há uma evolução da linguagem de Graciliano Ramos da primeira para a última obra, com relação à caracterização das personagens.



### 3. CONCLUSÕES

O presente trabalho permitiu-nos algumas conclusões importantes, seja em relação à projeção do caráter das personagens na tipologia frasal de seus discursos, seja com relação à validade desta técnica de comprovação das características das personagens pela análise das frases que compõem esses discursos.

1. A quantidade de frases ativas POSITIVAS mostra que, dos quatro protagonistas, apenas Paulo Honório se pode caracterizar como um personagem ATIVO. Os demais se caracterizam pela inércia, pela incapacidade de agir sobre o mundo em que vivem e de modificá-lo.

2. Finalmente, diríamos que os resultados a que chegamos, com relação à caracterização das personagens de Graciliano Ramos, coincidem com o que a crítica especializada e os estudiosos do autor têm afirmado. Nós apenas nos utilizamos de uma outra técnica, menos literária e mais lingüística, à medida que partimos da análise de estruturas frasais. Esta constatação parece confirmar a nossa posição de que a linguagem não se dissocia da realidade.

---

IGNÁCIO, S. E. – The value of active sentences in Graciliano Ramos. *Alfa*, São Paulo, **33**: 29-45, 1989.

*ABSTRACT: This paper is a quantitative and qualitative study of the active sentences found in the speech of the main characters of four fiction books by Graciliano Ramos (Caetés, São Bernardo, Angústia and Vidas Secas). By analysing those linguistic structures, we are able to demonstrate how such structures determine the characterization of the protagonists.*

*KEY-WORDS: Active, processive, stative sentences; agent, patient, experiencer, inactive subject; marked and non-marked sentences.*

---

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CANDIDO, A. – Ficção e confissão. Prefácio a *Caetés*. 6. ed. São Paulo, Liv. Martins Editora, 1961.
2. FELDMANN, H. – Graciliano Ramos: reflexos de sua personalidade na obra. In: GARBUGLIO, J. C. *et alii* – *Graciliano Ramos*, São Paulo, Ática, 1987.
3. RAMOS, G. – *Caetés*. 6. ed. São Paulo, Liv. Martins Editora, 1961.
4. RAMOS, G. – *São Bernardo*. 17. ed. São Paulo, Liv. Martins Editora, 1972.
5. RAMOS, G. – *Angústia*. 13. ed. São Paulo, Liv. Martins Editora, 1971.
6. RAMOS, G. – *Vidas Secas*. 28. ed. São Paulo, Liv. Martins Editora, 1971.

## ELEMENTOS PARA O ESTUDO DAS RELAÇÕES ESPACIAIS, ASPECTUAIS E TEMPORAIS

Roselís M. BATISTA\*

---

*RESUMO: Apresentamos algumas questões sobre a origem dos conceitos de espaço, aspecto e tempo, e como se refletem e interagem nas gramáticas das línguas naturais. Além de alguns exemplos em português, guarani e kraho, levantamos a problemática do aspecto como categoria dêitica, e fazemos menção ao léxico temporal e seu papel nas línguas romances.*

*UNITERMOS: Tempo; espaço; aspecto; léxico temporal; dêixis.*

---

Depois de alguns anos de leitura e reflexão sobre o aspecto e o tempo, e de análise dos mesmos em algumas línguas, tais como o português, o guarani, o russo, o francês, e mais recentemente o kraho (língua indígena do grupo Jê), mister é levantar a hipótese de que em algumas línguas – em particular as indígenas – a ausência ou pouca frequência de certos lexemas temporais, amplamente utilizados nas chamadas línguas modernas (agora, já, logo etc.), repousa numa explicação de tipo conceitual, explicação esta que foi ventilada por autores não propriamente lingüistas (Piaget, 6; Spirkin, 7) e que, portanto, não estavam preocupados com espacialidade nem com temporalidade, menos ainda com aspectualidade – seja de qualquer ponto de vista, lexical ou gramatical – de uma língua dada.

O porquê da relação das categorias *espacial* e *temporal* não é novidade nem para lingüistas nem para psicolingüistas, como também não o é para psicólogos, antropólogos, não esquecendo os filósofos e/ou lógicos que trabalharam com as questões de semântica e lógica temporal (Vlach, 8; Lacey, 5), nem tampouco os físicos, como Feynman, por exemplo; “... le temps n'est pas représentable à partir de lui-même, mais à partir de l'espace et par des moyens qu'il lui emprunte” (Guillaume, 3) e em “... l'anlyse du lexique temporel guarani... notre informateur avait du mal à nous dire à propos d'un lexème donné, s'il s'agissait d'un *emploi temporel ou spatial*, puisqu'il ne voyait pas de différence entre les deux” (Batista, 1).

---

\* Departamento de Letras Modernas – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15055 – São José do Rio Preto – SP.

Recordemos brevemente que, tanto no Brasil quanto em Portugal, se para a categoria do tempo verbal há um número razoável de ensaios e teses, para a do aspecto verbal há muito poucos, destacando-se o trabalho do prof. Ataliba T. de Castilho, o de Travaglia, a abordagem de Mira Mateus *et alii* na sua *Gramática da Língua Portuguesa*, editada em Coimbra, e mais recentemente a tese de Maria Aparecida B. Pereira Soares, sobre a semântica do aspecto verbal em russo e em português (1987 – UFRJ) que apenas nos chegou às mãos.

O professor A. T. de Castilho, apesar de preocupar-se também com as origens do aspecto, não se deteve nelas nem no processo de abstração e cronologia dessas origens, e provavelmente esses não eram os seus objetivos. Dito de outra maneira, a relação entre os três conceitos – E (espaço); A (aspecto); e T (tempo), e suas inter-relações, manifestam-se nas línguas naturais de diferentes maneiras, seguindo uma trajetória que etnolingüistas, e quiçá alguns psicolingüistas, tentam, às vezes, comparar àquela da criança no processo de aquisição da língua materna. Voltando à questão da abstração, depois de uma leitura atenta de Piaget, por um lado, e de Spirkin por outro, observamos que, definitivamente, a capacidade de abstração não se manifesta fora de uma vivência e das experiências que a acompanham, e é durante aquela baseada nos primeiros cinco anos de vida, e a que antecede o início da adolescência – cada período com suas subdivisões e especificidades – que são sentadas as bases para a apreensão dos fenômenos abstratos (“Around adolescence children enter the period of formal operations, which frees them from the world of the actual and allows them to enter the world of the possible... Their temporal world view expands enormously, and they develop a sense of historical time...” (Cairns & Cairns, 2).

Essa citação é importante tanto para a Psicologia quanto para a Lingüística, e o professor de português – inclusive o de língua estrangeira – que exige de uma criança de oito anos a compreensão da temporalidade implícita no futuro simples ou no pretérito-mais-que-perfeito incorre num erro crasso. E é provável que somente depois dos onze ou doze anos haja o entendimento da semântica temporal, para não falar da modal, que é ainda mais complexa.

Escreve A. Spirkin em sua obra: “l’homme dans les premières phases de son développement imaginait les relations spatiales des choses et non pas leurs relations spatiales abstraites” (Spirkin, 7). A consciência espacial, embora lenta no homem primitivo, não foi tão lenta quanto a consciência temporal, e rastrear a história da formação das estruturas gramaticais e lexicais de certas línguas é suficiente para comprová-lo.” “... dans les langues germaniques anciennes il n’y avait pas de formes verbales du futur” (Spirkin, 7)... “Dans certaines langues, comme le quechua et le maya, le futur est exprimé à l’aide de gestes qui indiquent l’arrière, tandis que dans la majorité des langues occidentales, le futur est exprimé par des gestes qui indiquent “l’avenir”, l’avant. Pour les indiens le futur est derrière eux parce qu’il n’est ni visible, ni palpable” (Spirkin, 7).

A percepção do *eu* teria sido o ponto de partida de tudo (*eu* como, me movimento, caço, acasalo, mato etc.), em um devenir de *ação* para *estado* onde o existir subdivide-se entre SER e depois ESTAR. Observemos que não se discute aqui o “eu pri-

meiro”, sujeito de “comer”, de “movimentar-se”, de “caçar”, de “acasalar”, de “matar”, e sim o *eu consciente de ser sujeito*, e de ser, portanto, um sujeito que sabe que age e interage com o meio ambiente. Um psicólogo diria, talvez, que se trata do *eu* consciente de que está fora do mundo: há ele e o não-ele animado e inanimado.

A questão sobre a formação dos conceitos de aspecto e tempo, e do ingresso posterior desses conceitos em “categorias gramaticais”, pode parecer, à primeira vista, unicamente teórica; é, no entanto, bastante pragmática e como tal pode ser analisada. Os professores de línguas – materna ou estrangeira – vêm-se às voltas com uma “inconsciência” aspectual e temporal que reflete antes de mais nada os vestígios – mais funcionais do que formais (morfológicos) – bastante freqüentes da categoria do *aspecto*. Já se tornou lugar-comum mencionar que o verbo na frase “A Terra gira ao redor do Sol” não indica um tempo presente. Então cabe indagar o que este verbo indica. Ou ainda em “Pedro sempre come feijão com arroz”, que tampouco reflete uma ação presente. Então, o que reflete? Dizer que se trata de uma ação habitual será suficiente? Em que se diferenciaria o presente da primeira frase do presente da segunda? E se tratarmos os dois exemplos como enunciados, mudaria alguma coisa?

Em minha tese “Analyse du Lexique Temporel Portugais”, pretendi analisar detalhadamente os lexemas portadores de temporalidade que, na maioria dos casos, me levaram ao aspecto; estes, nas conclusões, somaram nada menos que quinze classificações em língua portuguesa. Mas, independentemente de reproduzir aqui alguns exemplos retirados de doze textos da imprensa brasileira, analisados na tese, gostaria de sublinhar *o lugar da dificuldade* na compreensão do *aspecto* nas línguas romances: se *o espaço* se reflete em contextos paradigmáticos do tipo “na escola”, “pelo caminho da roça”, “em casa”, “através do rio Amazonas” etc., e o *tempo* em contextos que tomam o momento da enunciação como ponto de referência, como em “Antes da Páscoa eu compro o meu carro” (tempo relativo), ou em contextos que tomam como ponto de referência outro momento que não o da enunciação, como em “Antes as pessoas não sofriam de tensão nervosa” (tempo absoluto), o *aspecto*, nas línguas romances em geral, e particularmente no português, na maioria de suas aparições, não possui elementos morfológicos significativos que denotem sua presença. Se em kraho as partículas [tE] ou [ma], pospostas a um verbo de movimento, indicam uma “qualidade rítmica” – ou até cronométrica – da ação (a primeira mais rápida e a segunda mais lenta), em português isso não se dá. Exemplos:

1. [ik<sup>h</sup>ra ma kogáti war'mo]  
‘meu filho foi até o rio’
2. [wa ma mō]                      [ma] (resposta)  
“até logo” (já vou indo embora) – vá
3. [wa ma tE]                      [tE] (resposta)  
“até logo” (já vou indo depressa) – vá logo

*Observação:* observe-se que “ir” em kraho, [mo] ou [mō], está comutado com a partícula [tE] nos exemplos 2 e 3, respectivamente. A partícula [ma] tem um sentido

de “embora” no ir-se embora, e na despedida ela se faz necessária tanto quanto num enunciado descritivo do tipo 1. Em artigo ainda em fase de elaboração, tentamos apresentar as correlações de *ma*, *tE*, em verbos de movimento, e contrastá-las com seu emprego em contextos onde os enunciados, apesar de empregarem verbos de movimento, não utilizam nenhuma das duas, mas representam outra qualidade aspectual não indicadora de processo.

Em guarani, por sua vez, a presença constante – inclusive duplicada – de sufixos é indicadora disso que chamamos de “qualidade rítmica”, o que em francês e português não se dá. Assim, em guarani “*uperamo*” significa “quando”, “nesse tempo”. Exemplo:

4. Jha'e oice vaecue Paraguaipe jha *uperamo* che amba'ape vaecuo Ypacaraípe.

“Ele morava em Assunção e nesse tempo trabalhava em Ipacaraí”.

Observe-se agora “*uperamoite*”, que significa a coincidência exata de duas ações ou acontecimentos.

5. Jha'a eguajhe, jha *uperamoite* che aicoparamoite che rembiapope.

“Ele chegou e (exatamente) nesse momento eu terminei o meu trabalho”.

(Exemplos do informante Ramon Insfren para R. Batista – 1972).

Em nosso trabalho de 1985, tentamos abordar o aspecto no léxico português, naquele léxico que, através de uma unidade utilizada em sintagma ou em perífrase, transmite a idéia de fugacidade ou de lentidão da ação. Sabemos, no entanto, que essa “transmissão” nem sempre acontece, ou devido à lei do menor esforço, ou devido à menor importância que os falantes de português atribuem à “qualidade rítmica e/ou cronométrica” da ação. É bastante correto buscar o aspecto nos dêiticos, como nos sugere a lingüista alemã Anna Fuchs (1988) em sua abordagem ao aspecto em língua portuguesa. Lembra ela que Jakobson, num trabalho de mais de três décadas, nega a função dêitica do aspecto; esse “postulado” deve ser e tem de ser revisado.

O que nos interessa aqui é simplesmente apontar para o relevante papel do léxico temporal e do léxico aspectual das línguas romances como uma bússola que não trabalha sem apoio. Anna Fuchs já nos advertia sobre um dêitico qualquer, de origem espacial muitas vezes, como “aqui”, “ali” “etc.” e da sua ligação com a temporalidade verbal e, por extensão, com a temporalidade semântica do enunciado. São dela essas palavras: “O aspecto provoca uma relação de diferentes variáveis; uma orientação intrínseca para uma relação de diferença variável – essa é a definição de todo elemento dêitico”\*.

Quando Fuchs indaga: “O Aspecto seria uma relação dêitica não temporal?” nossa tendência era – e continua sendo – de responder afirmativamente. O imperfeito, por exemplo, “precisa escorar-se em uma situação”.

---

\* Aula proferida na Universidade Federal de Goiás, em 1987.

6. “Chego à parada quando o ônibus acaba de sair. Mas o motorista tem que esperar no sinal e aproveita para abrir a porta para mim. Eu agradeço e ele responde com um sorriso. O semáforo *estava ajudando.*”

Em 6., há uma certa relação temática entre um enunciado de coisas temporárias e um evento influenciável. As perguntas que aparecem depois – a) a presença do imperfeito sempre apóia-se em situações projetadas? e b) o imperfeito constituiria o exemplo clássico de aspectualidade vista “dêiticamente” na língua portuguesa? – independentemente de qualquer resposta, não invalidam a questão primeira: “o aspecto é sempre dêítico, e como tal não-temporal?” Para nós, desde a época de redação da tese, o aspecto se mistura “parcialmente” com o tempo, mas tem sua feição própria.

A fim de colocar algum desfecho nessa “conscientização” de espaço, aspecto e tempo, faz-se necessário remeter o leitor que se interessa também por Análise do Discurso, à questão da subjetividade e da objetividade das “categorias” mencionadas, o que o levará à colocação ou à ausência do sujeito na análise do enunciado ou do texto em questão, posto que no Discurso a coordenada de referência pode ser o próprio Discurso, o assunto que está sendo tratado.

“En relation avec l’objectivité ou la subjectivité de l’aspect, LUDTKE... affirme que ‘les actions présentent un caractère de discrimination des faits objectifs, tandis que l’aspect porte en soi une notion subjective’” (Klein, 4).

Para o prof. Ataliba T. de Castilho, a noção de tempo é subjetiva e, ao contrário, a de aspecto é que é objetiva. Em “Analyse du Lexique...” confrontamos essas afirmações, mas parece-nos mais relevante a questão do estudo do aspecto numa teoria de lingüística textual. Para H. Weinrich, o aspecto inscreve-se no quadro da microssintaxe; e acrescenta: “La théorie aspectuelle suppose nécessairement que l’on ait de la syntaxe une conception référentielle, c’est-à-dire orientée vers les objets extralingüistiques” (Weinrich, 9). São esses objetos extralingüísticos que H. Weinrich vê mais como elementos subjetivos, com algumas frases “de desenvolvimento objetivo”. Em nosso trabalho, ficamos no nível de análise dos enunciados de textos, acreditando que a espacialidade seria o mais objetivo dos três conceitos; tanto o aspecto quanto o tempo pareceram-nos ora subjetivos, ora objetivos, em dependência da relação que os elementos aspectuais ou temporais do enunciado mantêm com o que classificamos de “tempo absoluto” e “tempo relativo”. A questão dos “objetos extralingüísticos” levantados por H. Weinrich – que seriam os estados, os processos, os acontecimentos – une-se à idéia de situação projetada, mencionada por Anna Fuchs, o que nos leva a crer que num enfoque dêítico não somente é possível trabalhar o aspecto fora da microssintaxe, quanto diminuir a importância da classificação “objetivo-subjetivo” que H. Klein, Ludtke, Castilho e R. Batista perseguiram.

Finalmente – sem que este final termine os questionamentos anteriores – faz-se necessária uma inclusão do aspecto nas gramáticas brasileiras, um programa que analise o aspecto contraposto ao tempo em enunciados e textos dentro dos currículos das faculdades de Letras, e um estudo teórico para os futuros lingüistas que, desarmados, trabalham com línguas não-europeias, com línguas indígenas, com línguas africanas,

buscando nelas somente o espaço ou o tempo. Se, por um lado, a questão da ergatividade é ainda no Brasil tema para sábios, a do aspecto não conseguiu tampouco sair do nível enciclopédico. A bibliografia consultada e indicada pretende servir de orientação aos colegas que nos leram, no sentido de remeter às fontes primitivas o questionamento dos três conceitos – de espaço, aspecto e tempo –; de unir os aportes dos estudos já realizados, tanto sobre o português quanto sobre outras línguas que não pertençam forçosamente ao modelo de estrutura nominativo-acusativo; de colocar o leitor a par dos mais recentes enfoques sobre a categoria do aspecto (como a função dêitica, por exemplo); e, ainda, no sentido de unir léxico e gramática na análise semântica de lexemas e verbos com conteúdo aspectual e/ou temporal, quando não acontece que compoitem em si também o sentido de lugar.

Gostaríamos de terminar mencionando nossa análise em pressupostos e subentendidos de enunciados portadores de lexemas temporais. As ligações temporais entre o tempo do enunciado e o “posto” no enunciado – para utilizar o termo de O. Ducrot –, e entre o tempo do enunciado e os tempos dos pressupostos e subentendidos estão em relação direta com o sujeito do enunciado e o momento do ato de comunicação, sendo que em certos casos as ligações temporais dependiam totalmente de um marcador léxico como conteúdo aspectual e/ou temporal.

---

BATISTA, R. M. – *Éléments pour l'étude des relations spatiales, aspectuelles et temporelles*. Alfa, São Paulo, 33: 47-53, 1989.

*RESUMÉ: Nous présentons dans cet article certaines questions sur l'origine des concepts d'espace, d'aspect et de temps et comment leur sens se reflètent et se mettent en rapport avec les grammairies des langues naturelles. Outre des exemples en portugais, guarani et kraho, nous relevons la problématique de l'aspect en tant que catégorie déictique, et nous faisons référence au lexique temporel et à son rôle dans les langues latines.*

*INITERMES: Temps; aspect; espace; lexique temporel; deixis.*

---

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BATISTA, R. – *Analyse du lexique temporel portugais*. Paris, EHESS, 1985.
2. CAIRNS, H. & CAIRNS, Ch. E. – *Psycholinguistics, a cognitive view of language*. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1976.
3. GUILLAUME, G. – *Temps et verbe. Théorie des aspects, des modes et des temps. L'architecture du temps dans les langues classiques*. Paris, Champion, 1970.
4. KLEIN, H. G. – Algumas observações sobre a categorização do sistema verbal português. *Boletim de Filologia*, Lisboa, 22(3/4): 295-301, 1973.
5. LACEY, H. M. – *A linguagem do espaço e do tempo*. São Paulo, Perspectiva, 1972. (Debates, 59)

Alfa, São Paulo, 33: 47-53, 1989.

6. PIAGET, J. – *Le développement de la notion de temps chez l'enfant*.
7. SPIRKIN, A. – *El origen de la conciencia humana*. s.l.p., Edición Argentina, 1965.
8. VLACH, F. – La sémantique du temps et de l'aspect en anglais. *Langages*, Paris, 15(64): 65-79, dec., 1981.
9. WEINRICH, H. – *Le temps: le récit et le commentaire*. Trad. par Michèle Lacoste. Paris, Seuil, 1973.

## A NATUREZA DO GÊNERO EM PORTUGUÊS\*

Nildemir Ferreira de CARVALHO\*\*

---

**RESUMO:** A partir de uma definição operacional do gênero, analisa-se o gênero do nome (N), dos modificadores do N (determinante e adjetivo) e dos pronomes (Pron.) No curso dessa análise demonstra-se que o gênero em português é a rigor uma variável sintática determinada pelo valor semântico substantivo (classificador substantivo) do sintagma nominal (SN) ou do nome (N). Ao final, conclui-se que o gênero específico (MASC/FEM) tanto pode ser motivado pela referência atual do SN (matriz gramatical) quanto pela referência virtual do N (matriz lexical).

**UNITERMOS:** Gênero; nome; sintagma nominal; classificador substantivo; valor semântico substantivo; determinante; adjetivo; pronome; referência atual e virtual; matriz gramatical; matriz lexical.

---

Na história da língua portuguesa, a concepção de gênero passa por três estágios. No inicial, que corresponde à visão dos primeiros gramáticos (Cf. Barros, 1, p. 308-9), é percebido como uma categoria de natureza semântico-sexual. No segundo, encara-se o gênero como uma categoria flexional (desinência, sufixo), no plano puramente morfológico, mas que inclui contraditoriamente formas irregulares, como femininos constituídos por derivação lexical e heterônimos (9, p. 82). O último refere-se à proposta de Câmara Jr. (2, p. 1-9), que descarta o aspecto semântico-sexual do gênero e passa a interpretá-lo como uma categoria morfossintática, isto é, uma *flexão sintagmática*, definida pela variação dos modificadores do N (a flexão deste é considerada redundante). Para o autor, as formas irregulares de gênero devem ser confinadas no léxico; não devem ser abordadas na gramática. Já em nosso estudo, afastando-nos aos poucos dessa visão puramente *flexionalista* do gênero, procuramos chegar à sua natureza profunda e demonstrar que é na verdade uma categoria sintático-semântica que se associa ao *valor substantivo* do sintagma nominal e do nome.

A matéria a ser desenvolvida no artigo visa antes de mais nada a oferecer uma caracterização inicial mais ou menos completa do gênero português. No decurso da exposição são levantados e descritos alguns fatos relevantes. No entanto, o seu tratamento formal só é feito em outro trabalho (Carvalho, 3).

---

\* Este artigo é uma versão quase fiel do 1.<sup>o</sup> capítulo da Tese de Doutorado do autor, intitulada *A formação do sintagma nominal e do nome como base para a determinação do gênero em português* (3, p. 35-96).

\*\* Departamento de Letras Vernáculas – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15055 – São José do Rio Preto – SP.

A nossa exposição constará de seis partes. Na inicial procurar-se-á apresentar e testar uma definição operativa de gênero que servirá de ponto de partida para a descrição de certos fatos nas seções seguintes. As segunda, terceira e quarta seções se empenharão na análise do gênero de cada classe nominal, perseguindo duplo objetivo: 1) fazer notar as peculiaridades de gênero de cada categoria portadora de gênero; 2) revelar as relações de gênero que mantêm entre si. Na última seção, por fim, nos ocuparemos diretamente em situar o papel do gênero na estrutura imanente do sintagma nominal – questão apenas tocada dispersamente em outras passagens do artigo.

De modo geral, em todo o estudo ressalta a preocupação em elucidar o seguinte ponto fundamental: Que tipo de propriedade profunda associa-se ao gênero português? Como proposta concreta tenta-se mostrar, embora não sistemática nem formalmente, a hipótese que segue:

- (1) a. O gênero é uma função do valor *semântico substantivo* inerente ao sintagma nominal e ao nome, ou seja, é *determinado* por esse valor substantivo\*.
- b. Equivale por isso à *propriedade* e/ou ao *comportamento sintático* correspondente a tal valor semântico substantivo\*\*.

## 1. DEFINIÇÃO OPERACIONAL DO GÊNERO

Em português, o gênero apresenta-se como uma variável sintática que por meio de suas duas especificações – masculino e feminino – aplica-se a nomes (N)\*\*\*, determinantes (Det)\*\*\*, adjetivos (A) e pronomes (Pron)\*\*\*\*. Em cada classe enumerada, naturalmente, o estatus do gênero não é o mesmo, e determina, no conjunto das aplicações, funções diversas mas inter-relacionadas: *distinção semântica*, *referência pronominal* (ou dêitica), *concordância* (referência anafórica ou co-referência).

---

\* Na seção 6.1. do presente estudo, examinaremos com detalhes o conceito de valor *semântico substantivo*, sob a denominação mais técnica de *classificador substantivo*. Por enquanto, adiantaremos o seguinte: é a noção de *objeto (pessoa/animal/coisa)* que adere ao significado do sintagma e/ou do nome.

\*\* Fazemos esta distinção: o gênero como *propriedade sintática* é a propriedade em si mesma, virtual, pressuposta pelo valor semântico substantivo, passível de manifestar-se e manifestar assim semelhante valor; o gênero *enquanto comportamento sintático* é a propriedade atualizada e que manifesta efetivamente o referido valor semântico substantivo.

\*\*\* Convém atentar para a circunstância de que *nome* (N) aqui diz respeito à classe de palavras que a NGB – Nomenclatura Gramatical Brasileira – denomina *substantivo*. Já *determinante* refere-se ao constituinte do sintagma nominal (SN), que funciona como modificador gramatical ou atualizador do nome.

\*\*\*\* Em nossa metalinguagem, *propriedade*, *traço*, *valor*, *variável* e outros semelhantes são termos equivalentes: dizem respeito a “propriedades” de qualquer nível das unidades segmentais. Apenas *variável* indica uma propriedade passível de especificação, enquanto os outros não implicam necessariamente especificação.

O fato de se constituir mais em *traço interno* dessas classes do que em característica segmental (desinência, sufixo) torna a abordagem do gênero de certo modo delicada e dependente da análise de relações entre as categorias arroladas como portadoras de gênero\*. Até mesmo a questão primária de saber em que consiste o gênero, que indaga sobre a sua natureza, deveria subordinar-se à interpretação dessas relações.

Se essa questão permanece ainda hoje sem resposta, a causa deve atribuir-se à insistência com que o procedimento usual tende a uma interpretação meramente flexional do gênero, inadequada por se basear num aspecto fragmentário, isolante e marginal do fenômeno. Um fato bastante conhecido – a concordância de gênero –, considerada insistentemente em termos de *flexão sintagmática* (no sentido distribucional), evidencia bem a necessidade de uma abordagem não-centrada no aspecto puramente flexional, mas sim no sintático-semântico\*\*. Essa nova atitude levaria a indagar, por exemplo, se a concordância de gênero tem o mesmo alcance para determinante e adjetivo, para adjetivo e pronome etc.

Na verdade, uma resposta adequada às questões acima implica já uma teoria específica do gênero, cuja elaboração se desenvolve efetivamente num trabalho relacionado a este\*\*\*. Porém, levando-se em conta que para o encaminhamento de qualquer problema não se pode prescindir de uma caracterização inicial, por mais elementar que seja, vamos admitir pelo menos provisoriamente uma definição de gênero baseada no seu modo de manifestação sintagmática, mas levando em conta a sua natureza imanente.

Como uma definição dessa natureza contrapõe-se de certo modo ao tratamento tradicional, será útil retomar aqui a versão que Chomsky apresenta da teoria tradicional do gênero (4, p. 170 ss.). Nela ressaltam duas modalidades de gênero. De acordo com a primeira, o gênero é visto como um traço sintático *inerente* às ocorrências específicas da categoria léxica nome, e preexiste na matriz de cada lexema, em estado de dicionário, antes mesmo de se introduzirem na frase. Na segunda modalidade, sob certas condições contextuais e por efeito de uma regra de concordância tardia (de cunho transformacional), aceita-se que essa propriedade idiossincrática dos nomes propaga-se como traço adicional para seus modificadores (determinante e adjetivo), expandindo-lhes as matrizes\*\*\*\*.

Nenhuma alusão se faz à concordância dos pronomes; mas, como a versão acima se declara até certo ponto fiel à formulação tradicional, é de supor que se estenda sem dificuldade, por razões de coerência, também a eles. Para isso, no entanto, teria que

---

\* *Traço interno* significa propriedade imanente de uma unidade segmental, passível de manifestação mas independente dela.

\*\* O tratamento da concordância de gênero como *flexão sintagmática*, isto é, como mera distribuição de *marcas externas*, é o que se vê em Dubois (5, p. 52 ss.) e *grosso modo* em Câmara Jr. (2, p. 1-9).

\*\*\* A respeito do assunto, v. nota \*, p. 1.

\*\*\*\* *Matriz* refere-se ao conjunto de traços ou propriedades internas de uma categoria sintagmática ou segmental (no caso, adjetivo e determinante).

se contornar uma séria dificuldade. Sendo os pronomes a rigor substitutos ou equivalentes de sintagma nominal (pró-SNs), e não exatamente substitutos ou equivalentes de nome (pró-Ns), é difícil conceber que assimilem pura e simplesmente o gênero idiossincrático dos nomes. Por não ser pertinente, não cuidaremos agora desta importante questão, deixando-a para momento mais oportuno. Por enquanto, admitiremos por conveniência que a concordância pronominal ajusta-se à perfeição no quadro tradicional e efetivamente se realiza em condições idênticas às da concordância do determinante e do adjetivo.

O principal inconveniente da concepção de gênero que acaba de ser lembrada repousa no fato de centrar-se em demasia no nome e, por isso mesmo, obscurecer a estreita relação que une o gênero do nome ao de seus modificadores. Na verdade, afora o caso nítido da flexão, em que duplica sua forma para variação de gênero (MASC ou FEM), o N não o manifesta diretamente em si mesmo, deixando-o implícito. Essa condição de *imanência* do gênero do nome o torna altamente dependente da manifestação de gênero dos seus modificadores, a saber, Det e A. Além do mais, como se mostrará no decorrer deste trabalho, em muitos casos o gênero do N tem origem claramente contextual, e não caráter inerente. Por isso, uma definição de gênero, com base no seu modo de manifestação conjunta no sintagma nominal, apresenta maiores probabilidades de atender às exigências de adequação operacional, requerida por uma definição objetiva.

Assim, como primeira aproximação, o gênero pode ser encarado não apenas como um traço *interno* do N, mas como uma propriedade do sintagma nominal (SN) inteiro. Seu efeito mais evidente é o de selecionar conjuntamente a forma temática do Det, do N e do A, que eventualmente façam parte dele\*. Neste ponto, antes de continuar, importa estabelecer que o gênero (MASC/FEM) enquanto tal não deve confundir-se com as *formas temáticas* (masculinas ou femininas) que o manifestam. No plano intuitivo, o gênero é uma *atribuição da competência do falante*, que se exerce de acordo com procedimentos e estratégias a serem explicitadas ao longo deste estudo. Disso decorre, por um lado, o seu caráter imanente. Também no plano puramente formal ou lingüístico, sem considerar intuição, é possível demonstrar essa imanência do gênero: basta notar que este fica *pressuposto* mesmo quando as formas temáticas não o manifestam (ou não distinguem os seus valores masculino e feminino).

Tal concepção sintagmática do gênero nos permitirá então afirmar que, caracterizado um sintagma nominal como masculino ou feminino, a propriedade masculina ou feminina do conjunto está automaticamente atribuída a cada constituinte do SN. Essa propriedade distributiva e selecionadora do gênero pode ilustrar-se por meio do contraste da seguinte parêntese de SNs relacionados:

- (2) a. o gato cinzento ...  
b. a gata cinzenta ...

---

\* Entende-se por *tema* ou forma temática a estrutura fonológica de um morfema (lexical ou gramatical), definida pela terminação, excluindo-se a desinência de plural. Exs: *livro* (tema O), *mesas* (tema A).

Os constituintes Det, N e A, que integram estes SNs, ofereceram, respectivamente, como paradigmas de formas temáticas os pares *o/a, gato/gata e cinzento/cinzenta*. No 1º caso, dotado de propriedade **masculino**, o SN *o gato cinzento* seleciona as formas masculinas *o, gato, cinzento* do Det, N e A. No 2º caso, dotado da propriedade **feminino**, o SN *a gata cinzenta* impõe a seus constituintes as formas femininas respectivas *a, gata, cinzenta*.

Em outra parêntese de SNs relacionados, como a seguinte:

- (3) a. *aquele indígna valente ...*  
 b. *aquela indígna valente ...*

enquanto o paradigma do Det contém um par de formas temáticas, *aquele, aquela*, uma para cada gênero, os paradigmas do N (*indígna*) e do A (*valente*) se reduzem a uma forma única, que se pode associar aos dois valores de gênero. No 1º caso, o MASC do SN *aquele indígna valente* seleciona a forma temática masculina *aquele* do Det, ficando para o N e o A a forma temática comum, que é própria de cada lexema. No 2º caso, o feminino do SN *aquela indígna valente* exige a forma temática feminina *aquela* do Det, ao passo que o N e o A conservam, como na primeira ocorrência, a forma *ambígna* respectiva\*.

Considere-se agora um 3º exemplo, de SN simples, sem variação de gênero:

- (4) *seu pente encardido ...*

À diferença dos casos anteriores, neste somente cabe o gênero MASC para o SN que se oferece à análise. Embora o Det e o A contenham paradigmas de duplas formas, uma para cada gênero, o N dispõe apenas de uma única, e de gênero fixo (masculino). O gênero MASC do SN acha-se então determinado por este gênero único do N, o que se evidencia através da escolha das formas masculinas *seu* e *encardido* dos demais constituintes do SN, modificadores do N. A certeza de que é correta a associação do gênero MASC ao SN em causa pode ser obtida sem recurso à intuição. Basta observar as próprias restrições de distribuição que atingem os modificadores do N. No contexto do referido SN, não podem entrar senão as formas masculinas *seu* e *encardido*. A introdução dos femininos *sua* e *encardida* em lugar dos elementos masculinos efetivamente presentes tornaria o SN malformado ou inaceitável:

- (5) *\*sua pente encardida ...*

Do exame desses casos simples de SNs se extraem algumas conclusões parciais acerca do gênero do Det, do N e do A. Nelas se evidencia a *natureza imanente* do gênero, que se manifesta por meio de *formas temáticas* mas não se reduz a elas.

(i) Do ponto de vista paradigmático, o determinante e o adjetivo têm sempre à sua disposição os dois valores de gênero, masculino e feminino. Isto equivale a dizer que são sempre *variáveis em gênero*.

---

\* *Ambígna* ou *uniforme* é a forma temática única que implica os dois valores de gênero.

(ii) No entanto, algumas vezes o adjetivo serve-se de uma *forma temática única* para ambos os valores de gênero.

(iii) O nome se mostra bastante assistemático na manifestação do gênero: ora se apresenta com dois valores de gênero e duas formas temáticas respectivas, ora com dois valores de gênero mas uma forma temática única para ambos, ora com uma forma temática única de gênero fixo.

O caráter mais sistemático e mais nítido da manifestação de gênero no Det e no A pode então servir de critério para se chegar a um princípio de identificação e manifestação do gênero do SN e do N. Ou seja: sugere-se que a forma de gênero do Det e do A constitua-se em indicador preciso do gênero do SN e do N. Em consonância com tal critério, assim se formularia o princípio de manifestação e identificação do gênero do SN e do N:

(6) O GÊNERO É A PROPRIEDADE SINTÁTICA, QUE TEM O SINTAGMA NOMINAL E O NOME, DE SELECIONAR A FORMA TEMÁTICA, MASCULINA OU FEMININA, DO DETERMINANTE E/OU DO ADJETIVO.

Antes de testar o princípio (6) para verificar como funciona na caracterização do gênero do SN e do N, anteciparemos alguns esclarecimentos sobre os termos em que se enuncia esse princípio. Em primeiro lugar, pode causar estranheza o fato de se aludir simultaneamente ao gênero do SN e do N. Essa dupla alusão se torna plenamente justificada, se pensarmos que tanto o gênero do SN quanto o do N são problemáticos, por serem imanes. Como se insinuou linhas atrás, o gênero do SN e do N permanece na maioria das vezes *subjacente*, sob domínio *da intuição do falante*, dependendo portanto da manifestação de seus modificadores. Acresce que o princípio em jogo alcança muito além dos casos de gênero já examinados. Ele prediz também que nas situações de conflito entre o gênero do SN como um todo e o gênero supostamente léxico do N, o gênero real, atual ou contextual do nome será o atribuído de forma transparente ao determinante e/ou ao adjetivo. É o que acontece ao SN *o pele-vermelha pacificado*: a forma temática masculina do Det (*o*) e a do A (*pacificado*) manifestam o gênero MASC do sintagma nominal inteiro. Esse gênero *atual* do SN bloqueia o gênero FEM do N (*pele*), indicado explicitamente na forma temática feminina do A (*vermelha*) que entra em composição com tal N. Em suma, em qualquer circunstância o gênero do SN ou do N equivalerá àquele indicado claramente no Det e/ou no A.

Esse esclarecimento nos leva a uma outra questão de interesse: ante o caráter eminentemente *sintático* do gênero, que papel se atribuirá à manifestação de gênero no próprio N – em outras palavras, à flexão de gênero do N? Do comentário anterior se deduz que, dado o seu cunho assistemático, a flexão de gênero do N não deve de modo algum figurar na regra de manifestação e identificação do gênero. Isto naturalmente subverte o tratamento habitual, fundado invariavelmente na flexão e que não vê o gênero senão como processo flexional.

No entanto, é preciso que se coloque a flexão de gênero do nome no seu devido lugar. Trata-se de uma propriedade morfológica de certa subclasse de nomes, um mecanismo parcial de superficialização do gênero. Este, que é antes de tudo um traço sintático do SN, independe da flexão do N, porque dispõe de outra forma mais estável e constante de manifestação: a que se dá através do determinante e do adjetivo, indicadores de gênero por excelência. Sendo pois um traço meramente morfológico, a flexão de gênero do N deve ser, por força, abordada nesse nível, seguindo-se ao estudo do gênero na perspectiva sintática.

Ainda na linha de esclarecimentos do princípio formulado anteriormente, poderia levantar-se uma objeção quanto a saber em que grau o Det e o A são dotados de *transparência* para exprimir o gênero do SN e do N\*. Começaremos pelo adjetivo, que aparenta ser aquele cuja transparência gera as mais sérias dúvidas.

De fato, os adjetivos não constituem uma classe que possa oferecer-se como modelo de transparência no que toca à expressão do gênero. Como indiretamente sugerimos linhas atrás, repartem-se em duas subclasses: os que são *biformes*, ou que constam de uma forma para cada especificação de gênero, e os *uniformes*, ou que contêm uma forma comum aos dois traços de gênero. Assim, em termos de condições flexionais, o A goza apenas de uma relativa transparência para indicar o gênero. Essa relatividade no entanto se atenua, se na avaliação da transparência do gênero do adjetivo incluirmos a frequência das duas subclasses (de acordo com os indicadores de nosso *corpus*). Além de se constituir no grupo mais numeroso, os biformes alcançam frequência bem maior do que os uniformes. Mas existe uma razão mais forte para que o A seja mantido como índice de gênero do SN e do N ao lado do Det. É que no caso em que o SN aparece na forma pronominal, e o Det não figura nele de modo algum, só o adjetivo em função de predicativo pode ser tomado como índice do gênero do Pron (em frases do tipo *Você era nervosa / Nós nos mantivemos alheios à briga\*\**).

Se bem que não disponham de uma transparência absoluta, os determinantes exercem papel decisivo na indicação do gênero do SN e do N, quaisquer que sejam os fatores considerados: forma do Det, frequência, co-ocorrência. De acordo com suas possibilidades estruturais na função de índices de gênero, os determinantes compreendem claramente três grupos:

---

\* *Transparência* aqui designa a relação de exclusividade entre uma especificação de gênero e a forma temática que o manifesta. Diz-se que uma classe de morfemas ou um morfema é *transparente* se dispõe de uma forma temática privativa para cada especificação de gênero. O padrão de transparência é o tema *biforme*. O contrário de transparência é *opacidade*, em que uma forma temática única (uniforme) pressupõe os dois valores de gênero.

\*\* A rigor, no caso, teríamos um exemplo de *concordância dêitica* (ou *ideológica*, no sentido da gramática tradicional): o gênero do adjetivo é determinado diretamente pelo valor semântico substantivo MACHO/FÊMEA (ou pela conjunção de ambos), e não representa uma simples *cópia* do gênero do pronome. Este, conseqüentemente, não seria dotado de gênero. Como se associa aos dois valores de gênero do adjetivo, preferimos considerá-lo, para efeito de tratamento formal, como *variável em gênero*, embora tematicamente uniforme.

## (7) Grupo A – BIFORMES

- (1) Artigo
- (2) Demonstrativo
- (3) Possessivo

## Grupo B – UNIFORME

Interrogativo

## Grupo C – MISTO

- (1) Indefinido
- (2) Numeral

O Grupo A, o mais numeroso, consta de subclasses de Dets que possuem transparência integral: uma forma privativa para cada gênero. Conforme nosso levantamento, correspondem a quase 90% do conjunto de ocorrências. É importante notar nesse grupo a presença do Art (definido e indefinido), que abarca cerca de 65% de todas as ocorrências.

O grupo B abrange apenas a pequena subclasse dos *interrogativos*. É de ocorrência bem rara, não chegando a sua frequência a 1% do total.

O grupo C reúne duas subclasses de Dets com restrições de flexão: no interior de cada subclasse observa-se que a flexão não está disponível para todos os elementos. Por exemplo, nos indefinidos encontra-se o biforme *todo/toda* ao lado do uniforme *qualquer* (*qualquer povo/qualquer nação*); com os numerais ocorre, v.g., o biforme *dois/duas* em contraste com o uniforme *três* (*três poderes/três agressões*). Esse grupo acusa apenas uma frequência aproximada de 10%, com a predominância dos indefinidos.

Fator que aumenta o grau de transparência do gênero dos determinantes é a possibilidade de co-ocorrerem no mesmo sintagma nominal. Assim, por exemplo, aos Dets básicos (Art, Dem e Ind) associa-se o Poss, imprimindo maior nitidez ao mecanismo de manifestação do gênero do SN e do N.

A avaliação do grau de transparência do gênero do determinante e do adjetivo permite tratar uma outra questão, vinculada ao princípio de manifestação e identificação do gênero do SN e do N. Posto que faça referência à *forma masculina* ou *feminina* do Det e do A, essa regra nada afirma a respeito de como identificá-las. Para evitar que essa importante informação se relegue ao conhecimento intuitivo e fique subentendida, importa adicionar ao mencionado princípio um subprincípio que sirva como identificação preliminar do gênero do Det e do A.

Tendo em vista que a transparência de gênero dos padrões bifformes predomina acentuadamente sobre a opacidade dos padrões uniformes, é conveniente formular o princípio de identificação do gênero do Det/A apenas com base nos seus padrões bifformes. Assumiria então a forma seguinte:

- (8) NO PADRÃO BIFORME, A FORMA MASCULINA DO DETERMINANTE E DO ADJETIVO CONSTITUI AQUELA QUE NUNCA TERMINA EM A; A FORMA FEMININA CORRESPONDENTE SEMPRE PERTENCE AO TEMA A.

Este subprincípio permite reconhecer como masculinos o Art *o*, o Dem *este*, o Poss *meu* e o Ind *todo*, que são formas do Det não terminadas em *-a*. Permite também identificar como femininos correspondentes o Art *a*, o Dem *esta*, o Poss *minha* e o Ind *toda*, que são formas pertencentes ao tema em *a*. Pelo mesmo critério se reconhecem objetivamente como masculinos os adjetivos *limpo*, *cru*, *mau*, *são*, *tentador*, pois se incluem num tema diferente daquele em *-a*, e, como femininos relacionados, as formas adjetivas *limpa*, *crua*, *má*, *sã* e *tentadora*, que terminam em *-a* puro ou alterado.

A conjugação dos dois princípios (o de identificação do gênero do SN/N e o de identificação do gênero do Det e/ou Adj) constitui um mecanismo operacional apto a dar conta não só da gramaticalidade dos SNs fundada no gênero como, em sentido positivo, do gênero normal do SN e do N. Os dois princípios associados permitiriam, por exemplo, assinalar como malformados os sintagmas nominais abaixo:

- (9) a. \* *o* árvore ...  
 b. \* *o* ponte ...  
 c. \* *a* dente ...  
 d. \* *a* sangue ...

porque as formas articulares selecionadas (MASC-MASC-FEM-FEM, pela ordem) não condizem com o gênero imanente dos nomes respectivos, o que contraria a intuição do falante nativo do português. Já estes outros SNs equivalentes seriam aceitos como bem-formados, conforme o mesmo critério, visto a escolha das formas articulares (FEM-FEM-MASC-MASC) corresponder ao conhecimento intuitivo do falante sobre o gênero subjacente dos nomes que entram na constituição dos SNs:

- (10) a. \* *a* árvore ...  
 b. \* *a* ponte ...  
 c. *o* dente ...  
 d. *o* sangue ...

A aplicação dos princípios à identificação positiva do gênero subentende a intuição do falante e se limita a indicar objetivamente o gênero do SN. Segue duas etapas:

(i) Marca-se o gênero do Det e/ou do A, de acordo com o subprincípio de identificação do gênero do Det e/ou A.

(ii) Estende-se ao SN e ao N o gênero determinado em (i).

Aplicando-se este critério aos SNs:

- (11) a. a sorte fabulosa ...  
 b. aquele pão ...  
 c. seu dia negro ...  
 d. alguma tribo ...

resultam as configurações seguintes:

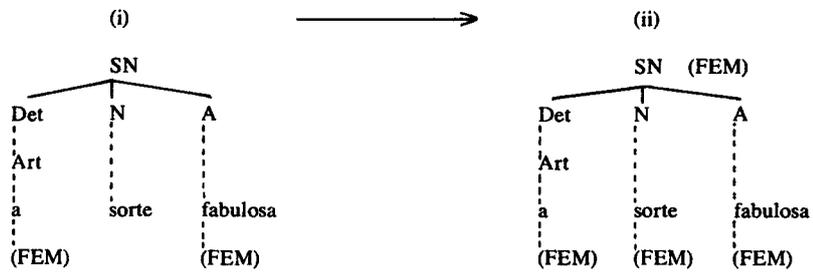


Fig. 1

(11a')

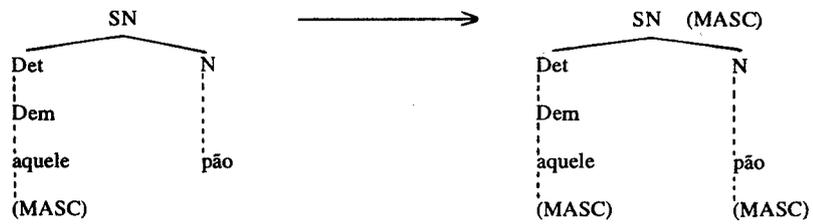


Fig. 2

(11b')

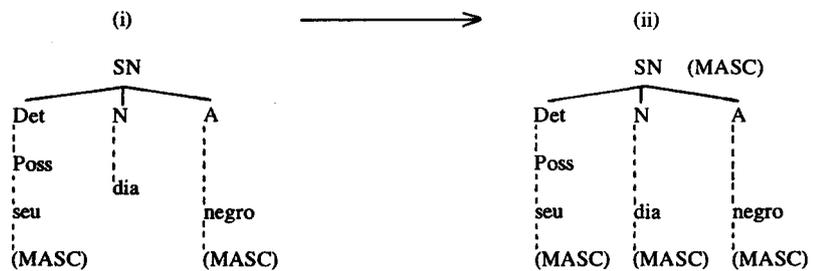


Fig. 3

(11c')

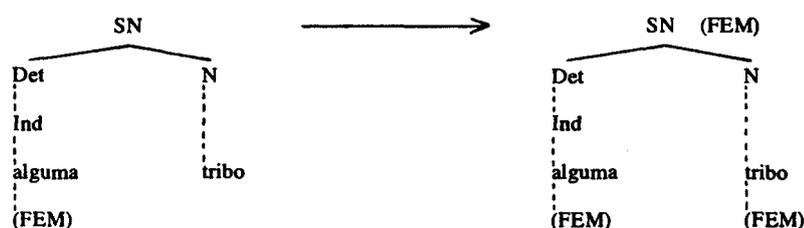


Fig. 4

(11d')

No caso de um SN agramatical como *\*aquele ponte*, a aplicação do critério acima estaria bloqueada. Isso porque tal critério só toma efeito com SNs aceitos como *gramaticais* pela intuição do falante. Ou seja: *pressupõe* a intuição do falante e a gramaticalidade do SN.

Associando-se ao princípio da *comutação*, que opera em contextos análogos, o critério acima pode ser acionado para dar conta do gênero nos casos de total opacidade das formas de gênero, isto é, quando o Det/A são uniformes. Para tanto se introduz um Det/A biforme em lugar do uniforme. Supõe-se que a identificação de gênero válida para o biforme o seja também para o uniforme, dada a equivalência de contextos (o referir-se ao mesmo N).

A título de ilustração, considere-se o SN opaco que segue:

(12) *qualquer crise insolúvel ...*

Em lugar do Det *qualquer* e do A *insolúvel*, ambos uniformes e portanto opacos como índices de gênero, pode entrar, por exemplo, uma das formas do Art *o/a e/ou* do A *eterno/eterna*. Introduzindo-se as formas requeridas pela intuição do usuário, obtém-se:

(13) *a crise eterna ...*

A escolha dos femininos *a* e *eterna* (de tema – a) evidencia que o gênero subjacente ao SN inicial *qualquer crise insolúvel*, ao N *crise* e aos modificadores uniformes *qualquer/insolúvel* corresponde exatamente ao feminino. Essa identificação, por assim dizer, indireta do gênero pode representar-se nesta seqüência de configurações:

(13')

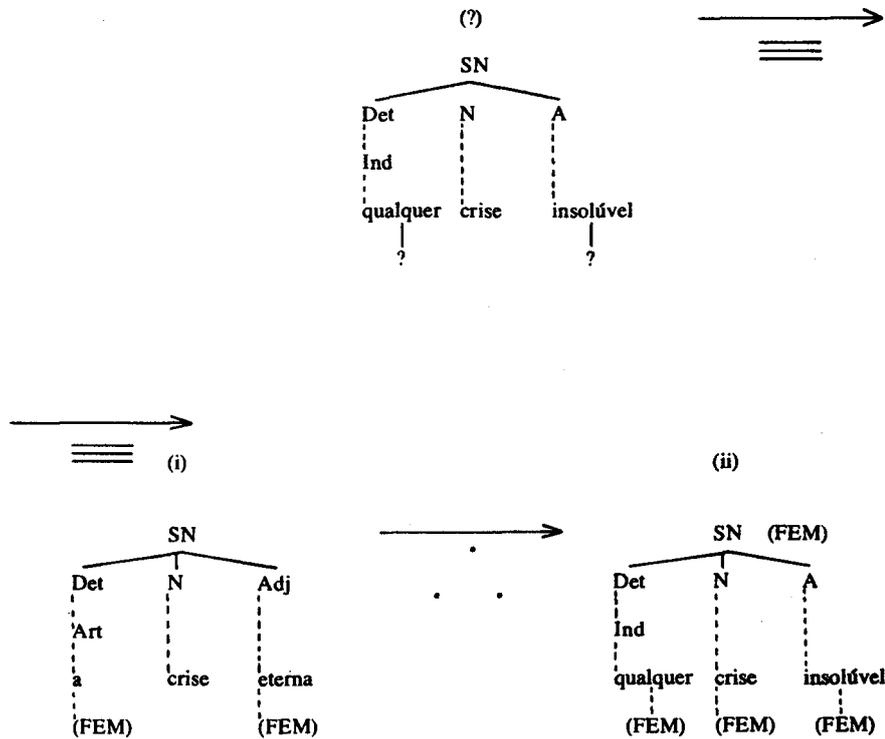


Fig. 5

Como sugerimos anteriormente, o critério de identificação de gênero que acaba de ser exposto e aplicado constitui apenas um mecanismo formal para fazer aflorar o gênero subjacente do SN e do N e determinar objetivamente a sua distribuição sintagmática. Não tem, a rigor, valor ou força explicativa. Uma explicação cabal e profunda do gênero implica noções que só serão introduzidas linhas adiante deste artigo.

Nas próximas seções, estenderemos tal critério de identificação de gênero à análise específica do gênero de cada classe nominal. Além disso, nessas mesmas seções se adiantarão alguns dados e comentários que apontam já em direção à interpretação da natureza profunda do gênero.

## 2. O GÊNERO DO NOME

### 2.1. Subclasses de nomes quanto ao gênero

De acordo com o princípio de identificação do gênero apresentado na seção anterior, verifica-se que os nomes da língua portuguesa distribuem-se por três subclasses:

– a primeira é constituída por nomes que aceitam unicamente modificadores (Det e/ou A) na forma masculina: trata-se de *nomes puramente masculinos* ou de *gênero fixo masculino*. Estão neste caso, por exemplo, os nomes que se enumeram na primeira coluna abaixo. Para evidenciar o gênero destes Ns, adiciona-se uma segunda coluna, em que cada um vem modificado pelo Art na forma masculina.

(14) SUBCLASSE I: NOMES MASCULINOS	SINTAGMA NOMINAL MASCULINO DET + N
a. anjo*	a. o anjo
b. grilo*	b. o grilo
c. nervo	c. o nervo
d. capeta*	d. o capeta
e. dia	e. o dia
f. peixe*	f. o peixe
g. balde	g. o balde
h. capim	h. o capim
i. dragão*	i. o dragão
j. feijão	j. o feijão
l. rouxinol*	l. o rouxinol
m. carnaval	m. o carnaval
n. sabiá*	n. o sabiá
o. pó	o. o pó

A prova de seu caráter masculino reforça-se pelo teste negativo: aplicando-se a Ns dessa lista a forma feminina do Det/Art, resultam sintagmas nominais inaceitáveis, que violam a intuição do falante-ouvinte:

- (14') c. \*a nervo  
 e. \*a dia  
 g. \*a balde  
 o. \*a pó

---

\* Nomes como estes, de gênero fixo MASC e da categoria semântica ANIMADO, poderão eventualmente *feminizar-se*, especialmente em sentido conotativo. Tal se deve sobretudo à implicação entre essa categoria semântica e o MASCULINO COMPLEXO (VARIÁVEL). Sobre o assunto, veja-se o capítulo 5º de nossa tese, seção 5.3. (3, p. 239 ss). A título de ilustração, mencionamos a forma feminina *a anja*, que temos documentada.

– a segunda subclasse compreende os nomes que só admitem a forma feminina do Det e/ou A: são *nomes puramente femininos* ou *de gênero fixo feminino*. Ilustram esta subclasse os Ns da lista seguinte:

(15) SUBCLASSE II: NOMES FEMININOS	SINTAGMA NOMINAL FEMININO: DET + N
a. tribo	a. a tribo
b. alma	b. a alma
c. borboleta	b. a borboleta
d. igreja	d. a igreja
e. equipe	e. a equipe
f. árvore	f. a árvore
g. parede	g. a parede
h. desordem	h. a desordem
i. mão	i. a mão
j. devoção	j. a devoção
l. colher (É)	l. a colher
m. noz	m. a noz
n. fé	n. a fé

De modo semelhante ao que ocorre na subclasse anterior, a natureza feminina dos Ns da II Subclasse ressalta do fato de rejeitarem a forma de Det com gênero masculino:

- (15') a. \*o tribo  
b. \*o alma  
f. \*o árvore  
h. \*o desordem

– pertencem à terceira subclasse os Ns que aceitam tanto a forma masculina quanto a feminina do Det e/ou A. A estes Ns nos referiremos doravante como *variáveis em gênero, de gênero variável* ou simplesmente *variáveis\**. A lista abaixo pode considerar-se representativa de tais Ns:

(16) SUBCLASSE III: NOMES VARIÁVEIS	SINTAGMA NOMINAL MASC/FEM: DET + N
a. dono	a. o dono a dona
b. fosso	b. o fosso a fossa

\* Também incluímos entre os casos de variação de gênero os pares que apresentam feminino formado por derivação lexical (ator, atriz) e os chamados heterônimos (que não exemplificamos aqui), apesar de Câmara Jr. (2, p. 1-9) considerá-los *pares disjuntos*, dentro de uma perspectiva puramente flexional, e destiná-los ao léxico. A razão é que se unem pelos mesmos princípios gramaticais a que obedecem os pares variáveis normais (formados por flexão): 1) mantêm um *vínculo semântico* estável; 2) podem manifestar o fenômeno da *generalização* no plural (via de regra, pelo MASC, contudo nem sempre). Sirvam de exemplos ao segundo princípio: o ator + a atriz = os atores; o cavaleiro + a amazona = os cavaleiros; as galinhas + o galo = as galinhas etc.

c. mestre	c. o mestre a mestra
d. irmão	d. o irmão a irmã
e. ator	e. o ator a atriz
f. poeta	f. o poeta a poetiza
g. colega	g. o )colega a
h. servente	h. o )servente a
i. líder	i. o )líder a
j. fã	j. o )fã a

Importa frisar que a variação de gênero, tal como é encarada aqui, *independe da flexão de gênero*. Ela se manifesta sobretudo, e de maneira regular e constante, por meio do gênero dos modificadores do N. Em si, a flexão do N é apenas uma das formas assistemáticas de indicar a variação do gênero. Em outras palavras, a variação não implica necessariamente a flexão, podendo ocorrer com ela ou sem ela. Por isso, são variáveis tanto os N biformes quanto os uniformes. É o que se depreende de exemplos tirados da amostra anterior.

(16') VARIAÇÃO DE GÊNERO  
COM NOMES BIFORMES

- a. o dono  
a dona  
b. o fosso  
a fossa  
d. o irmão  
a irmã

VARIAÇÃO DE GÊNERO  
COM NOMES UNIFORMES

- g. o  
 )colega  
a  
h. o  
 )servente  
a  
i. o  
 )líder  
a

Operativamente, se definiria deste modo a variação de gênero do nome:

(17) UM NOME SERÁ VARIÁVEL EM GÊNERO, SEMPRE QUE EM SITUAÇÕES CONTEXTUAIS ALTERNANTES PUDER ASSOCIAR-SE ÀS FORMAS MASCULINA E FEMININA DO DETERMINANTE/ADJETIVO.

Para que a alternância de gênero num mesmo N se qualifique como variação de gênero deve preencher uma condição importante: *comportar uma distinção semântica* qualquer (que não é necessariamente de “sexo”), a partir de um núcleo de significado comum aos dois termos da suposta variação. Assim, na parêntese:

o diplomata (“o homem responsável pela representação de um país em outro”)

a diplomata (“a mulher que exerce as funções de diplomata”),

configura-se a variação de gênero do N *diplomata*, pois a alternância de gênero serve de suporte a uma distinção semântica (*homem/mulher*), a partir do núcleo semântico comum “representante de um país em outro”.

Essa *condição semântica* permite excluir da subclasse dos Ns variáveis itens como os seguintes:

- |                  |                           |
|------------------|---------------------------|
| (17') a. guaraná | a. o<br>)guaraná<br>a     |
| b. dó            | b. um<br>)dó<br>uma       |
| c. tapa          | c. esse<br>)tapa<br>essa  |
| d. laringe       | d. sua<br>)laringe<br>seu |

em que a alternância de gênero não comporta nenhuma distinção semântica, mas reflete antes de tudo flutuação ou diversificação devida a registros de língua diferentes.

## 2.2. Inerência e contextualidade do gênero do nome

Por *inerente* (no sentido de Chomsky, 4, p. 75 ss.) entende-se o traço que um morfema possui no próprio léxico e que, trazido para a frase, independe de traços de outros morfemas dessa frase. Opõe-se a *contextual* (ainda segundo o mesmo autor, loc. cit.), traço de um morfema determinado pelo traço inerente de outro morfema ou, por outra, que faz referência explícita ao contexto da frase onde aparece. Assim, para um N como *gari*, os traços (+ comum), (+ animado), (+ humano); (+ contável) geralmente se consideram como *inerentes*. Em contraposição, ao verbo *cortar* se atribuem os traços (+ sujeito animado) e (+ – SN) (= *transitivo*), que são contextuais: o primeiro, por mencionar o traço inerente (+ animado) do SN sujeito; o segundo, por se referir ao contexto sintagmático em que tal verbo se realiza. Enquanto verbo transiti-

vo, *cortar* requer um SN objeto direto à direita; e o travessão assinala o exato lugar onde deve ser inserido\*.

Usualmente se admite que o gênero é um traço pertencente como próprio aos nomes e, por extensão, se transfere a seus modificadores (Det, adjetivo) e *substitutos*. Tal é o ponto de vista que se conhece por tradicional e que, já frisamos, a Gramática Gerativa incorporou a seu próprio sistema de traços sintáticos.

Sob essa concepção, ficaria evidenciada a natureza inerente do gênero do N, enquanto o gênero do Det, do A e do Pron se enquadraria à perfeição dentro do modo contextual. Tudo parece indicar que não poderia ser de outra maneira, pois essas categorias efetivamente “copiariam” ou reproduziriam por concordância o suposto gênero inerente do N. O morfema nominal *escova* fornece um exemplo para ilustrar a inerência do gênero. Esse N teria no léxico entre outros traços da sua matriz o traço inerente *feminino*. Uma representação quase completa da matriz de *escova* tomaria mais ou menos a forma seguinte:

(18) ESCOVA	<i>escova</i>
	+ N
	+ comum
	+ animado
	+ contável
	•
	•
	•
	– masculino

Dezenas de exemplos como este poderiam confirmar a idéia de que o gênero do N é de fato inerente. No entanto, um levantamento minucioso de nomes da língua portuguesa revela que há numerosos casos nos quais a condição de inerência do gênero não pode ser sustentada. Passaremos a examiná-los.

#### (i) *Nomes variáveis*

Como são nomes de duplo gênero, não podem ter gênero inerente, pois nenhum dos dois gêneros específicos é predizível a partir do léxico. A escolha específica de gênero se faz no momento de formar a frase. O que é de fato inerente é a possibilidade de variação de gênero. A rigor, os Ns variáveis constituem um caso que não se ajusta bem nem à inerência nem ao caráter contextual tal como é definido por Chomsky. Não condizem com a inerência porque, como já dissemos, não é possível prever

---

\* O conceito de *contextual*, proposto por Chomsky, é insatisfatório sob vários aspectos: (i) acentua quase exclusivamente a importância do *contexto sintagmático* ou segmental; (ii) do ponto de vista semântico, só leva em consideração a referência virtual ou léxica; (iii) omite o papel da referência atual na determinação das categorias gramaticais em contexto.

o seu gênero específico e representá-lo na matriz do morfema antes de introduzi-lo na frase. Com o contextual (ainda no sentido de Chomsky) também não, visto que a escolha do gênero específico não sofre a influência de outro morfema. Na verdade, o gênero dos variáveis é determinado pela *referência atual* do SN\*.

(ii) *Bivalentes nominais*

Em conformidade com sua distribuição no sintagma nominal, os morfemas nominais constituem três classes, definidas pela presença/ausência dos valores “substantivo” e “adjetivo”. À primeira pertencem os *nomes puros*, que sempre comportam o valor substantivo e normalmente não desempenham senão a função de Ns. Exemplos desse tipo são os Ns *juiz, leão, maçã, areia, pureza*. Excepcionalmente os Ns puros atuam como adjetivo; é o que acontece aos Ns *gigante, monstro, cama* em *limpeza-gigante, comício-monstro, sofá-cama*.

A segunda inclui os *adjetivos puros*, ou os que habitualmente só funcionam como adjetivo. Ilustram esta classe os morfemas *bonito/útil.../*. Só em caráter excepcional é que As puros funcionam como N; neste caso designam a qualidade em si mesma e se dizem *substantivados*: o bonito/o útil/o belo/o falso/o verde.../.

A terceira classe de nominais, que vamos chamar *bivalentes nominais* (BIN), compreende os numerosos lexemas nominais que atuam indiferentemente como Ns ou como As. Assim, por exemplo, os lexemas *burguês, doido, suicida, velho* (fora do contexto) são “neutros” quanto ao papel de N ou de A, como se infere das construções abaixo:

(19) BIVALENTES NOMINAIS	NOME	ADJETIVO
a. burguês	a. o <i>burguês</i> feliz	a. um sonho <i>burguês</i>
b. doido	b. a <i>doida</i> perigosa	b. o policial <i>doido</i>
c. suicida	c. o <i>suicida</i> anônimo	c. toda luta <i>suicida</i>
d. velho	d. o <i>velho</i> lúcido	d. esse jornal <i>velho</i>

Formam uma classe bem extensa, uma vez que pertencem a ela, além de nominais não-afixados, uma grande parte dos nominais modificados por sufixos, como:

---

\* Entende-se por *referência atual* a significação determinada pela situação de comunicação; contrapõe-se à *referência virtual* ou significado, significação inerente que o morfema traz do léxico e independe do contexto (V. Milner, 8, p. 26)

- (19') a. – AI (o *animal*, o instinto *animal*)  
 b. – ANO (o *goiano*, a terra *goiana*)  
 c. – AO (o *coimbrão*, uma escola *coimbrã*)  
 d. –ÁRIO (o *bancário*, o expediente *bancário*)  
 e. – (D)OR (o *caçador*, a tribo *caçadora*)  
 f. – EIRO (o *marinheiro*, a roupa *marinheira*)  
 g. – ENSE (o *amazonense*, o povo *amazonense*)  
 h. – ÊS (o *inglês*, o exército *inglês*)  
 i. – NTE (o *farsante*, o jornalista *farsante*)  
 j. – OSO (o *vaidoso*, o jogador *vaidoso*)  
 ● ●  
 ● ●  
 ● ●

A existência de BINs oferece sério argumento contra a aceitação do caráter inerente absoluto do gênero do N. Considerando-se que os BINs não são nem nomes nem adjetivos no léxico, mas antes uma superclasse englobando os dois valores, entende-se por que não podem trazer o gênero inerente. Para eles o papel de *nome* ou de *adjetivo* só se define por escolha contextual. O BIN se torna N ao adquirir a propriedade semântica *substantivo* e assumir a posição de núcleo do SN. Em consequência, é natural que o gênero só passe a existir no BIN depois que ele se converta em N. Em outras palavras: se o estatuto do N é contextual, também o é o do gênero.

(iii) *Transformas nominais\**

Muitos Ns são *derivados*, isto é, são lexicalizações de verbos, adjetivos, nomes ou de outros constituintes de alguma frase. Quando um N provém de um V, por exemplo, não se pode admitir que o gênero seja inerente. A inerência do gênero neste caso não é aceitável, simplesmente pelo fato de que verbo não tem gênero. O gênero que um N deverbal ostenta resulta do próprio processo de conversão do verbo no N em questão. Assim, o verbo *quebra(r)* adquire o gênero feminino ao passar a N (*a quebra*); de modo semelhante, o sintagma verbal *limpa(r) trilhos* – forma em que assume o gênero masculino.

(iv) *Substantivados*

Pelo conhecido processo da substantivação (no sentido tradicional) formam-se diretamente nomes de adjetivos, infinitivos, palavras gramaticais (preposições, conjunções etc.) e até frases inteiras. O instrumento operante na substantivação em todos estes casos é a adjunção do Det ao elemento que se substantiva. O processo de substantivação pode ser ilustrado por estes exemplos: o *inacreditável* (substantivação de A puro), o *cantar* (substantivação de infinitivo), o *de* (substantivação de preposi-

---

\* Transformas são formas resultantes de transformação.

ção), *o malmequer* (substantivação de frase). Como se percebe facilmente, os Ns resultantes da substantivação adquirem seu gênero no decurso do próprio processo de substantivação. Se aceitássemos que o gênero do N é sempre inerente, teríamos de aceitar o absurdo, por exemplo, de que as preposições têm gênero fora de contexto (no léxico).

(v) *Redução de sintagmas nominais*

Alguns nomes derivados resultam da simplificação ou redução de um SN com (Det N A). Nesse processo de redução, o adjetivo se substantiva *incorporando* o nome, que em conseqüência fica subentendido\*. É o que ocorre ao SN *a cidade capital*, que se transforma em *a capital*. Torna-se evidente aqui que o gênero feminino de *capital* não pode ser inerente, mas adquirido, contextualmente, do N *cidade*\*\*.

O exame dessa tipologia de casos, em que se delinea a possibilidade de um gênero contextual do N, sugere-nos as reflexões ou conclusões seguintes:

a) O gênero do N tanto pode ser de natureza inerente, isto é, não-contextual e previsto na sua matriz lexical, como de origem contextual ou adquirido em função do contexto.

b) O aparecimento do gênero contextual está intimamente relacionado à aquisição do estatus de N. Se um morfema qualquer se torna *nome* por efeito de alguma transformação, adquire concomitantemente gênero próprio. Como a passagem a N implica a aquisição de “valor substantivo”, *deve-se pressupor que há interdependência entre gênero e valor substantivo*. Em suma: sendo N já no léxico, o morfema traz o gênero inerente; se é um N funcional (formado no contexto), adquire o gênero por via do processo que o transformou em N.

2.3. *O gênero próprio do nome*

Amplamente admitida em qualquer estudo tradicional é a diferença de valor entre o gênero do N e o de seus modificadores. Nos nomes, o fato de o gênero vir combinado com o *caráter semântico substantivo* lhe dá o poder de impor-se a esses modificadores, exigindo-lhes concordância e selecionando a sua forma temática. Vamos chamar *gênero próprio* este gênero ativo dos Ns, que se associa ao valor substantivo, é capaz de impor concordância e fazer distinções semânticas, em contraposição ao *gênero de concordância* das outras classes ligadas aos Ns.

---

\* *Incorporação* (segundo Gruber, 6, 9 ss.) designa o fenômeno sintático-semântico em que, dada uma seqüência de morfemas da frase, um dos morfemas desaparece *fonologicamente*, mas passa a integrar como conteúdo a matriz de traços ou a estrutura interna de outro morfema da seqüência. Com isso, o morfema incorporador engloba o seu próprio significado mais o significado do morfema incorporado.

\*\* O FEM do SN resultante *a capital* pressupõe a concordância do Art (*a*) e do A (*capital*) com o FEM do N incorporado *a cidade capital*, antes de se dar a redução.

Nem sempre é tranqüila a vinculação do gênero próprio aos nomes. No caso dos Ns contextuais muitas vezes se apresenta a questão de saber se ele se deve realmente ao N, ou ao SN como um todo. A título de ilustração do problema, analisaremos os SNs abaixo:

(20) a *faca* *ponteaguda* ...

(21) o *de* *supérfluo* ...

De acordo com o princípio de identificação do gênero (6-8), reconhece-se como FEM o gênero do SN (20). A origem de tal gênero está no N léxico *faca*, que, dotado inerentemente de valor semântico substantivo, possui o gênero próprio FEM e seleciona por isso as formas temáticas femininas *a* e *ponteaguda* do Det e do A. Por outro lado, o MASC do SN (21), corsoante o mesmo princípio, transparece nas formas temáticas masculinas do Det *o* e do A *supérfluo*. O que determina esse gênero do SN? Evidentemente, ele não poderia ter como fonte um possível gênero próprio do N nuclear de. Este em si é mera preposição e não dispõe de valor substantivo nem de gênero. Uma forma de conciliar o conflito é dizer que a preposição *de* adquiriu contextualmente valor substantivo (substantivou-se) e por isso ganhou gênero próprio. Admitir essa solução nos levaria a um impasse: se *de* adquiriu gênero próprio, controla ou exige a concordância do Art *o*. Mas como é o Art que reconhecidamente substantiva, não pode por isso concordar. Na verdade, o gênero próprio do SN (21) deve-se ao valor semântico substantivo pertencente ao próprio SN e não ao *de*.

Outro exemplo ilustra de modo mais claro a *existência de dois níveis de gênero próprio* no SN: o do SN enquanto tal e o do N que o integra. É o que se observa no SN (22):

(22) A *modelo* *brasileiro* ...

O N *modelo* do SN (22) é dotado de gênero próprio inerente masculino, que se associa ao valor substantivo desse N e controla o gênero do A *brasileiro*, levando-o a assumir por concordância a forma masculina *brasileiro*. Por sua vez, o Det Art do SN assume forma claramente feminina (*a*), em aparente discordância com o gênero do nome e do adjetivo. Como o SN em causa é perfeitamente aceitável, gramatical, é preciso admitir nele a existência de dois níveis de gênero próprio:

- (i) o do gênero inerente masculino do N *modelo*, que está impondo concordância ao Adj *brasileiro*. O valor substantivo a que se vincula esse gênero transparece através do significado “substantivo” peculiar de *modelo* (“padrão” ou “manequim”).
- (ii) o do gênero feminino do SN integral *a modelo brasileiro*, que exige a forma feminina do Art (*a*). O valor substantivo a que se vincula o SN evidencia-se através do próprio significado do conjunto: enquanto *modelo* (no gênero masculino) por si é inespecificado, podendo significar “padrão” ou “manequim”, o SN inteiro (no gênero feminino) refere-se especificamente a “uma mulher brasileira que exerce a profissão de manequim”.

A análise dos últimos exemplos põe em relevo o fato de *valor semântico substantivo e gênero próprio* não serem noções estritamente ligadas a Ns. Como podem estar vinculadas também ao SN, importa estabelecer como conclusão que *o gênero próprio associa-se tanto ao valor semântico substantivo do N quanto ao valor semântico do SN\**. Ou, de modo mais simples: o gênero próprio associa-se ao valor semântico substantivo (não importa de quê).

### 3. O GÊNERO DOS MODIFICADORES DO NOME

Em considerações passadas já se aludiu ao papel decisivo que *adjetivos e determinantes* cumprem na indicação do gênero latente do SN/N, bem como a certas propriedades morfossintáticas suas (variação e possibilidades flexionais). Agora se introduzirá uma nova questão, mais complexa, que tange simultaneamente a esses traços e à própria natureza do gênero de tais categorias. A questão se exprime melhor através da seguinte pergunta: Em que sentido o A e o Det concordam com N/SN?

Trata-se, em primeiro lugar, da admissão ou não de possíveis mudanças estruturais intrínsecas no ato de assimilarem o gênero por concordância. Nossa indagação poderia começar pelo adjetivo. Ao copiar, este, o gênero do SN/N, os únicos fenômenos observáveis se referem à aquisição de certo comportamento sintático, definido pela variação passiva do traço de gênero (MASC/FEM) de acordo com a ativa do SN/N, e à eventual adaptação temática (por flexão ou afixação).

Até onde se pode perceber, essas alterações não modificam substancialmente as condições iniciais: o adjetivo mantém-se, em essência, adjetivo, e não assimila nada da essência do SN/N com que concorda.

Nesse sentido, a concordância do adjetivo se contrapõe à do Pron. Antes de esclarecer essa diferença, importa lembrar que a concordância envolve a chamada *referência anafórica ou co-referência*, relação na qual duas (ou mais) expressões lingüísticas remetem para o mesmo objeto (ou referente) do universo do discurso. Nessa relação, o segundo elemento lingüístico (Pron de 3ª pessoa/adjetivo), dito *controlado*, copia os traços gramaticais do primeiro elemento, geralmente um SN de sentido pleno, chamado *antecedente* ou *controlador*. A referência anafórica deve distinguir-se de outro tipo de referência, a *déitica*, em que um morfema de natureza pronominal (Prons. de 1ª e 2ª pessoa, por exemplo) remete diretamente para um objeto (ou referente) no plano do discurso, sem o concurso de outro elemento lingüístico (o de sentido pleno).

Como veremos na próxima subseção, ao concordar, o Pron (anafórico) não só copia o gênero específico do SN como principalmente assimila o seu traço essencial – o caráter substantivo. Já o adjetivo se limita a copiar o gênero e o número do SN que o controla.

Aparentemente, a concordância do Det transcorre nos mesmos moldes da concordância do adjetivo. Assim dissemos porque, dada a estreita interdependência entre

---

\* A respeito de *valor semântico substantivo*, ver seção 6.1.

Det e N, Det e SN, torna-se difícil em muitos passos até mesmo sustentar rigorosamente que o Det concorde com o SN/N. Só pela força da tradição e por conveniência é que se aceita pacificamente essa idéia de uma concordância absoluta do Det.

Na verdade, o seu comportamento é a muitos respeitos desconcertante. Se muitas vezes concorda claramente com o N a que se refere (v.g. *o povo tranquilo*), em outros não concorda ou deixa sérias dúvidas quanto a se realmente concorda. Lembremos, por exemplo, o caso em que desempenha papel de substantivador, função tradicionalmente reconhecida (*o falar, este quê, algum pare*). Se substantiva, como pode concordar com algo que ele cria, que é *posterior* a ele?

Em outras partes deste estudo, apareceram exemplos em que, ocorrendo divergência entre o gênero do SN e o do N, o Det manifesta antes o gênero do SN. Ou melhor: a forma do Det constitui-se no único sinal visível desse gênero subjacente do SN. Será que aqui também existe concordância, ou o Det é o suporte efetivo, que comporta a própria matriz do SN?

A solução desse problema só pode dar-se dentro de uma teoria integrada da estrutura do sintagma nominal e do gênero, uma proposta complexa que fazemos em outro trabalho.

A comparação do gênero do A com o Det também fornece alguns elementos para elucidar a natureza do gênero desses modificadores do N. À primeira vista, os dois gêneros se equiparam, pois constituiriam ambos cópia de um gênero exterior a eles, pertencente ao N ou ao SN.

Sob certas condições estruturais ou em registros informais da língua (norma falada popular, norma falada rústica), no entanto, a concordância do adjetivo pode deixar de ocorrer, isto é, o A não copia o gênero do SN/N, a concordância não opera. Apesar de tudo, essa falta de concordância do A não é suficiente para alterar o gênero do SN/N, que continua o mesmo. Esse fato caracteriza o gênero do adjetivo como passivo, estático e meramente redundante.

Com o Det se passa diferentemente: sempre que há aparente divergência entre o gênero do Det e o previsto ou inerente do N, altera-se o gênero do conjunto, prevalecendo o gênero do Det para o SN todo. É o que ilustra este SN:

(23) o bola-murcha

em que a forma masculina do Art (*o*) manifesta o gênero masculino do SN, em discrepância com o gênero feminino do N *bola-murcha*.

Assim o Det parece mais do que concordar em gênero com o N: o seu gênero define antes de mais nada o gênero do SN. E por isso é essencial, vital, em oposição ao gênero de redundância do adjetivo\*.

Como a rigor o Det nunca deixa de concordar porque sempre reflete o gênero atual e efetivo do SN, paradoxalmente é impossível provar que ele concorda com o

---

\* No *dialeto caipira* registram-se casos em que o Det posposto ao nome (geralmente o *possessivo*) fica no MASC de valor neutro, em discordância com o FEM do SN inteiro (v.g. *a mãe meu*). (Cf. Rodrigues, 10, anexo VIII, p. 199-208).

gênero do SN/N. Aqui se dá o inverso do que sucede ao gênero do A: uma vez que este às vezes deixa de estar em acordo com o gênero do SN/N, fica por essa razão demonstrado que nos outros casos concorda.

#### 4. O GÊNERO DOS PRONOMES

Consoante o modo de manifestação de seu gênero, os pronomes subdividem-se em três grupos:

- A. Engloba os pronomes pessoais de 3ª pessoa, que no geral são *variáveis e biformes* (os pronomes do tipo *ele/ela, o/a*). Têm como característica principal a propriedade de serem *anafóricos*, isto é, serem cópia parcial de um SN completo antecedente e com ele concordarem.
- B. Compreende os pronomes pessoais de 1ª e 2ª pessoa (do tipo *eu/você/.../*). Podem ser dados por *uniformes*, visto que requerem tanto a forma masculina quanto a feminina do adjetivo predicativo que a eles se reportam (*Eu sou quieto/quieta; Você é doido/doida*). Trazem como característica fundamental a faculdade de serem dêiticos, isto é, de fazerem referência direta às pessoas do discurso. Não são, por isso mesmo, reprodução de SNs já mencionados (como o grupo anterior), o que equivale a dizer que para eles não há concordância passiva, não concordam com nenhum outro termo da frase.
- C. A este grupo pertencem os pronomes não-pessoais [demonstrativos (DEM) como *isto/isso/aquilo*; indefinidos (IND) como *alguém/algo*; e interrogativos (INTER) como *quem? (o) que?*]. Expressam dêixis (os DEMs), quantificação (os INDS) ou catáfora (os INTERs)\*. Apresentam como característica básica o fato de terem normalmente gênero fixo masculino\*\*. Isso transparece através dos adjetivos predicativos que a eles se referem, os quais sempre assumem a forma masculina (*Isso é perigoso.; Alguém está rico.; O que foi mortífero?*) Como não constituem “cópia” de nenhum SN pleno, também não se sujeitam ao fenômeno da concordância.

Vamos nos ocupar primeiro e com mais detalhes do gênero de concordância do grupo A, que fornece evidência para corroborar o vínculo entre gênero e valor substantivo.

Para abrirmos a discussão sobre a concordância dos Prons, abordaremos uma questão elementar da relação entre pronome e antecedente do pronome. Trata-se de saber com que categoria realmente o Pron concorda: com o N núcleo do SN ou com o SN todo? No tratamento usual da concordância de gênero, considera-se invariavelmente a primeira possibilidade, não se dando importância alguma ao SN que

---

\* Catáfora designa a relação de referência em que um morfema de natureza gramatical remete para o contexto posterior ou *conseqüente* (no caso dos interrogativos, a resposta da pergunta).

\*\* Se a referência atual associada ao interrogativo/indefinido pressupuser um “conjunto de elementos femininos” do qual o sentido do interrogativo/indefinido faz parte, o adjetivo predicativo poderá assumir o FEM: *Quem está doida?/Alguém ficou bonita.*

abrange o N. Aqui, ao contrário, adota-se o ponto de vista de que o Pron concorda de fato é com o SN completo e não apenas com o N que o integra.

O primeiro argumento em favor desta última hipótese envolve a *correspondência estrutural* entre pronome e antecedente do pronome. Para demonstrá-lo, seja a frase (24), que apresenta dois SNs idênticos (co-referenciais) e marcados com o índice *i*, dos quais o segundo sofrerá posteriormente a pronominalização.

(24) *O carteiro<sub>i</sub> disse à minha vizinha que o carteiro<sub>i</sub> tinha muito dinheiro guardado.*

Se admitirmos que o Pron não concorda senão com o N, teremos por força que aceitar também que o Pron só se refere ao N ou, por outra, é cópia apenas do N. Nesses termos a pronominalização só atingiria o N do SN repetido, ficando o Det como resíduo. Em conseqüência, aplicada a pronominalização, resultaria a frase agramatical seguinte:

(24a) *O carteiro disse à minha vizinha que o ele tinha muito dinheiro guardado.*

Se é aceita a hipótese da concordância com o SN todo, a pronominalização produz os resultados corretos.

(24b) *O carteiro disse à minha vizinha que ele tinha muito dinheiro guardado.*

A prova mais clara em favor da concordância do Pron com o SN, e não com o N constituinte deste, se dá nos casos em que há incongruência entre o gênero específico do N e o gênero do SN como um todo, indicado pelo gênero do Det. Seja, por exemplo, a frase

(25) *A modelo teve vontade de olhar para o bóia-fria; ao fazê-lo, ela percebeu que ele mascava fumo.*

Os SNs *a modelo* e *o bóia-fria* têm na frase (25) as cópias pronominais respectivas *ela* e *ele*. O Pron *ela* está no feminino, em concordância com o feminino do SN completo *a modelo*, gênero claramente indicado na forma feminina do Art (a) desse SN. Em contraposição ao gênero feminino do SN a que pertence, o N *modelo* tem como gênero próprio inerente o masculino, mas que nesse contexto se acha neutralizado. Se o Pron concordasse de fato com o N, obrigatoriamente apresentaria-se na forma masculina (*ele*), o que, como se percebe, não ocorre.

Por seu turno, o Pron *ele* assume a forma masculina, por concordar com o gênero masculino do SN integral *o bóia-fria*. A forma masculina do artigo (o) assinala de maneira nítida esse gênero masculino do SN. Por sua vez, o N *bóia-fria*, parte integrante dele, contém o gênero inerente feminino, manifesto na forma feminina do adjetivo *fria* que entra em composição com N.

Tendo demonstrado que o Pron concorda é com o SN todo, podemos agora abordar a questão central desta seção, que é a de determinar a natureza do gênero de

concordância dos pronomes. Os pronomes do Grupo A exibem uma forma de concordância complexa. Essa complexidade está em que a assimilação do traço MASC ou FEM se faz acompanhar da preservação de propriedades básicas do SN com que concordam. Assim é que o Pron não só copia o caráter substantivo do SN, base da concordância, como também o gênero que recebe conserva a mesma força de atrair concordância, peculiar ao gênero primordial. A título de exemplo, observe-se que na seqüência de duas frases:

- (26) Seu irmão conhece a *casa*.  
(Ela) é *segura*?

a forma pronominal *ela* assimila o caráter substantivo e o traço FEM do SN *a casa*. Não obstante ser de concordância, esse gênero adquirido está exigindo por sua vez o traço FEM do adjetivo *segura*.

A questão relevante que naturalmente se coloca aqui consiste no seguinte: Por que, sendo de concordância, o gênero feminino do Pron *ela* se mostra ele próprio capaz de atrair a concordância do A *seguro*, levando-o a tomar a forma feminina *segura*?

Embora não muito simples, a resposta parece clara, se tivermos em mente a distinção entre gênero *próprio* e gênero *de concordância*, assim como a hipótese da interdependência entre gênero e valor substantivo, introduzidas na seção anterior. Enquanto anáfora do SN antecedente *a casa*, já se reconheceu, o Pron *ela* copia traços fundamentais desse SN. Entre eles figura o feminino, que é portanto de concordância, por esse lado. Além do mais, o referido Pron copia também o caráter substantivo do SN antecedente. A co-ocorrência de gênero e valor substantivo no Pron, ainda que ambos copiados, criam por assim dizer o seu *gênero próprio*, que se projeta sobre o adjetivo. Vê-se, pois, que a presença do caráter substantivo é vital para se definir o tipo de gênero: próprio ou de concordância. A esse respeito o gênero dos pronomes é evidentemente complexo: *de concordância* na relação entre Pron e SN antecedente, e *próprio* na relação entre Pron e A predicativo da mesma frase.

Por serem possuidores de valor substantivo, os Prons dos três grupos se qualificam dentre as categorias dotadas de gênero próprio (juntamente com o SN pleno e o N). A inclusão dos pronomes em tal conjunto talvez suscitasse a seguinte objeção: Em que sentido têm gênero próprio, se concordam com algum SN anterior? Primeiramente, é bom salientar, essa dúvida contém uma generalização incorreta contra a verdadeira natureza do gênero dos Prons. Estes (como vimos linhas atrás) se distinguem nitidamente em duas espécies, de acordo com a referência ou não a outro SN do mesmo texto.

Na verdade só se pode falar de concordância, assim mesmo com restrições, em relação ao gênero dos Prons Pess de 3ª Pessoa (Grupo A), que copiam, por anáfora, não só o gênero específico mas o complexo de traços relevantes da matriz de algum SN pleno anterior. Aqui, concordar assume um sentido especial: é a conseqüência inevitável, necessária e decorrente do processo de pronominalização (do copiar esquematicamente a matriz do SN pleno antecedente). E não apenas a assimilação pas-

siva de um traço único: o de gênero. Os demais Prons, os não-anafóricos, que englobam os Prons Pess de 1<sup>a</sup>/2<sup>a</sup> pessoas, os DEM, IND e INTER, não passam de meros *equivalentes funcionais* de SNs plenos, sem o menor vínculo de cópia ou concordância com respeito a outro SN da mesma frase. Assim, seu gênero é *próprio* na absoluta e integral acepção da palavra.

Cópia ou equivalente funcional, ambas as espécies de Pron têm gênero próprio e representam modalidades de SN. Por razões de simplicidade, vamos então incorporá-las na categoria única de SN, em companhia do SN pleno. Com essa inclusão se reduzem a duas as categorias portadoras de gênero próprio: sintagma nominal (SN) e nome (N).

## 5. GÊNERO DAS CLASSES NOMINAIS: SÍNTESE

Na análise do gênero das classes nominais que acabamos de fazer, ressalta a idéia de uma relação de implicação entre gênero e valor semântico substantivo. Três  *fatos* apontam para a existência dessa relação:

- (i) Na formação dos nomes contextuais, os morfemas que passam a N acusam automaticamente a propriedade sintática definida como gênero. Levando-se em consideração que para assumir o estatus de N é necessário ao morfema adquirir o valor semântico substantivo, com isso se evidencia a relação entre gênero e o referido valor.
- (ii) A posse direta do valor semântico substantivo provê o SN (pleno), o Pron e o N do chamado *gênero próprio*, um gênero capaz de impor concordância (ao A/Det) e de fazer distinções semânticas. Esse tipo de gênero contrasta com o de *concordância*, copiado das categorias portadoras de gênero próprio e de natureza passiva (sem função). A segunda modalidade de gênero é justamente a do adjetivo, categoria não-portadora de valor semântico substantivo.
- (iii) Certas ocorrências sugerem a existência de dois níveis de gênero do SN: a) o do SN todo; b) o do N. Nestes casos observa-se que cada nível tem gênero e valor semântico substantivo diferentes. Como a diferença de gênero se faz acompanhar da mudança de valor semântico substantivo, conclui-se haver interdependência entre a propriedade sintática e a semântica mencionadas.

## 6. SINTAGMA NOMINAL E NOME: A RELAÇÃO ENTRE GÊNERO E CLASSIFICADOR SUBSTANTIVO

### 6.1. Estrutura semântica do sintagma nominal e do nome

Do ponto de vista semântico, o SN se caracteriza antes de tudo pela unicidade do seu significado, que não se reduz de modo algum à soma dos significados particulares de seus constituintes (justamente o contrário é que se supõe: o significado dos constituintes decorre da significação global do SN). Podemos afirmar que, em

termos semânticos, o SN refere-se a *entidades conceptuais atualizadas*; representam indivíduos ou objetos do universo da comunicação.

Essa idéia geral de “objeto do universo da comunicação”, associada ao SN, equivale, grosso modo, ao que vimos chamando até agora *caráter semântico substantivo* do SN. Todavia, não há entre este último e a estrutura conceptual do SN uma correspondência perfeita. É que valor substantivo não implica necessariamente o aspecto ou o papel atualizador do discurso. Ou seja: o valor substantivo apenas sugere a classe semântica geral do objeto ou suas especificações, como

- (36) (i) Pessoas  
 (ii) Animais  
 (iii) Objetos físicos  
 (iv)  $\left\{ \begin{array}{l} \text{Qualidade} \\ \text{Ações} \\ \text{Fenômenos} \end{array} \right.$

Por outro lado, *objeto do discurso* pressupõe não só essa classe semântica do objeto mas também sua atualização espaço-temporal ou dêitico-anafórica. E esta, como já dissemos, decorre da dimensão comunicacional que adere ao SN, por ser ele integrante da frase, unidade mínima da comunicação ou do discurso.

Para dar conta da equivalência entre *classe semântica do objeto* e *valor substantivo*, vamos doravante nos referir a ambos pelo termo único e mais transparente de **classificador substantivo** e simbolizá-lo por (SUS)\*.

Releva repetir e frisar que o SUS constitui-se numa variável semântica que pode designar:

- (a) a classe semântica geral dos objetos, sem pressupor explicitação de conteúdo;  
 (b) a classe semântica mais geral dos objetos (correspondendo à idéia vaga de “SER”);  
 (c) uma classe semântica específica do objeto.

Em lugar de nos referirmos ao SUS ou às suas especificações por meio de lexemas representando as classes semânticas (como ANIMAL/HOMEM/AÇÃO/:::/), parece mais adequado exprimi-los sob a forma de *traços* ou *marcadores* (semântico-sintáticos). Assim, os símbolos seguintes representam diversas especificações de traços do SUS ou *subclassificadores substantivos*:

- (37) (i) (+ comum)  
 (ii) (+ animado)  
 (iii) (+ humano)  
 (iv) (+ abstrato)  
 ●  
 ●  
 ●

\* Evidentemente, não se deve confundir a classe semântica ou classes semânticas do objeto, designada acima por **classificador substantivo**, com a classe de morfemas que a gramática normativa tradicional chama **substantivo**. Para esta última reservamos sempre a expressão **nome (N)**, que é na verdade o termo quase universal adotado pela lingüística no sentido indicado.

A título de ilustração podemos afirmar, de modo geral, dada a frase:

(38) Seu terno estava impecável.

que o SN *seu terno* contém SUS, enquanto o Adj *impecável* não. Alternativamente, é possível dizer que o mencionado SN comporta os SUS específico **comum e concreto\***.

Do exposto sobre a estrutura conceptual do SN, podemos então considerá-la como formada por dois traços ou propriedades semânticas:

(39)

**Atualizador dêitico-anafórico**

(situa o SN no universo do discurso)

**Estrutura**

**conceptual**

**ou subjacente**

**do sintagma**

**nominal**

**Classificador substantivo**

(denota a classe semântica geral ou específica do objeto designado pelo SN)

Como situar a *estrutura semântica do N* em relação a essa perspectiva de estrutura conceptual do SN? Observe-se primeiramente que um morfema nominal qualquer, ao ser inserido na frase na posição de N, traz consigo (do léxico) um conjunto de traços semânticos (mas também sintáticos, morfológicos e fonológicos) que não coincidem com os do SN. Isto porque, como foi visto, o SN está imerso no universo da comunicação, e consta de traços dêitico-anafóricos, além do SUS\*\*. Por sua vez, o N possui também um SUS que pode ou não coincidir com o do SN. Por exemplo, considere-se a F (40):

(40) *O bandeirinha* desafiou o juiz.

cujo indicador sintagmático assume a forma (40a):

---

\* É preciso distinguir SUS específico, ou especificação do SUS, de traço semântico idiossincrático que entra na definição do item lexical no dicionário. Assim: "de tecido" é um traço semântico idiossincrático (ou *sema*), porque é peculiar ao item *terno* ou a um grupo pequeno de itens. Mesmo quando *especificação*, o SUS representa classe semântica, tem valor genérico. É especificação ou específico *em relação ao* SUS mais genérico ou mais abstrato.

\*\* Os traços dêitico-anafóricos são os relativos a **definidade, pessoa, espaço (e tempo)**.

(40a)

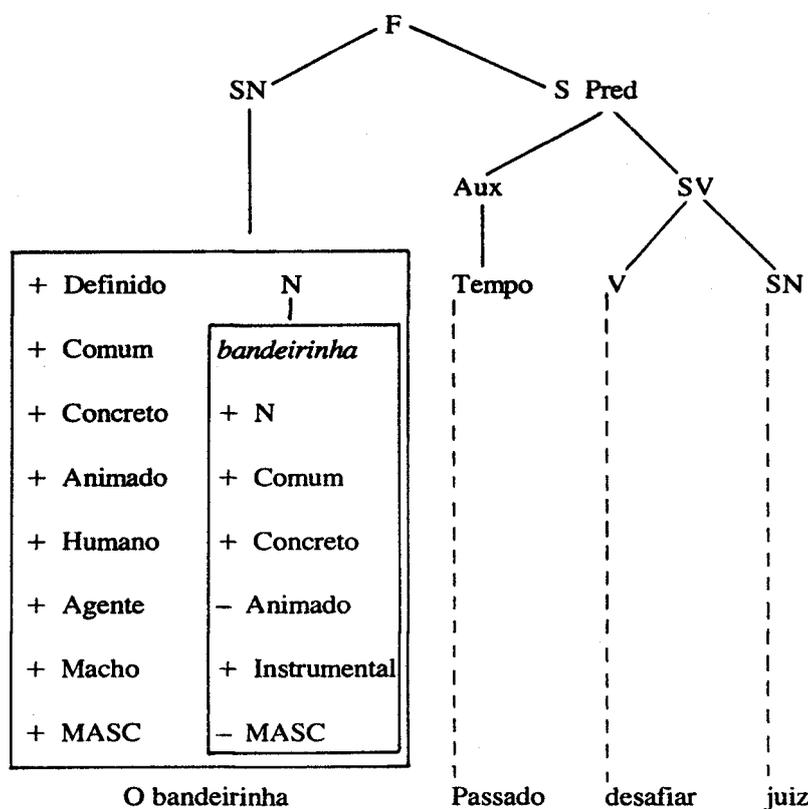


Fig. 6

O SN *o bandeirinha* denota um ser (+ definido), (+ humano), (+ macho) e (+ agente), situado no espaço-tempo da comunicação. Por seu lado, o N *bandeirinha* traz do léxico, além de traços sintáticos (como **feminino**), um conjunto de traços semânticos que o fazem possuidor também de um classificador substantivo. Este designa um ser apenas virtual (= não atualizado): (+ **comum**), (+ **concreto**), (- **animado**), (+ **instrumental**). Chama a atenção o fato de não haver coincidência entre o conjunto de traços do morfema nominal *bandeirinha*, conjunto a que vamos chamar de **matriz lexical (ML)**, e o conjunto de traços do SN, que paralelamente podemos designar por **matriz gramatical (MG)\***. Observe-se ainda que, enquanto o N *bandeirinha* tem o traço sintático FEM associado ao seu SUS, o SN contém o gênero

\* Diz-se que a matriz é **lexical**, por aludir a traços que o morfema já tem inerentes no próprio léxico (fora da frase); a outra matriz é **gramatical**, por abranger traços que implicam o nível de formação e atualização da frase (traços que independem do morfema lexical ou do léxico). Lakoff (7, p. 7 ss.) fala em *membro lexical* e *membro gramatical*, num sentido algo diferente do introduzido acima.

MASC vinculado ao subclassificador substantivo **macho** de sua matriz gramatical. O SUS do N *bandeirinha*, e de modo geral a sua ML, acha-se de certo modo neutralizado em proveito do SUS da MG do SN.

Em outros casos, é evidente, poderá haver coincidência entre o SUS do SN e o do morfema nominal. Entretanto, nunca se dará coincidência entre a ML do N e a MG do SN. Isto se justifica pelo visto linhas atrás: a MG implica, a mais, o atualizador dêitico-anafórico, que inexistente na ML. Em contrapartida, a ML contém traços sintáticos inerentes que a MG só pode comportar em nível bem superficial, após terem operado certas transformações. Essa ausência de traços sintáticos puros no nível mais profundo deve-se a que eles são justamente determinados por características semânticas (pelo SUS).

## 6.2. Interação entre gênero e classificador substantivo

A distinção entre matriz gramatical (MG) e matriz lexical (ML) nos permite agora retomar com mais precisão uma hipótese que vimos afirmando e confirmando ao longo deste capítulo: a interdependência entre gênero e classificador substantivo. Desta afirmação decorre naturalmente a pergunta: que papel se deve atribuir a essa interdependência?

I. Antes de mais nada, se apresenta como uma *relação causal necessária*, que atua na formação do SN e do N: a presença do SUS, classe semântica, implica automaticamente um comportamento sintático, que é o gênero. Assim, dada a oração infinitiva:

(41) *alguém podar a árvore,*

podemos nominalizá-la (reduzi-la a um SN) e introduzi-la noutra sentença:

(41a) *A poda da árvore* atraiu a atenção geral.

A passagem da oração (41), *alguém podar a árvore*, a SN sujeito (*a poda da árvore*) se deu antes de tudo pela inserção do SUS (ação) na matriz do verbo, transformando-o numa seqüência de (Det + N). A aquisição do SUS determina instantaneamente o aparecimento do gênero, comportamento sintático que se materializa na seleção da forma feminina do Det.

II. Constitui, no SN/N, a base de toda *distinção semântica* que se realiza por meio do gênero. Convém notar que certas categorias semânticas de SUS gozam do poder de *motivar* a escolha do gênero específico (MASC/FEM), a saber (+ **animado**), (+ **humano**), (+ **macho**), (+ **agente**), (+ **instrumental**) etc. Outras categorias semânticas detêm uma capacidade muito fraca ou assistemática para se manifestarem através do gênero. Seja, a título de ilustração, o traço “dimensão” na categoria (– **animado**), cujo exemplo típico é *jarrol/jarra*. Em outros casos, ela se torna nula: o gênero específico se atribui consoante *regras de motivação temática\**. Seja como for, a distinção semântica sempre pressupõe o SUS.

---

\* Na motivação temática, o gênero é determinado pelo tema fonológico do N. A esse respeito, ver capítulo 5º, seção 5.5, de nossa tese de doutoramento (3, p. 295 ss).

É útil comparar o gênero próprio do SN/N com o adquirido do adjetivo. Se o dos primeiros associa-se diretamente ao SUS e assinala distinções semânticas, o do adjetivo não comporta o SUS e só indiretamente se refere a ele (através do próprio SN). Por isso, nunca ou raro tem a faculdade de estabelecer diferenças semânticas.

III. O SUS, de acordo com o mencionado em vários passos deste artigo, pode fazer parte da MG do SN e/ou da ML do morfema que representa o N. A predominância desta ou daquela matriz às vezes cria problemas de manifestação do gênero. Daí a necessidade de se estabelecer um critério com base nos próprios fatos.

- A. Como princípio geral se pode estabelecer que a relação básica entre GÊNERO e SUS pertence ao nível da MG do SN. Essa predominância se torna manifesta por meio de dois fatos: 1) o N forma-se contextualmente e, portanto, só pode receber o gênero específico da MG. O exemplo típico é a substantivação, digamos, de um adjetivo, fenômeno em que se atribui sempre o gênero MASC ao item substantivado; 2) As distinções semânticas expressas pelo gênero implicam sempre alguma categoria semântica do SUS da MG.
- B. Quando o N traz sua matriz do léxico, supõe-se haver coincidência entre MG e ML. Ou, por outra: a relação entre GÊNERO – SUS da matriz do morfema nominal se expande para todo o SN.
- C. Em certos casos de pertinência semântica, ocorre *flutuação* entre a predominância da MG e a da ML. Pode inclusive ocorrer *disjunção* ou *incongruência* entre gênero e SUS. É o que se infere do contraste formal entre os sintagmas nominais das frases abaixo:

(42) *A sargenta* postou-se na esquina.

(42a) *O sargento feminino* postou-se na esquina.

Observe-se antes de mais nada, como característica geral, que os dois SNs a *sargenta*/o *sargento feminino* equivalem-se semanticamente. O SN *a sargenta* da frase (42) se acha no gênero feminino, o que se patenteia por meio da forma feminina do Det e a do próprio N (*sargenta*/vs/*sargento*). Como este SN comporta uma distinção semântica (significa “a mulher-sargento”, em contraposição ao masculino *o sargento*, que traduz semanticamente a idéia específica de “sargento-homem” ou a geral de “sargento”, sem especificação de sexo), tem-se, grosso modo, que seu gênero feminino manifesta a categoria semântica FÊMEA.

Por outro lado, o SN equivalente *o sargento feminino* de (42a), em contraposição ao anterior, do qual é uma variante, se apresenta como um todo no gênero masculino, determinado pela ML do N *sargento*. Enquanto a categoria semântica FÊMEA no precedente se reflete em todos os constituintes do SN, por intermédio do gênero feminino, neste se manifesta unicamente pelo sentido do *A feminino*, materialização da referida propriedade semântica. O conjunto do SN está no gênero masculino, incongruente com essa especificação semântica, por expansão para todo o SN do gênero masculino da ML do morfema *sargento*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fatos de gênero que acabam de ser analisados e, de modo geral, os que se apresentaram ao longo deste artigo evidenciam a complexa interação entre o gênero da matriz gramatical (do SN) e da matriz lexical (do N), em vinculação com o classificador substantivo. Mostram que uma adequada interpretação do papel do gênero em português está muito longe da ingênua visão 'flexional' com que vem sendo tratado até agora. Como envolvem a estrutura semântico-sintática do sintagma nominal e do nome, reclamam, por isso, o desenvolvimento de uma *teoria apropriada de gênero* que os reduza a uma perspectiva única. Será necessário, enfim, que essa teoria inclua uma proposta mais adequada de formação do SN e do N do que aquela veiculada pela teoria gerativa, de modo a favorecer a interpretação correta de certos fenômenos desconcertantes de gênero\*.

---

CARVALHO, N. F. – The nature of the gender in Portuguese. *Alfa*, São Paulo, 33: 55-88, 1989.

*ABSTRACT: From a practical definition of gender, the gender of the noun (N), of the modifiers of the noun (determiner, adjective) and of the pronouns (Pron.) is analysed in connection with the nominal phrase structure (SN). In the course of analysis it is demonstrated that the gender in Portuguese is a syntactic variable, determined by the substantive semantic value (substantive classifier) of the SN or of the N. At the end, it is concluded that the specific gender (masculine or feminine) may be motivated by the update reference of the SN (grammatical matrix) as by the virtual reference of the N (lexical matrix).*

*KEY-WORDS: Gender; noun; nominal phrase; substantive classifier; substantive semantic value; determiner; adjective; pronoun; update and virtual reference; grammatical matrix; lexical matrix.*

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARROS, J. – *Gramática da língua portuguesa*. Repr. facsimilada, leit., introd. e anot. por M. L. C. Buesco. Lisboa, Fac. de Letras da Universidade de Lisboa, 1971. p. 308-9. (1ª ed.: 1540)
2. CÂMARA Jr., J. M. – Considerações sobre o gênero em português. *Estudos lingüísticos*, 1(2): 1-9, dez, 1966.
3. CARVALHO, N. F. – *A formação do sintagma nominal e do nome como base para a determinação do gênero em português*. São Paulo, FFLCH/Universidade de São Paulo, 1980. 408 p. (Tese – Doutorado)

---

\* É o que fazemos em outro estudo mais completo sobre o assunto (v. Carvalho, 3).

4. CHOMSKY, N. – *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, Mass., The MIT Press, 1965. p. 75 ss, 170.
5. DUBOIS, J. – *Grammaire structurale du français: nom et pronon*. Paris, Larousse, 1965. p. 52 ss.
6. GRUBER, J. S. – *Lexical structures in syntax and semantics*. Amsterdam, North-Holland, 1976. p. 9 ss.
7. LAKOFF, G. – *Irregularity in syntax*. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1970. p. 7 ss.
8. MILNER, J. C. – *De la syntaxe à l'interprétation: quantités, insultes, exclamations*. Paris, Éditions du Seuil, 1978. p. 26.
9. RIBEIRO, J. – *Grammatica portuguesa. 11ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1913. p. 82 ss.*
10. RODRIGUES, A. N. – *O dialeto caipira na região de Piracicaba*. São Paulo, Ática, 1974. p. 199-208.

## ESTRUTURAS FRÁSICAS COM PREDICAÇÃO RECESSIVA EM PORTUGUÊS

Telmo Correia ARRAIS\*

---

*RESUMO:* A recessividade é entendida como um traço que leva a frase a perder um argumento. É proposta uma divisão das construções recessivas, diversa da de Tesnière, além de se considerar uma maior variedade de processos, quais sejam: a recessividade por intransitivização, a recessividade por pronominalização e a recessividade por lexicalização.

*UNITERMOS:* Recessividade; intransitivização; pronominalização; reflexivização; função semântica.

---

### 1. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

A recessividade pode ser entendida como um traço que leva a frase a perder um argumento, o qual muitas vezes se embute no predicador\*\* (verbo sintético).

O termo recessivo foi introduzido por Tesnière e está sendo aqui aproveitado basicamente na mesma acepção que lhe deu o lingüista francês: “a diátese recessiva diminui em uma unidade o número de actantes” (3, p. 272). Outros termos que esporadicamente designaram tal processo foram *regressivo* e *retroativo*. Tesnière estabelece basicamente três formas de diátese recessiva: a recessiva com marcador reflexivo, a recessiva com marcador passivo e a recessiva com marcador zero (3, p. 272-80). Quanto aos diferentes graus de recessividade, o autor fala em frases trivalentes que se tornam divalentes, frases divalentes que se tornam monovalentes e frases monovalentes que se tornam aivalentes (cf. 3, 278-80).

Dos três processos apontados por Tesnière, o de marcador passivo merece algumas observações. Suponhamos as frases em (1):

---

\* Departamento de Lingüística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800 – Araraquara – SP.

\*\* Estamos considerando a existência de uma estrutura profunda na frase, representada em forma de árvore, cujos nós terminais são constituídos de um elemento ‘abstrato’, tipo verbo, chamado ‘predicador’, e dos elementos tipo nome relacionados ao verbo, chamados ‘argumentos’.

- (1) a. Os operários constroem bem as casas neste país.  
 b. As casas são bem construídas pelos operários neste país.  
 c. Constroem-se bem as casas neste país\*.

A frase (1a) propicia duas outras delas derivadas: (1b), que constitui a chamada “passiva analítica”; e (1c), que constitui a chamada “passiva pronominal ou sintética”. Em (1b) permanecem certamente os mesmos argumentos, enquanto em (1c) houve diminuição de um argumento. De fato, no português moderno, não se constrói a passiva pronominal com “Agente da passiva”. Há, assim, que se fazer a ressalva de que o marcador recessivo nesse caso é o clítico apassivador *se*.

A análise a que vamos proceder considera uma maior variedade de processos, além de partir de uma divisão diversa da de Tesnière. Trataremos primeiramente da recessividade por intransitivização (que envolve a de “marcador zero”, de Tesnière, porém mais ampla), passando depois à recessividade por pronominalização (que envolve as de marcadores reflexivo e passivo, de Tesnière) e, por fim, analisaremos a recessividade por lexicalização (não apontada por Tesnière, corresponde ao encaixe de um argumento no predicador).

## 2. RECESSIVIDADE POR INTRANSITIVAÇÃO

Há que se distinguir aqui, na verdade, dois casos diversos: o primeiro consiste no emprego intransitivo de um verbo comumente transitivo, com o simples “apagamento” ou supressão do termo complemento. Nesse caso, há uma ampliação da significação do verbo, ou melhor, insiste-se mais no processo do que neste ou naquele termo por ele afetado. Vejamos os exemplos:

- (2) a. Meu filho está comendo bem.  
 b. Meu filho está comendo legumes.  
 (3) a. Eu não bebo.  
 b. Eu não bebo cerveja.  
 (4) a. Meu pai fuma.  
 b. Meu pai fuma cachimbo.  
 (5) a. O aluno colou (na prova de matemática).  
 b. O aluno colou a figurinha no álbum.

É de observar, entretanto, que é muito grande nesses verbos (especialmente *comer*, *beber*, *fumar*) o grau de previsibilidade do tipo de lexema que pode aparecer como complemento. Assim, com *comer* pode aparecer qualquer tipo de comida, com *beber*, qualquer tipo de bebida, e assim por diante. Na construção intransitiva – sem complemento, portanto – apenas não se especifica o objeto, daí o alargamento do significado do verbo, que pressupõe todo e qualquer objeto de seu âmbito semântico. Contudo, a observação não é válida para (5a), em oposição a (5b). Com efeito, em (5a)

---

\* Estamos, de propósito, oferecendo um exemplo bem parecido ao dado por Tesnière em latim e francês: *domus in hac regione cito aedificantur*, “*les maisons se bâtissent vite dans ce pays*”.

há outra especificação semântica, diversa da de (5b). A supressão do complemento com *colar* acarreta ao verbo significações também específicas, que podem ter, entretanto, ainda alguma relação com sua significação transitiva básica. Cf. os exemplos abaixo:

- (5) c. Esta goma não cola bem.  
d. Minhas mentiras sempre colam.

O segundo caso consiste no processo a que podemos dar o nome de “derivação decausativa”. Duas diferenças fundamentais devem ser aqui apontadas em relação ao processo anterior: 1ª) o argumento apagado ou suprimido, que aparece na posição de sujeito na estrutura de superfície, é normalmente de relação causal com o verbo (A-agente, Causativo ou Instrumento); 2ª) o complemento da frase básica passa a assumir o papel de sujeito na frase intransitiva derivada. Consideremos alguns exemplos:

- (6) a. A árvore dobrava.  
b. O vento dobrava a árvore.
- (7) a. Meu paletó amassou.  
b. A empregada amassou meu paletó.
- (8) a. O portão fechou.  
b. A empregada fechou o portão.  
c. O vento fechou o portão.
- (9) a. O leite derramou.  
b. O garoto derramou o leite.  
c. Uma pancada derramou o leite.

As alíneas *b* e *c* mostram as estruturas básicas dessas frases com verbos de ação-processo. Daí a presença de um argumento causativo na função do sujeito. Entretanto, é próprio da língua exprimir, com esses mesmos verbos, apenas o processo verbal; para tanto, apaga-se o argumento da relação causativa e alça-se o argumento afetado (sobre o qual recai a ação expressa pelo verbo) à posição de sujeito de superfície.

### 3. RECESSIVIDADE POR PRONOMINALIZAÇÃO

Há que se distinguir aqui três formas de pronominalização, determinada pela diminuição de um argumento: a reflexivização, a apassivação e a indeterminação.

3.1. A reflexivização é um mecanismo de que dispõe a língua para estruturar frases em cuja base há dois argumentos co-referenciais. Assim, nas frases abaixo, mal formadas, deve-se entender que os lexemas idênticos se reportam a um mesmo referente.

- (10) a. \* *Pedro feriu Pedro com a faca.*  
 (11) a. \* *A mulher lavou a mulher.*  
 (12) a. \* *O garoto escondeu o garoto dos amigos.*

De fato, a língua rejeita tal tipo de estrutura (embora seja essa, realmente, a estrutura profunda das frases reflexivas daí derivadas). Para a expressão desse tipo de conteúdo semântico, em que dois argumentos – um sujeito e um complemento – têm um mesmo e único referente, o segundo argumento co-referencial é substituído pelo pronome átono correspondente à pessoa do argumento sujeito\*. Daí as frases bem formadas da alínea *b* abaixo, correspondentes às agramaticais da alínea *a*:

- (10) b. *Pedro feriu-se com a faca.*  
 (11) b. *A mulher lavou-se.*  
 (12) b. *O garoto escondeu-se dos amigos.*

Se o argumento sujeito for representado por um pronome reto e o complemento por um nome que se refira ao mesmo referente, também aí se dá a reflexivização do nome complemento, que irá para a mesma pessoa do pronome sujeito. Na frase abaixo, deve entender-se que *eu e Telmo* reportam-se a um mesmo referente:

- (13) a.\* *Eu feri Telmo com uma faca.*  
 b. *Eu me feri com uma faca.*

Dois importantes aspectos devem ser ressaltados a partir da análise destas frases iniciais: primeiramente, a reflexivização não transforma apenas as frases divalentes em monovalentes, como afirma Tesnière\*\*. A esse respeito, os exemplos (10) e (12) são ilustrativos de que as frases podem ter basicamente mais de dois argumentos. O importante é a co-referencialidade entre um complemento e o sujeito.

Em segundo lugar, há de se observar que o argumento sujeito é sempre da categoria dos nomes com o traço /+ animado/, e é só em função da presença desse traço no sujeito (e conseqüentemente também no complemento profundo) que pode dar-se a reflexivização. Observe-se que a frase (10) pode ter o instrumento *a faca* como sujeito, mas nesse caso tal frase nunca poderá ser reflexiva, pois não haverá co-referencialidade entre o sujeito e o complemento. Cf. as frases:

- (10) c. *A faca feriu Pedro.*  
 d. \* *A faca feriu-se.*  
 (14) a. \* *A faca feriu a faca.*  
 b. \* *A faca feriu-se.*

\* Para uma descrição minuciosa de todas as etapas transformacionais de reflexivização, cf. Fauconnier (1, p. 9-88). Fauconnier apresenta o tratamento dado à pronominalização em geral, desde o início do gerativismo, para chegar à sua formação própria para o francês. As diferenças em relação ao português são de pequena monta.

\*\* Cf. as palavras de Tesnière (3, p. 272): "O emprego do reflexivo com valor recessivo se justifica facilmente. É que, à falta de uma forma recessiva sintética, ou simplesmente especializada, a língua apelou naturalmente para a forma pela qual os verbos de dois actantes se aproximam mais dos verbos de um actante. Ora, é evidente que esta forma é a da diátese reflexiva, já que, se esta comporta bem dois actantes, estes dois actantes não representam entretanto mais que uma e mesma pessoa, ou melhor dizendo, é a mesma pessoa que aparece ao mesmo tempo no papel de primeiro actante e no papel de segundo actante. Daí se concebe que, da noção de dois actantes representando uma mesma pessoa, se possa passar facilmente à noção de um só actante.

Mas a explicação correta é que a reflexivização decorre da participação dupla de um referente no processo assinalado pelo verbo. De um lado, ele é o executor ou agente da ação, de outro, o próprio ser afetado por essa mesma ação por ele praticada. Há, assim, um envolvimento completo do indivíduo no processo verbal\*. Sua participação como agente, entretanto, não é necessariamente voluntária ou intencional. Os exemplos em (10b) e (13b) são ambíguos quanto à participação, voluntária ou não, do agente no processo. Daí a dupla possibilidade de interpretação, expressa em (15) e (16):

- (15) a. Pedro feriu-se com a faca intencionalmente.  
 b. Pedro feriu-se com a faca acidentalmente.
- (16) a. Eu me feri com uma faca intencionalmente.  
 b. Eu me feri com uma faca acidentalmente.

Assim, a presença do traço/+ animado/ no argumento sujeito se faz obrigatória por ser ele necessariamente o Agente da ação expressa pelo verbo. Na verdade, o argumento sujeito fica sobrecarregado também por sua relação de termo afetado do mesmo processo por ele desencadeado, exercendo simultaneamente a função semântica de Experienciador ou Objetivo. Se em (10b) Pedro é Agente e Experimentador, em (11b) e (12b) *mulher* e *garoto* são simultaneamente Agentes e Objetivos.

3.2. Já vimos, no início do presente capítulo, que o marcador recessivo na apassivação é o clítico apassivador *se*, ou seja, este tipo de recessividade só desencadeia a chamada “passiva pronominal ou sintética”. É que, diferentemente da chamada “passiva analítica”, a derivação da passiva pronominal leva à supressão do argumento Agente\*\*. Vamos considerar, para um exame mais atento, os seguintes conjuntos de frases:

- (17) a. A imobiliária vende este apartamento.  
 b. Este apartamento é vendido pela imobiliária.  
 c. Vende-se este apartamento.
- (18) a. O jardineiro podou as árvores.  
 b. As árvores foram podadas pelo jardineiro.  
 c. Podaram-se as árvores.
- (19) a. O proprietário tranqüilizou o inquilino.  
 b. O inquilino foi tranqüilizado pelo proprietário.  
 c. Tranqüilizou-se o inquilino.

Em relação a esses três conjuntos de frases, pode-se dizer que as das alíneas *b* e *c* são derivadas das de *a*. Em *b* temos a transformação passiva comum, que en-

---

\* Esse completo envolvimento do sujeito no processo verbal aproxima tal estrutura frásica à voz média do grego.

\*\* Não queremos dizer, com isso, que não possa haver também a supressão ou o apagamento do Agente na passiva analítica. O que estamos realçando é a obrigatoriedade da supressão do Agente na formação da passiva pronominal.

volve o acréscimo do auxiliar *ser*, a topicalização do objeto à função de sujeito, o acréscimo da preposição *por* (*per*) antes do agente etc. Já nas frases da alínea *c*, os procedimentos transformacionais são outros. Primeiramente, dá-se a supressão (ou apagamento) do argumento Agente; segue-se a pronominalização do verbo; como conseqüência, faz-se a subjetivação do primitivo objeto direto; em decorrência disso, faz-se a concordância do verbo com o novo sujeito; por fim, a topicalização de um dos termos da frase, que mais comumente é a do predicador.

Vale observar que essa propensão a topicalizar o predicador leva a uma confusão com o processo de indeterminação do sujeito, que veremos adiante. Se, por um lado, é a concordância com o sujeito posposto que confere a essas estruturas o estatuto de formas passivas, por outro lado, a confusão com o processo de indeterminação leva o falante, muitas vezes, a não realizar a concordância. A frase (18c) é comumente construída como em (18d):

(18) d ? Podou-se as árvores.

A frase (19c), por sua vez, dá margem a uma certa ambigüidade: é que pode ser interpretada tanto como uma frase passiva quanto como uma frase reflexiva. E a possibilidade de interpretação reflexiva será maior se se topicalizar o argumento sujeito, como em (19d):

(19) d. O inquilino tranqüilizou-se.

Essa ambigüidade se deve, certamente, ao fato de o sujeito ser representado por nome da classe dos animados. E a presença desse tipo de sujeito na construção em (19c) deve-se ao fato de o objeto direto da frase básica (19a) ser exatamente um nome da classe dos animados. Em frases passivas desse tipo, por isso mesmo, a topicalização do predicador contribui para reduzir a ambigüidade que fica inteiramente superada se o falante opta pela construção passiva analítica.

De qualquer forma, o que caracteriza semanticamente a construção passiva pronominal é a relação de afetamento do processo no sujeito, o qual tem normalmente a função semântica de Objetivo ou Experienciador.

3.3. Queremos assinalar, enfim, como frases recessivas, as formas de construção impessoal, ou seja, as conhecidas frases de sujeito indeterminado. Da perspectiva semântica, não é difícil explicar esse mecanismo da língua. O falante comunica um fato, sem saber qual o principal ator desse fato – o sujeito – ou, se souber, comunica-o de modo a omiti-lo com determinados propósitos. As frases abaixo exemplificam, nas alíneas *a* e *b*, as duas formas de que dispõe o falante ao ativar esse mecanismo:

(20) a. Falou-se de você na reunião.  
b. Falaram de você na reunião.

(21) a. Duvida-se de tudo aqui.  
b. Duvidam de tudo aqui.

As frases em *a* mostram uma construção com o verbo seguido de um indeterminador *se*, sem qualquer argumento sujeito. Já as frases em *b* mostram um verbo no plural, mas sem qualquer nome ou pronome com o qual o verbo esteja em concordância.

A interpretação é de que alguém falou e alguém duvida, não necessariamente mais de uma pessoa. Pode-se dizer, assim, que a indeterminação em *b* é 0, ou seja, não-marcada.

As frases em (20) e (21), entretanto, podem dar a entender que haja sempre uma dupla possibilidade de opção do falante para expressar uma frase com indeterminação do sujeito. Nada mais fora da realidade. Tomemos, por exemplo, as construções das alíneas *a* e *b* abaixo:

- (22) a. Comentou-se que você abandonou o emprego.  
 b. Comentaram que você abandonou o emprego.
- (23) a. Dorme-se bem aqui.  
 b. Dormem bem aqui.
- (24) a. Precisa-se de empregados.  
 b. Precisam de empregados.  
 c. Precisam-se empregados.

De fato, em qualquer desses conjuntos, as frases não constituem alternativas para a expressão de estruturas com indeterminação do sujeito. Em (22a), a construção é passiva pronominal, com o sujeito oracional *que você abandonou o emprego*, derivada de uma frase básica do tipo:

- (22) c. Alguém comentou que você abandonou o emprego.

É, pois, uma construção paralela à passiva analítica:

- (22) d. Foi comentado (por alguém) que você abandonou o emprego.

Assim, tanto em (22a) como em (22d), o sujeito é a oração introduzida por *que*; vale dizer que o sujeito é de função semântica Objetivo. Nem por isso, certamente, (22a) deixa de ser uma frase recessiva, pois lhe falta o argumento Agente (recessiva por apassivação).

Já a estrutura em (22b) é ativa, mas não se exprime o Agente, quer por não se querer identificá-lo, quer por não se saber quem é ele. Aqui, portanto, recessividade por indeterminação.

Em (23), as construções com *dormir* são ambas intransitivas, mas só em (23a) pode-se dizer que há indeterminação do sujeito. A frase (23b) pressupõe alguma referência prévia a nome ou pronome de terceira pessoa do plural, contextual ou situacionalmente determinado. Embora não expresso, subentende-se perfeitamente esse sujeito plural. Não se trata, portanto, de frase recessiva.

As alíneas *a* e *c* de (24) apresentam frases recessivas, mas de natureza diversa. Em (24a), a construção é transitiva indireta e o *se* é indeterminador do sujeito. Assim, o argumento em falta é precisamente o sujeito. Em (24c), a construção é passiva pronominal, o que pressupõe uma regência transitiva direta do verbo na frase básica. O sujeito e, portanto, *empregados* e o argumento em falta traduz uma indeterminação do sujeito na frase básica. Cf. (24d).

- (24) d. ? Precisam empregados.

Já a construção em (24b) é ambígua quanto à determinação do sujeito. Tanto se pode subentender um sujeito contextual ou situacionalmente determinado, ou a omissão propositadamente deliberada do sujeito; neste último caso, construção recessiva por indeterminação.

É possível, assim, caracterizar o tipo de indeterminação em função da transitividade do verbo nesse tipo de frase recessiva. De um modo geral, em construções intransitivas a indeterminação se faz com o indeterminador *se*; em construções transitivas com objeto direto, a indeterminação do sujeito se faz de forma não-marcada, com o verbo em terceira pessoa do plural; em construções transitivas com objeto indireto, tanto a construção marcada como a não-marcada são cabíveis, ressaltando-se que comumente a forma não-marcada (verbo na terceira pessoa do plural) gera certa ambigüidade.

#### 4. RECESSIVIDADE POR LEXICALIZAÇÃO

O processo de recessividade que passamos a descrever compreende a incorporação de um complemento da frase básica no predicador da frase derivada, constituindo um verbo "denominal" (derivado de nome). Dessa forma, fica a frase derivada constituída de um argumento a menos em relação à frase básica, estabelecendo-se uma relação de paráfrase ou sinónmia frásica entre a básica e a derivada. O objetivo deste tópico é descrever esse processo derivacional, de forma a explicar a relação existente entre frases com verbos denominais e as correspondentes frases com decomposição desses verbos em verbo primário e nome. Para dar conta da relativa complexidade e inter-relação das estruturas conceptuais de tais paráfrases frásicas, será importante caracterizá-las em termos do número e da natureza dos papéis semânticos que os argumentos representam com respeito aos predicadores com que se associam.

O ponto de partida, portanto, é que os verbos derivados de nomes mantêm uma relação de paráfrase com verbos mais gerais usados em construções sintáticas mais complexas. Assim, a sintaxe de um verbo denominal pode ser descrita como uma construção-síntese, na qual o aumento da complexidade morfológica e lexical é compensado pela simplificação sintática.

Sem dúvida, com relação a verbos como *tampar*, *enlatar*, *descascar*, *embolorar*, *abençoar*, *desfilar*, *cobiçar*, *abodegar*, comprova-se existir uma intuição, no falante do português, de que tais verbos são semanticamente equivalentes a uma construção que consiste de outro verbo mais um constituinte sintagmático separado: *pôr a tampa*, *pôr em lata*, *tirar a casca*, *criar bolor*, *dar a bênção*, *andar em fila*, *ter cobiça*, *transformar em bodega*.

O reconhecimento intuitivo, pelo falante nativo da língua, de que duas expressões formadas diferentemente são equivalentes quanto ao sentido é visto pelos gerativistas como razão suficiente para admitir que essas expressões têm a mesma representação em estrutura profunda. Para que tais expressões sejam explicitamente relacionadas uma à outra e à sua representação em estrutura profunda, há necessidade de dar

conta de tal relação, devendo ser explicada a similaridade de sentido entre as frases parafrásticas. Enfim, se existe da parte do falante um reconhecimento intuitivo de que conjuntos de construções são virtualmente idênticos quanto ao sentido, esta intuição pode ser tida como correta e significa que tais construções têm uma estrutura subjacente virtualmente idêntica, que precisa ser explicitamente especificada e relacionada a suas manifestações de superfície alternativas.

Uma intuição deste tipo existe com respeito a frases que manifestam ora a estrutura de superfície

a: SN – V – CS – (Y),

ora a estrutura de superfície

b: SN – V<sub>CS</sub> – (Y),

onde CS quer dizer Constituinte Sintagmático e Y refere-se a um outro (ou mais) constituinte(s) da frase.

Comprovem-se os exemplos das frases *a* e *b* a seguir:

(25) a. O garoto *fazia gestos* intencionalmente.

b. O garoto *gesticulava* intencionalmente.

(26) a. O pai *deu a bênção* ao filho.

b. O pai *abençoou* o filho.

(27) a. A mãe estava *tirando a casca* das batatas.

b. A mãe estava *descascando* as batatas.

As frases com o CS embutido no predicador podem ser chamadas sintéticas, enquanto as que aparecem com um Verbo base seguido desse constituinte numa função qualquer podem ser chamadas analíticas.

Embora uma intuição de equivalência semântica não precise ser justificada, podemos fazer um número de observações formais em seu apoio. A descrição que segue tem tal objetivo.

Preliminarmente, cabe a observação de que não há como apontar uma regularidade léxico-morfológica básica para tais fenômenos derivacionais em português. Um mesmo elemento morfológico pode representar caracteristicamente variadas relações derivacionais e, por outro lado, uma mesma relação pode ser tipicamente marcada por múltiplos processos morfológicos. Observe-se, por exemplo, a relação entre *descascar* e *desfilar*, de um lado, e a relação entre *embandeirar* e *abandeirar*, de outro. Enquanto no primeiro par um mesmo morfema prefixal (*des-*) representa relações derivacionais distintas, no segundo par uma mesma relação derivacional é marcada por dois morfemas prefixais distintos (*em* e *a*). Se acrescentarmos que a presença do elemento prefixal nos verbos denominais não é uma constante e que são vários os morfemas sufixais que podem, além da desinência verbal típica, formar os denominais, teremos um quadro real da variedade derivacional de tais verbos. Entretanto, praticamente em todos os verbos denominais é possível reconhecer lexicalmente a presença deste ou daquele nome de que derivam. Na maioria dos casos, se retirarmos a terminação verbal e repusermos a vogal temática do nome, teremos a forma plena do substantivo de que deriva o verbo. A propósito, lembramos que esta derivação ca-

racteristicamente forma verbos de 1ª classe ou conjugação, sendo tão raros os denominais de outras conjugações (florescer, florir, colorir), que se pode tomar este como um aspecto regular de tais formações.

Não obstante as irregularidades morfológicas acima apontadas, é possível, aparentemente, captar certas regularidades sintáticas nas estruturas das frases com verbos denominais. Além dos exemplos de (25) a (27) acima arrolados, considerem-se também os seguintes:

- (28) a. Os governos passados proveram os córregos de canais.
- b. Os governos passados canalizaram os córregos.
- (29) a. A polícia submeteu os presos à tortura.
- b. A polícia torturou os presos.
- (30) a. O marginal causou a asfixia do garoto.
- b. O marginal asfixiou o garoto.
- (31) a. O humorista fez a caricatura do político.
- b. O humorista caricaturou o político.
- (32) a. O comerciante transformou o armazém em bodega.
- b. O comerciante abodegou o armazém.
- (33) a. O negociante apenas põe o azeite na lata.
- b. O negociante apenas enlata o azeite.
- (34) a. Alguém pôs a tampa na panela.
- b. Alguém tampou a panela.
- (35) a. O mecânico prendeu as duas peças com parafuso.
- b. O mecânico parafusou as duas peças.
- (36) a. A filha do operário está em agonia.
- b. A filha do operário agoniza.

Os verbos da alínea *b*, de (25) a (36), são denominais no sentido de que um de seus nominais subjacentes (cf. as frases da alínea *a*) ocupa a posição de predicador na superfície. Todas as frases da alínea *a*, de (25) a (35), constituem construções transitivas; só a de (36) é copulativa. Também as frases da alínea *b*, de (26) a (35), são todas transitivas, o mesmo não se podendo dizer de (25) e (36), ambas intransitivas e, portanto, impossibilitadas de sofrer transformação passiva. Ora, se as frases da alínea *b*, de (26) a (35), apresentam em comum a seqüência Sujeito-Verbo-Objeto Direto, em oposição às mesmas da alínea *a*, que apresentam sempre um argumento a mais, é fácil observar que esse Objeto Direto das frases sintéticas nem sempre corresponde ao Objeto Direto das frases analíticas. Em outras palavras: os nomes que se encaixam no predicador podem ser de diversas funções e representar diferentes papéis semânticos nas frases analíticas de que derivam.

Para melhor captar a relação do nominal embutido com a função do argumento correspondente na frase analítica, passemos a uma rápida descrição das diversas estruturas das frases parafrásticas. Os exemplos até aqui arrolados permitem observar a presença de um pequeno número de verbos básicos nas frases analíticas e será em função deles que se estabelecerão as funções dos argumentos e seus papéis semânticos. Os verbos mais encontrados são: *fazer*, *dar*, *prover*, *causar*, *transformar*, *pôr*,

*ir, expor, estar*. Há certamente uns poucos mais, e algumas vezes a paráfrase pode ser feita em relação a um ou outro verbo básico, o que muitas vezes complicará a análise. Nos lugares devidos chamaremos a atenção para tais alternativas e os problemas daí decorrentes.

Não resta dúvida, pois, de que os componentes que formam o verbo denominal são diretamente observáveis, ou seja, são explícitos, o que permite facilmente relacioná-lo à correspondente estrutura subjacente, possibilitando depreender as relações existentes entre as partes componentes de tal predicador derivado. É de observar, em função dos exemplos até aqui arrolados, que a grande maioria dessas construções pode ser reduzida à presença do componente *fazer*, só umas poucas correspondendo à presença dos componentes *ser* ou *acontecer*. Em outros termos: a maior parte dessas construções corresponde à presença de um nome Agente como sujeito, enquanto uma minoria é constituída de um nome Experienciador ou Objetivo como sujeito. Além do exemplo (36), que ilustra a presença do componente *ser* e de um Experienciador como sujeito, observem-se as frases abaixo, que ilustram a presença de *acontecer* e de um argumento Objetivo como sujeito.

- (37) a. O pão criou bolor.  
 b. O pão embolorou.  
 (38) a. A nave pousou na lua.  
 b. A nave alunizou.  
 (39) a. O trem saiu dos carris.  
 b. O trem descarrilhou.

De qualquer modo, a condição mínima para que se possa derivar uma frase sintética é que a frase básica apresente pelo menos dois argumentos em sua estrutura, sendo o primeiro deles sujeito, e o segundo, qualquer tipo de complemento. Certamente, se a frase sintética é derivada de uma construção com dois argumentos, ela é intransitiva, ao passo que, se derivada de outra com mais de dois argumentos, ela é transitiva. As frases da alínea *b* em (25) e de (36) a (39) ilustram construções intransitivas, enquanto as demais da alínea *b* são construções sintéticas transitivas.

As construções sintéticas intransitivas apresentam-se sob três feições semânticas características. Um grupo é constituído pelas que se relacionam a uma estrutura básica com os chamados “verbos de criação” (*fazer, criar, produzir, dizer*), originando verbos do tipo *gesticular, batalhar, polemizar, viajar, acarrancar-se; faiscar, borbulhar, chamejar, ramificar-se, florescer, florir, germinar; bravatear, disparatar*. O complemento encaixado é do tipo resultativo, ou seja, um argumento entendido como uma parte do significado desses verbos, com a função semântica de Objetivo\*. Além das frases (25) e (37), sirvam de exemplo também as que seguem:

- (40) a. O avô fez uma carranca.  
 b. O avô acarrancou-se.  
 (41) a. O bêbado só dizia blasfêmias.  
 b. O bêbado só blasfemava.

---

\* Corresponde ao que Fillmore rotula, no ensaio de 1968, como “Caso Factitivo”.

Outro grupo é o constituído pelas construções sintéticas que se relacionam a frases analíticas com verbos de movimento, os quais se fazem acompanhar de um argumento que especifica a Meta, a Origem ou o Modo do movimento. Daí verbos derivados como: *aterrizar* ou *aterrissar*, *alunar* ou *alunissar* ou *alunizar*, *amerissar*; *trotear*, *desfilar*, *ziguezaguear*. Além das frases em (38) e (39), que exemplificam respectivamente as construções com Meta e com Origem, segue o exemplo abaixo, que ilustra a construção com Modo:

- (42) a. O animal ia a galope.  
b. O animal galopava.

Enfim, o terceiro grupo é constituído pelas intransitivas que se relacionam a frases analíticas com verbos estativos, acompanhados de um argumento que especifica o modo de uma situação ou estado. Poucos são os verbos deste grupo, do qual destacamos *agonizar*, *apaixonar-se*, *envergonhar-se*. Caracteristicamente são verbos de sujeito Experienciador. Além do exemplo (36), cf. abaixo:

- (43) a. O menino [ ficou com vergonha ] .  
teve vergonha  
b. O menino envergonhou-se.

Em todos os casos de formação de frases intransitivas, a derivação denominal se opera sobre o argumento do predicado, exatamente aquele que mantém mais estreita relação com o verbo base.

Sem dúvida, maior variação e complexidade se vai encontrar nas construções sintéticas transitivas, já que estas normalmente derivam de construções analíticas com três argumentos. Como consequência, à medida que um ou outro dos nominais do predicado analítico passa a predicador da frase sintética, pode haver alteração funcional do argumento restante quando da derivação denominal. Um exame detido dos exemplos de (26) a (35), apresentados de início, permite explicitar o problema.

Atentemos inicialmente para as frases em que não há coincidência entre Objetos Diretos da sintética e da analítica. Isso ocorre nas frases (26), (27), (30), (31) e (34), ou seja, as frases dos verbos *abençoar*, *descascar*, *asfixiar*, *caricaturar* e *tampar*, parafraseáveis respectivamente em *dar a bênção*, *tirar a casca*, *causar asfixia*, *fazer a caricatura* e *pôr a tampa*. Ora, é fácil perceber que se trata do próprio Objeto Direto da frase analítica, função semântica de Objetivo, que é incorporado ao predicador da sintética, deslocando o outro argumento, que exerce os papéis de Beneficiário ou Origem ou Meta, para a função de Objeto Direto da frase sintética derivada. Como consequência, é possível separar esses verbos denominais de diferentes grupos, de acordo com o papel semântico do Objeto Direto derivado. Ou seja, simbolizando por  $V_{ob}$  esses verbos que apresentam o argumento com a função de Objetivo encaixado, pode-se pensar em classes de predicação como  $[V_{ob} + Be]$  (*abençoar*, *alimentar*, *asfixiar*),  $[V_{ob} + Or]$  (*descascar*, *caricaturar*, *esfolar*, *fotografar*, *fotocopiar*);  $[V_{ob} + Me]$  (*tampar*, *emoldurar*, *atapetar*, *aguar*)\*.

\* Para facilitar a leitura das fórmulas de construção, indicamos aqui os símbolos ou abreviaturas das categorias e funções semânticas:

V = Verbo	Me = Meta
Ob = Objetivo	Ag = Agentivo
Be = Beneficiário	Ex = Experienciador
Or = Origem	In = Instrumento

Vejam agora as frases em que há coincidência entre os Objetos Diretos da sintética e da analítica, o que ocorre nas frases (28), (32), (33) e (35), ou seja, nas frases dos verbos *canalizar*, *torturar*, *abodegar*, *enlatar* e *parafusar*, parafraseáveis respectivamente em *prover de canal*, *submeter à tortura*, *transformar em bodega*, *pôr em lata* e *prender com parafuso*. Nelas são de diversa natureza os papéis semânticos dos argumentos encaixados no predicador da frase derivada. Assim, em (28) e (29), *canal* e *tortura* são ambos de função semântica Objetivo, combinados respectivamente com Meta e Experienciador; em (32) e (33), *bodega* e *lata* são ambos Meta, combinados com Objetivo; enfim, em (35), *com parafuso* é de função Instrumental, combinado com Objetivo. Portanto, voltamos a ter aqui derivação denominativa a partir do Objetivo, como temos também a partir de Meta e de Instrumento. Daí as seguintes classes de predicação: [V<sub>ob</sub> + Me], com verbos como *canalizar*, *motorizar*, *ferrar*, *engessar*, *envidraçar*; [V<sub>ob</sub> + Ex], com verbos como *torturar*, *caluniar*, *examinar*, *martirizar*, *psicanalisar*; [V<sub>Me</sub> + Ob], com verbos como *abodegar*, *enlatar*, *engarrafar*, *colonizar*, *carbonizar*, *empacotar*, *ensacar*, *embolsar*; enfim, [V<sub>In</sub> + Ob], com verbos como *parafusar*, *afivelar*, *abotoar*, *tesourar*, *aplinar*, *arrolhar*.

A breve análise até aqui conduzida permite estender algumas considerações. Primeiramente, observamos o aparecimento de estruturas funcionais profundas, idênticas, relativas a diferentes estruturas de superfície. Isso se deu com a estrutura [V<sub>Ob</sub> + Me], referente a verbos como *tampar* e *canalizar*. Parece-nos que tal fato é devido ao verbo base da frase analítica, já que a cada um deles pode corresponder um determinado tipo de reação. Há mesmo frases em que é possível uma ou outra parafrase, determinando, pois, diferentes estruturas de superfície. Vejam-se os seguintes exemplos:

- (44) a1. O médico deu a anestesia no paciente.  
a2. O médico submeteu o paciente à anestesia.  
b. O médico anestesiou o paciente.
- (45) a1. O galã fazia a corte às fãs.  
a2. O galã expunha as fãs à corte.  
b. O galã cortejava as fãs.
- (46) a1. Os portugueses fizeram desta terra uma colônia.  
a2. Os portugueses transformaram esta terra em colônia.  
b. Os portugueses colonizaram esta terra.

Não obstante as diferenças funcionais em estrutura de superfície entre *a1* e *a2*, a estrutura funcional profunda é a mesma em cada conjunto.

Em segundo lugar, há a considerar que um mesmo verbo básico não acarreta necessariamente uma mesma estrutura funcional profunda aos diferentes verbos denominativos e a ele relacionados. A esse título são ilustrativos os exemplos (25) e (31), com os verbos *gesticular* e *caricaturar*, cujas parafrases analíticas remetem a um argumento e dois argumentos na predicação, respectivamente. Por outro lado, um mesmo verbo base pode acarretar diferentes derivações denominativas, como mostraram as frases (33) e (34), com *pôr*, e que voltamos a exemplificar com as frases abaixo:

- (47) a. O comerciante pôs os produtos no pacote.  
 b. O comerciante empacotou os produtos.
- (48) a. O artista pôs a moldura no quadro.  
 b. O artista emoldurou o quadro.

Tal se deve, como já assinalamos, ao fato de podermos ter, em tais tipos de estruturas, a denominação a partir do argumento Meta ou do argumento Objetivo, embora não de forma alternativa numa mesma frase analítica com esses argumentos.

Cabem, enfim, algumas considerações sobre as estruturas em que a derivação se dá a partir do argumento Instrumental. Não há, aqui, como estabelecer aquele mesmo número de verbos-base que entram nas paráfrases analíticas. Neste tipo específico de derivação, são muitos e variados os verbos, como *prender*, *bater*, *ferir*, *limpar*, *cortar*, *destruir*, *transmitir*, *medir*, normalmente determinados pela própria natureza semântica do instrumento. Conseqüentemente, as frases sintéticas com Instrumento encaixado no predicador não podem reduzir-se ao tipo  $[V_{In} + Ob]$ , acima descrito. Estruturas do tipo  $[V_{In} + Ex]$  e  $[V_{In} + Me]$  também se realizam, conforme atestam os exemplos abaixo:

- (49) a. Os coronéis batiam nos escravos com o açoite.  
 b. Os coronéis açoitavam os escravos.
- (50) a. A empregada limpou a sala com a vassoura.  
 b. A empregada vassourou a sala.

---

ARRAIS, T. C. – Sentence structures with recessive predication in portuguese.

*ABSTRACT: Recessivity is understood as a feature that lead the sentence to lose an argument. A division of recessive constructions is proposed, different from that by Tesnière, considering a larger variety of processes, namely: the recessivity by pronominalization, the recessivity by intransitivation, and the recessivity by lexicalization.*

*KEY-WORDS: Recessivity; intransitivation; pronominalization; reflexivity; lexicalization; semantic function.*

---

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FAUCONNIER, G. – *La coréférence: syntaxe ou sémantique?* Paris, Éditions du Seuil, 1974.
2. FILLMORE, C. J. – The case for case. In Emmon Bach & Robert Harms, eds., *Universals in Linguistic Theory*. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1968. p. 1-88.
3. TESNIÈRE, L. – *Éléments de syntaxe structurale*. Paris Klincksieck, 1966.

## A GRAMÁTICA DA DERIVAÇÃO SUFIXAL: TRÊS CASOS EXEMPLARES

Erotilde Goreti PEZATTI\*

---

*RESUMO: Trata-se de uma proposta de análise de derivação sufixal em português, que se contrapõe ao tratamento dado pelas gramáticas tradicionais. São estudados três casos considerados exemplares, em função de sua afinidade semântica, de acordo com a classe e subclasse de palavras a que se aplica cada sufixo, ordem e posição na estrutura da palavra, produtividade e valores semânticos. Verifica-se que a escolha entre um e outro sufixo não é aleatória, mas motivada pela necessidade argumentativa.*

*UNITERMOS: Morfologia; derivação sufixal; sufixo; morfema; alomorfe.*

---

Num momento em que a preocupação geral do lingüista está voltada principalmente para a gramática do texto, parece, a princípio, destituído de maior interesse um trabalho como este, debruçado sobre aspectos da derivação sufixal em língua portuguesa. Acreditamos, no entanto, ser plenamente justificável qualquer abordagem que pretenda fornecer uma descrição mais completa do funcionamento da derivação sufixal na estrutura da língua portuguesa.

A bibliografia disponível nos mostra serem um tanto escassas as obras que tratam especificamente do assunto. As gramáticas tradicionais apresentam, via de regra, descrições sumárias, preocupando-se em fornecer apenas glossários de sufixos com um significado nuclear; deixam, nesse caso, questões pendentes, relacionadas à frequência, à produtividade, à distribuição e à semântica dos sufixos.

Nosso objetivo não é esgotar o assunto, mas demonstrar que a derivação sufixal constitui processo gramatical e semântico de extrema riqueza e flexibilidade de uso no léxico. Para tanto, deter-nos-emos na análise da polissemia, afinidades semânticas, distribuição e produtividade de três casos exemplares na língua portuguesa, os sufixos *-oso*, *-ento* e *-udo*, com vistas a fornecer contribuição para uma abordagem mais apropriada da derivação sufixal e, principalmente, demonstrar uma vez mais a insuficiência das gramáticas tradicionais, de natureza normativa, em estabelecer relações apropriadas de forma, função ou conteúdo.

---

\* Departamento de Letras Vernáculas – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15055 – São José do Rio Preto – SP.

Escolhemos como casos exemplares esses três sufixos, pois observamos que, embora apresentados pelas gramáticas tradicionais como semanticamente equivalentes, a prática demonstra que seu emprego na língua portuguesa pode variar de acordo com a intenção comunicativa do usuário. Disso resulta que a seleção entre três formas não é aleatória, mas, pelo contrário, revela algumas implicações de natureza argumentativa, fundindo as dimensões gramatical e pragmática da linguagem.

Para alcançarmos tal objetivo, fizemos dois tipos de levantamento. Um em gramáticas do português, com o intuito de obtermos as informações que elas ministram sobre tais sufixos; o segundo, de ocorrências, para verificarmos as suas possibilidades formais e semânticas, e sua produtividade.

Em relação ao levantamento de informações nas gramáticas, prestamos conta delas ao abordar cada sufixo.

Quanto ao levantamento de ocorrências, em dicionário (12, s/d), inicialmente separamos os derivados de acordo com a classe gramatical a que os sufixos se aplicam – substantivo, adjetivo ou verbo. No caso dos derivados de substantivos, dividimos ainda por tema: em *-a*, em *-e* e em *-o*, e aтемáticos. Reservamos também um espaço para os empréstimos e para nomes de origem obscura. A partir daí fizemos um estudo separado de cada sufixo, seguindo a ordem:

- 1º) origem e significação básica;
- 2º) classe(s) e subclasse(s) de palavras a que se aplica cada um;
- 3º) valor(es) semântico(s): denotativo(s) e conotativo(s);
- 4º) ordem e posição de cada sufixo na estrutura da palavra;
- 5º) produtividade.

Assumimos uma postura sincrônica para explicar os fenômenos ocorridos, observando, porém, que as alomorfas correspondem geralmente ao lexema latino.

## 1. ANÁLISE DOS SUFIXOS

### 1.1. Sufixo *-OSO*

O sufixo *-oso* remonta ao sufixo latino *-osu(m)* e significa basicamente “provido” de”, “abundância”, podendo assumir algumas vezes um sentido ativo significando “produzir ou provocar alguma coisa”, como *doloroso*, *apetitoso*, *assombroso*; alguns adjetivos em *-oso* podem assumir um duplo sentido, a significação básica “cheio de” e o sentido ativo “provocar alguma coisa em”; como nos demonstram os vocábulos *temeroso* = “cheio de temor” ou “que provoca temor”, e *vergonhoso* = “cheio de vergonha” ou “que provoca vergonha”.

Deriva adjetivos de substantivos, na sua grande maioria, mas também de adjetivos e de verbos, com uma ligeira mudança na significação: os derivados de substantivos têm um valor quantitativo, o significado básico “cheio de”, como nos exemplos *angustioso*, *carnoso*, *ascoso*, *ardoroso*, *ambicioso*; os derivados de verbos e adjetivos,

por outro lado, assumem um valor intensivo. Assim *amargoso* (muito amargo), *esquívoso* (muito esquivo), *grandioso* (muito grande), *molestoso* (muito molesto), *verdoso* (muito verde), *sonoroso* (muito sonoro), *ardentoso* (muito ardente), *abundoso* (que abunda muito), *naufrágoso* (que causa muitos naufrágios), *operoso* (que opera muito), e assim por diante. *Moderno* (de moderno) possui sentido depreciativo, quer seja pretensa e/ou duvidosamente moderno.

O acréscimo do sufixo *-oso* para derivar adjetivos obedece à regra geral de sufixação do português, ou seja, ao tema nominal adiciona-se o referido sufixo, ocorrendo, como conseqüência, a supressão da vogal temática quando ela existe (cf. 6, p. 79-80). Desse modo, é o que exemplificam os nomes temáticos e aтемáticos abaixo:

- (1) alga + oso = algoso  
 verde + oso = verdoso  
 amargo + oso = amargoso
- (2) gás + oso = gasoso  
 amor + oso = amoroso  
 mel + oso = meloso  
 lâ /laN/ + oso = lanoso

Verificamos que há casos em que os sufixos parecem agregar-se ao tema verbal, contrariamente ao que afirmam alguns gramáticos. Essa constatação é reforçada pelos seguintes argumentos:

- 1º) A derivação de verbos é um processamento muito antigo, como nos mostram as formas *abundoso*, *fulgoroso*, *ponderoso*, registradas já no século XVI, e *gravoso* e *operoso*, do século XVII.
- 2º) Não se justifica propor uma explicação diacrônica “ad hoc” para cada ocorrência. Considerar, por exemplo, *abundoso* como advindo do advérbio latino “abunde”, derivação raríssima, não é boa solução, pois não se registra outro caso na lista geral. Para cada ocorrência, somos, então, obrigados a procurar uma razão, sendo, portanto, mais lógico explicá-las conjuntamente.
- 3º) A derivação do verbo ocorre da mesma forma que a derivação do nome, ou seja, toma-se o tema verbal e se adiciona o sufixo; como ele se inicia por vogal, há a supressão do índice temático. Tal supressão só não ocorre quando o sufixo começa por consoante. Assim, temos em *constituição* a conservação do índice temático, pois o sufixo *-ção* é iniciado por consoante; já em *resmungão* não se conserva o índice temático pois o sufixo de aumentativo *-ão* começa por vogal. O mesmo se pode dizer sobre o sufixo *-oso*. Assim temos:

- (3) abundoso – de abunda(r) + oso  
 flutuoso – de flutua(r) + oso  
 ostentoso – de ostenta(r) + oso

Há casos de alomorfas, ou seja, casos em que a adição do sufixo acarreta mudanças morfonêmicas no lexema primário ou no próprio sufixo.

Assim, temos alomorfia na adição do sufixo *-oso* a nomes terminados em *-ão*. Em tais casos observamos que o acréscimo do sufixo é feito à forma teórica, ocasionando a supressão do travamento nasal (cf. 06, p. 80).

- (4) ambição /aNbi'sioN/ + oso = ambicioso  
 infecção /iNfeK'sion/ + oso = infeccioso  
 superstição /supersti'sioN/ + oso = supersticioso

Freqüentemente, o sufixo *-oso* é adicionado ao lexema que corresponde à forma latina ou grega, originando-se daí um alomorfe do lexema. Tal fenômeno é comum no processo de derivação, como nos demonstra a gradação de adjetivos, cuja forma do superlativo sintético (*-rimo* e *-lssimo*) é adicionada a lexemas eruditos, embora tenhamos um lexema vernáculo correspondente. É o caso de *nigérrimo* = “muito negro” (lat. niger); *acérrimo* = “muito acre” (lat. acer); *macérrimo* = “muito magro” (lat. macer); *nobilíssimo* = “muito nobre” (lat. nobilis); *amabilíssimo* = “muito amável” (lat. amabilis).

Quanto a adjetivos com sufixo *-oso*, derivados de lexema que corresponde à forma latina, podemos citar os seguintes:

lexema vernáculo da palavra primitiva	lexema latino correspondente	adjetivo em -oso
(5) abdômen	abdomine(m)	abdominoso
água	aqua(m)	aquoso
inverno	hibernu(m)	hibernoso
sombra	umbra(m)	umbroso

Muitas vezes, porém, ficamos com duas formas do derivado em *-oso*, a erudita e a vernácula:

- (6) nívoso – nervoso  
 verrucoso – verrugoso  
 rabioso – raivoso

Como alomorfia resultante do aproveitamento do lexema grego (radical do genitivo), podemos citar nomes técnicos como *carcinomatoso*, *glaucomatoso*, *sarcomatoso*.

O próprio sufixo *-oso* possui duas alomorfias *-uoso* e *-ioso*. O alomorfe *-uoso* aparece nos vocábulos terminados em *-to* e *-tro*:

- (7) conceito – conceituoso  
 espírito – espirituoso  
 monstruoso – monstruoso

Excetuando, temos *luxuoso*, *flexuoso* e *sinuoso*.

A alomorfia em *-ioso* ocorre em formas como:

- (8) sequioso – de seco + oso  
 grandioso – de grande + oso

Quanto à posição na estrutura da palavra, o sufixo *-oso* aparece geralmente depois de lexema, sendo seguido, nesta ordem, por sufixo derivacional de substantivos (se houver), morfema de gênero e, por último, de número. Exemplificando, tomaremos os vocábulos *caluniosas*, *ascosidade*, *conflituosos*.

[[[calni(a)]<sub>Lex<sub>1</sub></sub> [os(o)]<sub>Lex<sub>2</sub></sub> [a]<sub>fem</sub> [s]<sub>pl</sub>]  
 [[asc(o)]<sub>Lex<sub>1</sub></sub> [os(o)]<sub>Lex<sub>2</sub></sub> [-idade]]<sub>Lex<sub>3</sub></sub> [O]<sub>sing</sub>]  
 [[[conflit(o)]<sub>Lex<sub>1</sub></sub> [uoso]]<sub>Lex<sub>2</sub></sub> [O]<sub>mas</sub> [-s]]

Há também a possibilidade de o sufixo *-oso* se seguir ao sufixo de classe formador de substantivo *-idade*, geralmente com haplologia. Assim, temos *bondoso* [de bon(da)de + oso], *maldoso* [de mal(da)de + oso], *vaidoso* [de vai(da)de + oso].

Como já foi assinalado pelos gramáticos, o sufixo *-oso* é realmente um sufixo muito produtivo na língua portuguesa. Pelo levantamento efetuado constatamos os seguintes números:

derivados de substantivos de tema em <i>-a</i> :	217
derivados de substantivos de tema em <i>-e</i> :	46
derivados de substantivos de tema em <i>-o</i> :	235
derivados de substantivos atemáticos:	100
subtotal:	598
derivados de adjetivos:	08
derivados de verbos:	23
empréstimos:	32
derivados de formação estranha:	08
TOTAL:	669

Como podemos observar, a ocorrência do sufixo é muito grande nos derivados de substantivos (89,3%), em oposição à ocorrência nos verbos e adjetivos (4,6%).

Quanto aos empréstimos, o total de ocorrências foi de 32 (4,7%) e o número de derivados de formação estranha totalizou 8 ocorrências (1,1%).

## 1.2. Sufixo -ENTO

O sufixo *-ento* é proveniente do sufixo *-entum*, formador de adjetivos a partir de substantivo, na sua grande maioria, podendo também formar adjetivo de adjetivo, geralmente indicativo de cor, e de verbos.

Tem como significação básica “abundância”, podendo denotar também:

- a – “ter a qualidade de”: *espionento*, *terrento*;
- b – “ser dotado de”: *olheirento*, *ferrugento*;
- c – “ter a semelhança de”: *farinhento*;
- d – “ser propenso a”: *birrento*, *briguento*.

Sua adição se faz a substantivos (de tema em *a*, em *e* e em *o*, e atemáticos) e a verbos, e obedece à regra normal de sufixação do português: ao tema adiciona-se o sufixo, acarretando a supressão do índice temático (no caso dos nomes temáticos). Assim:

- (9) gordura + ento = gordurento  
 grude + ento = grudento  
 luar + ento = luarento

Nos atemáticos terminados em /s/, /l/, /N/ há a supressão de todo final:

- (10) cruel /Kru'El/ + ento = cruento  
 penugem /pe'nužeN/ + ento = penugento  
 rabugem /ra'bužeN/ + ento = rabugento

Em alguns casos ocorrem alomorfias de lexema quando se toma a forma do lexema erudito ao se juntar o sufixo *-ento*. Assim temos:

lexema vernáculo da palavra primitiva	lexema latino correspondente	adjetivo em -ento
(11) peste	pestilens	pestilento
pó	pulver	pulverulento
pus	purulentus	purulento

Não raro há a inserção de uma consoante de ligação (-l-, -z- ou -f-) ou uma partícula intensificadora (-ac-, -ar- ou -or-) entre o lexema da palavra primitiva e o sufixo, o que poderia ser interpretado como uma alomorfia do sufixo.

lexema da palavra primitiva	consoante de ligação	sufixo -ento
(12) sono	-l-	-ento = sonolento
chulé	-z-	-ento = chulezento
malaca	-f-	-ento = malacafento

É interessante observar que os adjetivos derivados da forma de lexema erudito, além da alomorfia do lexema, possuem ainda alomorfia do sufixo, uma vez que possuem todos a consoante de ligação -l- (modificações morfológicas na base).

lexema da palavra primitiva	partícula intensiva	sufixo -ento
(13) barro	-ac-	-ento = barracento
fumo-	-ar-	-ento = fumarento
frio-	-or-	-ento = friorento

Em relação à posição desse sufixo na estrutura da palavra, observamos que é sempre adicionado ao lexema primário, ampliado ou não, só admitindo ser seguido de sufixo flexional de gênero e número, isto é, não aceita depois de si sufixo derivativo. Assim, vocábulos como *espumento*, *corpulentos* e *friorenta* possuem as seguintes estruturas, respectivamente:

[[[espum(a)]<sub>Lex<sub>1</sub></sub> [ento]]<sub>Lex<sub>2</sub></sub> [0]<sub>masc</sub> [0]<sub>sing</sub>  
 [[[corpu]]<sub>Lex<sub>1</sub></sub> [l]<sub>CL\*</sub> [ento]]<sub>Lex<sub>2</sub></sub> [0]<sub>masc</sub> [-s]<sub>pl</sub>]  
 [[[fri(o)]<sub>Lex<sub>1</sub></sub> [or]<sub>PI\*\*</sub> [ent(o)]]<sub>Lex<sub>2</sub></sub> [a]<sub>fem</sub> [0]]

O sufixo *-ento* é de produtividade relativa e os números obtidos pelo levantamento são os seguintes:

derivados de substantivos de tema em <i>-a</i> :	69
derivados de substantivos de tema em <i>-e</i> :	11
derivados de substantivos de tema em <i>-o</i> :	42
derivados de substantivos atemáticos:	16
subtotal:	138
derivados de adjetivos:	09
derivados de verbos:	06
empréstimos:	06
derivados de formação estranha:	05
TOTAL:	164

É interessante observar que os derivados de substantivos de tema em *-a* são em maior número (50%) e que o total dos derivados de adjetivos, verbos, empréstimos e os de formação estranha (15,8%) não equivale à metade do total dos derivados de substantivos.

### 1.3. Sufixo -UDO

O sufixo *-udo*, em português, é representante do sufixo latino *-utu(m)* e junta-se a lexemas substantivos, geralmente indicativos de partes do corpo, com pouquíssimas exceções: *grossudo*, *maludo* e *boazuda* (de adjetivos) e *tropeçudo* (do verbo tropeçar).

Significa basicamente “provido de”, podendo ainda denotar:

- “ter a forma de”: *bojudo*, *bicudo*, *pontudo*;
- “grande massa”: *polpudo*;
- “tamanho ou feitio desmesurado”: *corpudo*, *braçudo*;
- “posse ou propriedade” *posudo* (que tem posse), *sortudo* (que tem sorte).

Sua adição ao lexema primitivo obedece à regra de sufixação geral do português: ao tema nominal adiciona-se o sufixo, havendo a supressão do índice temático. Pode ser adicionado a nomes de tema em *-a*, *-e*, *-o* e atemáticos. Assim:

- (14) *barbudo* – de *barba* + *udo*  
*bigodudo* – de *bigode* + *udo*  
*beijudo* – de *beijo* + *udo*

Os atemáticos terminados em ditongo nasal [ãw] e [êj] perdem todo o final ao se acrescentar o sufixo:

---

\* CL: consoante de ligação.

\*\* PI: partícula intensiva.

- (15) colhão + udo = colhudo  
 gordalhão + udo = gordalhudo  
 coragem + udo = corajudo

O único caso derivado de verbo se refere a *tropeçudo*, que é formado de *tropeça(r)* + *udo*, com a supressão do índice temático.

Em *narigudo* encontramos uma alomorfa do lexema, uma vez que este vocábulo é derivado a partir do lexema latino *naric-* (de *naricae*), tornado *narig* + *udo*.

Além da alomorfa do lexema, temos alguns casos em que ocorre a interposição de consoante (-z-) ou de partícula intensiva (-ar-, -alh- ou -anch-) entre o lexema da palavra primitiva e o sufixo, o que podemos considerar como alomorfa do sufixo:

lexema da palavra primitiva	consoante de ligação	sufixo -udo
(16) pé	-z-	-udo = pezudo
lã	-z-	-udo = lãzuda
boa	-z-	-udo = boazuda

A forma *boazuda* só é usada no feminino devido a conotações culturais.

lexema de palavra primitiva	partícula intensiva	sufixo -udo
(17) língua	-ar-	-udo = linguarudo
mama	-alh-	-udo = mamalhudo
gordo	-anch-	-udo = gordanchudo

O sufixo *-udo* na estruturação dos vocábulos está sempre ligado ao lexema, não admitindo outro tipo de derivação, apenas as flexões de gênero e número. Assim, os vocábulos como *carrancudo*, *pezudas* e *gordanchudo* podem ser analisados respectivamente assim:

[[[carranc(a)] <sub>Lex<sub>1</sub></sub> [udo]] <sub>Lex<sub>2</sub></sub> [0] <sub>mas</sub> [0] <sub>sing</sub> ]]
[[[pe] <sub>Lex<sub>1</sub></sub> [z] <sub>CL*</sub> [ud(o)] <sub>Lex<sub>2</sub></sub> [a] <sub>fem</sub> [s] <sub>pl</sub> ]]
[[[gord(o)] <sub>Lex<sub>1</sub></sub> [anch(o)] <sub>PI**</sub> [do]] <sub>Lex<sub>2</sub></sub> [0] <sub>mas</sub> [0] <sub>sing</sub> ]]

Embora *-udo* possua produtividade reduzida na modalidade escrita, é (como se sabe) muito empregado na língua oral. No levantamento efetuado em gramáticas e dicionários (língua escrita) constatamos os seguintes números:

\* CL: consoante de ligação.

\*\* PI: partícula intensiva.

derivados de substantivos de tema em <i>-a</i> :	63
derivados de substantivos de tema em <i>-e</i> :	12
derivados de substantivos de tema em <i>-o</i> :	39
derivados de substantivos atemáticos:	07
subtotal:	121
derivados de adjetivo:	03
derivados de verbo:	01
empréstimo:	06
derivados de formação estranha:	06
TOTAL:	138

Neste caso, também o total de derivados de substantivos é muito superior (87,6%) ao total dos derivados de outras classes gramaticais (2,8%), sendo ainda o número dos derivados de substantivos de tema em *-a* muito maior (52%) que os de tema em *-e* e *-o* e atemáticos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já observado pelos gramáticos, os três sufixos remontam a sufixos latinos correspondentes: *-oso* provém de *-ōsu(m)*

*-ento* provém de *-entū(m)*

*-udo* provém de *-utu(m)*

Os três são sufixos adicionados, em sua grande maioria, a substantivos, podendo ocorrer alguns casos de derivação de adjetivo. A derivação a partir do verbo ocorre mais raramente com os sufixos *-oso* e *-ento* e apenas uma vez com o sufixo *-udo*.

Quanto à ordem de cada sufixo na estrutura da palavra, observamos que os sufixos *-ento* e *-udo* não admitem outro tipo de derivação depois de si, enquanto o sufixo *-oso* admite o sufixo formador de substantivo antes e depois de si, como mostram os vocábulos *lealdoso* (lealdade + *oso*) e *ascosidade* [*ascoso* + (i)dade]. Os três sufixos admitem a flexão de gênero e número.

Notamos que a produtividade do sufixo *-oso* é muito superior à dos outros dois sufixos, uma vez que obtivemos um total de 629 ocorrências do sufixo *-oso* (67,5%), 164 do sufixo *-ento* (17,6%) e 138 do sufixo *-udo* (14,8%).

“Estar provido ou cheio de”, “abundância” é a significação básica dos três sufixos, podendo haver pequenas variações: *-oso* pode assumir um sentido ativo significando “produzir ou provocar alguma coisa”; *-ento*, o sentido de “ter a qualidade ou semelhança de”, “ser dotado ou propenso a”; *-udo* pode indicar “ter a forma ou feitio desmesurado”, “grande massa”, “posse ou propriedade”.

Observa-se ainda certo valor depreciativo em gradação nos três sufixos, ou seja, o sufixo *-oso* parece ser mais neutro, não havendo implicações pejorativas no seu emprego. No caso de *-ento*, há um certo valor depreciativo ou negativo, que se intensifica no uso de *-udo*.

Comprovando, podemos citar o fato de que quando se deseja ofender alguém usa-se um derivado com *-udo* e não com *-oso*; no entanto, o valor semântico do lexema pode impregnar os sufixos, inclusive *-oso*. Exemplificando, tomemos as seguintes séries derivadas com *-oso*, *-ento* e *udo*: *farinhoso*, *farinhento*, *farinhudo*; *cascoso*, *casquento*, *casquudo*; *catíngoso*, *catínguento*, *catíngudo*.

Na série *farinhoso*, *farinhento* e *farinhudo*, *farinha* é um lexema neutro, pois não tem implicações pejorativas; mesmo assim percebemos que entre *farinhoso* e *farinhento* há uma certa depreciação em relação ao segundo, que se intensifica em *farinhudo*. Em *cascoso*, *casquento* e *casquudo* notamos essa depreciação gradual entre os três vocábulos, pois *cascoso* já assumiu esse valor um pouco depreciativo do lexema *casca*.

Na série *catíngoso*, *catínguento* e *catíngudo*, o valor pejorativo do lexema *catínga* contagiou totalmente o derivado com o sufixo *-oso*, mas a gradação da negatividade continua entre os três sufixos.

Um outro aspecto observado é o da distribuição de cada sufixo. Notamos que o sufixo *-oso* possui a seguinte distribuição (tomadas só as ocorrências dos derivados de substantivos vernáculos): num total de 536 ocorrências temos 256 com substantivos concretos (47,7%) e 275 com substantivos abstratos\* (51,3%). Há, assim, uma quase neutralidade de distribuição do sufixo *-oso*, o que não ocorre nos outros dois sufixos. O total de ocorrências de *-ento* é 128, sendo 28 derivados de substantivos abstratos (21,8%) e 100 de substantivos concretos (78%). Para *-udo* temos, então, num total de 121 ocorrências, apenas 8 derivadas de substantivos abstratos (6,6%) e 113 de substantivos concretos (93,3%).

Nota-se, ainda, que o sufixo *-udo* não é aplicável a lexema erudito (não houve ocorrência) e também que tal sufixo é, na maioria das vezes, derivado de substantivos que indicam partes inalienáveis do ser: *barbudo*, *barrigudo*, *crinudo*, *pescoçudo*, *cabeludo*, *queixudo*, *testudo*.

O sufixo *-ento* é mais usado em substantivos que indicam aderência no ser como: *verruguento*, *carepento*, *caspento*, *casquento*, *crudento*, *bichento*, *catarrento*, *penujento*, *bolorento*, *pestilento*.

Desse modo, os sufixos *-oso* e *-ento* têm campo de aplicação maior. Aplicam-se, reservadas as proporções, a uma base lexical para indicar as noções de abundância, intensidade. Já o sufixo *-udo* tende a aplicar-se apenas a substantivos que implicam a noção de parte do corpo, ou de objeto.

Observa-se, então, que a seleção entre as três formas está estreitamente vinculada a uma função pragmática da linguagem, pois veicula sempre uma atitude do falante

---

\* Neste estudo, entendemos como substantivos abstratos aqueles que indicam propriedades dos seres (físicas, como *largura*, *altura*, *beleza*, ou afetivas, tais como *amor*, *humildade*, *irveja*, *audácia*) e ações: *birra*, *briga*, *confidência*, *elogio*, *façanha*. Como substantivos concretos consideramos todos os que indicam objetos físicos ou parte deles, como *bolha*, *chuva*, *caverna*, *abelha*, *espuma*, *pescoço*, *boca*, *chifre*; e também os fenômenos que afetam diretamente os sentidos, como: *ruído*, *vento*, *dor*, *náusea*, *doença*.

em relação à imagem que ele fez do referente, ou que julga que o seu interlocutor faz do referente. Tal atitude passa do tom neutro para gradativamente assumir tom depreciativo. Esse fato é ignorado pelos gramáticos tradicionais, que se limitam a uma posição nitidamente classificatória com critérios insuficientes.

Uma abordagem mais sistemática da derivação sufixal como um todo poderia propiciar informações mais produtivas sobre as relações do processo lexical e as condições efetivas de uso da linguagem, lançando bases para o desenvolvimento de uma gramática pedagógica que explorasse com mais eficiência as reais potencialidades da língua.

---

PEZATTI, E. G. – The Grammar of suffix derivation: Three exemplary cases. *Alfa*, São Paulo, 33: 103-114, 1989.

*ABSTRACT: The purpose of this article is to analyse the suffix derivation in portuguese in opposition to the approach of the traditional grammars. Three cases considered exemplary are studied, due to their semantic affinity, according to the word class and subclass applied to each suffix, order and position in the word structure, productivity and semantic values. The choice between one or other suffix is not fortuitous, being motivated by argumentative necessity.*

*KEY-WORDS: Morphology; suffix derivation; suffix; morpheme; allomorph.*

---

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALI, M. S. – *Gramática secundária da língua portuguesa*. São Paulo, Melhoramentos, 1964.
2. ALI, M. S. – *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo, Melhoramentos, 1964.
3. AZEVEDO, D. – *Grande dicionário Francês-Português*. Lisboa, Bertrand, 1975.
4. CAVERO, D. O. – *Dicionário Português-Espanhol, Espanhol-Português*. Barcelona, Ramon Sopena. s.d.
5. CÂMARA JR., J. M. – *Estrutura da língua portuguesa*. 7 ed. Petrópolis, Vozes, 1976.
6. CÂMARA JR., J. M. – *Dicionário de lingüística e Gramática*. 7 ed. Petrópolis, Vozes, 1977.
7. CAMARGO, C. de O. – O morfema prefixal EN – alguns aspectos de sua distribuição. *Revista Texto*, 1: 21-29, 1975.
8. CAMARGO, C. de O. – O morfema prefixal A: aspectos de sua distribuição. *Revista Texto*, 2: 9-27, 1976.
9. CAMARGO, C. de O. – *Morfologia derivacional: Estudos*. UNESP/ILCSE/Araraquara. (Texto mimeografado).
10. COUTINHO, I. de L. – *Gramática histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1976.
11. CUNHA, C. F. da – *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, MEC-FENAME, 1975.

*Alfa*, São Paulo, 33: 103-114, 1989.

12. FERREIRA, A. B. de H. – *Novo Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, s/d.
13. LIMA, C. H. da R. – *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1976.
14. MACHADO, J. P. – *Dicionário etmológico da língua portuguesa*. Lisboa, Confluência, 1967.
15. NUNES, J. J. – *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. (Fonética e Morfologia). Lisboa, Clássica, s/d.
16. OLIVEIRA, A. M. P. P. de – O morfema sufixal-ino. *Estudos Lingüísticos*. São José do Rio Preto, XI(2): 238-245, 1985.
17. PARLAGRECO, C. – *Dicionário portoghese-italiano-portoghese*. São Paulo, Martins Fontes, 1980.
18. QUER, Dr. P. Font – *Dicionário de Botânica*. Barcelona, Labor, 1970.
19. SACCONI, L. A. – *Nossa Gramática*. São Paulo, Moderna, 1980.
20. TORRINHA, F. – *Dicionário latino-português*. Porto, Porto, 1942.
21. TORRINHA, F. – *Dicionário português-latino*. Porto, Domingos Barreira, 1939.

## ACERTOS E DESACERTOS EM DICIONÁRIOS BILÍNGÜES PORTUGUÊS-ESPANHOL/ESPANHOL-PORTUGUÊS

Vera Lúcia do AMARAL\*

---

*RESUMO: A partir de um corpus constituído por dez dicionários bilíngües e da análise de suas macro e microestruturas, apresentam-se algumas constatações que justificam os cuidados a tomar no uso de dicionários português-espanhol/espanhol-português. Com o intuito de enriquecer o material analisado, são enumeradas algumas sugestões que podem vir a servir a lexicógrafos interessados em melhorarem o aporte no setor dos bilíngües do português/espanhol.*

*UNTERMOS: Lexicografia; dicionário bilíngüe; espanhol-português; tradução.*

---

Resolvi, fundamentalmente por uma questão didática, explorar, com alguns instrumentos teóricos, o solo árido da lexicografia bilíngüe para poder melhor justificar, junto aos meus alunos, a negativa freqüente ao uso de um dicionário espanhol-português ou português-espanhol, quando me solicitavam a indicação de um “bom dicionário” desse tipo.

Não que desconheça o valor de um dicionário como material didático (Alvar Ezquerro, 11; Rey-Debove, 20; Martínez Almoyna, 7), e um bilíngüe sempre é mais acessível (ou menos impossível) ao bolso do aluno do que um monolíngüe em língua estrangeira.

É que, na verdade, o que os alunos solicitam e o que nós, professores de espanhol, gostaríamos de ter em mãos é um dicionário que ainda não existe, ou seja, aquele que apresente as características citadas por Debyser (14), quando diz o que entende por *melhores dicionários bilíngües*: “os mais completos, os mais exatos, os mais claros e os mais práticos ao usuário que espera dispor de informações precisas, que espera saber as formas das palavras, seus sentidos e os contextos nos quais elas aparecem” (p. 37).

Como se vê, este usuário não espera as informações de um glossário, onde o que existe é a correspondência de palavra a palavra, porque, como diz o autor, “/.../ pour comprendre les valeurs d’emploi d’un terme, il est utile de le voir employé, /.../.” (p. 38). Conclui o autor que “Un dictionnaire qui répond à ces attentes, ou pour parler

---

\* Departamento de Letras Modernas–Instituto de Letras, História e Psicologia–UNESP – 19800 – Assis – SP.

plus simplement qui rend ces services, est un dictionnaire bien fait; dans le cas contraire c'est un mauvais dictionnaire qui trompe l'utilisateur." (p. 38).

Com a análise que faço em seguida do *corpus*, ficará comprovada a afirmação anterior: ainda não dispomos de um dicionário bilíngüe "bem feito", no conceito de Debyser acima referido.

Trabalhei com dez dicionários, sete autores: três dicionários do espanhol-português/português-espanhol, seis do espanhol-português e um do português-espanhol, como segue:

1. BECKER – *Dicionário Espanhol-Português/Português-Espanhol* (1987) – /B ep-pe/\*;
2. BECKER – *Dicionário Popular Espanhol-Português* (1951) – /Bpop ep/;
3. BECKER – *Pequeno Dicionário Espanhol-Português* (1945) – /Bpeq ep/;
4. D'ALBUQUERQUE – *Dicionário Espanhol-Português* (s.d.) – /D ep/;
5. HAMILCAR DE GARCIA – *Dicionário Espanhol-Português* (1958) – /H ep/;
6. MARQUES – *Novo Dicionario Hespanhol-Portuguez* (1897) – /M ep/;
7. MARTINEZ ALMOYNA – *Dicionário de Espanhol-Português* (1974) – /MA ep/;
8. ORTEGA CAVERO – *Diccionario Portugués-Español* (1985) – /OC pe/;
9. ORTEGA CAVERO – *Diccionario Portugués-Español/Español-Portugués* (1977) – /OC pe-ep/;
10. VIQUEIRA BARREIRO – *Diccionario Español-Portugués y Portugués-Español* (1961) – /VB ep-pe/.

Pela introdução, prólogos, notas com os quais ora os autores ora os editores saúdam o leitor, percebe-se imediatamente que a qualidade de "completo" sim, todos dizem tê-la, mas quanto às de "claro" e "exato", ao contrário, os textos mostram que não.

De fato, ao mesmo tempo que procuram oferecer tudo, não especificam nada com exatidão – nem sequer o número preciso de verbetes\*\* com que trabalham (o usuário não sabe se está diante de um dicionário do tipo *thesaurus* – mais de 100.000 verbetes –, do tipo *médio* – 40 a 50 mil – ou *inframédio* – 30 mil verbetes\*\*\*).

As citações falam por si:

- D ep* – “É só ver a extensão do presente trabalho, no qual estão catalogadas milhares de expressões jamais acolhidas em dicionários similares, com o levantamento quase completo das gírias correntes, do México à Patagônia. (...) habilitando quem quer que seja a entender uma página clássica do Amadis de Gaula e uma canção telúrica de Pablo Neruda, o pensamento místico de São João da Cruz e a lírica atormentada de Alfonsina Storni.” (nota da Editora, p. 5).

\* Identificação que será usada ao longo deste texto. O primeiro bloco de iniciais refere-se ao autor e, quando necessário, ao título. O segundo bloco, ao sentido do dicionário “ep” = espanhol-português, “pe” = português-espanhol.

\*\* “Verbetes” está sendo usado tal como o define Ferreira (15, p. 1764): “o conjunto das acepções e exemplos respeitantes a um vocábulo”.

\*\*\* Tipologia dada por Biderman, 12, p. 7.

À página 19, o autor esclarece que, além dos americanos, dicionarizou lunfardismos ocorrentes em Buenos Aires, termos da “germanía” ou do “caló” espanhol e da “jerga” de diversos países.

*Bpeq ep* – pretendeu “(...) enfeixar todos os mais diversos aspectos lexicológicos, tendo em vista não só o espanhol peninsular e o castelhano da América, como também (quando conveniente) o português de Portugal e o do Brasil, nas suas diversas modalidades, (...)”

A nota ao leitor ainda relaciona:

“neologismos, barbarismos, gíria, regionalismos de uso freqüente embora não registrados pela Real Academia Espanhola, expressões lusas de cunho clássico, frases proverbiais, locuções populares ou brasileirismos das diferentes regiões, termos técnicos, hispano-americanismos.”

*M ep* (6) – o autor caracteriza o dicionário como de “fácil manuseio” e compreendendo “simultaneamente todos os vocábulos conhecidos na língua espanhola.” (em “Advertência”, 1º tomo).

“Contendo todos os vocábulos, frases e locuções usados não só em Espanha, mas ainda em toda a América espanhola, e bem assim todos os termos de ciências, artes, indústrias etc. (...)” (2º tomo).

*MA ep* (7) – “No solo están recogidos múltiples neologismos (...) y los vocablos y modos usuales y populares de hablar, sino también aquellos arcaísmos y voces algo desusadas, que tienen, (...), un indudable interés histórico o literario (...)” (Prólogo da 1ª edição).

*OC pe* (8) – “El lector (...) hallará desde la última palabra admitida por las Academias de la lengua, hasta los más recientes términos científicos o de argot.” (Prefácio de Júlio da Conceição Fernandes, da Sopena; 1977 e 1985).

*VB ep-pe* (10) – “(...) con una riqueza de más de ochenta mil palabras vivas y actuales (...)” (p. VIII).

Como se percebe, os lexicógrafos em questão parece que não se dão conta de que, como diz Rey-Debove (1984), “O léxico total é um conjunto ideal que se perde na indeterminação e que nenhum dicionário jamais pôde descrever *in extenso*.” (p. 58-9)\*.

Além de Viqueira Barreiro, fazem referência numérica aos verbetes, ainda que de modo não exato, Tenório D’Albuquerque (mais de 15 mil americanismos) (4), Idel Becker em seu *Pequeno Dicionário* (3) (40.000 vocábulos, 10.000 hispano-americanismos, 5.000 notas remissivas – não se sabe se os 10 mil estão incluídos nos 40, mas, de qualquer modo, já se trataria de um dicionário de tipo médio, não correspondendo o adjetivo “pequeno” do título) e Ortega Cavero (8), português-espanhol (160.000 entradas, 70.000 expressões idiomáticas, 400.000 acepções) e português-espanhol/espanhol-português (80.000 artigos em cada parte). (9)

---

\* “Léxico total” é o constituído por todas as palavras empregadas por todos os usuários (a reunião dos idioletos).

Ainda no início de todos eles, exceto no dirigido por Henrique Marques, há referências à gramática das duas línguas com o objetivo de facilitar a compreensão do português e do espanhol, principalmente no que diz respeito à grafia e à prosódia. Esta seria uma atitude acertada dos lexicógrafos em referência, caso não se observassem as ausências e alguns erros graves enumerados em seguida:

1. Com relação à *grafia*, o que há em comum é a advertência ao leitor brasileiro ou português quanto à ordem alfabética em espanhol. Tenório D'Albuquerque e Henrique Marques são os únicos que não a mencionam (cf. 4 e 6).

“Ch”, “ll” e “ñ”, ao serem considerados como letras (e não duplos, como no caso de “rr”), seguem as letras “c”, “l” e “n” em todos os dicionários, exceto em Henrique Marques (6), que os considera como duplos e os intercala. Contudo, elimina o “ch” inicial, ou seja, da letra “c” passa à letra “d”. Para se ter uma idéia da omissão, isso poderia significar aproximadamente 1.100 verbetes menos num dicionário da língua espanhola. Tomando-se como base o *Pequeno Larousse Ilustrado* (este dicionário tem 14 páginas para a letra “ch” e traz, em média, 80 verbetes por página, o que daria um total de 1.120 verbetes), nota-se que a omissão é bem significativa.

Às vezes o próprio desejo de minúcia acaba levando à confusão. É o caso do alerta que faz Becker, em seu *Pequeno Dicionário*, para a quantidade de letras em espanhol – 29 minúsculas e 28 maiúsculas –, sem informar que se reduz uma letra maiúscula porque não se iniciam palavras com “r” em espanhol.

Já Ortega Cavero, ao apresentar o alfabeto espanhol, elimina a grafia “r” (8, p. 933)\*\*).

O que se observa aqui é um reflexo do impasse dos gramáticos. Os lexicógrafos poderiam expor a situação como não resolvida pelos próprios gramáticos. Estariam, dessa forma, prestando uma grande ajuda didática aos usuários de seus dicionários e, ao mesmo tempo, resguardando-se de críticas negativas ao seu trabalho.

Estes autores poderiam também alertar os falantes do português sobre a não separação silábica do “rr” e do “ll”, e os falantes do espanhol quanto à existência da grafia “ss” em português; mas não o fazem.

2. Quanto às *informações prosódicas*, Idel Becker (*ep-pe* (1) e *pop ep*) (2), Tenório D'Albuquerque (4) e Hamilcar de Garcia (5) são os únicos que assinalam os heterotônicos. Entretanto, de três palavras escolhidas ao acaso, para comprovação junto à microestrutura dos dicionários\*, “democracia”, “nostalgia” e “academia” (crá, tál e dê, respectivamente), D'Albuquerque deixa de informar sobre esta última e Hamilcar

\* Garcia-Pelayo y Gross, 16, 1.663 páginas e 60 mil verbetes.

\*\* Seco (22), sobre a questão de considerar ou não o “rr” uma letra, refere-se a Cuervo e a Ragucci que “han propuesto que se considere la grafía RR como una letra, a efectos de alfabetización en diccionarios y ficheros, igual que se hace con la CH y la LL. A mi juicio, lo que conviene hacer es lo contrario: quitar a éstas también la categoría de ‘letras’ que en nuestro abecedario ostentan.” (p. 300).

\*\*\* Alvar Ezquerro (11), ao falar sobre o conteúdo dos dicionários bilíngües, distingue a macroestrutura (sentido vertical) da microestrutura (sentido horizontal). Caberia na primeira uma relação do tipo: americanismos, vozes familiares, gírias, termos técnicos e científicos e na segunda: sinônimos, explicações, exemplos, frases, modismos, informações sobre categoria gramatical, separação silábica, pronúncia, usos etc.

Garcia não traz a primeira nem a última, cometendo uma incoerência no tratamento das palavras que chama “idênticas”. Diz o autor: “As palavras que em espanhol e português têm grafia e sentido idênticos, e uma pronúncia apenas diferenciada no acento peculiar a cada um dos idiomas, não figuram neste dicionário. São porém consignados os homógrafos cuja acepção varia, ainda que ligeiramente, numa ou noutra língua, ou têm regime diverso.” (p. VI). Sendo assim, compreende-se por que a omissão de “democracia” e de “academia”, mas não a inclusão de “nostalgia” e de “policía”, por exemplo, simplesmente para informar que em português correspondem a “s.f. Nostalgia” e “s.f. Polícia (em todas as suas acepções).” Se não há nada diferente, por que dicionarizá-las?

Ainda com relação à prosódia, Viqueira Barreiro poderia ter evitado as “informações” que seguem: (cf. 10)

- sobre as vogais espanholas: “(...) podem considerar-se sempre abertas. (...) mais abertas que em português (...).” (p. 3). Estaria falando, naturalmente, do português de Portugal, uma vez que as vogais “e” e “o” são, na realidade, mais fechadas em espanhol;
- sobre o “grupo *ch*, que em espanhol é uma letra independente, pronuncia-se como em inglês, isto é, mais forte que o *ch* português. Basta ouvi-la uma vez.” (p. 3). Por que não recorreu à transcrição fonética?
- “O *g* tem também dois sons. (...) seguido de *e*, *i*, tem um som gutural forte, como se fosse um *h* inglês muito aspirado. Também é preciso ouvi-la.” (p. 3);
- “O *s* pronuncia-se, praticamente falando, como em português. As distinções fonéticas científicas não interessam agora.” (sic) (p. 4).

3. Mas são as informações de *ordem semântica e morfossintática* que, quando vêm à tona, mais “desinformam”. Ortega Cavero (1977 e 1985), ao relacionar vários paradigmas de classes gramaticais de forma contrastiva, comete grande e grave quantidade de erros. Grave exatamente porque a seleção feita é pertinente: são palavras, na maioria falsos cognatos, que passam a ser um obstáculo ao falante do português e ao falante hispânico quando estão diante do espanhol e do português, respectivamente. Sendo pertinente, seria um acerto a referida seleção; entretanto, o autor diz exatamente o que não é para ser dito, reafirmando o erro do aprendiz. Cito alguns deles, indicando a paginação da edição de 1985 (8):

- Advérbio de afirmação:

- Outrossim – Otrosí (p. 35)

“Otrosí” somente é usado em linguagem forense (Cf. María Moliner, 18, p. 595). A correspondência seria com o termo “asimismo” ou “además” em espanhol.

- Expressões prepositivas:

- junto de – junto de (p. 36)

O correto seria “junto a” em espanhol. Com a preposição *de* a locução que se forma reflete a interferência do português no aprendizado do espanhol, “junto de” não existe nesta língua.

● **Conjunção:**

● ora – ahora (p. 36)

“Ahora” não é conjunção, é advérbio de tempo, significa “agora” em português. Se o autor relacionasse “ora...ora” com “ahora...ahora”, então estaria acertando.

● todavía – todavía (p. 36)

“Todavía” não é conjunção em espanhol, é advérbio, significa “ainda”. O correspondente para “todavía”, conjunção portuguesa, seria “sin embargo, pero, mas, no obstante” em espanhol.

● embora – en hora buena (p. 36)

A expressão “en hora buena” ou “enhorabuena”, como é mais usada, significa “parabéns”.

Selecionei apenas os exemplos mais gritantes; existem, entretanto, muitos outros, como o caso de considerar *cedilha* um acento (p. 8-9) ou ainda dizer que o acento grave continua existindo “en adverbios terminados en *-mente*, que provienen de palabras que tengan acento agudo: Ej. diariamente”. (p. 9).

Tenório D’Albuquerque (4), em sua extensa introdução, também menciona diferenças entre o português e o espanhol, atendo-se mais às de sentido. De sua numerosa lista de falsos cognatos, recolhi as explicações de três: “abono”, “oficina” e “vaso”, que significam coisas diferentes em ambas as línguas, levando-se em conta, principalmente, a frequência de uso de determinadas acepções.

É interessante notar que os significados dados na introdução não são respeitados nas informações de cada verbete, como se o autor daquela fosse um e o pesquisador para os verbetes, outro.

Assim, ele adverte, na introdução, que *abono* “em português e em castelhano são coisas muito distintas. Em espanhol é um fertilizante para a terra. Em português é o adiantamento de dinheiro que se faz a um empregado ou o ato de afiançar uma assinatura.” (p. 23). Mas, na microestrutura do dicionário, a palavra em espanhol não é tratada como adubo a não ser após uma explicação e quatro sinônimos que têm a ver com o universo econômico: “s.m. Ação e efeito de abonar ou abonar-se, abono, fiança, segurança, garantia, substância com que se aduba a terra, adubo.” (p. 44).

*Oficina*, continua dizendo o autor, “em geral, são coisas diferentes em português e em espanhol. Para nós, *oficina* é somente o local coberto onde trabalham os obreiros. Nunca o vocábulo é empregado com o significado de: ‘Departamento donde trabajan los empleados públicos o particulares. Parte o paraje donde se fragua y dispone una cosa material’, como doutrina a Academia Espanhola. Para nós, *oficina* é justamente onde se faz uma coisa material. Onde trabalham os empregados públicos é *es-*

*critório* que, em português, não tem sentido de ‘papelera y escribanía’. Com este sentido empregamos o vocábulo *secretária*.” (p. 23).

Ou seja, se um brasileiro quisesse saber o que é “oficina” em espanhol, deveria encontrar, em português, algo relacionado com “escritório”, já que “oficina” em português não é o mesmo que “oficina” em espanhol. Contudo, a primeira informação que nos dá D’Albuquerque, após a classe gramatical e o gênero da palavra “oficina”, é exatamente “oficina” (p. 965).

O mesmo acontece com *vaso*: “Em português e em castelhano, é coisa muito diferente. O que em espanhol se denomina *vaso*, designamos por *copo*. Dizemos um *copo* de cerveja. Um *copo* de vinho e nunca um *vaso*.” (p. 22). Entretanto: *vaso* – “s.m. Vaso, copo. (...)” (p. 1336).

Antes de passar efetivamente aos comentários sobre o observado na macro e na microestrutura dessas obras, uma última palavra sobre o seu entorno: não se encontram referências bibliográficas em nenhum dos dicionários estudados.

Idel Becker (3) e D’Albuquerque (4) se referem à 16. ed. do Dicionário da Real Academia Espanhola e Martínez Almoyna (7), ao Dicionário Manual da Real Academia como base para seus trabalhos. D’Albuquerque fala de consulta a mais de duzentas obras (em outro momento de sua introdução fala em trezentas obras) sobre americanismos. Pode-se pensar na enorme contribuição aos estudantes da língua espanhola (professores e alunos) se pudessem ter contato com essas referências bibliográficas, caso o autor as tivesse arrolado?

Se são somente estas as indicações de dicionários de espanhol, as consultas a dicionários de português nem são mencionadas.

Outra ausência a se lamentar é a do que constituiu o *corpus* lingüístico para a confecção dos dicionários. Que jornais, revistas, autores da língua portuguesa e da língua espanhola foram consultados?

Com relação à análise da macro e microestrutura propriamente ditas dessas obras, norteou-me a pergunta: o que se espera encontrar num dicionário bilíngüe?

Rastreei a resposta a esta pergunta, seguindo os três elementos fundamentais que comportariam um programa de informação sobre cada unidade léxica: o componente gráfico e fônico, o componente sintático e o componente semântico (Cf. Rey-Debove, 20, p. 66).

– *O Componente Gráfico e Fônico* – a menção da palavra com sua grafia seguida de sua pronúncia:

Hamilcar de Garcia é o único dos autores pesquisados que faz acompanhar da pronúncia, que chama de “figurada”, as palavras escritas com *D* final, *Ch*, *Ge*, *Gi*, *J*, *Ll*, *S*, *X*, *Y*, *Z*. Apesar de não esgotar a lista (não trabalha com o *R*, nas diferentes posições, com o *Rr* nem com o *Ñ*, por exemplo), procurou ser coerente com o plano a que “(...) obedece este dicionário (...) fornecer ao consulente a grande massa do vocabulário espanhol, encarada, sempre que possível, do ponto de vista das dificuldades encontradas pelo aluno de fala portuguesa.” (p. V).

– *O Componente Sintático* – a classe da palavra e eventual gênero e número:

Os dicionários apresentaram lacunas nas definições que pediriam esclarecimentos quanto ao número e ao gênero. Por exemplo, quanto ao número, somente Hamilcar de Garcia faz referência ao fato de termos como “pantalón” e “tijera” serem mais usados em sua forma plural; mas nenhum autor alerta quanto à modificação prosódica na mudança de número em palavras como “carácter”/“caracteres”, “régimen”/“regímenes”, por exemplo. Quanto ao gênero, também somente Hamilcar de Garcia tem o cuidado de anotar a diferença semântica entre “el mar” e “la mar”, por exemplo.

– *O Componente Semântico* – a definição ou análise do significado:

Eis aqui a debilidade máxima dos bilíngües do português-espanhol/espanhol-português. Que o aluno, ao consultar o dicionário, não perceba que “protótipo” em português é “prototipo” (paroxítona) em espanhol, ou que, ao procurar a palavra “bajo”, encontre uma observação do tipo “são solecismos – el aspecto, – el punto de vista” etc., e não haja no mesmo dicionário (Idel Becker, 1945) o vocábulo “solecismo”, ainda não seria tão alarmante como se quando procurasse “acreditar” em espanhol, encontrasse, como primeira acepção, “acreditar” em português, “vaso”/“vaso”, “abono”/“abono”, “oficina”/“oficina”, “largo”/“largo”, “cachorro”/“cachorro” ou “salsa”/“salsa”(\*); ou que em “refletir” em português não lesse, pelo menos, duas acepções diferentes, correspondendo a “reflejar” e “reflexionar” em espanhol.

Nossos bilíngües, contudo, têm falhas exatamente onde não poderiam tê-las: no tratamento dos falsos cognatos – a grande armadilha, no emprego do léxico, para os aprendizes das duas línguas irmãs.

Os falsos cognatos, bem como a polissemia, podem pôr a perder o trabalho lexicográfico. Se os autores aqui observados colocassem exemplos, contextualizando suas definições, ampliariam a margem de confiabilidade às suas obras.

Mas eles também não foram felizes no tratamento da ordem das acepções e das indicações gráficas que as separam: uma simples vírgula ou um ponto e vírgula ou barras entre equivalentes que não são intercambiáveis não é uma prática satisfatória.

Dos dez dicionários, somente um traz no prólogo uma explicação sobre a ordem das acepções: o de Idel Becker (2) – “a acepção que figura em primeiro lugar é, muitas vezes, a mais comum, a mais usual. E vêm, a seguir, formas menos frequentes.”

Mas qual o critério para identificar qual acepção é mais usual que outra? Nenhum dos autores esclarece os critérios para as classificações que dizem respeito ao *uso* – o que D’Albuquerque qualifica de “vulgar” seria “vulgar” para Viqueira Barreiro, por exemplo? –, entretanto, todos eles fazem indicações de uso como “familiar”, “antigo

---

\* Hamilcar de Garcia (5) dá a estas últimas (“cachorro” e “salsa”) tratamento diferenciado, mas ainda insuficiente: “cachorro (cachorro) s.m. Cachorro (cria de certos animais).” (p. 172) e “salsa s.f. Molho, salsa.” (p. 585).

e/ou antiquado”. Em nove deles há “figurado” e “vulgarismo”; sete apresentam a indicação de “popular”, “pouco usado”, “retórica” e “irônico”; cinco consideram o “pejorativo”; quatro dos dicionários referem-se ao “arcaico” e “desusado”; três deles trabalham com “despectivo”, “germanismo”, “gíria”, “regionalismo” e “burlesco”; dois, com “barbarismo”, “plebeísmo” e “depreciativo” (Cf. Quadro I, apêndice).

Se a função da classificação é, como diz Osselton (19, p. 120), “(...) to enable the compiler to go a little bit further than he would otherwise dare; (...)”, é necessário que o usuário tenha absoluta confiança na informação trazida pelo dicionário e, se não há critérios explícitos para essa rotulagem, é pouco provável que ele se sinta seguro para “ir um pouco mais além”.

Também, como sugere Schmitz (21, p. 396), o uso de rótulos como “gíria”, “informal”, “coloquial”, “vulgar” deveria ser revisado periodicamente.

A título de ilustração, recolhi as classificações para “pisante” e “desosada”(\*), encontrando três rótulos diferentes nos cinco dicionários que continham essas palavras: “*germanla*” (gíria própria dos ciganos) em OC ep, MA ep, M ep; *gíria* simplesmente, em Bpeq ep e *plebeísmo* em D ep.

Ainda sobre o componente semântico, considerando a macroestrutura dos dicionários analisados, com exceção de Viqueira Barreiro, todos os autores prefaciam suas obras dizendo trabalhar com *americanismos*.

Se o espanhol peninsular já é bastante complexo devido à diversidade dialetal das suas dezessete regiões(\*\*), que dirá trabalhar com o espanhol dos dezoito países americanos de fala hispânica? Significaria, no mínimo, estar fazendo um dicionário bilingüe voltado só para *americanismos*. Um trabalho, sem dúvida, muito árduo, que exigiria muito fôlego e tempo, visto que nem mesmo há um monolíngüe que abarque todas as falas hispânicas.

Nesse sentido, é muito pertinente a crítica de Haensch (17), ao referir-se aos *americanismos* no *Diccionario de la Real Academia Española* (DRAE): “A la luz de nuestras experiencias personales, podemos asegurar que muchos de los *americanismos* que figuran en el DRAE, ya no se usan o tienen una extensión geográfica o acepciones diferentes que las indicadas, mientras que muchos *americanismos* hoy en día muy corrientes aún no figuran en el DRAE. (...). A veces palabras que aparecen en el DRAE con la marca “América” (sin restricción) no se usan en todos los países americanos, (...). Otras veces se dan *americanismos* que ya no lo son, (...).” (p. 246-7).

Além da extensão do domínio do espanhol no continente, o autor se refere a outros dois fatores que dificultam a codificação do léxico do espanhol da América: a desigualdade de fontes disponíveis e a diversidade de critérios dos hispano-americanos na apreciação do léxico de seus diversos países.

\* “Pisante” – com sentido de pé ou sapato; “desosada” – refere-se à língua.

\*\* A Espanha está dividida, pelo mapa administrativo que vigora desde 1983, em 17 regiões autônomas: Galícia, Astúrias, Cantábria, País Basco, Navarra, Catalunha, Rioja, Aragão, Castilha-Leão, Castilha-A Mancha, Madri, Comunidade Valenciana, Baleares, Múrcia, Extremadura, Andaluzia e Canárias.

Portanto, o caráter geral no tratamento dado aos americanismos pelos lexicógrafos em questão depõe contra seus dicionários bilíngües.

Por último, anoto que estes dicionários não registram acrônimos, siglas, formas elípticas ou palavras truncadas<sup>\*</sup>, “tão características de nossa época”, como diz Haensch ao defender sua inclusão num dicionário para que ele atinja sua finalidade: “(...) ayudar al usuario a descodificar enunciados lingüísticos (o en otros casos a producirlos), /.../.” (p. 241).

No Quadro II (v. apêndice) estão indicadas outras ausências não comentadas aqui, como as de prefixos, sufixos e antônimos, que, se preenchidas, enriqueceriam nossos dicionários bilíngües.

Quando intitulei este trabalho de “*Acertos e desacertos em dicionários bilíngües português-espanhol/espanhol-português*”, esperava relacionar, sem dúvida, um número maior de acertos do que o aqui encontrado. Infelizmente isso não foi possível. E observei que não é só o caso do espanhol/português que está mal resolvido lexicograficamente, como indicam os estudos de Schmitz, 21 (que trabalha com dicionários bilíngües do inglês/português); Debyser, 14 (francês/italiano) e Darbelnet, 13 (francês/inglês).

Para finalizar, enumero em seguida algumas sugestões com o intuito de enriquecer o material analisado:

1. justificando em parte o progresso da França na Lexicografia, pelo fato de esse país publicar cada vez mais dicionários com uma só finalidade, Haensch (17, p. 244) sugere que se “(...) publiquen también grandes diccionarios generales, con un equilibrio en la selección de unidades léxicas y rigurosa clasificación de las distintas acepciones, pero estos diccionarios deberían tener, por lo menos, una finalidad básica, por ejemplo, diccionario extensivo o diccionario de uso, etimológico o histórico, normativo o descriptivo, general o especializado etc.”. Os bilíngües, sem deixar de ser extensivos, poderiam – ou melhor, deveriam – selecionar o seu léxico em função do seu público, evitando agradar a todos, para agradar muito a um;
2. como atitude coerente com a primeira, o lexicógrafo deveria explicitar seus critérios de seleção do léxico (Espanhol de onde? Português do Brasil e/ou de Portugal? Que subléxicos<sup>\*\*</sup>?), seus critérios para a ordenação de acepções, e de classificação para rotular os vocábulos quanto ao uso (familiar, vulgar, antiquado etc.);
3. os dicionários deveriam apresentar fontes bibliográficas;
4. o lexicógrafo deveria especificar o porte do dicionário, dando o número de entradas em português e em espanhol;

\* P. ex.: “E.G.B.” (Enseñanza General Básica), “BUP” (Bachiller Unificado y Polivalente), “la patronal”, “bici”, “cole”, “profe”.

\*\* Rey-Debove (20, p. 59) cita quatro tipos de subléxicos no interior do léxico total: das *línguas regionais* (onde estariam os americanismos, p. ex.); das *línguas sociais* (onde apareceriam as gírias, p. ex.); das *línguas temáticas* (termos técnicos, literários, jurídicos etc.); e o subléxico das *línguas de gerações* (arcaico, antigo etc.).

5. além de definições, sinônimos e antônimos, o lexicógrafo deveria incluir exemplos, comentários comparativos e o(s) sentido(s) que a palavra não tem (para evitar ao máximo o risco de interferência lingüística), principalmente no verbete de vocábulos polissêmicos\*);
6. o lexicógrafo deveria fornecer informações mais completas em relação aos verbos: sua regência, locuções, notas sobre o aspecto, demonstrando não ignorar a incidência da gramática sobre a semântica;
7. deveria reservar maior atenção no tratamento dos falsos cognatos;
8. usar indicações gráficas claras, fazendo distinções entre o que não é intercambiável;
9. atualizar o dicionário constantemente.

As críticas valem pela sua intenção. A minha foi a de despertar o desejo dos cientistas do léxico de melhorarem o aporte lexicográfico no setor dos bilíngües do português/espanhol, para que tanto alunos como professores, tradutores, pesquisadores, usuários de uma forma geral possam expressar-se e compreender-se melhor nas duas línguas.

AMARAL, V. L. do – Adjustments and misadjustments in bilingual Portuguese-Spanish/Spanish-Portuguese dictionaries. *Alfa*, São Paulo, 33: 115-128, 1989.

*ABSTRACT: Based on a classroom experience, we want to demonstrate that the use of bilingual dictionaries (Portuguese-Spanish/Spanish-Portuguese) must be carefully oriented. This research is meant not only to teachers, students and translators but also lexicographers who intend to publish bilingual dictionaries in these languages.*

*KEY-WORDS: Lexicography; bilingual dictionary; Spanish-Portuguese; translation.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1. Do corpus:

1. BECKER, I. – *Dicionário Espanhol-Português/Português-Espanhol*. 11. ed. 2ª reimp. São Paulo, Nobel, 1987. 371 p.
2. BECKER, I. – *Dicionário Popular Espanhol-Português*. 2. ed. São Paulo, Nacional, 1951, 159 p.

\* Sobre o *exemplo*, Rey-Debove (20, p. 66-7) diz que se destina (...) a mostrar a palavra definida em funcionamento e, em suma, a ministrar provas do que se acaba de afirmar." Sobre a *definição*, para a autora, o recurso só é "(...) em verdade necessário quando aquilo que tem nome numa língua não o tem na outra; (...)." Também para Darbelnet (13, p. 92), "Le problème que tout dictionnaire bilingue doit résoudre n'est pas, /.../ un problème de définition, mais d'équivalence entre les mots et les tours des deux langues considérées. /.../, les correspondances qui s'établissent d'une langue à l'autre ne reposent pas nécessairement sur un découpage identique de la réalité, et c'est de ces différences de découpage qu'il importe de tenir compte en rédigeant les articles d'un dictionnaire bilingue."

3. BECKER, I. – *Pequeno Dicionário Espanhol-Português*. São Paulo, Nacional, 1945, 516 p.
4. D'ALBUQUERQUE, A. T. – *Dicionário Espanhol-Português*. Belo Horizonte, Itatiaia, s.d. 2 v. 1.377 p.
5. GARCIA, H. de – *Dicionário Espanhol-Português*. 1. ed. 6ª imp. Rio de Janeiro, Globo, 1958. 696 p.
6. MARQUES, H. (dir.) – *Novo Dicionário Hespanhol-Portuguez*. Lisboa, Antonio Maria Pereira, 1897. 2 t. 937 p. e 820 p.
7. MARTINEZ ALMOYNA, J. – *Dicionário de Espanhol-Português*. 2. ed. Porto, Porto, 1974. 1.058 p.
8. ORTEGA CAVERO, D. – *Diccionario Portugués-Español*. Barcelona, Ramón Sopena, 1985. 638 p.
9. ORTEGA CAVERO, D. – *Diccionario Portugués-Español/Español-Portugués*. Barcelona, Ramón Sopena, 1977. 1.856 p.
10. VIQUEIRA BARREIRO, J. M. – *Diccionario Español-Portugués y Portugués-Español*. Madrid, Aguilar, 1961. 1.220 p.

## 2. Dos autores citados:

11. ALVAR EZQUERRA, M. – Los diccionarios bilingües: su contenido. *Lingüística Española Actual*. Madrid, ICI, III (1): 175-96, 1981.
12. BIDERMAN, M. T. C. – A ciência da lexicografia. *Alfa*, São Paulo, UNESP, 28 (supl.): 1-26, 1984.
13. DARBELNET, J. – Dictionnaires bilingues et Lexicologie Différentielle. *Langages*. Paris, 19: 92-102, 1970.
14. DEBYSER, F. – De meilleurs dictionnaires bilingues? *Le Français dans le monde*. Paris, 159: 37-42, 1981.
15. FERREIRA, A. B. de Holanda – *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. 4ª reimp. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986. 1.838 p.
16. GARCIA-PELAYO Y GROSS, R. – *Pequeño Larousse Ilustrado*. Paris, Larousse, 1978. 1.663 p.
17. HAENSCH, G. – La lengua española y la lexicografía actual. *Lingüística Española Actual* – Madrid, ICI, IV (2): 151-207, 1982.
18. MOLINER, M. – *Diccionario de uso del español*. Madrid, Gredos, 1979. 2 v. 1.446 p. e 1.585 p.
19. OSSELTON, N. E. – Some problems of obsolescence in bilingual dictionaries – *Exeter Linguistic Studies*. 4: 120-6, 1979.
20. REY-DEBOVE, J. – Léxico e dicionário. *Alfa*. São Paulo, UNESP, 28 (supl.): 45-69, 1984.
21. SCHMITZ, J. R. – Suggestions for improving bilingual dictionaries of English and Portuguese. *Anais do ENPULI*. São Paulo, PUC, 2: 384-400, 1984.
22. SECO, M. – *Diccionario de dudas de la lengua española*. 8. ed. Madrid, Aguilar, 1982. p. 300.

## APÊNDICE

## QUADRO I(\*)

USOS	Bpop ep	Bpeq ep	B ep- -pe	OC pe pe-ep	D ep	MA ep	M ep	VB ep-pe	H ep
antigo, antiquado	+	+	+	+	+	+	+	+	+
arcaico	-	-	+	-	+	+	-	+	-
barbarismo	-	+	+	-	-	-	-	-	-
burlesco	-	-	-	+	-	-	-	+	-
desusado	+	+	+	-	-	+	-	-	-
despectivo	-	-	-	+	-	-	-	+	-
depreciativo	-	-	-	-	-	+	-	-	+
familiar	+	+	+	+	+	+	+	+	+
figurado	+	+	+	+	-	+	+	+	+
germanismo	-	-	-	-	-	+	+	+	-
gíria	+	+	+	-	-	-	-	-	-
irônico	+	+	+	+	-	+	-	-	+
pejorativo	+	+	+	-	+	-	-	-	+
plebeísmo	+	-	+	-	-	-	-	-	-
popular	+	+	+	+	-	+	-	+	-
pouco usado	+	+	+	+	-	+	-	+	-
regionalismo	+	+	+	-	-	-	-	-	-
retórica	-	-	+	+	-	+	+	+	+
vulgarismo	+	+	+	+	-	+	+	+	+

\* Os dados foram retirados do quadro de abreviaturas de cada dicionário.

## QUADRO II

CONTEÚDO na macro e micro- estrutura	Bpop ep	Bpeq ep	B ep- -pe	OC pe- -ep	OC pe	D ep	MA ep	M ep	VB ep- -pe	H ep
americanismos	+	+	+	+	+	+	+	+	-	+
antônimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
bibliografia do <i>corpus</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
bibliografia lexicográfica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
classificação gramatical	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
critério p/ classif. uso(*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
espanhol penin- sular	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
exemplos	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-
ilustração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
locuções idio- máticas	+	+	+	+	-	-	+	+	-	+
nomes próprios	+	+	+	-	-	-	-	-	-	-
número preciso de verbetes	-	-	-	+	+	-	-	-	-	-
prefixo	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-
silabação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
sufixo	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-
uso	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+

\* É interessante notar que ele não aparece em nenhum dicionário, quando todos eles apresentam introdução, onde caberiam perfeitamente os esclarecimentos a esse respeito.

## LA DELIMITACIÓN DE LENGUAS: ¿ CUESTIÓN LINGÜÍSTICA O IDIOMÁTICA?

José Joaquín MONTES\*

---

*RESUMEN:* Se discute el problema de la delimitación de los idiomas (lenguas, dialectos, hablas) y los criterios para tal delimitación: internos, lingüístico-sistémicos o externos, sociopolíticos o idiomáticos. Se sostiene que son estos últimos los únicos que permiten una delimitación adecuada. Para fundamentar esta posición se exponen los conceptos de **Convención** como base de la lengua (= Langue), **Norma** como base de la idiomática (estudio de las formas históricas del hablar), **Subordinación**, **Conciencia Idiomática**, **Ideal de Lengua**, **Autonomía Normativa** y **Plenifuncionalidad**.

*PALABRAS CLAVE:* Convención lingüística; norma; subordinación; conciencia idiomática; ideal de lengua; autonomía normativa; plenifuncionalidad.

---

La siguiente nota me ha sido sugerida por la lectura del trabajo "Galego e português: uma só língua?" publicado por M<sup>a</sup> Helena Mira Mateus em *Estudos Lingüísticos e Literários*, Salvador, N<sup>o</sup> 5, dez/1986, p. 15-31. (4) Encuentro interesante el trabajo pero no considero que sean argumentos lingüísticos los pertinentes para decidir si dos idiomas son una o varias lenguas. Y he aprovechado la ocasión para resumir ideas que al respecto he venido exponiendo en diversas publicaciones desde hace cerca de veinte años.

### 1. EL PROBLEMA LENGUA-DIALECTO

#### Aporfías en el establecimiento de un criterio "lingüístico"

Si desde 1959 B. Malmberg decía que "Si nous formulons la thèse un peu paradoxale que le changement des langues n'est pas un problème linguistique" para destacar en seguida que las causas últimas del cambio hay que buscarlas en las fuerzas que dirigen la evolución social y cultural de la que el cambio lingüístico sería solo

---

\* Departamento de Dialectología – Instituto Caro Y Cuervo – Bogotá, Colombia.

un aspecto particular (9, p. 52) con muchísima mayor razón se puede decir que el problema lengua-dialecto y por tanto de una o varias lenguas *no puede resolverse por medios puramente lingüístico – sistémicos* (Internos). Y esto por varias razones:

a) Las comparaciones con base puramente estructural pueden llegar (han llegado) a conclusiones reñidas con los hechos universalmente aceptados: lenguas eslavas más próximas entre sí que *dialectos* italianos (ver Todoran, cit. em 8, p. 8.). Pero resultaría absurdo hablar del *dialecto* polaco solo porque con base en una determinada medida de similitud estructural (¿cuál?) sus diferencias con el ruso o el checo no justifican llamarlo *lengua*.

b) En el acápite precedente se ha mencionado ya otro problema de la determinación estructural-interna: ¿dónde poner el límite de la similitud-diferencia estructural para hablar de una o dos lenguas? ¿No sería posible, escogiendo reglas adecuadas para el caso, probar que también el portugués y el español o el italiano y el portugués son una misma lengua?

c) Aunque no estrictamente dentro del terreno estructural hay otro aspecto que se utiliza a veces para determinar las relaciones entre idiomas: la intercomprensión. Que tampoco este criterio sirve para el caso lo he venido sosteniendo desde 1970 (5) basado principalmente en demostraciones de J. P. Rona que señala que dos dialectos contiguos de dos lenguas diferentes pueden ser más intercomprensibles que dos dialectos muy alejados de la misma lengua. Esquemáticamente:

ESPAÑOL	PORTUGUÊS
E D C B A	A' B' C' D' E'

en donde la intercomprensión puede ser mayor entre A y A' que A y E.

## 2. SOLUCIÓN POLÍTICO-IDIOMÁTICA NO LINGÜÍSTICO-SISTÉMICA

### 2.1. Lengua-sistema y lengua-idioma

En diversos trabajos anteriores, pero particularmente desde (7, p. 3) he venido recalando la necesidad de separar netamente *lengua* como concepto técnico equivalente a la *langue* saussureana y atingente por tanto al sistema de convenciones aislado de todo determinante histórico social, y *lengua* como idioma, forma históricamente conformada mediante un sistema de normas. Pues creo que uno de los errores básicos de algunas teorías lingüísticas arranca de la confusión entre estos dos sentidos de lengua: un sistema (*langue*) generalmente extraído de una parcela limitada de una lengua histórica se considere válido para la lengua-idioma que siempre es un conjunto polisistémico, diasistema o conjunto de variantes (6, p. 5). También ARYON DALL'IGNA RODRIGUES: (11) Não há língua que seja, em toda sua amplitude, un sistema uno, invariado, rígido, en ID, "Variantes lingüísticas", copia mecanografiada en UNESP, Assis; D. M. Isensee CALLOU y M. H. Duarte MARQUES: "Nesse sentido, uma língua histórica não é um sistema lingüístico unitário, mas um

conjunto de sistemas lingüísticos, isto é, um diasistema, em que se interrelacionam diversos sistemas e subsistemas”, (2, p. 100). Debe pues, separarse netamente el concepto técnico de lengua (= *langue*) del concepto de lengua-idioma, forma histórica de hablar constituido por un sistema de normas.

## 2.2. La norma

Desde MONTES, 1980 (7, p. 6-8), siguiendo básicamente la teoría de Coseriu sobre sistema, norma y habla, he venido insistiendo en la necesidad de poner la convención interindividual como base de la lengua (= *langue*) y la norma como base de todas las formas históricas del hablar. Porque como se dice en MONTES, 1983, (7, p. 4-5) la lengua no perdería su carácter ontológico si la convención se renovara para cada acto de habla; pero la más elemental consideración de economía hace que la comunidad que posee un sistema comunicativo trate de conservarlo como medio indispensable de la transmisión cultural en su más amplio sentido; nasce así la norma como tradicionalización de la convención, como verdadera inserción de la *langue* (= convención) en la historia.

La norma, pues, como patrón tradicional de realización de las oposiciones del sistema de convenciones es la que conforma todos los idiomas o formas históricas del hablar, cada una de las cuales (lengua, dialecto, habla, etc.) se caracteriza por seguir una serie de normas propias que la identifican al interior de la comunidad hablante y la distinguen de otras comunidades idiomáticas. Así, por ejemplo, la norma que en español hace de la /-S/ implosiva una aspiración o cero fonético (*disco* [dʃko, dʃko]) nos permite como lo he propuesto en MONTES, 1984, establecer dos grandes superdialectos del español: al que altera el carácter sibilante de la -s implosiva y el que la mantiene como tal sibilante. Y en general cualquier idioma, tratase de lengua independiente o de dialecto es siempre un conjunto de normas propias y diferenciales respecto de otros idiomas.

## 2.3. Autonomía normativa y plenitud funcional, caracteres de la lengua

Esto nos permite definir la lengua (= idioma) sin necesidad de enredarnos en sutilezas estructurales, como el sistema lingüístico-idiomático normativamente autónomo y plenifuncional. ¿Qué significa esto? Que una lengua histórica – abstracción hecha de su sistema interno – es un conjunto articulado de normas (normas locales, regionales, nacionales, internacionales) que se subordina a una norma modélica superior completamente autónoma con relación a la norma de otras lenguas. Y en cuanto a la plenitud funcional, que una lengua debe llenar todas las funciones de la respectiva comunidad hablante (comunicación familiar, coloquial, formal, literaria, etc.) Esto nos lleva a reconocer que el problema de la delimitación de los idiomas no es problema lingüístico-estructural sino político-idiomático pues depende del juego de normas, unas más amplias y prestigiosas que otras, lo que naturalmente está determinado por las relaciones políticas de poder que se establecen entre las comunidades y

no por el sistema estructural-interno de la lengua. Por ejemplo, el que el castellano se haya hecho el núcleo del idioma español tiene su origen en la hegemonía política de Castilla, no en las cualidades lingüísticas internas del castellano.

#### 2.4. Subordinación, conciencia idiomática e ideal de lengua

Los tres conceptos que encabezan este apartado, todos de naturaleza eminentemente sociopolítica e íntimamente relacionados entre sí, son los que nos permiten determinar las relaciones entre los diversos idiomas. La subordinación, expuesta principalmente por el lingüista rumano Alexander Graur (9, p. 52) para determinar el carácter de *dialecto* (idioma subordinado) o lengua autónoma (no subordinada) ha sido defendida por otros lingüistas como I. Coteanu y en términos ligeramente diferentes por L. E. Kalnin (9, p. 52). Viene a decir que todo idioma que tenga subordinación normativa respecto de otro, que deba reconocer como norma de máximo prestigio la de este otro idioma está subordinado a él y en alguna forma debe considerarse dialecto suyo. De otra parte, la subordinación a una norma superior modélica conlleva generalmente la aceptación del mayor prestigio del dialecto literario a que corresponde tal norma.

La conciencia idiomática, como se dijo, tiene íntimos nexos con la subordinación. Pues si un idioma determinado se sobordina a otro en lo normativo generalmente es porque sus hablantes tienen conciencia de pertenecer a la comunidad idiomática del idioma subordinante. Esto es obvio en los idiomas que son dialectos que he llamado histórico-estructurales (9, p. 47, 66) los que son prolongaciones históricas de un sistema, como el andaluz o las variedades americanas respecto del castellano; pues descontados casos raros todos los hablantes de español en América y España reconocen como norma superior modélica la de este idioma. Menos obvio y más problemático es esto en casos en que la subordinación es de un idioma heterogéneo a otro solo por haber quedado incluso en el dominio político de la comunidad que habla tal idioma. Entonces puede darse el caso de conflicto entre la conciencia de hablar un idioma propio y la imposibilidad de superar el prestigio de la norma del idioma mayor o más prestigioso (casos del gallego, vasco, catalán, etc. en España). Y en cuanto al ideal de lengua se refiere a la aspiración que todo hablante experimenta en determinadas situaciones de mejorar el nivel de su habla y del tipo de lengua a que recurre para ello. Un hablante de un dialecto histórico-estructural de una lengua busca naturalmente tal tipo de lengua en las formas normativas, literarias, prestigiosas de tal lengua. Un hablante de una modalidad subordinada puede verse obligado también a buscarlas en la lengua subordinante aunque no sean las formas de su propio idioma, y tendríamos el ideal de lengua externo bien ejemplificado en casos como el del judeo español de Bucarest estudiado por Marius Sala (13) en que el empobrecimiento de la lengua por causa de su reducción funcional (comunicación meramente familiar) lleva a que las formas prestigiosas de comunicación deban buscarse en otra lengua (el rumano en este caso).

La subordinación normativa, la conciencia idiomática y el ideal de lengua son pues los criterios para determinar las relaciones de inclusión-exclusión entre idiomas;

como se ve, son criterios eminentemente sociológicos o socioidiomáticos. Un ejemplo claro de la incidencia de estos conceptos en la determinación de la pertenencia de un determinado idioma a un complejo mayor es el estudio de José Pedro Rona, *El dialecto "fronterizo" del norte del Uruguay* (12) que demuestra claramente que tal dialecto es de origen portugués (brasileño), pero que al quedar incluso en el territorio uruguayo la conciencia idiomática de los hablantes y su ideal de lengua se orientan hacia el español montevideano, originando con esto también un acercamiento estructural cada vez mayor al español por imitación de los modelos de este idioma.

### 2.5. Los grados de subordinación

Para poder dar razón de la complicada situación idiomática que predomina hoy en muchos países en donde una lengua dominante (*lengua-techo* ha propuesto Žarko Muljačić – comunicación personal) se sobrepone a idiomas minoritarios quizás habría que aceptar grados de subordinación o dialectalización según el grado de subordinación normativa y empobrecimiento, por interferencia del idioma subordinante. Y quizá valdría la pena meditar en propuestas como las de AMMON que quiere se use *lenguas de minorías* (Minoritätensprachen) (1, p. 43-44, 53); pero de alguna manera habría que dar razón de la situación de un idioma dominante que deja a los demás en condiciones de minusvalía y lleva a su empobrecimiento relativo por interferencia contribuyendo así a que la limitación funcional y la subordinación normativa aumenten y se intensifique el carácter (semi) dialectal del idioma subordinado. El influjo en la estructura lingüística interna de los idiomas subordinados por interferencia del idioma dominante se ve bien en el caso del judeo español estudiado por Sala (13). Y aunque en grado menor se patentiza también en casos como los del catalán y el gallego:

“En este trabajo expondré, en forma selectiva y sumaria, unos datos y algunas interpretaciones sobre el empobrecimiento de distinciones semánticas y su correspondiente reflejo léxico, producido por un persistente y generalizado estado de diglosia entre catalán y castellano (3, p. 137).

“A este respecto conviene observar que en Galicia es relativamente frecuente que un mismo topónimo ofrezca dos o tres realizaciones distintas... una forma vulgar, usada únicamente por personas de baja cultura... otra que podemos llamar normal... y, finalmente, una tercera forma más artificial, castellanizante, usada en el lenguaje escrito, de carácter más o menos oficial, y con frecuencia también hablando castellano (10, p. 510-511).

### 3. CONCLUSIONES

- a) El problema de la delimitación de idiomas (lenguas, dialectos, etc.) en su funcionamiento sincrónico real no es un problema *lingüístico* si por ello se entiende que puede resolverse apelando únicamente a comparaciones sistémico-estructurales (internas).

- b) 'Convención' como base de la *langue* (lengua-sistema) y 'norma' como base de la idiomática son conceptos que como fundamento de la sistémica o lingüística interna, el primero, y como base de la idiomática o lingüística externa, el segundo, permiten superar las aporías de sincronía y diacronía al mostrar cómo la convención se historiza en la norma.
- c) Autonomía normativa y plenitud funcional definen la lengua histórica como entidad independiente. Y subordinación normativa y limitación funcional definen el dialecto que es siempre en algún sentido parte de una lengua (DcL).
- d) Quizá convenga reconocer diversos grados de subordinación y por consiguiente de dialectalización para dar cuenta de situaciones idiomáticas muy frecuentes hoy en diversos países.

MONTES, J. J. – A delimitação de línguas: questão lingüística ou idiomática? *Alfa*, São Paulo, 33: 129-135, 1989.

*RESUMO: Discute-se o problema da delimitação dos idiomas (línguas, dialetos, falares) e os critérios para essa delimitação: internos, lingüísticos-sistêmicos ou externos, sócio-políticos ou idiomáticos. Defende-se que estes últimos são os únicos que permitem uma delimitação adequada. Para fundamentar esta posição expõem-se os conceitos de Convencção como base da língua (= Langue), Norma como base da idiomática (estudo das formas históricas do falar), Subordinação, Consciência Idiomática, Ideal de Língua, Autonomia Normativa e Plenifuncionalidade.*

*UNITERMOS: Convencção lingüística; norma; subordinação; consciência idiomática, ideal de língua; autonomia normativa; plenifuncionalidade.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMMON, U. A. – Vorbereitung einer Explizit – Definition von 'Dialekt' und benachbarten Begriffen mit Mitteln der formalen Logik. In KLAUS J. MATTHEIER, HG – *Aspekte der Dialekttheorie*, Tübingen, Max Niemeyer, Verlag, 1983. p. 27-68.
2. CALLOU, D. M. I. e MARQUES, M. H. D. – Os estudos dialectológicos no Brasil e o projeto de estudo da norma lingüística culta. *Littera*, 3: 100-111, 1973.
3. CERDÁ, R. – Diglosia y degradación semántica en el habla de Constantí (Campo de Terragona). In – *Philologica Hispaniensia in Honorem Manuel Alvar*. Madrid, Gredos, 1983. t. I, 137-158.
4. MATEUS, M. H. M. – Galego e Português: uma só língua? *Estudos Lingüísticos e Literários*, 5: 15-31, 1986.
5. MONTES, J. J. – *Dialectologia y geografía lingüística*. Bogotá, Instituto Caro y Cuervo, 1970.
6. MONTES, J. J. – Lengua, dialecto y norma. *Thesaurus*, Bogotá, 35: 237-257, 1980.
7. MONTES, J. J. – Habla, Lengua e idioma. *Thesaurus*, Bogotá, 38: 235-339, 1983.

*Alfa*, São Paulo, 33: 129-135, 1989.

8. MONTES, J. J. – Dialecto una vez más. La persistencia y actualidad de un viejo problema. *Thesaurus*, Bogotá, 51: 23-41, 1986.
9. MONTES, J. J. – *Dialectología general e hispanoamericana*. 2. ed. Bogotá, Instituto Caro y Cuervo, 1987.
10. PORTO DAPENA, J. A. – Estudio toponímico del ayuntamiento gallego de Cedeira (España). *Thesaurus*, Bogotá, 50: 508-532, 1985.
11. RODRIGUES, A. D. I. – Variantes Lingüísticas – Cópia mecanografiada em UNESP, Assis.
12. RONA, J. P. – *El dialecto "fronterizo" del norte del Uruguay*. Montevideo, Libr. Anticuaría Americana, 1956.
13. SALA, M. – La disparition des langues et la polysémie. *Revue Roumaine de Linguistique*, 7 (2) 289-299.

## LÍNGUA NATURAL: ENFOQUE SOCIOLINGÜÍSTICO

Devino João ZAMBONIM\*

---

*RESUMO: A microlingüística, em suas diferentes tendências teóricas e metodológicas, preocupa-se, basicamente, em descrever, analisar e explicar a estrutura e o funcionamento da língua em sua unidade. Ao priorizar os elementos internos, em suas oposições funcionais, vê a língua como sistema autônomo e que só conhece sua própria ordem. Relega, conscientemente, as variedades, considerando-as livres e sem importância ao que se propõe. A sociolingüística ressalta o papel dos fatores sócio-culturais na produção e manutenção de variáveis em suas causas e funções. Apresenta-se como possível caminho para se desenvolver um sistema conceitual que integre estruturas lingüísticas com estruturas sociais.*

*UNITERMOS: Língua natural; sociedade; unidade; diversidade; fatores sócio-culturais; falante real; sistematização.*

---

Todo discurso verbal ocorre numa determinada circunstância que, funcionando como “fundo”, tem a propriedade de o caracterizar e delimitar.

Embora cada sistema lingüístico particular possua em seu “acervo” o instrumental de identificações que permita a explicitação das circunstâncias do “dito”, elementos extraverbais avançam na seleção e combinação dos signos verbais, orientam o sentido do próprio discurso e estabelecem o nível de verdade ou falsidade de seus enunciados. A atividade verbal intersubjetiva só se completa, portanto, em sua plenitude, se esses fatores, em suas diferentes dimensões, passarem a fazer parte integrante do ato comunicativo, do falar lingüístico. Os atos de fala, ocorridos em seus diferentes contextos, comprovam, sobejamente, o supradito.

O falar não é apenas a repetição de modelos, mas é também criação. Se a língua é, como fenômeno histórico, um produto, “ergon”, é-o também atividade, “energia”, o que leva E. Coseriu a afirmar que:

“O falar não só emprega a língua mas também a supera, pois que o conhecer supera constantemente o sabido” (3).

Tal afirmação parece-nos, à primeira vista, contrária ao que se exige de um bem comum e que deve, portanto, ser por todos compartilhado.

---

\* Departamento de Lingüística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800 – Araraquara – SP.

A Coseriu também não escapa a aparente impropriedade de sua assertiva. Antecipando-se à dúvida do leitor, esclarece-a:

“Mas, como é possível que o falado signifique além do que foi dito e até além da língua? Tal possibilidade está dada pelas atividades complementares e, sobretudo, pelas circunstâncias do falar” (3).

Estas reflexões iniciais levam-nos a outras reflexões que fazem pensar o modelo lingüístico proposto pelas diferentes tendências eminentemente estruturalistas, principalmente as de orientação saussureana, bloomfieldiana e, com muito mais ênfase, as posições do modelo gerativo-transformacional chomskiano.

*Mutatis mutandis*, estes três teóricos trabalham exclusivamente com dados higienizados. Fizeram escolas. Estabeleceram e fundamentaram a ciência lingüística. Seu objeto foi delimitado, sua metodologia foi rigorosamente sistematizada, suas posições teóricas tomadas como modelos não só para os diferentes níveis lingüísticos de descrição e explicação como também para outras ciências, transformando-se, assim, em ciência piloto de outras ciências humanísticas. Seu valor é por conseguinte, inquestionável.

Assaltam-nos, porém, como estudiosos do assunto, dúvidas referentes à abrangência desses modelos que, embora fundamentados em premissas distintas – mas em modelos análogos –, chegam a resultados semelhantes.

Parece-nos que todos eles, perquerindo o rigor científico, conscientemente assumiram, de uma forma ou de outra, uma atitude unilateral face ao objeto de sua pesquisa.

Ao se concentrarem, em suas pesquisas, na língua como unidade, ou no falante ideal de uma comunidade homogênea, relegaram a diversidade e, conseqüentemente, todos os fatores psico-sócio-bio-culturais nela intimamente imbricados.

Embora reconheçamos a utilidade das abstrações e as vantagens da higienização do objeto focalizado num trabalho científico, pairam ainda dúvidas – daí o motivo dessa nossa reflexão – relativas à abrangência desse tipo de descrição bastante pertinente, mas que de forma alguma justifica as causas e as funções relativas à diversidade dos múltiplos atos de fala, tanto em termos grupais quanto individuais.

Edward Sapir, entre outros estudiosos da língua, já chamava a atenção para esse fato na ocasião em que o estruturalismo de base descritivista, taxionômico e mecanicista americano estava em sua maior expressividade:

“Falar é uma atividade humana que varia, sem limites previstos, à medida que passamos de um grupo social a outro, porque é uma herança puramente histórica do grupo, produto de um uso social prolongado. Varia como variam todos os esforços criativos – não tão conscientemente talvez, mas pelo menos tão evidentemente quanto as religiões, as crenças, os costumes, e as artes dos diferentes povos” (14).

Acreditamos que a contemplação interna da língua em sua estrutura e funcionamento deve ser vista apenas como uma etapa que, embora necessária, só será completa se se fizerem intervir fatores de ordem não necessariamente lingüística.

Sendo já amplamente difundidas e comumente conhecidas as posturas dos teóricos supracitados, restringimo-nos a algumas considerações acerca do papel da Sociolinguística ao abordar, como objeto primeiro, justamente aquilo que se poderia denominar de resíduo lingüístico, na visão da ciência lingüística formalista proposta por aqueles teóricos.

A Sociolinguística, parte integrante das ciências da linguagem e voltada para o estudo do relacionamento língua/fatores sócio-culturais, propõe, segundo Sílvia Eha, o método neo-cultural como complementação ao vazio estruturalista. Sua base filosófica é simplesmente o humanismo; seu objeto, a língua atualizada em seus diferentes atos da fala; seu objetivo, o estudo da interação em suas causas, conseqüências e funções entre os fatores estruturais lingüísticos e os fatores extralingüísticos, os sócio-culturais.

As múltiplas pesquisas já feitas neste campo e sob esta orientação demonstram o quanto é falaciosa a idéia da chamada “comunidade homogênea” e a não pequena distância entre os fatos da língua e os fatos do discurso, aqueles filtrados do falante “ideal”, estes realizados pelo falante “real”.

Deve, porém, ser esclarecido que semelhante enfoque no estudo de uma língua natural não exclui de sua investigação o aspecto interno em suas relações opositivas funcionais; coloca-o, apenas, numa situação não mais privilegiada e exclusiva, mas, em termos paritários, de igual importância ao aspecto exterior à língua e à factualidade que a tradição lingüística a ela incorporou. Parece-nos ser este o sentido do que nos diz Juliette Garmadi, parafraseando Dell H. Hymes:

“Os usos e as situações do discurso formam um verdadeiro sistema cultural que importa definir... É preciso ter consciência de tudo aquilo que o locutor teve de interiorizar, para além da gramática e do léxico, para se tornar membro efetivo da sua comunidade lingüística e participar de forma adequada ao comportamento verbal do seu grupo” (7).

É o que se pode denominar de “saber sócio-cultural do falante”, ou o “saber idiomático extralingüístico”. Tal competência não deve ser simplesmente justaposta àquela competência idiomática interna do falante, mas deve ser vista e estudada como parte integrante da mesma, pois

“...nela está presente como conteúdo atuante, como energia permanente que a alimenta e constitui, já que as puras estruturas são vazias de sentido e de poder criativo” (4).

Como vemos, um estudo lingüístico não deve se ater exclusivamente à descrição e explicação do conjunto de invariantes que constitui a estrutura de uma língua natural, mas também voltar-se para a língua natural realizada em suas múltiplas variedades, e considerá-las como fenômenos pertencentes à língua e, conseqüentemente, de interesse da lingüística. As causas e funções, porém, devem ser procuradas no seio das estruturas sócio-culturais. Estas variedades não são, por conseguinte, livres, mas condicionadas, formalizando, inclusive, toda uma rede de oposições significativas.

Não será este um possível caminho para se desenvolver um sistema conceitual que integre estruturas lingüísticas com estruturas sociais?

Essa integração, a nosso ver, é absolutamente necessária para a compreensão do objeto língua em sua total amplitude, pois apenas à guisa de fundamentação, lembramos o fato, já de senso comum, de ser ela um fenômeno histórico e, conseqüentemente, uma instituição social. Mas o simples fato de vê-la como instituição social, humana, convencional e arbitrária, e que vise à interação social não é suficiente. Tanto Saussure quanto Bloomfield, assim como toda a lingüística de base eminentemente estruturalista, propuseram e aceitaram semelhante proposição, recusando-se, contudo, a considerar como fundamentais e necessários os fatores sociais para o estudo e descrição da linguagem humana. Ao se fixarem exclusivamente no sistema composto por unidades funcionais invariantes, montaram um constructo teórico presumindo uma variante da língua representativa e comum a todos os falantes de uma comunidade.

Os fatos nos mostram que esta variante não existe; a língua é constituída por uma série de subsistemas, e seus falantes possuem, em maior ou menor grau, o domínio destes vários subsistemas.

Não vemos, por conseguinte, muita razão na justificativa proposta pelo célebre descritivista Gleason, ao colocar as variações à margem do seu estudo:

“O uso de alofones corretos é mais importante do ponto de vista social do que do ponto de vista lingüístico. Obviamente importantes para o lingüista por muitas razões de ordem prática, os alofones se colocam na margem de seu campo de estudo e são, em certo sentido, externos à linguagem” (8).

Se já não bastassem as posições extremamente formalistas do estruturalismo dito “clássico”, a teoria gerativa de base chomskiana exclui, por completo, o aspecto social da linguagem.

É dentro deste *status quo* dos estudos da linguagem humana que alguns pesquisadores das línguas naturais tentaram, e ainda tentam, delimitar seu objeto de estudo, montar uma teoria e sistematizar uma metodologia que dêem conta de uma descrição e uma explicação mais adequadas e realistas dos fatos da língua. Sem concordar com o princípio positivista do reducionismo científico, estes estudiosos, em termos menos extremados, aceitam e defendem possíveis ligações entre a lingüística e as várias disciplinas – Sociolingüística, Etnolingüística e Psicolingüística – pertinentes à linguagem, interrelacionando-a com a sociedade, a cultura e a mente humanas. Embora não exista um modelo teórico geral elaborado, todas elas já surgem com um rol de conhecimentos comprovadamente científicos. Para atingirem o objetivo a que se propõem não podem se restringir ao código em si. Os falantes e os usos desse código devem, necessariamente, ser levados em consideração.

A Sociolingüística, fazendo uso de técnicas e conceitos tanto da Lingüística como das Ciências Sociais, sobressai-se a esses estudos interdisciplinares pelo grande e bom número de excelentes pesquisas em sua área específica, cujo objetivo fundamental, segundo Bright, é:

“Demonstrar a covariação sistemática das variações lingüística e social, e, talvez, até mesmo demonstrar uma relação causal em uma ou outra direção” (6).

O social passa a ser fundamental no entendimento e explicitação do funcionamento e da estrutura da língua natural.

Nomes como Bright, Fishman, Labov, Berstein, Marellesi e muitos outros incluíram em seu objeto de estudo, além do sistema interno da língua (as leis que regem a estrutura básica dos enunciados), outras dimensões como as do falante-ouvinte (produção, recepção e avaliação) e as condições da produção do discurso.

Assim a Sociolingüística, fazendo parte do conjunto das outras ciências da linguagem, apoiada em suas próprias premissas, teorias e métodos, está apta a fornecer um modelo de pesquisa, análise e interpretação dos dados de uma língua natural de forma mais abrangente e satisfatória, repondo, desta maneira, a Lingüística em sua integralidade histórica, real e humana no que tange ao aspecto exterior sócio-cultural.

Há, hoje – mais do que nunca –, o que se poderia chamar um consenso no que se refere à interpretação das inter-relações língua/sociedade. Mesmo havendo certas discordâncias entre alguns desses pesquisadores, no que se refere à especificação da natureza dessa relação e à determinação da causalidade das variações, uns e outros concordam com José Pedro Rona, cujo postulado foi muito bem sintetizado por Sílvia Elia:

“Somar simplesmente todas as variedades é apresentar um conjunto heteróclito que em nada contribui para a correta compreensão do fato lingüístico historicamente constituído. A noção de ‘arquissistema’, fruto metodológico do Estruturalismo, acrescido do seu prolongamento social, o ‘uso’, antepassado do ‘desempenho’ chomskiano, é, pelo menos, um modelo que permite adequada interpretação científica do fenômeno da unidade com variedade no concerto das línguas” (4).

Entre as muitas pesquisas realizadas na área, ressaltamos duas que fizeram escolas e que muito contribuíram e contribuem na explicitação da correlação e funcionalidade entre os diferentes usos lingüísticos e seus falantes. Referimo-nos à teoria do “Déficit Lingüístico”, proposta por B. Berstein, e a teoria da “Variação Lingüística”, proposta por W. Labov.

B. Berstein em seus estudos, seguindo de perto a linha de pensamento de B. Whorf, enfatiza o desempenho lingüístico como fator condicionador do comportamento social. As conclusões a que Berstein chega em suas pesquisas foram alvo de muitas polêmicas e controvérsias, pois, embora seguindo uma rigorosa metodologia, as causas apontadas para os diferentes usos lingüísticos, em sua correlação e funcionalidade, bem como as conseqüências disso deduzidas, deixam sérias dúvidas quanto à realidade dos fatos analisados.

Parece-nos que a teoria da “Variação Lingüística” laboviana é mais aceita, defensável e conseqüentemente mais adequada à caracterização dos diferentes usos lin-

güísticos em suas causas e conseqüências. Surge como reação imediata à teoria gerativa, em que o aspecto social da linguagem foi totalmente banido, uma vez que Chomsky, ao fixar-se nos poderes universalistas da faculdade humana da linguagem, defende a natureza psicológica da língua, portanto, seu interesse recai sobre o que é “língua” e não o que é “uma língua”.

Como sociolinguísta, Labov assume o caráter social de uma língua natural, insiste na íntima relação língua/estrutura social e viabiliza, tanto em termos teóricos (teoria da “variação lingüística”) quanto práticos (em suas várias pesquisas de campo), a possibilidade de se sistematizar a variação existente em uma dada língua. Ao voltar-se, porém, para a descoberta dos elementos sociais que estariam subjacentes a determinadas variações, ou mesmo mudanças, percebe que certas diferenciações só a Lingüística descritiva formal pode depreender. Propõe, então, uma perspectiva de análise mais globalizante que envolva tanto a unidade (lingüística formal) quanto a diversidade (sociolingüística). Conclui que uma verdadeira análise lingüística deve, necessariamente, dar conta tanto das semelhanças quanto das diferenças de uma língua natural. Aquelas, relativas ao princípio estrutural interno das línguas e aos cenários macrosociais; essas se fazem presentes no instante de sua realização concreta e são relativas aos cenários microconversacionais.

Ao assumir o aparente “caos” da linguagem falada, Labov tem consciência de que a simples listagem das variedades encontradas nas múltiplas ocorrências em nada esclarece a língua como um todo. Necessário se faz explicitar os componentes estabilizadores que viabilizem, *na* e *pela* língua falada, a um só tempo heterogênea e diversificadora, a comunicação entre os membros de uma comunidade.

Vimos que a idéia de uma variedade comum e representativa de toda a comunidade é uma falácia, e a existência de um falante ideal numa comunidade homogênea, irreal, mera abstração de analista.

A Sociolingüística, ao assumir como objeto de seu estudo a língua realizada em suas múltiplas variáveis, supre a parte relegada pela lingüística estruturalista e, pela interveniência do comportamento social, justifica a acomodação dos diferentes repertórios, provocando certa simetria absolutamente necessária ao bom desempenho da comunicabilidade verbal concreta.

Cumpramos ressaltar, aqui, que esta acomodação tem como uma das causas a “interveniência do comportamento social”, não sendo, por conseguinte, mero resultado de “forças formais” que estão na língua, segundo o dizer do lingüista Matoso Câmara:

“...mas isso só se concretiza em virtude de forças formais que estão na língua e que promovem, ou facilitam, ou propiciam sua modificação” (2).

Esta afirmativa do eminente lingüista dá-nos a impressão de uma certa tendência radical pendente para um estruturalismo formal da língua, em que as unidades lingüísticas são vistas, conforme a exemplificação sugerida por Saussure, como peças de xadrez cuja função e significado só surgem de uma trama de relações inerente a cada sistema lingüístico. Daí o próprio vocábulo aparecer, sim, como criação do

espírito humano, mas sem relação com a realidade exterior, uma vez que ele, como sinal arbitrário, não tem capacidade de estabelecer uma ligação objetiva entre o homem e o mundo exterior.

Não pretendemos negar a validade desta visão estruturalista da língua, não queremos enveredar pela valorização dos elementos materiais da mesma, pelo estudo totalmente isolado de suas unidades constitutivas, e, muito menos, queremos vê-la como decalque da realidade. Afirmamos, sim, a impossibilidade de as causas e as funções serem explicadas, se não forem considerados certos elementos extralingüísticos. A Sociolingüística procura integrar em seus estudos estruturas lingüísticas com estruturas sociais. Seus pesquisadores procuram fixar-se no estudo da língua de falantes reais num mundo real, objetivando não mais uma pura descrição estrutural-funcional de uma variante abstrata ou de uma língua ideal, mas, sim, as diferentes interações entre o falar e o contexto sócio-cultural.

No que concerne à relação estrutura lingüística/estrutura sócio-cultural, parecemos muito sensata a posição assumida por Waldomiro G. Piazza:

“Nesta questão, como em tantas outras, todo radicalismo prejudica o conhecimento da realidade. Duas coisas devemos manter em pé de igualdade: a *estrutura da linguagem, a que o espírito humano deve moldar-se, e a liberdade do mesmo espírito humano, que torna capaz de jogar com os elementos materiais desta estrutura para atingir a sua finalidade que é a comunicação com o mundo exterior*. A estrutura na linguagem não deve ser considerada como prisão do espírito, mas como um instrumento, que lhe deixa ampla margem para “criar” vocábulos e símbolos, capazes de expressar a sua experiência do mundo exterior” (13);

ou a muito boa síntese de Serafim da Silva Neto:

“De uns anos a esta parte, certos lingüistas se encastelam na preocupação de criar uma ciência pura e exclusivamente lingüística, independente da Sociologia, da Psicologia, da História e da Etnografia. Imaginam, com isso, num orgulho compreensível, dar um passo à frente dos antecessores, que não se haviam conseguido libertar daquelas fiéis intérpretes do homem. Contudo, ressalvada a grande admiração que nos merecem lingüistas do porte de um Hjelmslev, tal atitude, ao contrário do que se pretende, significa um empobrecimento: a unidade é o homem: tudo o que lhe diz respeito está intimamente entrelaçado. A língua constitui, sem dúvida possível, o mais importante traço da cultura; nada ganha, porém, em isolar-se dos demais. Pelo contrário, o seu verdadeiro realce só se nota no confronto com os outros elementos que, reunidos, vêm a ser a complexa teia da vida.” (15).

Essas reflexões levam-nos a pensar uma língua natural segundo parâmetros realistas, em que elementos internos e externos – lingüísticos e sociais –, soldando-se

em sua formalização, permitem ao estudioso uma análise mais objetiva e ampla desses mesmos fatos.

A Sociolinguística, ao enfatizar em seus estudos a relação de forma profunda e dialética entre língua/comportamento social, ultrapassa o enfoque de uma concepção de língua auto-suficiente, passível de se explicar a si mesma, e orienta com seus modelos teórico-metodológicos a sistematicidade na instabilidade.

ZAMBONIM, D. J. – Langue naturelle: approche sociolinguistique. *Alfa*, São Paulo, 33: 137-145, 1989.

*RESUME: La microlinguistique, dans ses diverses tendances théoriques et méthodologiques se préoccupe, fondamentalement, de décrire, d'analyser et d'expliquer la structure et le fonctionnement de la langue dans son unité. En mettant en valeur les éléments internes, dans ses oppositions fonctionnelles, elle traite la langue comme un système autonome et qui ne connaît que son ordre même. La microlinguistique relègue, consciemment, toutes les variétés, en les considérant détachées et sans importance par rapport à ses propositions. La sociolinguistique relève le rôle des facteurs socio-culturels dans la production et dans la conservation de variables par rapport à leurs causes et à leurs fonctions. Elle se présente, comme une voie possible au développement d'un système des concepts qui intègre structures linguistiques et structures sociales.*

*UNITERMES: Langage naturel; société; unité; diversité; facteurs socio-culturels; parlant réel; systématisation.*

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BAKTIN, M. – *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 2. ed. São Paulo, Hucitec, 1981.
2. CÂMARA, J. M. – *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras*. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1965. p. 24.
3. COSERIU, E. – *Teoria da Linguagem e Linguística Geral*. Trad. Agostinho Dias Carneiro, Rio de Janeiro, Presença-USP, 1979. p. 227-228.
4. ELIA, S. – *Sociolinguística*. Rio de Janeiro, Padrão/EDUFF, 1987. p. 43, p. 34.
5. FISHMANN, J. A. – *Sociolinguistique*. Bruxelas, Paris, Labor Northan, 1971.
6. FONSECA, M. S. & NEVES, M. (org.). – *Sociolinguística*. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974. p. 17.
7. GARMADI, J. – *Introdução à Sociolinguística*. Trad. Eugênio Cavalheiro. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983. p. 17-18.
8. HEYE, I. – Sociolinguística. In: *Manual de Linguística*. 2. ed., São Paulo, Global, 1986, p. 203.
9. LABOV, W. – *Sociolinguistique*. Paris, Minuit, 1976.
10. LYONS, J. – *Linguagem e Linguística*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

*Alfa*, São Paulo, 33: 137-145, 1989.

11. MARCELLESI, J. B. & GARDIN, B. – *Introduction à la Sociolinguistique*. Paris, Larousse, 1974.
12. MARCUSCHI, L. – *Linguagem e Classes Sociais*. Porto Alegre, Movimento/URGS, 1975.
13. PIAZZA, V. G. – *Introdução à Fenomenologia Religiosa*. 5. ed., Petrópolis, Vozes, 1957. p. 110.
14. SAPIR, E. – *A Linguagem – Introdução ao Estudo da Fala*. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1971, p. 18.
15. SILVA NETO, S. da – *Língua, Cultura e Civilização*, Rio de Janeiro, Acadêmica, 1960. p. 21.
16. TARALLO, F. – *A Pesquisa Sociolinguística*. São Paulo, Ática, 1986.
17. ZAMBONIM, D. J. – *Léxico Específico e Cultura Regional – Um Exemplo Amazônico*. São Paulo, USP, 1987. (Tese de Doutorado)

## O FALAR DA COMUNIDADE NEGRA DE JOÃO RAMALHO

Jeane Mari Sant'Ana SPERA\*  
João Roberto Inácio RIBEIRO\*

---

*RESUMO: Este trabalho pretende explorar algumas peculiaridades lingüísticas da comunidade negra de João Ramalho, na região de Assis, SP, tendo em vista o isolamento em que essa comunidade vive. Este isolamento é resultado de uma atitude bastante resistente à inter-relação com membros de outros grupos.*

*UNITERMOS: Isolamento cultural; variações lingüísticas; arcaísmos; tabus lingüísticos.*

---

Partindo da constatação de que o isolamento é um dos fatores que impedem as mudanças lingüísticas, chamou a nossa atenção a notícia, veiculada por um jornal de Assis, de que havia em João Ramalho, cidade vizinha, uma comunidade negra bastante resistente à interação com indivíduos estranhos a ela.

Essa comunidade existe há cinquenta anos, tendo sido fundada pelas famílias dos senhores Joaquim e Oscar, recém-chegados da Bahia. Há pouco tempo, cerca de dois anos, as famílias se dividiram por questão de espaço. A comunidade a que tivemos acesso foi a chefiada pelo Sr. Joaquim Francisco dos Santos, que se mudou da colônia original para fundar outra, mais próxima da cidade de João Ramalho.

A colônia do Sr. Joaquim é composta por quinze famílias, cujos casebres localizam-se nas proximidades de uma nascente. Percebe-se que o critério utilizado para a disposição das casas é o da proximidade, pois os espaços são comuns, com trilhas ligando uma casa à outra.

Os membros pertencem todos à mesma família, já que os casamentos são feitos entre primos. Segundo o relato do chefe, apenas uma de suas filhas casou-se com um "estranho", fato que não agradou muito à comunidade, conforme pudemos perceber nas entrelinhas.

Os homens dividem-se em três categorias, no que diz respeito ao trabalho. Os mais velhos ficam na colônia, na condição de "aposentados". Os de meia-idade

---

\* Departamento de Lingüística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 19800 – Assis – SP.

trabalham nas imediações, para atender à comunidade em caso de emergência. Os mais jovens prestam serviços nas lavouras da vizinhança, sobretudo na lavoura de cana\*. As mulheres exercem as funções domésticas, e apenas as mais jovens trabalham fora.

O fato de os homens saírem mais da comunidade, mesmo que somente em função do trabalho, foi bastante significativo por ocasião das entrevistas: as mulheres demonstraram muita timidez no relacionamento com os entrevistadores, o que ficou expresso pelo laconismo de suas respostas. É necessário esclarecer que só foi possível gravar uma entrevista com informante do sexo feminino. As crianças, que há pouco tempo começaram a freqüentar a escola de João Ramalho, são mais acessíveis.

A reportagem, a que já nos referimos, despertou a nossa curiosidade no sentido de verificar em que estágio estaria a língua falada nessa colônia que faz tanta questão de se manter isolada. Montamos, então, um esquema de abordagem que incluiu até os políticos da cidade de João Ramalho, que tinham fácil acesso à comunidade. Foi assim que, com uma recomendação do prefeito dessa cidade, conseguimos dar início ao trabalho.

Em nosso primeiro contato, tivemos uma conversa informal com o Seu Joaquim, o chefe da comunidade, a partir da qual pudemos elaborar um questionário-piloto que sofreu alterações após a entrevista gravada com esse informante. O questionário final foi aplicado a mais quatro pessoas: uma senhora de 50 anos, um senhor de 48, um jovem de 23 e um menino de 10.

Durante todo o processo de desenvolvimento do nosso projeto, tivemos a colaboração entusiasmada de Álvaro Santos Simões\*\*. Como recursos adicionais temos fotos do local e um registro, em videocassete, de uma reportagem da TV Globo sobre essa comunidade, em virtude das comemorações do Centenário da Abolição.

O questionário consta de seis partes, totalizando 88 questões sobre os itens: *Terra, Flora, Fauna, Homem, Parentesco, Costumes e Lendas e Superstições*\*\*\*.

Depois de feitas todas as entrevistas, passamos à etapa da transcrição e análise dos resultados. A fim de facilitar a visualização dos resultados obtidos, indicaremos, em colunas encabeçadas pelo nome e idade do informante, o número da pergunta e a resposta obtida. Visando à economia de espaço, consideramos desnecessária a inclusão de todo o questionário. Os itens gerais são, certamente, suficientes para identificar a pergunta feita. Em apenas três respostas usaremos asteriscos para esclarecimento do leitor. Esclarecemos ainda que selecionamos as perguntas segundo o grau de importância das respostas. Algumas respostas mais extensas deixaram de figurar

---

\* São raros os membros que saíam da comunidade para trabalhar em regiões mais distantes. A permanência na comunidade é a regra geral.

\*\* Aluno do curso de Letras da Faculdade de Ciências e Letras de Assis.

\*\*\* Para a elaboração desse questionário orientamo-nos pelo *Guia para estudos dialectológicos*, de Serafim da Silva Neto, completando-o com perguntas que julgamos necessárias incluir, a partir da primeira entrevista com o informante mais velho.

nesta lista, para serem transcritas e comentadas no final deste trabalho, quando nos referirmos aos tabus lingüísticos e à visão mágica do mundo.

	Joaquim (90 anos)	Maria (50 anos)	Gildo (48 anos)	José (23 anos)	Valmir (10 anos)
<b>I. Terra</b>					
1.	córgo	córgo	córgo	córgo	rego
2.	banhado	brejo	banhado varjante	banhado	brejo
3.	asto subida	morro lugar arto	morro arto	subida	subida
9.	aleia	area	area	area	areia
10.	triu	triu	triu	triu	passador
12.	ludem	nuva	nuvi	nuve	nuva
13.	soli	soli	sol soli	sol	sol
14.	luma	lũa	lua	lua	lua
16.	estela (estrela)	estrela	estrela	estrela	estela
17.	estela d'aga	estrela d'água	estrela d'ava	estrela d'água	estela d'álga
23.	chuva de fulô	chuva di frô	chuva di frô	chuva de flô	chuva de flô
28.	relampo	relampo	relampo	relampo	relampo
30.	sereno	—————	sereno arvaio	aruvaia da madrugada	arvaio
<b>II. Flora</b>					
38.	gambá*	gambá	gambá	gambá	—————

\* Essa é uma das plantas que servem para fazer chá. Também teria o poder de proteger a casa contra "mau-olhado".

## III. Fauna

	Joaquim	Maria	Gildo	José	Valmir
39.	alibu	arubu	arubu	urubu	urubu
40.	gavião	gavião	carcará	gavião	cacará
42.	beja-fulô	beja-fulô	beija-frô	beija-flô	beija-flô
43.	moça/moço*	moça/moço	mocho/a	mocho/a	mocho
44.	gangolo canga varão	gangolo	gangolo cincerro choquaio	canga triângulo gangolo	cigora(?)
45.	tiú	tiú	tiú	tiu de anel	tiú
46.	lagasto lagastixa	lagartixa	lagartixa	biba**	lagartixa
47.	sapo	sapo	sapo mirixiquera	sapo	canhã/cururu sapo
49.	espantá*** cobra	pra cobra	combatê cobra	bom pra cobra	mode cobra
53.	pucumã	tucumã	picumã	picumã	_____

## IV. Homem

57.	goto saluço	saluço	saluço	saluço	saluço
58.	estamo**** corco	estomgo cóico	bucho	bucho/ corco estamo	ziria(?)
62.	quiqui	quiqui subaco	fubaco quiqui	quiqui	quiqui subaco
66.	canhoto dereitero	canhota	canhoto esquerdo	canhoto dereitero	dereitero
63.	oleia	zorea	orea	oreia	ureia
69.	boboinha boboia	boboia	boboia	boboia	boboia
79a.	monturu	lixo monturu	bagaço monturu	monturu munturu	monturu
79b.	postema	machucado (postema)	pereba	_____	_____

## VI. Costumes

87.	sentinela	sentinela	sentinela	sentinela	_____
-----	-----------	-----------	-----------	-----------	-------

\* Nome que se dá à vaca ou boi sem chifres.

\*\* O informante afirma que "todo mundo" conhece como biba.

\*\*\* Por que se carrega alho no bolso.

\*\*\*\* Estômago.

Como ficou demonstrado pelo quadro, o desempenho lingüístico dos membros dessa comunidade apresenta traços significativos.

Antes de proceder à análise das respostas, consideraremos um traço específico da fala do Seu Joaquim, 90 anos. Na grande maioria das vezes, este senhor troca o *r* intervocálico por *l*: “oleia” por oreia; “alibu” por aribu (urubu) etc. A troca do *r* pelo *l* é comentada por Schlichthorst, ao relatar a fala dos negros do Rio de Janeiro, no início do século XIX:

“Em três meses, podem, em geral, se fazerem mais ou menos entender. Só o grupo consoante *st* e o *r* lhes oferecem muita dificuldade. Pronunciam o primeiro como *t* e o segundo como *l*. Por exemplo: *tá bom* em lugar de *está bom*, *dalé* ao invés de *darei*.” (2, p. 98).

Às vezes também ocorre a troca do *r*, em posição pré-consonantal, por *s*: “asto” por “arto” (alto), “lagasto” por “lagarto”. Antes de atentarmos para esse fato, entusiasmos-nos a originalidade de “asto”, que pensávamos ser uma forma arcaica ou um estrangeirismo. Observamos que os outros informantes também realizam, embora raramente, essa troca do *r* pelo *l*. O Sr. José realizou “cimitélio” por “cimitério” e “colagem” por “coragem”.

Encontramos em pleno uso algumas formas arcaicas ou regionais do léxico. Todos os informantes conhecem “monte de lixo” por “monturu”, e dois (os mais velhos) ainda dizem “postema” para se referirem a “ferida”. “Lagarto” é conhecido por “tiú” que, segundo Mestre Aurélio, é a forma utilizada no Nordeste para designar “teiu” (lagarto grande). “Velório” é conhecido apenas como “sentinela” por todos os informantes. Esse também é um termo próprio do Nordeste, segundo Mestre Aurélio (3).

Outra forma, “gavião”, que apareceu em três questionários por indução do entrevistador, aparece espontaneamente como “carcará” ou “cacará”, nos outros dois. Isso nos leva à conclusão de que os informantes que disseram “gavião” também conhecem e usam a forma “carcará”, mas deixaram de realizá-la levados pela sugestão do entrevistador.

A palavra *lua* sofre realizações bastante significativas dentro da comunidade. Os informantes mais velhos, Seu Joaquim (90 anos) e D. Maria (50), realizam “luma” e “lúa”, respectivamente. Os outros realizam “lua”. Do mesmo modo, a palavra *sol* é realizada como “soli” pelos três informantes mais velhos. Assim, observa-se a existência de dois estágios da língua: um anterior, mantido pelos mais velhos, em conflito com outro, mais moderno, sendo imposto pelos mais jovens.

Algumas palavras utilizadas por esses informantes parecem ratificar a impressão de Saint-Hilaire a respeito dos negros do Brasil. Segundo este pesquisador, “os negros conservam ‘qualquer coisa infantil de seus modos, linguagem e idéias’... o que é um dos característicos dos falares crioulos” (2, p. 98). Nós substituíamos “infantil” por “poético”. Assim, encontramos palavras cuja existência só pode ser explicada como intuito expressivo de caráter onomatopaico: para designar *cincerro*, eles usam “gangolo”; para indicar *sovaco*, dizem “quiqui” e, em vez de *bolha*, dizem

“boboia”. Ocorreu-nos que “quiqui” pudesse ser corruptela de *axila*, mas a relação parece muito distante para justificar essa interpretação. Preferimos interpretar essas realizações como uma tendência para a expressividade. Teria alguma relação onomatopaica com cócegas?

A tendência para a expressividade reflete-se no uso intenso do diminutivo, sobretudo quando se referem a palavras-tabus como, por exemplo, diabo que é chamado de “coisinha”, “bichinho”, “cãozinho”. Trata-se, aqui, de um diminutivo que simula afetividade, com a função subliminar de diminuir o perigo que a palavra representa.

Os tabus lingüísticos parecem ter, nessa comunidade, um *status* privilegiado. Como já afirmamos, ninguém diz *diabo*, preferindo vocábulos como “coisinha”, “cãozinho” etc. *Chuva de pedra* é sempre designada por “chuva di fulô”, “chuva di frô” ou “chuva di flô”, porque “si falá qui é pedra, cai maiô” (informante nº 1, resposta 23). Também não se deve, segundo Seu Joaquim, dizer *cobra*, quando se ouve o barulho dela no mato; deve-se dizer “bicha mau”, porque “num podi chama a cobra... tem qui falá a bicha mau... Si falá ‘ói a bicha (sic) ali’, fais mal... tem qui falá ‘ói a bicha-mau ali’...” (informante nº 1, resposta 49). É interessante notar que, mesmo distante da situação de perigo a que se refere, o informante evita falar *cobra*, preferindo usar “bicha”.

Ao lado dos tabus lingüísticos, existem também os tabus alimentares que parecem ter a mesma força daqueles. Na comunidade, manga com leite é veneno, e alguns afirmam ter visto alguém morrer disso. Mulher de dieta não pode comer comida pesada, a não ser no hospital, onde se pode comer de tudo, pois “lá num fais mal porque tá nu recursu... aquela cumida já vem cum remédiu.” (Informante 3, resposta 83).

Chamou também a nossa atenção a visão mágica que esses elementos têm do mundo, notadamente os mais velhos. À pergunta nº 18, que se referia a estrelas cadentes, o Seu Joaquim respondeu que se trata de sinal de viuvez ou de fuga de moça:

“aquela estela... candu uma moça vai fugi... o então tá pa discasá um casali, ela fica pertu da lûa... uma mais pa riba, otra mais pá baso... então devi ficá um viúvu... o casali bem casadu...”

Todos os informantes afirmam que dentro do redemunho há o “bichinho”. Por exemplo:

“nu meio tem a parte du bichinho... um bichu du outro mundu... Num podi falá nomi... só fala u bichinho... (informante 3, resposta 26).

O Seu Joaquim refere-se ao *raio* como “machadinha”:

“issu qui é u raru... candu eli dá... uma machadinha... eli cai numa arve... Candu eli (...) torna a levantá, sobi pra cima... Tem dois nomi, né? É uma machadinha que nem cê tira lenha neli... Eli tem dois nomi... raiu... ou curiscu (...) Relampa nu céu i eli vem diretu... chega aqui, cai num pau e fica prá dentru (...) nu chão... Quando relampa, levanta pra cima otra veis.” (Informante 1, resposta 29).

Essa história da machadinha é referendada, meio timidamente, pelos outros informantes.

Todos afirmam que o pássaro conhecido como João-de-barro costuma matar a companheira, por ciúme, fechando com barro a porta da casa. Também é do consenso comum que o alho serve para espantar cobra (resposta 49), além de espantar outras coisas não especificadas: “muitas coisas” (informante 3). Para o Seu Joaquim, o “gagalume” parece ser um substituto de *estrela*:

“gagalume... Deus dexô achu qui prá lumiá di noiti... é que nem estela... di dia num aparece... só di noiti prá lumiá nós... eli sai lá di cima... quandu bati uma chuva... As veis as estela tá apagada i a noiti tá escula i então eli sai alumianu assim... lumeia...” (resposta 51).

Essa visão mágica, repetimos, parece ser bem consistente no discurso do Seu Joaquim, enquanto os outros informantes expressam um certo acanhamento em admitir essas crenças. Mas não as negam. Preferem dizer que “o véiu sabe”.

Essas são as considerações que julgamos possível fazer no limite imposto pelas cinco entrevistas. Alguns aspectos importantes, apenas vislumbrados nesta primeira etapa do projeto, serão objeto de uma pesquisa mais aprofundada, com um *corpus* maior que permita tirar conclusões mais seguras. As cinco entrevistas nos parecem insuficientes para observar, por exemplo, a extensão da troca do *r* pelo *l* e do *n* pelo *l*, como em: “luvem”, (nuvem), “limão”, “ilmão” (irmão) etc. De qualquer forma, temos a certeza de que encontramos, na comunidade negra de João Ramalho, um rico filão para estudos dialectológicos e sociolinguísticos.

SPERA, J. M. S. A. & RIBEIRO, J. R. I. – The speech of the black community of João Ramalho. *Alfa*, São Paulo, 33: 147-154, 1989.

*ABSTRACT: The purpose of this paper is to search and identify some linguistic peculiarities of João Ramalho's black community, seated in the area of Assis (State of São Paulo), given the isolation in which those people live. This isolation seems to be the result of their strong attitude of resistance against relationship with members of other groups.*

*KEY-WORDS: Cultural isolation; linguistic variations; archaisms; linguistic taboos.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. SILVA NETO, S. da – *Guia para estudos dialectológicos*. 2. ed., Belém, Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas, 1958.
2. SILVA NETO, S. da – *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro, Presença, Brasília, INL, 1976.
3. FERREIRA, A. B. de H. – *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

*Alfa*, São Paulo, 33: 147-154, 1989.

**BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

- FERREIRA, A. B. de H. – *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- MARCELLESI, J. B. e GARDIN, B. – *Introdução à sociolinguística*. Lisboa, Editorial Aster, 1975.
- MONTES, J. J. – *Dialectologia general y hispano americana*. 2. ed. Bogotá, Instituto Caro y Cuervo, 1987.
- TARALLO, F. – *A pesquisa sócio-linguística*. 2. ed. São Paulo, Ática, 1986.
- TARALLO, F. e ALKMIN, I. – *Falares crioulos – línguas em contato*. São Paulo, Ática, 1987.
- VILANOVA, J. B. – *Aspectos estilísticos da língua portuguesa*. Recife, Casa da Medalha Ltda., 1977.

## É O PORTUGUÊS UMA LÍNGUA EM “A”?

Rogério CHOCIAY\*

---

*RESUMO: O presente artigo focaliza uma afirmação de Medeiros e Albuquerque, para quem o português é uma língua em “A”, e discute a procedência e as conseqüências desse fato.*

*UNITERMOS: Língua portuguesa; estilística fônica; poética; Romantismo; rima.*

---

O poder expressivo ou sugestivo da massa sonora do discurso, particularmente do discurso poético, constitui assunto que vem sendo focalizado há muito tempo pelos estudiosos da linguagem e da literatura. Durante o Simbolismo, período literário em que os recursos musicais e sugestivos dos fonemas foram por vezes levados às últimas conseqüências, teve grande voga a discussão sobre a possibilidade de a percepção de alguns fonemas, particularmente as vogais, estar associada, por sinestesia, à percepção de cores. Tal assunto é, evidentemente, interdisciplinar, já que interessa não apenas à Poética, mas também à Estilística e à Psicologia. Talvez por isso mesmo represente terreno de difícil trânsito e de poucas certezas.

### O PROBLEMA DA LÍNGUA EM “A”

No caso da Língua Portuguesa, é preciso mencionar que já Antônio Feliciano de Castilho, em seu *Tratado de Metrificação* (2, I, 95-130), sustenta que as vogais do idioma apresentam inúmeras virtualidades expressivas, algumas inclusive de caráter sinestético. Tal assertiva se localiza, obviamente, no campo da Poética, embora a convicção com que o literato português se exprime pareça revelar que ele não pense em termos exclusivamente literários.

Em nosso país, o problema saiu dos limites da Poética quando o acadêmico Medeiros e Albuquerque, em 1911, influenciado por teses oriundas do período simbolista, tentou definir o “U” português como uma “vogal preta” (5, VI), isto é, uma vogal que, na percepção habitual do falante de Língua Portuguesa, estaria associada

---

\* Departamento de Letras Vernáculas – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15055 – São José do Rio Preto – SP.

à percepção da cor preta. A base para tal argumentação foi buscada no conjunto de palavras do idioma em que “U” predomina (ou é a vogal tônica) e referem noções relacionadas com a cor preta (*escuro, luto, urubu* etc.). Apesar de certa ressonância dessa tese na época, logo verificou-se que não podia ser levada a sério. Virgílio de Lemos, em 1924, publicou um pequeno ensaio, *A Fantasia da Vogal Preta*, em que destruiu uma a uma as razões aventadas por Medeiros e Albuquerque, e provou que a “escuridão do ‘U’” em nosso idioma constitui impressão subjetiva de um ou outro eventual falante, mas jamais um fato de caráter geral e necessário (5, 89-146).

Medeiros e Albuquerque foi, todavia, autor de outra tese no mesmo campo: a de que a Língua Portuguesa é uma língua em A, ou seja, em que a vogal A é largamente predominante\*, tendo, assim, o padrão de sonoridade regido por esse predomínio (6, 369). Esta tese, de fato, não tem o caráter imediatamente absurdo da anterior, merecendo pelo menos um exame atento.

Medeiros fez tal referência depois de ter observado no *Diccionario de Rimas*, de Eugênio de Castilho, que as palavras rimantes com temas em A (v.g., *-ado, -asta*, etc.) ocupavam 116 páginas, enquanto as com temas em outras vogais não alcançavam sequer a metade desse número. A experiência sumária do estudioso pode ser refeita em qualquer dicionário análogo, como, por exemplo, o de Almerindo de Castro (3), o mais recente que possuímos, publicado pela primeira vez em 1944. E os resultados serão até mais animadores: verifica-se, de fato, que a maioria maciça das palavras rimantes da Língua Portuguesa apresenta tema em A, mesmo descontando-se temas como *-ando, -ante* etc., que provavelmente Medeiros incluía em sua contagem por não considerar relevante a distinção de nasalidade. Sem levar em conta boa parte das verbais conjugadas (que os dicionários de rimas nunca indicam), verifica-se, realmente, que Medeiros e Albuquerque partiu de um dado objetivo: a disponibilidade, no *rimário* da Língua Portuguesa, muitíssimo maior de temas em A, ou seja, de vocábulos cuja sílaba tônica é a vogal mencionada. Acresça-se, para reforço dessa observação, que o *rimário*, como comprovamos alhures (4, 16), não é muito inferior, em número de elementos, ao número de unidades do léxico do idioma, se considerarmos a possibilidade de rima toante e soante.

#### UMA RETOMADA DA TESE

Ignoramos outras discussões a respeito da asserção de Medeiros e Albuquerque, a não ser um ensaio de Josué Montello publicado em 1959 (6, 369-98). Montello, igualmente acadêmico, faz uma averiguação em textos de poetas brasileiros e portugueses de diferentes épocas, e chega a dar razão a Medeiros:

---

\* Como não estamos fazendo um estudo rigoroso de Fonologia, não vemos necessidade de utilizar alfabeto fonético. A indicação será feita segundo as fontes citadas.

“Parece ocorrer, na verdade, no vocabulário português, certa preferência pela sonoridade do A – e isto amplamente se confirma ao longo dos mais velhos pergaminhos literários e ainda na obra de poetas representativos de vários séculos, nas duas literaturas de língua portuguesa. Por vezes é tão grande a sua freqüência que daí resulta uma impressão superficial de monotonia: a opulência como que se converte em pobreza.” (6, 369)

Seria então o português uma língua em A? Montello cita autores em que se verificou a hipótese: os trovadores, Camões, Bernardim Ribeiro, Garcia de Rezende, Gil Vicente, Sá de Miranda, Jerônimo Bahia, Garrett, Herculano, João de Lemos, Soares de Passos, Castro Alves, João de Deus, Gonçalves Dias, Tomás Ribeiro. E justifica:

“É certo que se poderá argumentar, com o testemunho de milhares de versos, que não somente as palavras com a predominância tônica da primeira vogal participam dos mais belos ritmos da poesia de língua portuguesa. Lembremos, no entanto, que o propósito destes reparos é unicamente sugerir a observação da prevalência do A na sensibilidade musical dos grandes poetas das duas literaturas, num desdobramento tradicional que jamais se interrompeu.” (6, 375)

A tese de Medeiros e Albuquerque, portanto, é modificada e redimensionada por Montello: “a prevalência do A na sensibilidade musical dos grandes poetas das duas literaturas, num desdobramento tradicional que jamais se interrompeu”. Trata-se de uma tese de Estilística literária bastante ousada, já que se abre um desfiladeiro de dificuldades para comprová-la ou refutá-la de modo cabal. Montello, sem preocupar-se com isso, arrola mais e mais exemplos de prevalência: Eugênio de Castro, Guerra Junqueiro, Cruz e Sousa, Teófilo Braga.

Satisfeito em apontar que o A é prevalente em tais poetas devido a uma escolha pessoal destes, o autor acrescenta que é o I a vogal que, embora em menor freqüência, alterna com o A na musicalidade tradicional da poesia portuguesa e da brasileira. E procura demonstrar como os poetas, quer para efeito de rima, quer para arranjos de sonoridades no interior dos versos, souberam tirar partido dessa alternância, como, por exemplo, Olavo Bilac:

“Tfbios flautins finfssimos gritavam”;

ou Raimundo Correia:

“A toalha frifssima dos lagos.”

Chega, enfim, a sugerir que o fenômeno da prevalência do A não seja privativo da Língua Portuguesa, mas um patrimônio comum que esta teria com a Língua Espanhola; e não apenas na poesia, mas também na prosa.

## O “A” NO VOCABULÁRIO DA RIMA

Podemos aproximar das idéias acima discutidas nossa própria experiência de pesquisa sobre o vocabulário da rima no Romantismo brasileiro. Nos últimos dez anos

vimos estudando com rigor e atenção aspectos da Língua Portuguesa relacionados com a técnica versificatória e a estilística fônica dos poetas românticos brasileiros. Tivemos oportunidade, assim, de fazer um pequeno teste da tese de Medeiros e de Montello, nas frequências dos temas rítmicos nos nove principais poetas românticos brasileiros, cujas obras completas estudamos. Entre outras utilidades, o levantamento do *rimário* (conjunto das palavras efetivamente postas em rima pelos poetas) e dos *temas rítmicos* (seqüências terminais das palavras rimantes, contadas em princípio a partir da vogal tônica) permitiu-nos examinar o que poderia ser a preferência individual e o que resultaria de características de grupo no Romantismo brasileiro.

Eis, a título de ilustração, uma tabela que contém os temas rítmicos encontrados, eliminados apenas os que apresentam frequência inferior a vinte ocorrências na obra completa dos nove poetas estudados:

TEMA	GD	BG	LR	AA	JF	CAB	TB	FV	CAL	TOTAL
Ão	471	211	118	93	234	114	102	418	423	2184
Ar	482	188	131	92	63	71	99	221	302	1649
Ôr	388	120	143	85	93	89	124	143	268	1453
Ia	321	173	84	299	44	90	30	155	213	1409
Ado	134	176	95	55	53	47	62	76	139	1137
Ento	175	126	43	89	28	52	55	66	132	766
Ôres	124	147	26	94	43	107	44	102	75	762
Ura	186	126	66	117	22	37	42	79	85	760
Im	114	30	34	50	107	50	43	46	62	536
Êr	173	43	54	51	51	23	37	25	60	517
Êus	77	41	28	47	70	30	44	31	84	452
Ido	86	57	24	34	21	30	20	38	46	356

\* A exigüidade de espaço nos obriga a indicar os nomes dos poetas por meio de siglas: GD, Gonçalves Dias; BG, Bernardo Guimarães; LR, Laurindo Rabelo; AA, Álvares de Azevedo; JF, Junqueira Freire; CAB, Casimiro de Abreu; TB, Tobias Barreto; FV, Fagundes Varela; CAL, Castro Alves. Esta ordem corresponde à escala ascendente do ano de nascimento.

Dos temas mais freqüentes, como se observa, apenas doze são empregados por todos os poetas. Estes doze configuram a sonoridade da rima romântica por excelência, sendo interessante apontar que as rimas em *Ão* ocupam o maior índice de frequência absoluta, vindo em seguida as rimas em *Ar*, *Ôr*, *Ia* e *Ado*. Ocorreria o mesmo em outros períodos?

Outra verificação que pode ser feita é a comparação entre o tipo e a qualidade dos temas rítmicos dos românticos, e os dicionários de rimas da época, com o objetivo de descobrir a relação entre o emprego efetivo e a disponibilidade do rimário. Numa apreciação preliminar, podemos dizer que os poetas não chegam a aproveitar dez por cento das possibilidades do rimário, mas somente um estudo detalhado e metucioso poderá conferir números exatos a esta estimativa.

Por outro lado, na perspectiva aberta pelo trabalho de Josué Montello, servimo-nos dos dados do rimário romântico para verificar também a hipótese da língua em A. Lembremos que o levantamento de Medeiros e Albuquerque foi justamente sobre um dicionário de rimas. Mas um dicionário de rimas, a bem da verdade, é um depósito, um armazém de palavras, jamais estabelecido por observação dos poemas, porém pesquisado em outros depósitos de palavras muito maiores: os dicionários da língua. Deste modo, o fato de ser ou não o português uma língua em A deve ser verificado, como começou a fazer Montello, nos textos, porque estes contêm vocábulos enquanto realidades de uso, e não como mera disponibilidade.

Para fazer a verificação no rimário romântico, precisamos corrigir em parte as posições destes dois autores, que evidenciam iludir-se com a grafia ao não distinguirem mais do que cinco vogais, quando modernamente distinguimos doze. Disto decorre que, se quisermos delinear com rigor a prevalência desta ou daquela vogal tônica nos temas rítmicos, temos de incorporar a moderna pauta vocálica de doze elementos. Caso os temas em A ainda predominem, tal resultado será ainda mais esclarecedor sobre a tese discutida.

Para simplificar nosso trabalho, estabelecemos inicialmente um quadro de frequências onde estão levantados os temas que ocorreram pelo menos vinte vezes (o equivalente a dez rimas ou pouco menos) em cada poeta, conforme se observa no quadro abaixo:

TEMAS EM	GD	BG	LR	AA	JF	CAB	TB	FV	CAL	TOTAL
A	1482	1327	370	334	268	313	344	975	1330	6743
I	999	647	209	636	113	339	226	565	855	4589
Ã	797	551	184	297	259	231	178	659	908	4064
Ê	748	568	151	410	182	143	214	284	607	3307
Ô	745	462	191	254	158	224	225	312	539	3110
Ë	434	365	113	241	52	104	164	164	401	2038
Ó	301	491	38	62	84	114	101	250	318	1759
É	342	352	27	196	158	74	104	76	343	1672
U	215	126	90	204	56	61	64	228	310	1354
Ï	209	139	34	181	107	83	93	208	297	1351
Õ		140						47	135	322
Û		27		32	25			89	45	218
Total	6272	5195	1407	2847	1462	1686	1713	3857	6088	30527

A representatividade desta amostra é garantida, em termos quantitativos, pelo fato de o número de 30.527 ocorrências ser bastante superior à metade do total de ocorrências dos vocábulos rimantes nos nove poetas estudados.

Deste quadro, em que o predomínio dos temas em *A* é evidente, passamos a outro, mais elucidativo, em que são indicadas, pela ordem, as vogais de temas rítmicos preferenciais de cada poeta:

POETAS	GD	BG	LR	AA	JF	CAB	TB	FV	CAL
1º	A	A	A	I	A	I	A	A	A
2º	I	I	I	Ê	Ã	A	I	Ã	Ã
3º	Ã	Ê	Ô	A	Ê	Ã	Ô	I	I
4º	Ê	Ã	Ã	Ã	É	Ô	Ê	Ô	Ê
5º	Ô	Ó	Ê	Ô	Ô	Ê	Ã	Ê	Ô
6º	É	Ô	É	É	I	Ó	Ê	Ó	Ê
7º	É	É	U	U	Í	Ê	É	U	É
8º	Ó	É	Ó	É	Ó	Í	Ó	Í	Ó
9º	U	Ô	Í	Í	U	É	Í	Ê	U
10º	Í	Í	É	Ó	Ê	U	U	É	Í
11º		U		Û	Û			Û	Ô
12º		Û						Ô	Û

Este quadro comprova que o *A* ocupa o lugar de maior destaque na sonoridade da rima romântica: predomina nos temas rítmicos de sete dos nove poetas pesquisados. *E*, mesmo nos dois em que não é a escolha preferencial, aparece em segunda e terceira colocação (AA e CAB). Quanto à alternância para *I*, que Montello parece sugerir em termos absolutos e sempre em segundo plano em relação ao *A*, o rimário romântico nos mostra uma surpresa: o *I* é a vogal preferencial nos temas rítmicos de dois poetas: Álvares de Azevedo (AA) e Casimiro de Abreu (CAB). Este fato deve ter alguma importância para a interpretação global do estilo individual destes dois poetas em face do estilo de época. Mais curioso é o caso de Álvares de Azevedo, pois se em Casimiro de Abreu a segunda vogal é o *A*, confirmando-se, embora às avessas, a alternância *A/I* sugerida por Montello, em Álvares de Azevedo a segunda vogal é o *Ê*, o que contraria em termos absolutos a alternância suposta. Neste poeta, o *A* aparece

em terceiro lugar. É de notar ainda que a hipótese da alternância *A/I* é confirmada em quatro poetas (GD, BG, LR, TB). Em outros três, a alternância é *A/Ã* (JF, FV, CAL), o que faz destacar algo não sugerido por Montello: a alternância do *Ã*, dado o número muito grande de ocorrência de tônicas nasais nas palavras rimantes (especialmente nas palavras terminadas em *-ão*). Os temas em *Ã*, como se percebe no último quadro, ocupam a terceira posição na ordem geral de frequência, logo abaixo dos temas em *I*, e bem acima dos temas em *Ê*. Seria este jogo de alternâncias um fato típico do Romantismo brasileiro e circunscrito apenas à rima? Ou se estenderia a todos os períodos e a qualquer tipo de discurso?

### UMA CONTRIBUIÇÃO MAIS RECENTE

A tese da língua em *A* ganha uma contribuição considerável com a pesquisa de O. Sangiorgi “Aspectos quantitativos e formais do sistema fonológico da língua portuguesa contemporânea no Brasil” (Tese de Doutorado, USP, 1972), mencionada por Maria Tereza Biderman (I, 39). Sangiorgi estabeleceu uma escala de frequência decrescente dos fonemas da Língua Portuguesa falada no Brasil. Nessa escala, de fato, parece confirmar-se a sugestão de Medeiros e Albuquerque e as observações de Montello, pois os cinco fonemas mais frequentes são os seguintes: /a/, /i/, /u/, /s/ e /r/ (estas notações são da fonte citada). A importância da escala reside no fato de que não se trata apenas dos fonemas em posições tônicas e não apenas dos fonemas no conjunto das unidades léxicas disponíveis (no léxico, portanto), mas da frequência relativa em textos tomados como amostra.

Se, por um lado, se confirma a maior frequência do *A* na língua, como queria Medeiros e Albuquerque, já a alternância *A/I* surge como uma evidência estatística e não como uma “escolha” dos grandes poetas das literaturas brasileira e portuguesa, como sugeriu Montello.

### CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

O trabalho de O. Sangiorgi mostra-nos que o português falado no Brasil apresenta o /a/ como o fonema de maior frequência, seguido pelo /i/, e isto não deve ser diferente no português de Portugal. Consideradas as reflexões que fizemos em contraste com esta informação, é o caso de perguntar qual a importância, afinal, de ser o português uma língua em *A*? Há várias respostas a esta pergunta, cada uma delas localizada num campo de estudo diferente e condicionada pelas observações que se façam também em outros idiomas.

No domínio da Estilística, mais particularmente da Estilística Literária, o predomínio do /a/ serve como um marco de referência para a análise e interpretação do uso particular dos poetas. Casimiro de Abreu e Álvares de Azevedo, como vimos, manifestam maior frequência do /i/ do que do /a/ em temas rítmicos, contrariando os

outros sete poetas que se enquadram na freqüência habitual ou normal. Junqueira Freire, Fagundes Varela e Castro Alves apresentam como segunda vogal mais freqüente nos temas rítmicos o /ã/, e não o /i/. Ora, sabendo-se que /a/ é a mais freqüente na língua, seguida de /i/, e que /ã/ ocupa a 16ª posição na escala de freqüência decrescente do uso normal, essas preferências individuais de alguns poetas chamam a atenção e estabelecem bases para uma definição dos estilos dos poetas no que tange à sonoridade. Neste mesmo sentido, toda a escala de freqüência decrescente de 33 fonemas, apresentada por O. Sangiorgi, representa um quadro de referência para inúmeras outras observações de Estilística Fônica quanto à seleção de sonoridade no estilo de poetas e prosadores de todos os períodos de nossa literatura. Os dados que apresentamos sobre a sonoridade da rima romântica, lastreados na tese de Medeiros e Albuquerque e na contribuição de Josué Montello, são apenas uma débil amostra do grande trabalho que, nesse campo, ainda se terá de fazer.

---

CHOCIAIY, R. – Is Portuguese a language in which *a* is the predominant vowel? *Alfa*, São Paulo, 33: 155-162, 1989.

*ABSTRACT: This paper focuses a statement by Medeiros e Albuquerque, for whom Portuguese is a language in which the vowel *a* predominates. The validity and the consequences of this fact for de Portuguese language are discussed.*

*KEY-WORDS: Portuguese Language; phonic stylistics; poetics; Romanticism; rhyme.*

---

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BIDERMAN, M. T. C. – *Teoria lingüística (lingüística quantitativa e computacional)*. Rio de Janeiro, LTC, 1978.
2. CASTILHO, A. F. de – *Tratado de metrificação portuguesa*. 5. ed. Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1908. 2 vols.
3. CASTRO, A. de – *Dicionário de rimas*. Rio de Janeiro, Editora Moderna, 1944.
4. CHOCIAIY, R. – *O vocabulário da rima no romantismo brasileiro*. Araraquara, 1986. (Tese de Doutorado)
5. LEMOS, V. de – *A fantasia da vogal preta*. 2. ed. Salvador, Livraria Progresso, 1958.
6. MONTELLO, J. – Uma alternância vocálica na poesia de língua portuguesa. *In: Caminho da fonte*. Rio de Janeiro, INL, 1959. p. 369-98.



Determinar qual é o valor fonético das átonas finais *o* e *e* no português antigo tem sido a preocupação de vários estudiosos. A bibliografia a respeito, contudo, nem sempre tem mostrado os mesmos resultados. Ela reflete, de um modo geral, duas tendências opostas: a) as átonas finais realizam-se como [i] e [u]; b) as átonas finais realizam-se como [e] e [o]. A primeira tendência é postulada por Hart Jr. (6), entre outros, e a segunda, por Révah (11).

Poder-se-ia imaginar que a simples consulta aos gramáticos e ortógrafos, desde Fernão de Oliveira (1536) até Frei Luís de Monte Carmelo (1767), ou à documentação em textos antigos resolveria a questão. No entanto, como bem o mostra Carvalho (4), o problema é complicado, quer se comparem testemunhos de vários gramáticos ou ortógrafos, quer se comparem testemunhos de um único autor. Veja-se, por exemplo, a conclusão a que chega Carvalho a propósito dos testemunhos de Fernão de Oliveira: “nada podemos deduzir nem a favor nem contra uma realização como *-i*, *-u* dos fonemas vocálicos finais graficamente representados por *-e*, *-o*, [...] não podemos de forma alguma afirmar que eles se realizassem como [e o].” (4, p. 88).

Herculano de Carvalho, após discutir vários aspectos das conclusões a que chegaram Hart e Révah, e depois de levantar e estudar criticamente os testemunhos de Fernão de Oliveira, de D. Luís Caetano de Lima (1734 e 1736) e de Luís Antonio Verney (1746), únicos gramáticos e ortógrafos aproveitáveis para o estudo da questão, chega aos três fonemas vocálicos finais A, E, O que seriam realizados, respectivamente, como [a] e [a]; “[i] mais ou menos bem caracterizado, a não ser quando entravado por *r*, caso em que é realizado como [E] (*carácter*); e enfim o fonema /o/ como [u] mais ou menos claramente definido” (4, p. 103). Vê-se pois que a sua proposta de reconstituição do sistema vocálico das átonas finais do português antigo coincide com as conclusões de Hart Jr.

Resolvida dessa maneira a questão das átonas finais, há alguns problemas que imediatamente afloram: Como justificar, por exemplo, realizações sob a forma de [e o], características do chamado dialeto caipira do Estado de São Paulo e de algumas outras regiões do Brasil? Além disso, não podemos nos esquecer de que a realização [e] nada mais é do que a terminação latina dos vocábulos desse tipo. Acrescente-se ainda o fato de que a grafia sempre representou esse som por *e* e esporadicamente por *i*. Caso a pronúncia fosse outra, não estaria a ortografia de base fonética capacitada a representar aquilo que se ouvia ou que se dizia?

Paralelamente, não fica claro o motivo pelo qual Carvalho rejeitou a possibilidade de uma realização [e o] para os testemunhos de Fernão de Oliveira. Ora, se “nada podemos deduzir nem a favor nem contra uma realização como *-i*, *-u*”, pelos testemunhos de Fernão de Oliveira, o que se fez foi, pelo contrário, decidir-se favoravelmente por esta realização.

---

\* A propósito, podem ser consultados Amadeu Amaral (1, p. 48-9); Ada Natal Rodrigues (12, p. 146, especialmente).

Quanto à conclusão a que chega Herculano de Carvalho a respeito dos testemunhos conflitantes de D. Luís Caetano de Lima, o primeiro na *Gramática Italiana* (1734) – “as palavras que acabam por *e* se devem pronunciar com um som escuro mas não tão escuro como fazem os portugueses, os quais mudam quasi o *e* final em *i*, e em lugar de pronunciarem *anche, pure, rumore, parlare, sentire*, pronunciam *anchi, puri, rumori* etc.” (Carvalho, 4. p. 92), e o segundo, dois anos depois, na *Ortografia da Língua Portuguesa* (1736) – “se pronuncia *e* fechado final em todas as palavras que não acabam em *e* agudo: *trave, leme, vide, bosque, rude, bondade, tapete, Semide, pagode, virtude* etc.” (Carvalho, 4. p. 90, nota 20), é também um tanto duvidosa. Por que concluir-se que “o testemunho de D. Luís Caetano nestes passos da sua *Gramática Italiana*, redigido numa perspectiva fônica, – contradizendo o que, baseado já numa perspectiva ortográfica, afirmará depois na *Ortografia Portuguesa* –, claramente nos certificam da existência de *-i -u* e não de *-e -o* fechados em final de palavra.”? (Carvalho, 4, p. 93).

A observação de D. Luís Caetano de Lima não diz também explicitamente, ou “claramente”, que os portugueses pronunciam *-i* por *-e* e sim que eles pronunciam um som “tão escuro” e que “mudam quasi” o *e* final em *i*. É este “quasi” que se torna irrelevante quando o mesmo ortógrafo se manifesta na sua *Ortografia*. Dos exemplos com *i* final arrolados por D. Luís Caetano não podemos também aceitar esse *i* gráfico como representando o [i], pois ele aí representa *quasi* o som *i*. Do mesmo modo podemos entender o *-e* da sua *Ortografia*.

Quanto ao *-o*, a mesma contradição se verifica entre a *Gramática Italiana* e a *Ortografia da Língua Portuguesa*. Nesta, o autor diz explicitamente “se pronuncia o fechado no fim de todas as palavras que não levam algum acento: *fado, perto, fisco, porto, rumo, estado, espelho, vestido, despojo, repuxo*” (Carvalho, 4, p. 91, nota 25); naquela, “a vogal *o* geralmente no fim das palavras tem som aberto, e não fechado ou escuro, como lhe dão ordinariamente os portugueses, equivocando-o com *u*” (Carvalho, 4, p. 92).

Embora talvez se pudesse interpretar aqui como um som intermediário entre *o* e *u*, parece-nos no entanto que seria forçar por demais uma solução para torná-la análoga ao som *e*. Cremos, como Serafim da Silva Neto (16, p. 177), que em certas regiões terá havido distinção entre palavras que originalmente tinham *-u* etimológico e aquelas que terminavam em *-o* latino. Somente mais tarde estas teriam passado a pronunciar-se com *-u*. Fica, no entanto, registrado que a existência de uma pronúncia *-o* tem de ser admitida, pois há áreas em que tal fato se verifica não só em Portugal (16, p. 177, nota 60), como também no Brasil e em dialetos ultramarinos.

Posto isto, cabe perguntar: Como seriam realizados o *e* e *o* gráficos em final de palavras no português anterior ao século XVIII? Cremos que a resposta a esta pergunta já tenha sido dada, de passagem, por Carvalho, ao afirmar: “atendendo à sua mesma posição final e ao obscurecimento que habitualmente sofrem na sua realização momentânea, sobretudo numa articulação rápida e descuidada, todas as vogais finais, é perfeitamente provável que aparecessem representados por alofones que oscilavam, de uma vez para a outra, entre *i* e *e* muito fechado, entre *u* e *o* muito fechado, apro-

ximando-se umas vezes mais de [i u], outras mais de [e o], não só nas realizações de diversos indivíduos, conforme as regiões, o grau de cultura etc., mas na de um único e mesmo indivíduo” (Carvalho, 4, p. 100-1).

Aceitando-se como válida a interpretação acima, os fonemas *e* e *o* finais seriam realizados, respectivamente para as séries anterior e posterior, como [e i] e [o u].

Esta solução pode explicar possíveis contradições entre os defensores de uma realização [e o] e os defensores de outra realização [i u]. Os exemplos arrolados por Hart Jr. dos vocábulos portugueses adotados pelo malaio, no século XVI, *separatu*, *serdadu*, *garpu*, *kedju*, *sepatu* (6, p. 271 e 408) ou os exemplos arrolados por Melo (7, p. 128), encontrados no *Cancioneiro do Vaticano* e no *Cancioneiro da Ajuda*, *longi*, *tardi* etc., somente confirmam que a neutralização dos fonemas /e/; /i/ e /o/, /u/ é antiqüíssima.

Acreditamos, no entanto, que esta oscilação fonética tenha se orientado, a princípio, mais no sentido do *e* e do *o* e menos no sentido do *i* e do *u*. O século XVIII parece ser decisivo quanto a isto. É quando aparecem as primeiras afirmações categóricas a respeito da realização desses fonemas. Em 1734, D. Luís Caetano de Lima, como já se disse, na sua *Gramática Italiana*, corrige a pronúncia portuguesa de palavras italianas terminadas em *e*. Em 1746, Luís Antonio Verney, no seu *Verdadeiro Método de Estudar*, afirma claramente que os portugueses pronunciam mal as palavras terminadas em *e* e *o* (18, p. 105)\*.

O português do Brasil, e especialmente do Estado de São Paulo, reflete as três variantes para o *e* e as três para o *o*. Nas pesquisas para o *Atlas Lingüístico do Estado de São Paulo*, temos verificado o aparecimento das três variantes do /e/. A diferença entre elas é apenas quantitativa, com um predomínio acentuado da variante [i]. A variante [e], numa primeira observação, parece estar circunscrita a uma área que sobe do Vale do Ribeira até Sorocaba e arredores. Parece que esta variante segue o mesmo caminho percorrido pelas tropas de muars que vinham do sul do Brasil e que eram trocadas e/ou vendidas em Sorocaba. Não temos ainda condições de delimitar precisamente as áreas das três variantes, pois todo o material lingüístico levantado e arquivado em fitas magnéticas está sendo, somente agora, transcrito foneticamente.

Quanto às variantes do /o/, a sua ocorrência como [o]\*\* ou [u] não é tão significativa, embora também ocorra em número considerável. É normal a variante [u].

Esta situação atual parece indicar que o [e] e o [o], em posição final, estão caminhando rapidamente para o seu desaparecimento, em contraste com o que registrou Amaral, em 1920: “Na sílaba postônica dos vocábulos graves, [as átonas] conservam o seu valor típico. Não se operou aqui a permuta do *e* final para *i*, que se observa em

\* “Finalmente, devo advertir V.P. que estes seus nacionais, ainda falando, pronunciam mal muitas letras no meio, mas principalmente nos fins das dicções. V.G. *e* final pronunciam *i*, como em *dê-me*, *pôs-me* etc. Todo o *o* final acaba em *u*, v.g. em *tempo*, *como*, *buxo* etc., cujos nomes quem quer pronunciar à portuguesa deve acabar em *u*”.

\*\* Esta variante parece estar circunscrita à mesma área da variante [e]. (Cf. ainda Rodrigues, 12, p. 150).

outras regiões do país *aquêli, êsti*), como não se operou a de *o* por *u* (*povu, digu*)” (1, p. 48-9).

Atualmente, a realização das vogais átonas finais não reflete mais a generalização apontada por Amaral. Até em Piracicaba, região tida como profundamente característica do dialeto caipira, encontram-se já vários exemplos de [i] e [u] e de [ɨ] e [v] (Rodrigues, 12, p. 144-53).

Infelizmente, não é possível a delimitação clara das regiões do Brasil em que se realizam estas ou aquelas variantes. Pelo que pudemos levantar, as variantes [e] e [o] são mais facilmente encontradas no sul do Brasil, especialmente nos Estados de São Paulo, Paraná (*Nota 1*) e Santa Catarina (Cascaes, 5), mas não no Rio Grande do Sul (*Nota 2*) e no Rio de Janeiro (*Nota 3*).

Para as regiões ao norte, os dados indicam a predominância quase absoluta da realização [i] e [u]\*. Referimo-nos à documentação para os Estados do Ceará\*\*, da Paraíba (3), da Bahia (13) e de Minas Gerais\*\*\*. Os Atlas Lingüísticos da Bahia e da Paraíba não trazem um só exemplo de [e o] átonos finais.

Portanto, a pronúncia brasileira das vogais átonas finais do português, manifestando-se através das realizações [e i] e [o u], nada mais é do que a antiga pronúncia lusitana. Simplesmente repete-se o fato já bem conhecido de que “les langues transplantées manifestent des tendances conservatrices très fortes.” (Révah, 11, p. 291).

\* Florival Seraine indica uma realização [e] para o Pará. (15, p. 450).

\*\* Diz Florival Seraine: “O *e* postônico final passa, invariavelmente, a *i*, em todas as classes sociais. Ex. *durmen-ti* (dormente), *pa-rê-di* (parede), *rê-pen-ü* (repente), *cár-ni* (carne) etc., bem como em *di* (de), *mi* (me), *si* (se) etc.” (15).

\*\*\* Referindo-se ao falar mineiro, diz José A. Teixeira: “Átono final sempre *i*: *inocenti, paredi, di, noiti, vali, comadri, fradi*, tanto na ling. inc. como culta” e “O final átono vale *u*: *sabadu, todü, issu, veju, mandu* etc.” (17, p. 15-6).

## NOTAS

**Nota 1.** Cf. o que diz Mercer, 8, p. 40-1: “As vogais médias fechadas /e/ e /o/ ocorrem em sílaba final fraca, sendo eventual a sua substituição pelo alofone aberto das altas. Essa ocorrência delinea o perfil tipicamente paranaense do falar de Guaraqueçaba. Af se diz: [‘ley.te] leite; [‘bo.lo] bolo.” Veja-se ainda Andreatta, 2, p. 180, que diz: “Na pronúncia de Laranjeira do Sul: E permanece: nas palavras terminadas em *de, te: dente, pente, onde.*” No entanto, o mesmo já não acontece em Palmeiras, PR, conforme anota Sècco, 14, p. 14, que diz: “A neutralização é apreciável, quando do contraste /e/ : /i/, /o/ : /u/ em final absoluta: *báudi, marçu, dóci, (us) cóbri, anu, tenhu, cursandu, intestinus*”.

**Nota 2.** Cf. o que diz Paes, 10, p. 378: “O *e* final também passa a *i*: *fonti, mascati* etc.” Cf. ainda Andreatta, 2, p. 180, que, comparando o falar de Laranjeira do Sul ao de Erechim, diz: “Em Erechim transforma-se em *i*: *denti, penti, ondi.*”

**Nota 3.** Diz Antenor Nascentes, a propósito do *-e*: “Final, passa a ser surdo como no Sul de Portugal e no Entre Douro e Minho, em Goa, em Ceilão e em Macau: *fonte = fonti* e não *fonti*.” (9, p. 73).

---

CARUSO, P. – Les voyelles atones finales et le Portugais du Brésil. *Alfa*, São Paulo, 33: 163-169, 1989.

*RESUME: À partir de deux tendances opposées quant à l'interprétation de la valeur phonétique des voyelles atones finales de l'ancien portugais, cette étude propose une solution intermédiaire, à travers la réinterprétations des informations et l'utilisation des données sur le Portugais parlé au Brésil.*

*UNITERMES: Phonème; son; alophone.*

---

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMARAL, A. – *O dialeto caipira*. São Paulo, Hucitec/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.
2. ANDREATTA, T. M. M. – Algumas particularidades lingüísticas de Laranjeira do Sul, Paraná. In: *Letras*, 17, 1969.
3. ARAGÃO, M. S. S. de – *Atlas lingüístico da Paraíba: cartas léxicas e fonéticas*. Brasília, UFPB/CNPq, 1984.
4. CARVALHO, H. – Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas *E* e *O* em sílaba átona. In: *Estudos Lingüísticos*. Coimbra, Atlântida Editora, 1969, v. 2.
5. CASCAES, F. *O fantástico na ilha de Santa Catarina*. Florianópolis, Edit. da UFSC, 1983.
6. HART JR., T. R. – Notes on sixteenth-century portuguese pronunciation. In: *Word*, 2: 404-15, 1955, (especialmente, p. 408-9); The overseas dialects as sources for the history of portuguese pronunciation. In: *III Colóquio internacional de estudos luso-brasileiros* (Lisboa, 1957). *Actas*, (especialmente, p. 270-2), 1959.
7. MELO, G. C. de – *A língua do Brasil*. 3. ed. melh. e aum., Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1975.
8. MERCER, J. L. – Notas dialetológicas sobre Guaraqueçaba. In: *Estudos Brasileiros*, 3: 29-34, 1977.
9. NASCENTES, A. – Variante carioca de um subdialeto brasileiro. In: *Revista do Brasil*, 73, 1922.
10. PAES, E. F. – Aspectos da fonética sul-rio-grandense. In: *Anais do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada*. São Paulo, Departamento de Cultura, 1938.
11. RÉVAH, I. S. – L'évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XV<sup>e</sup> siècle à nos jours. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*. Rio de Janeiro, 1958, p. 387-99; Comment et jusqu'à quel point les parlers brésiliens permettent-ils de reconstituer le système phonétique des parlers portugais des XVI<sup>e</sup> siècles?. In: *III Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros* (Lisboa, 1957). *Actas*, 273-91, 1959.
12. RODRIGUES, A. N. – *O dialeto caipira na região de Piracicaba*. São Paulo, Ática, 1974.
13. ROSSI, N. – *Atlas prévio dos falares bahianos*. Introdução. Questionário comentado. Elenco das respostas transcritas. INL/MEC, 1965.

14. SÊCCO, G. C. – Aspectos lingüísticos palmeirenses: pesquisa dialetológica. *In: Uniletras*, Ponta Grossa, Universidade Estadual de Ponta Grossa, dez. 1983.
15. SERAINE, F. – Contribuição ao estudo da fonética cearense. *In: Anais do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada*. São Paulo, Departamento de Cultura, 1938.
16. SILVA NETO, S. da – *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2. ed. aum. e rev., Rio de Janeiro, INL/MEC, 1963.
17. TEIXEIRA, J. A. – O falar mineiro. *In: Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, Departamento de Cultura, XLV, Ano IV, 1938.
18. VERNEY, L. A. – *Verdadeiro método de estudar*. ed. org. por A. Salgado Júnior, 1949, vol. I.

## O CATALÃO, PROBLEMA ROMANÍSTICO

Manoel Dias MARTINS\*

---

*RESUMO: Em virtude de estar sobejamente comprovado e admitido que o catalão é uma língua étnica e tem status de língua românica autônoma, resulta ilógica e aberrante a sua classificação como mera "dependência" de outra língua mais "ilustre". Apesar deste reconhecimento, a posição do catalão na România continua sendo um problema à espera de solução científica. Este artigo procura oferecer subsídios de ordem geral para a compreensão dessa polêmica romanística.*

*UNITERMOS: Romanística; filologia românica; lingüística românica; línguas românicas, história externa.*

---

### INTRODUÇÃO

A situação de plurilingüismo configura-se, na Península Ibérica de hoje, pela coexistência de seis línguas diferentes, sendo quatro românicas – português, galego, espanhol, catalão –, sem contar com os diversos dialetos e um enclave gascão, também românico, no Vale de Arán. Das duas línguas não-românicas, só o caló ou romani é língua indo-européia, pertencente ao subgrupo indo do indo-iraniano, levada à Península pelos ciganos. O eusquera ou vasconço, língua dos bascos, com mais de dois mil anos, tem, conforme ensina Antonio Tovar, parentesco proto-histórico com as línguas do Cáucaso e com o ibérico.

Falar um idioma qualquer não significa simplesmente pronunciar de modo diferente em relação à língua que falam os sujeitos de um idioma vizinho. É evidente que uma língua, qualquer que seja, supõe uma estrutura particular do pensamento e reflete uma cultura e uma história diferentes das outras, em grau variável. Os franceses chamam *esprit de langue* este fenômeno, pois o grupo humano que a fala tem a sua própria *maneira de ver o mundo*, vinculada ao *status* cultural e sócio-econômico, político, geográfico e psicológico do território em que vive.

Em virtude de estar sobejamente comprovado e admitido que o catalão, como língua étnica que é, tem uma base de articulação para um sistema fonológico peculiar,

---

\* Departamento de Lingüística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 19800 – Assis – SP.

um inventário próprio de signos morfológicos, léxicos etc., uma maneira original de ver o mundo a garantir-lhe o *status* de língua românica autônoma, resulta ilógica e mesmo aberrante a sua classificação como mera “dependência” de outra língua mais “ilustre”. Apesar de este reconhecimento ser tão antigo quanto a existência da própria disciplina de filologia românica\*, a sua posição na România continua sendo, ainda hoje, um problema à espera de solução científica no âmbito dessa mesma disciplina.

### 1. As línguas ibero-românicas

A denominação de *línguas ibero-românicas*, há bastante tempo naturalizada na romanística, parte da concepção um tanto unilateral de que a Península Ibérica tem como base um substrato **ibérico** homogêneo. Entretanto, pesquisas realizadas nas últimas décadas levam a reconhecer que os alicerces étnicos da antiga Hispânia eram essencialmente mais variados e, em seu conjunto heterogêneo, não muito diferentes dos da Península Itálica. Hoje, porém, a Península Ibérica vive uma situação exatamente inversa à da Itália, segundo bem observa Pierre Bec: “là, trois langues de culture originale (galaico-ptg., cast. et cat), mas un dialectalisme évanescent; ici, une seule langue, mais un dialectalisme vivace” (5, p. 193). Com efeito, os dialetos asturiano, leonês e aragonês, não ligados geneticamente ao castelhano, são regressivos, enquanto o andaluz se encontra em franca progressão\*\*.

Foi Wilhelm von Humboldt quem deu fundamento decisivo e científico à teoria da unidade ibérica. Considerando o eusquera como último rebento da velha língua ibérica, valeu-se dele para explicar muitos antigos nomes geográficos de toda a Península. Esse ponto de vista foi aceito pelo eminente lingüista Hugo Schuchardt.

Uma nova doutrina se opôs ao iberismo, representada pelo historiador francês Arbois de Jubainville. Partindo de certas coincidências nos topônimos da Itália do Norte, França e Espanha, procurou demonstrar que os lígures eram o povo nativo mais antigo da Europa Ocidental. O arqueólogo Schulten adotou a tese e apoiou a idéia de que devem os lígures ser considerados como os primeiros habitantes da Hispânia, teoria essa que não deixou de suscitar polêmicas.

Em síntese, as correntes imigratórias que se deram na Hispânia foram as seguintes: aos habitantes aborígenes hispânicos, os *bascos* (= *vascones*), vieram juntar-se: 1) os *iberos*, de origem camítica, procedentes da África; 2) os *indo-europeus* (séculos IX e VIII a.C.), assim distribuídos: (a) lígures, ílfrios, astures, cântabros e carpitanos, e (b) celtas e celtiberos, submetidos estes àqueles; 3) os *fencios*, os *gregos* e os *cartagineses*. Depois dos *romanos*, é preciso considerar as invasões dos *bárbaros* e dos *árabes*.

\* Esta opinião foi exposta por Friedrich Diez, o fundador da filologia românica. Cf. 3.2.3.

\*\* A respeito do andaluz, assim se pronuncia Dámaso Alonso: “Por de pronto la consideración de categoría dialectal al andaluz es uso bien reciente: el nuevo sistema de *e* y *o* abiertas y cerradas, con valor fonológico, en la Andalucía oriental, acaba de ser descubierto. Nosotros hemos encontrado aún otra zona de curiosas palatalizaciones de *a*. Pero ¿cuántas sorpresas más nos reserva Andalucía? El *Atlas de Andalucía* de Manuel Alvar contestará a estas y muchas otras preguntas semejantes.” (2, p. 20-21).

Os bárbaros – suevos, alanos e visigodos – chegam, já romanizados, ao século V; são responsáveis por algumas inovações lingüísticas, como, por exemplo, alguns costumes germânicos de acentuação que seriam causas da ditongação, não só no proto-romanzo hispânico, mas também nos proto-romanzos gálico e itálico.

Os árabes são indiretamente responsáveis pela atual fragmentação lingüística hispânica, de vez que, sem eles, não se teria dado a Reconquista. Walther von Wartburg os chama país *per negationem* dos domínios nacionais e lingüísticos português, espanhol e catalão.

Kurt Baldinger, em sua obra *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica* (4), analisa os problemas, métodos e perspectivas que se oferecem ao pesquisador de hoje. Explora as razões históricas das diferenças essenciais entre os domínios lingüísticos ibero-românicos, bem como a função exercida nos mesmos pela Reconquista, pelos pré-romanos, pelos visigodos e pelos árabes, sem desprezar a ação dos substratos lígur, celta e baso-ibérico. Isto porque a situação geográfica da Península Ibérica, como ponte entre a Europa e o Norte da África, determinou que a Espanha fosse várias vezes o ponto de contato de duas civilizações fundamentalmente diversas. Ali se encontraram povos pré-históricos, procedentes do sul, e os celtas, do norte; ali coincidiram Cartago e Roma, visigodos e árabes. Pelo fato de ter sido caminho e encruzilhada de invasões, está mais patente na Espanha do que em qualquer país europeu a marca da História no desenvolvimento do castelhano-espanhol e de seus idiomas irmãos, o português e o catalão.

## 2. O catalão

2.0. O catalão conta, hoje, com mais de sete milhões de falantes distribuídos numa extensão territorial aproximada de 61.000 km<sup>2</sup>. Como língua natural, administrativa, literária e de cultura floresceu entre os séculos XIII e XIV, centralizado na corte da Coroa de Aragão, onde atingiu um aspecto uniforme. Mais tarde, em virtude da unificação com o Reino de Castela, perdeu o *status* de língua nacional e de cultura para o castelhano. Hoje, contudo, volta a ter um grande pólo de atração e difusão lingüística em Barcelona, importante centro econômico e cultural, pois a *Renaixença* do nacionalismo catalânico propicia-lhe um uso cada vez mais vivo em todas as atividades intelectuais e pragmáticas.

2.1. O domínio lingüístico do catalão compreende: a) toda a extensão do antigo Principado da Catalunha, abrangendo as províncias catalãs de Barcelona, Gerona, Tarragona e Lérida; b) a maior parte do antigo Reino de Valência, abrangendo as províncias valencianas de Valência, Castellón de la Plana e Alicante; c) uma faixa da região de Aragão, ao leste das províncias aragonesas de Huesca, Saragoça e Teruel, ao longo do limite ocidental do Principado; d) as Ilhas Baleares – Maiorca, Minorca, Cabrera, Ibiza e Formentera; e) a pequena República de Andorra, nos Pireneus; f) uma região francesa (a antiga *Septimania*) que se estende entre a costa mediterrânea e a fronteira franco-espanhola, abrangendo as terras do Departamento dos Pireneus Orientais – o antigo Rossilhão, ocupado pela França em 1659, e os condados de

Vallespir, Conflent, Cerdanha e Capcir; e g) o território da cidade de Alguero, na costa noroeste da ilha da Sardenha, para a qual o catalão foi importado após ter sido esta ilha anexada à Coroa de Aragão, em 1353.

2.2. Os dois grupos dialetais do catalão – oriental e ocidental – subordinam-se a uma única língua literária. O catalão oriental, centralizado em Barcelona, é falado no território da antiga *Marca Hispânica* (fundada por Carlos Magno para defender o seu Império contra os ataques árabes) e o catalão ocidental, no território do antigo condado e bispado de Urgel. O domínio do catalão ocidental compreende: Andorra, a faixa aragonesa, Lérida, o ocidente de Tarragona e a parte valenciana. O domínio do catalão oriental compreende: a Catalunha francesa, Barcelona, Cerona, o oriente de Tarragona e as Baleares. O alguerês, de conformidade com as suas características particulares, ora se situa com o baleárico, ora com o ocidental, ora com nenhum dos dois.

2.3. O catalão normativizado pelo gramático Pompeu Fabra é língua oficial em Andorra. Foi igualmente língua oficial do governo da *República*, depois da *Generalitat de Catalunya*, até o estabelecimento do regime franquista na Espanha. Agora, com a monarquia de Juan Carlos, voltou a ser língua oficial da Catalunha autônoma.

2.4. O catalão é resultado da evolução do latim vulgar da província *Tarraconensis* e não, como alguns chegaram a supor, uma língua importada pelos emigrantes oriundos do Sul da França, logo após a reconquista da Marca Hispânica.

2.5. É impossível precisar em que momento começa a história da língua catalã, pois a passagem do latim vulgar a esta língua foi lenta, gradativa e quase imperceptível. As mudanças mais radicais presumivelmente se produziram entre os séculos VII e VIII. Nos séculos IX, X e XI, os textos latinos encontram-se eivados de palavras e mesmo de frases inteiras em puro catalão, o que nos autoriza a supor que já era esta a língua falada naquele tempo.

Distinguem-se três grandes épocas na história da língua e da literatura catalãs: a) o *período nacional* – até fins do século XV; b) a *decadência* – séculos XVI-XVIII; e c) a *Renaixença* – de 1833 até hoje.

2.6. O primeiro texto literário do catalão aparece no fim do século XII. Trata-se das *Homilies d'Organyà*, fragmento de uma coleção de sermões. A importância da literatura catalã cresceu rapidamente na Idade Média; por volta de 1300 já contava com grande variedade de gêneros, e em 1400 já era uma literatura completa, entre cujos expoentes convém citar Ramon Llull, Arnau de Vilanova, Bernat Metge, Ausiàs March, Jaume Roig etc. É interessante registrar a atividade filológica dos catalães antigos: segundo Coromines, Ramon Vidal de Besalú (1160-1230?) escreveu a mais antiga gramática conservada de uma língua moderna (8, p. 29). Ao período de renovação pertencem muitos nomes ilustres de literatos e cultivadores do catalão, entre os quais se destacam Aribau, Verdaguer, Costa i Llobera, Llorente, Maragall, Carner, Alcover, López Picó, Riba, Guimerà, Sagarra, Oller, Soldevila, Rubió, Ors, Milà i Fontanals, Aguiló, Balaguer, Fabra, Coló, Coromines, Roca i Pons, Martorell, Badia Margarit etc. etc.

### 3. Problema romanístico

3.1. Vejamos o que escreve o filólogo e lingüista catalão Joan Coromines a respeito da romanidade de sua língua:

“El català és una llengua romànica, resultant de l’evolució local del llatí parlat en el país en temps dels romans. Ocupa una posició central entre les llengües de la família romànica. En la seva forma actual presenta semblances particulars amb moltes d’elles” (8, p. 17).

“Innegablement hi ha un grau de parentiu especial entre les tres llengües romàniques de la Península, portuguès, castellà i català; però cal advertir que el castellà sovint s’aparta dels altres dos, mentre portuguès i català romanen més semblants...” (8, p. 18).

Latinidade diferente e intensidade diversa dos superstratos germânico e árabe são traços que servem para distanciar, umas das outras, as línguas portuguesa, espanhola e catalã. Os reajustes modernos do léxico espanhol, por exemplo, acentuam o distanciamento (Cf. Germán Colón, 7, p. 72-73).

Acerca da afinidade com o galo-românico, Coromines define o parentesco catalano-occitânico nos seguintes termos:

“Podríem dir que si les altres llengües romàniques són germanes, el portuguès i el català són bessons, i les llengües d’Oc i catalana són una altra parella equiparable” (8, p. 20).

Ressalva, todavia, que as duas línguas nunca foram idênticas nem formaram uma unidade real e perfeita, ao defender a originalidade do catalão:

“L’originalitat del català s’afirma des de bon principi en els monuments històrics, i cal observar que encara era molt més gran en el parlar que en l’escriptura” (8, p. 20).

O português, o galego, o espanhol, o catalão, o gascão e o occitano formam unidade em oposição ao francês. O catalão tem um ar de família com o resto da România; tanto é assim que um romanista de formação centro-européia, não hispanista, se desorienta menos em face do catalão do que ante o espanhol ou o português. Podemos afirmar, com mais precisão, que, dentre as línguas românicas não-hispânicas, é o grupo galo-românico que apresenta maiores afinidades com o catalão.

3.2. O problema das origens do catalão e sua posição entre as línguas românicas provocou uma das mais vivas polêmicas romanísticas, que ainda continua à espera de solução por parte dos estudiosos. A natureza deste artigo não nos permite entrar em minúcias acerca da questão\*, mas julgamos oportuno relatá-la em linhas gerais.

---

\* Para mais detalhes, cf. 1, p. 11-127; 3, p. 23-30; 4, p. 125-260; 6, p. 32-37, 44-51, 194-197; 9, p. 128-131; 10, p. 103-106; 11; 12, p. 24-36; 13, p. 255-266; 14, p. 240-246.

3.2.1. *Catalão = dialeto galo-românico*. A. Morel-Fatio, em 1888, foi o primeiro a emitir a opinião de que, nos séculos VIII e IX, depois da fundação da Marca Hispânica, um falar “provençal” foi transplantado para lá e, durante a Reconquista, expandiu-se pelo território catalão. Esta opinião chegou a ser adotada por lingüistas de renome, como W. Meyer-Lübke, E. Bourciez e outros.

3.2.2. *Catalão = dialeto ibero-românico*. Segundo J. Seroihandy e Heinrich Morf, entre outros, o catalão nasceu na Espanha, de onde passou para o outro lado dos Pireneus em virtude do estabelecimento da Marca Hispânica e das divisões eclesiásticas. Percorreu, portanto, um caminho inverso ao que imaginaram os partidários da primeira tese.

3.2.3. *Catalão = língua românica independente*. Esta tese sustenta que o catalão é uma língua românica independente e não dialeto de outra. É a opinião mais antiga, pois foi exposta por F. Diez, o fundador da filologia românica, situando o catalão ao lado dos outros idiomas românicos, em pé de igualdade com eles. Todos os especialistas aceitaram esta tese durante algum tempo; foi abandonada por alguns, mas foi retomada por W. von Wartburg e sustentada com paixão nacionalista por A. Griera.

3.2.4. Declarada e admitida por todos os romanistas a personalidade do catalão como língua românica independente, começa a polêmica acerca de sua posição na Românica, cujo ponto essencial tem sido o problema de suas afinidades com os domínios lingüísticos vizinhos.

Uma primeira tese a este respeito agrupa o catalão no galo-românico; foi esta a perspectiva de F. Diez, W. Meyer-Lübke, W. von Wartburg, A. Griera, W. J. Entwistle e outros.

Uma segunda tese defende a posição do catalão no grupo ibero-românico; seus principais representantes, R. Menéndez Pidal, Harri Meier e Amado Alonso, levaram em conta a totalidade dos idiomas falados na Península Ibérica.

Uma terceira tese fala de um grupo pirenaico, constituído pelo catalão, pelo aragonês e pelo gascão, como forma intermediária entre os grupos galo-românico e ibero-românico. Defendida por G. Rohlfs, esta classificação foi apoiada por A. Kuhn, V. García de Diego e outros. Seu principal defensor, G. Rohlfs, definiu este grupo como uma espécie de România galo-ibérica (ou celtibérica) (cf. 14, p. 245).

Ao que parece, esta última tese motivou o conceito do catalão como *língua-ponte*, quer dizer, transição entre o galo-românico e o ibero-românico, adotada por K. Baldinger, A. Badía Margarit, J. Coromines etc. etc. A metáfora de *língua-ponte* não é muito feliz, porque poderia aplicar-se a qualquer domínio lingüístico em relação a seus vizinhos; assim, por exemplo, poderíamos falar das seguintes “pontes”: occitano, entre francês e catalão; espanhol, entre catalão e português; aragonês, entre catalão e castelhano; castelhano, entre aragonês e leonês...

3.2.5. As atividades de pesquisa recomeçaram a movimentar, nos últimos trinta anos, os lingüistas catalães, motivados pelos resultados obtidos por historiadores de Pré-História, historiadores de Direito e economistas. Transferiu-se a discussão para

a história da língua catalã e para a explicação lingüística e histórica de sua fragmentação dialetal interna. Daí surgiu uma série de problemas novos e fundamentais a iluminar, em um plano distinto, a enalhada polêmica da subagrupação românica do catalão.

O mais recente ponto de vista posto *ad referendum* dos romanistas é fruto de estudos realizados por M. Sanchis Guarnier e G. Colón: a língua catalã não foi importada, é hispânica, autóctone, pois é continuação do latim vulgar do nordeste da Província *Tarraconensis* do Império Romano.

## CONCLUSÃO

Como vemos, a polêmica continua... É bastante sensata a seguinte informação de Germán Colón: "El catalán, en selecciones lingüísticas no es ni más ni menos dependiente del occitano o del francés de lo que lo es del español" (7, p. 27). É possível, sem dúvida, com certo grau de manipulação, estabelecer certas agrupações; é importante, antes de mais nada, que se reconheça a personalidade da língua catalã no conjunto maior das línguas românicas, todas elas cientificamente colocadas no mesmo plano. Entre o muito de pesquisa ainda por fazer na busca de soluções em matéria de lingüística e filologia românicas, cabe ao futuro da lingüística histórica comparar melhor as preferências fonéticas, morfológicas, sintáticas e léxicas de cada língua, no sentido de evidenciar traços comuns e divergentes, o que possibilitará detectar as isoglossas e certas convergências. Seria conveniente, com base em traços comuns dessa índole, assinalar a existência de certos diassistemas latinos como troncos de grupos de romances. A observação léxica, por exemplo, evidencia que o diassistema latino do qual procede o catalão é diverso do chamado latim hispânico, diassistema do português ou do castelhano. O ponto de vista metodológico, apoiado na cronologia, que adotam os defensores da pretensa mudança de caráter do catalão no sentido da hispanização, pode considerar-se *in limine* falso. Ora, é mais do que sabido que as diversas modalidades da língua occitânica nunca chegaram a constituir um conjunto homogêneo; é também elementar o fato de essa língua, assim como o espanhol, não ser estatisticamente perfeita. Configura-se, portanto, como absurda arbitrariedade pretender que só uma língua evolucione entre duas vizinhas inalteradas e imutáveis.

---

MARTINS, M. D. – Catalan, a romanistic problem. *Alfa*, São Paulo, 33: 171-178, 1989.

*ABSTRACT: Due to the fact that Catalan is assuredly an autonomous Romance language, its classification as a mere "dependence" of another more "illustrious" language seems illogical and aberrant. In spite of this, the position of Catalan with respect to Ibero- and Gallo-Romance still remains as a topic of debate. In this article an effort is made in order to enlighten the comprehension of the above mentioned debate.*

*KEY-WORDS: Romanistics; romance linguistics; romance philology; romance languages, external history.*

---

*Alfa*, São Paulo, 33: 171-178, 1989.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALONSO, A. – *Estudios lingüísticos; temas españoles*. Madrid, Gredos, 1954.
2. ALONSO, D. – La fragmentación fonética peninsular. In: *Enciclopedia lingüística hispánica*. t. 1, *Suplemento*. Madrid, CSIC, 1962.
3. BADÍA MARGARIT, A. M. – *Gramática histórica catalana*. Barcelona, Noguer, 1951.
4. BALDINGER, K. – *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*. Trad. de Emilio Lledó y Montserrat Macau. 2. ed. corr. y muy aum. Madrid, Gredos, 1972.
5. BEC, P. – *Manuel pratique de philologie romane*. Paris, Picard, 1970. v. 1.
6. CATALÁN, D. – *Lingüística iberorrománica; crítica retrospectiva*. Madrid, Gredos, 1974.
7. COLÓN, G. – *El léxico catalán en la Romania*. Madrid, Gredos, 1976.
8. COROMINES, J. – *El que s'ha de saber de la llengua catalana*. 5. ed. Palma de Mallorca, Moll, 1972.
9. ELIA, S. – *Preparação à lingüística românica*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1979.
10. IORDAN, I. & MANOLIU, M. – *Manual de lingüística románica*. Revisión, reelaboración parcial y notas por Manuel Alvar. Madrid, Gredos, 1972. v. 1.
11. MENÉNDEZ PIDAL, R. – *Orígenes del español; estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. 3. ed. Madrid, Espasa-Calpe, 1950.
12. MOLL, F. de B. – *Gramática histórica catalana*. Madrid, Gredos, 1952.
13. ROHLFS, G. – *Estudios sobre el léxico románico*. Reelaboración parcial y notas de Manuel Alvar. Ed. conjunta, rev. aum. Madrid, Gredos, 1979.
14. ROHLFS, G. – *Manual de filología hispánica; guía bibliográfica, crítica y metódica*. Trad. de Carlos Patiño Rosselli. Bogotá, Instituto Caro y Cuervo, 1957.

## RESENHA

Maria do Rosário F. V. GREGOLIN\*

---

FIORIN, José Luiz – *Linguagem e Ideologia*. São Paulo, Ática, 1988, 87 p. (Série Princípios, v. 137)

---

José Luiz FIORIN inicia seu livro *Linguagem e Ideologia* alertando-nos de que vivemos uma *crise epistemológica da lingüística* e que, passada a época do fastígio do estruturalismo, em que as análises buscaram a estrutura interna da linguagem, é chegado o momento de “uma reflexão ampla sobre a linguagem, que leve em conta o fato de que ela é uma instituição social, o veículo de ideologias, o instrumento de mediação entre os homens e a natureza, os homens e os outros homens” (p. 6).

É nessa análise, que busca a relação entre a linguagem e a ideologia e que procura trazer o Homem e a História de volta às análises lingüísticas, que o autor vai-nos conduzir nas páginas do livro.

A partir das “dicas” de Marx e Engels de que a linguagem não é uma realidade autônoma, FIORIN mostra-nos a necessidade de distinguirem-se os níveis e as determinações sociais sobre a linguagem. Não basta dizer que “a linguagem é determinada”, é preciso investigar *onde* se encontram as marcas da determinação social sobre a linguagem.

Propõe FIORIN que se estabeleça, primeiramente, a distinção entre o *sistema*, a *fala* e o *discurso*. O *sistema* virtual (a língua), como rede de relações que se estabelece entre um conjunto de elementos lingüísticos, é relativamente determinado pelas formações sociais – as mudanças ocorrem devido a causas internas e externas, e é quase impossível estabelecer a relação entre uma alteração do sistema e sua causa histórico-social\*\*.

A *fala*, como exteriorização psico-fisiológica do sistema, ato concreto, momentâneo e individual, não sofre qualquer determinação. É no *discurso* que, segundo o

---

\* Departamento de Lingüística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800 – Araraquara – SP.

\*\* Citando Guimarães Rosa, FIORIN (p. 16) lembra-nos que “toda língua são rastros de velhos mistérios”.

autor, devemos procurar as coerções sociais que determinam a linguagem (p. 16). *Discurso* é entendido como a combinatória de elementos lingüísticos utilizada pelos falantes para exprimir seus pensamentos, refletir e agir sobre o mundo.

Para tomar o *discurso* como objeto de análise, FIORIN parte da hipótese de que ele possui organização e regularidade, de que ele é estruturado por uma sintaxe e uma semântica. Da sintaxe do discurso fazem parte os processos de estruturação que organizam as estratégias argumentativas utilizadas pelo enunciador para criar “efeitos de verdade” e persuadir seus enunciatários. É portanto uma área de manipulação consciente, na qual as formas lingüísticas são utilizadas com vistas à persuasão. É o caso, por exemplo, do uso das pessoas do discurso, que pode criar o efeito de objetividade ou subjetividade.

Da semântica discursiva fazem parte os *conteúdos* investidos nos moldes sintáticos abstratos, que refletem, através de formações discursivas, o conjunto de temas e figuras que refletem a maneira de ver o mundo em determinada classe dentro de uma sociedade. Assim, uma formação social possui várias frações de classes, e a cada uma delas corresponde uma formação ideológica e uma formação discursiva.

Exemplificando por meio de textos, FIORIN propõe que na *figurativização* pode-se perceber mais claramente a determinação social sobre o discurso. A visão de mundo de uma classe social não existe disvinculada da linguagem, e as *figuras* concretizam os *temas* que circulam nas classes de uma sociedade. Por isso, o *discurso* é social; a individualidade manifesta-se na liberdade de textualização, na manifestação do discurso nos textos.

A clareza com que FIORIN trata desses problemas que há milênios vêm desafiando os estudiosos da linguagem, sem fazer da análise uma “investigação policial” (cap. 15), é de extrema importância para o avanço da *análise do discurso*. Consciente da complexidade do seu objeto de análise, FIORIN prepara o terreno, indica caminhos para uma investigação que pode aliar o prazer da descoberta com o rigor científico necessário à análise.

## ÍNDICE DE ASSUNTOS V. 33

- Aspecto  
conceito  
  estruturação gramatical  
  categoria dêitica, p.47
- Catalão  
romanística ibérica  
  filologia e lingüística românica, p.171
- Coesão textual  
coerência textual  
  produção de textos, p.9
- Delimitação de línguas  
critérios de delimitação  
  língua e consciência idiomática, p.129
- Derivação sufixal  
estrutura da palavra  
  produtividade e valor  
  semântico do sufixo, p.103
- Dicionário bilíngüe  
lexicografia  
  tradução, p.115
- Espaço  
conceito  
  estruturação gramatical, p.47
- Estilística fônica  
rima, p.155
- Fábula esópica  
construções formulares  
  metalinguagem, p.23
- Frases ativas  
obras de Graciliano Ramos, p.29
- Gênero  
definição operacional  
  valor semântico  
  referência atual e virtual  
  matriz gramatical e matriz lexical, p.55
- Língua natural  
sociolingüística  
  microlingüística, p.137
- Recessividade  
intransitivização  
  pronominalização  
  lexicalização, p.89
- Tempo  
conceito  
  estruturação gramatical  
  léxico temporal, p.47
- Teoria da significação  
contexto  
  representação, p.1
- Variação lingüística  
falar de comunidade negra  
  arcaísmo e tabu lingüístico, p.147
- Vocalização  
vogais átonas finais  
  fonema, som e alofone, p.29

**SUBJECT INDEX**  
**V.33**

- Active sentence  
works by Graciliano Ramos, p.29
- Aesopian fable  
formulae construction  
metalanguage, p.23
- Aspect  
concept  
grammar structuration  
deitic category, p.47
- Bilingual dictionary  
lexicography  
translation, p.115
- Catalan  
Iberian romanistic  
philology and romanistic linguistics, p.171
- Gender  
operational definition  
semantic value  
actual and virtual reference  
grammatical and lexical matrix, p.55
- Language delimitation  
delimitation criterion  
language and idiomatic conscience, p.129
- Linguistic variation  
speech of black community  
archaism and linguistic taboo, p.147
- Meaning theory  
context  
representation, p.1
- Natural language  
sociolinguistics  
microlinguistics, p.137
- Period  
concept  
grammar structuration  
time lexicon, p.47
- Phonic stylistic  
rhyme, p.155
- Recessivity  
intransitivation  
pronominalization  
lexicalization, p.89
- Space  
concept  
grammar structuration, p.47
- Suffixal derivation  
word structure  
productivity and  
semantic value of suffix, p.103
- Textual cohesion  
textual coherence  
text production, p.9
- Vocalization  
final unstressed vowels  
phoneme, sound and allophone, p.29

**ÍNDICE DE AUTORES**  
**AUTHOR INDEX**  
**V. 33**

AMARAL, V. L. ....	115
ARRAIS, T. C. ....	89
BATISTA, R. M. ....	47
CARUSO, P. ....	163
CARVALHO, N. F. ....	55
CHOCIAIY, R. ....	155
DEZOTTI, M. C. C. ....	23
GHIRALDELO, C. M. ....	9
IGNÁCIO, S. E. ....	29
LOPES, E. ....	1
MARTINS, M. D. ....	171
MONTES, J. J. ....	129
PEZATTI, E. G. ....	103
RIBEIRO, J. R. I. ....	147
SPERA, J. M. S. A. ....	147
ZAMBONIM, D. J. ....	137

## NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

ALFA, publicação da UNESP, tem por finalidade divulgar trabalhos inéditos, comunicações e resenhas sobre lingüística redigidos em português ou em língua estrangeira (espanhol, francês, italiano, inglês ou alemão), elaborados por docentes da Universidade ou por outros especialistas. Só serão resenhados livros que tenham sido publicados nos dois últimos anos, em se tratando de obras nacionais, e quatro anos para publicações estrangeiras, cabendo à Comissão de Redação a seleção dos trabalhos para publicação. Cada número terá também uma seção *Tendências*. Essa seção deverá reunir artigos que estejam voltados para um assunto em evidência na época da organização da revista e que reflitam o pensamento dos professores da UNESP.

Os trabalhos deverão ser encaminhados diretamente ao Diretor da publicação em três vias, datilografados em lauda padrão em 30 (trinta) linhas e 70 (setenta) toques. Deverão obedecer a seguinte seqüência: Título, subtítulo (quando necessário); Autor(es) por extenso e apenas o sobrenome em maiúscula; Filiação Científica em nota de rodapé, indicada por asterisco; Texto.

*Citação no texto* – Os autores referenciados serão indicados pelo número da referência. Acrescenta-se o número da página, em caso de citação textual ou quando o autor julgar necessário. Caso a clareza do texto o exigir, o articulista poderá mencionar, entre parênteses, também o sobrenome do autor: EX.: (Andrade, 5, p. 8).

*Tabelas* – Serão numeradas consecutivamente com algarismos arábicos e encabeçadas pelo seu título.

*Ilustrações* – Fotografias, gráficos, desenhos, mapas, etc. serão designados no texto como Figuras (Fig.) e numerados seqüencialmente com algarismos arábicos.

*Desenhos e gráficos* – Deverão permitir perfeita reprodução em clichês com redução de 6,5 cm. Os desenhos serão feitos em papel vegetal e a tinta nanquim. Deverá ser indicada no texto a localização das ilustrações. Quando as ilustrações excederem a quatro, a Comissão de Redação reserva-se o direito de solicitar a redução de seu número.

Observações, aditamentos e pormenores do texto poderão aparecer em notas de rodapé, indicados por asterisco.

### MATERIAL DE REFERÊNCIA

*Resumos* – Constarão do resumo: citação bibliográfica, resumo em português antecedendo o texto e outro em língua estrangeira no final do trabalho, antes da referência bibliográfica. Não deverão exceder a 100 palavras. Para resumo em inglês deverá ser adotada a palavra ABSTRACT.

*Unitermos* – Palavras ou expressões que identifiquem o conteúdo do artigo. Os três principais unitermos serão escritos em primeiro lugar. Para o termo em inglês deverá ser adotada a palavra KEY-WORDS.

Quando o artigo for em língua estrangeira o resumo final do trabalho deverá ser em português.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Devem ser feitas pela ordem alfabética do sobrenome do autor, numeradas consecutivamente e apresentadas de acordo com os exemplos abaixo:

*Artigos*: MÉNARD, N. – Richese lexical et mots rares. *Les Français moderne*, Paris, 46(1): 33-43, 1978.

*Livros*: CARDOSO, E. – *Guia de conservação português-inglês*. 2.ed. Lisboa, Betrand, 1971.

FRANÇOIS, D. – A nação de norma em lingüística. In: MARTINET, J. *et alii* – *Da teoria lingüística ao ensino da língua*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1979. p. 87-97.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos bem como a exatidão das referências bibliográficas são de responsabilidade exclusiva dos autores.

### SEPARATAS

Serão distribuídas 25 (vinte e cinco) separatas ao primeiro autor do trabalho.

Os trabalhos que não se enquadrarem nessas normas serão devolvidos aos autores para as necessárias adaptações, indicadas em carta pessoal.